

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**MESTRADO**

ANDERSON ROMÁRIO PEREIRA CORRÊA

**MOVIMENTO OPERÁRIO EM ALEGRETE:  
A PRESENÇA DE IMIGRANTES E  
ESTRANGEIROS (1897 – 1929)**

Prfoa. Dra. Núncia Santoro de Constantino

Orientadora

PORTO ALEGRE

2010

ANDERSON ROMÁRIO PEREIRA CORRÊA

**MOVIMENTO OPERÁRIO EM ALEGRETE: A PRESENÇA DE  
IMIGRANTES E ESTRANGEIROS (1897 – 1929)**

Dissertação apresentada como requisito parcial e final para a obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Núncia Santoro de Constantino

Porto Alegre, janeiro de 2010.

## Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C824m Corrêa, Anderson Romário Pereira  
Movimento Operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros  
(1897-1929) / Anderson Romário Pereira Corrêa. – Porto Alegre: PUCRS,  
2009.  
213 f.

Orientador: Nuncia Santoro de Constantino  
Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande  
do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-  
Graduação em História, 2009.

1 . História Social. 2 . Movimento operário. 3 . Imigração. 4. Alegrete.  
I. Constantino, Nuncia Santoro de. II. Pontifícia Universidade Católica do  
Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de  
Pós-Graduação em História. III . Título.

CDU 94(81)

Bibliotecária Roselaine Silva da Rosa - CRB 10/1838  
biblioteca@al.urcamp.tche.br

ANDERSON ROMÁRIO PEREIRA CORRÊA

**MOVIMENTO OPERÁRIO EM ALEGRETE: A PRESENÇA DE  
IMIGRANTES E ESTRANGEIROS (1897 – 1929)**

Dissertação apresentada como requisito parcial e final para a obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, de 2010.

BANCA EXAMINADORA

---

Orientadora: Prof. Dra. Núncia Santoro de Constantino  
(PPG – História –PUCRS)

---

Examinador: Prof. Dr. Helder Gordim da Silveira (PPG – História – PUCRS)

---

Examinador: Prof. Dra. Beatriz Ana Loner - UFPEL

Porto Alegre, janeiro de 2010.

## AGRADECIMENTOS

À CAPES, cuja Bolsa de Pesquisa possibilitou o ingresso no Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

À orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dra. Núncia Santoro de Constantino, agradeço a confiança, tolerância e a paciência para reconhecer os “momentos” e “ritmos” de construção da pesquisa. Também agradeço suas contribuições.

Destaco a importante contribuição dos professores do Programa de Pós-Graduação: Charles Monteiro, Maria Cristina dos Santos, Margaret Marchiori Bakos, Janete Silveira Abrão e Arno Alvarez Kern.

Agradeço a vários professores do Programa, que, embora não tendo sido meus orientadores, nem professores em disciplinas e seminários, varias vezes pararam para discutir o Projeto de Pesquisa, como os professores Moacyr Flores e René E. Gertz.

Meu muito obrigado aos professores Helder Gordim da Silveira e Beatriz Ana Loner, por aceitarem participar da Banca desta Dissertação.

Foi importante a colaboração e a troca de informações proporcionada pelos alunos do Programa (mestrandos e doutorandos), que, para não pecar em deixar alguém de fora, não citarei ninguém especificamente.

Agradeço, também, aos “companheiros” da Federação Anarquista Gaúcha que muito contribuíram no que se refere a questões relacionadas à teoria e ideologia.

Agradeço, também, aos funcionários dos diversos arquivos por que pesquisei: APERGS, AHMMV, AHRGS, IHGRGS.

Em Porto Alegre, agradeço também ao amigo Adailton Moreira e a Resplandi por terem nos acolhido em sua casa por alguns dias.

Em Alegrete, agradeço as contribuições de Danilo Assumpção dos Santos (CEPAL), de Homero Corrêa Pires Dornelles e, principalmente, do Sr. Flávio Alfeu Poitevin.

Algumas pessoas que viram, na pesquisa que eu vinha desenvolvendo, a possibilidade de um “Mestrado”, e que colaboraram com dicas e bibliografias etc.: Prf.º Mestre Luiz Felipe S. Pereira, Prf.ª Dra. Taís Vargas Lima, Prof.º Dr. Marcelo Rocha, Prof.º Dr. André Mitidieri, Prof.º Mestre e Doutorando Edson Romário Monteiro Paniagua, a Mestre e Doutoranda Graciela Garcez Bonassa. Na época, o acadêmico de História na UFRGS e atualmente mestrando na UNISINOS, amigo João Batista Carvalho Cruz. Lembro e agradeço aos amigos João Batista Marçal e ao Prof.º Dr. Adhemar Lourenço da Silva Junior pelas informações de pesquisa.

Agradeço as “Comunidades Escolares” nas quais trabalhei no mesmo momento em que trabalhava no Projeto de Pesquisa: Escola Municipal de Ensino Básico Antonio Saint Pastous de Freitas (Alegrete), Escola Municipal de Ensino Básico Waldemar Borges (Alegrete), Escola Municipal de Ensino Básico Aley Vargas Cheuiche (Alegrete), Escola Municipal de Ensino Básico Lions Clube (Alegrete). Agradeço a “Comunidade Escolar” da Escola Estadual de Ensino Fundamental Arthur Hormain (Alegrete), Escola Estadual de Ensino Fundamental Gaspar Martins (Alegrete), Escola Estadual Dr. Lauro Dornelles (Alegrete). Em Porto Alegre, agradeço as “comunidades escolares” das Escolas Estaduais São Francisco, Roque Callage e Apeles Porto Alegre.

Agradeço o companheirismo e as contribuições de minha esposa, também mestranda em História da PUCRS, Milena de Souza da Silva. Agradeço aos meus pais: Manoel Luis Santos Corrêa e Sonia Terezinha Pereira Corrêa, meus irmãos Gleidson Amaro Pereira Corrêa (sua curiosidade epistemológica contribuiu para pensar o Projeto) e Greice Cristina Pereira Corrêa. Também agradeço o apoio da minha sogra, Sr.ª Delvair Lopes da Silva, e do “padrasto” de minha esposa, senhor Danilo Moura Melo, que também foi meu “sócio” em pequeno negócio pecuário que possibilitou minha manutenção na Capital do Estado, sendo que, se eu dependesse somente do salário de professor estadual, a situação seria periclitante.

Enfim, agradeço a todos (e a todas) trabalhadores(as) que fizeram e fazem esta História.

De pé, ó vítimas da fome!  
De pé, famélicos da Terra!  
Da idéia a chama já consome  
A crosta bruta que a soterra.  
Cortai o mal, bem pelo fundo!  
De pé, de pé, não mais senhores!  
Se nada somos, em tal mundo,  
Sejamos tudo, ó produtores!

Bem unidos, façamos,  
Nesta luta final,  
Duma Terra sem amos  
A Internacional!  
(...)

(A “Internacional”: Letra de Eugene Pottier, escrita em 1871, em Paris)

## RESUMO

A presente Dissertação aborda o Movimento Operário em Alegrete e a presença de imigrantes e estrangeiros entre os anos de 1897 e 1929. Existem poucos estudos que discutem a relação entre movimento operário e imigração, da mesma forma que existe uma carência em estudos que abordem o movimento operário no Rio Grande do Sul, fora de espaços como Rio Grande/ Pelotas e Região Metropolitana de Porto Alegre. Por isso, a importância de expandir as pesquisas sobre outras regiões, como, por exemplo, a fronteira e campanha sudoeste do Rio Grande do Sul. O problema da pesquisa é conhecer o papel dos imigrantes na formação do movimento operário. Mais especificamente pretende-se conhecer o papel de imigrantes e estrangeiros na formação do movimento operário alegretense. Para explicar o movimento operário e a presença de imigrantes dentro da linha interpretativa de E. P Thompson, que privilegia o “Fazer-se” da classe e suas experiências, utilizou-se do conceito de “internacionalismo operário” desenvolvido por Isabel Aparecida Bilhão, filiado ao campo da cultura (identidade). Utilizam-se as mais diversas fontes para a obtenção de informações, desde as primárias até as secundárias. Das fontes secundárias, foram importantes as Teses e Dissertações; das fontes primárias, foram importantes os Relatórios da Intendência Municipal de Alegrete, os Livros de Registros de Cobranças de impostos Sobre Indústria e Profissões de Alegrete e a Imprensa (jornais da época). A Dissertação ficou dividida em três capítulos: Trabalho, imigração e movimento operário (análise da questão da presença de imigrantes na formação da força de trabalho e no movimento operário em escala internacional, nacional e regional); Alegrete: cenário e mercado de trabalho e O Movimento Operário em Alegrete: a presença de imigrantes (1897 – 1929). A conclusão do trabalho aponta que, na composição da direção do movimento operário alegretense, a identidade cultural internacionalista operária possuía maior probabilidade de assimilação entre os descendentes de imigrantes e estrangeiros. Foi possível perceber que a formação do movimento operário em Alegrete se deu principalmente a partir da “mistura étnica” com fortes indícios da importância das relações de parentesco e familiares entre os membros das diretorias das associações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimento Operário, imigrantes, Alegrete.

## ABSTRACT

The present paper approaches the Bluecollar Movement in Alegrete and the presence of immigrants and foreigners between the years of 1897 and 1929. The researches on the Labor Movement in Brazil concentrate exactly on this period (Old Republic). There are few studies that discuss the relationship between labor movement and immigration, in the same way that there is a lack of studies that approach the labor movement in Rio Grande do Sul, out of spaces as Rio Grande, Pelotas and Metropolitan Area of Porto Alegre. Therefore, the importance of expanding the researches on other areas, as, for instance, the border and Southwest campaign of Rio Grande do Sul. The problem of the research is to know the immigrants' paper in the formation of the labor movement. More specifically it is aimed to know the role of immigrants and foreigners in the formation of bluecollar movement in Alegrete. To explain the labor movement and the immigrants' presence inside of the interpretative line of E. P. Thompson, that privileges "to Do" of the class, and their experiences, it was used of international worker's "concept developed by Isabel Aparecida Bilhão, adopted to the field of the culture (identity). The most several sources were used for the obtaining of information, from primary to secondary. Of the secondary sources, they were important the Theories and Dissertations; of the primary sources, they were important the Reports of Municipal Intendancy of Alegrete, the Books of Registrations of Collection of taxes On Industry and Professions of Alegrete and the Press (newspapers of the time). The Dissertation was divided in three chapters: work, immigration and labor movement (investigation of the subject of the immigrants' presence in the formation of the manpower and in the labor movement in scale international, national and regional); Alegrete: scenery and job market and the Labor Movement in Alegrete: the immigrants' presence (1897 - 1929). The conclusion of the paper points out that, in the composition of direction of bluecollar movement in Alegrete, the internationalist bluecollar cultural identity had more probability of assimilation between the immigrants and foreigners descendants. It was possible to notice that the formation of bluecollar movement in Alegrete occurred mainly from the "ethnic mixture" with strong evidences of the importance of the familiar relationships among the members of the associations directions

KEY WORDS: Bluecollar movement, immigrants, Alegrete

## **SIGLAS**

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. (Porto Alegre)

AHMAMJT – Arquivo Histórico Municipal de Alegrete Miguel Jacques Trindade.  
(Alegrete)

AHPAMV - Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. (Porto Alegre)

APERGS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. (Porto Alegre)

CEPAL – Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete. (Alegrete)

IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. (Porto Alegre)

MCSHJC - Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa. (Porto Alegre)

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 TRABALHO, IMIGRAÇÃO E MOVIMENTO OPERÁRIO .....</b>	<b>26</b>
2.1 MOBILIDADE E MOBILIZAÇÃO NA EUROPA .....	26
2.2 MOBILIDADE E MOBILIZAÇÃO NA AMÉRICA.....	31
<b>2.2.1 Mobilidade e Mobilização no Brasil .....</b>	<b>37</b>
2.2.1.1 Mobilidade e Mobilização no Rio Grande do Sul.....	46
2.2.1.1.1 A presença imigrante no Rio Grande do Sul .....	46
2.2.1.1.2 Internacionalismo e presença de imigrantes no movimento operário rio grandense.....	53
<b>3 ALEGRETE: CENÁRIO E MERCADO DE TRABALHO.....</b>	<b>70</b>
3.1 ORIGEM DE ALEGRETE .....	70
3.2 FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO .....	77
3.3 A REPÚBLICA VELHA .....	85
<b>3.3.1 Mercado de Trabalho: iniciativa privada .....</b>	<b>100</b>
<b>3.3.2 Serviços e Obras Públicas .....</b>	<b>113</b>
<b>4 MOVIMENTO OPERARIO EM ALEGRETE: A PRESENÇA DE IMIGRANTES E ESTRANGEIROS (1897 – 1929) .....</b>	<b>124</b>
4.1 OS CONSTRUTORES DO MOVIMENTO OPERARIO ALEGRETENSE.....	124
4.2 ASSOCIAÇÕES OPERÁRIAS.....	134
<b>4.2.1 Os trabalhadores no comércio .....</b>	<b>147</b>
4.3 A CIRCULAÇÃO DE IDEIAS E DE MILITANTES.....	152
<b>4.3.1 A imprensa operária .....</b>	<b>153</b>
<b>4.3.2 Os congressos e conferências .....</b>	<b>161</b>
<b>4.3.3 O 1º de maio.....</b>	<b>173</b>
4.4 APRESENÇA DE IMIGRANTES E DE ESTRANGEIROS .....	177
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>187</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>196</b>
<b>ANEXO – Registros de Nascimentos e Casamentos que Possibilitam Identificar a Naturalidade, as Famílias e Relações de Parentesco dos Militantes do Movimento Operário de Alegrete .....</b>	<b>211</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O assunto de que trata o presente estudo é a relação entre movimento operário e imigração. Mais especificamente, este trabalho aborda o Movimento Operário em Alegrete e a presença de imigrantes e estrangeiros no período da República Velha a partir de um enfoque sociocultural. A delimitação cronológica justifica-se pelo fato de ser neste período (1889 – 1930) que se concentra um maior acúmulo de estudos e pesquisas sobre o assunto (artigos, monografias, dissertações, teses e livros). É neste período, que, segundo a historiografia, emerge a “questão social” e forma-se o movimento operário no Brasil. Esta pesquisa justifica-se por ser inédita. Os estudos sobre a classe operária e o movimento operário concentram-se no litoral (Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas), sendo praticamente escassa a produção historiográfica desta temática no interior do Rio Grande do Sul e na região da Campanha Sudoeste. Sabe-se que os estudos das peculiaridades podem ajudar a compreender as generalidades, que o estudo das partes contribui para compreender o todo e vice-versa. A existência de fontes e o interesse particular do pesquisador pela história social da localidade (Alegrete) contribuem para possibilitar maior êxito nos objetivos traçados.

Ao ser observada a historiografia que trata da história do Movimento Operário no Rio Grande do Sul, aparecem vários indícios da presença de organizações operárias no interior do Estado. Além das notícias que aparecem na imprensa, as organizações operárias do interior estão presentes e representadas nos mais diversos Congressos Operários. O Primeiro Congresso Operário do Rio Grande do Sul, em 1898, reúne várias associações operárias do interior do Estado, como se vê a seguir:

Esse Congresso reuniu, além das associações da capital, (...), outras de Rio Grande, Pelotas, Margem do Taquari, Alegrete, São Leopoldo, Cruz Alta e Cachoeira. Dele, participaram também anarquistas e, na sua senda, nos anos seguintes, afirmou-se um processo organizativo em que surgiram novas entidades em Bagé, São Gabriel, Santa Vitória, Uruguaiana, Pelotas e Porto Alegre. Na mesma época, começou a circular, por iniciativa dos socialistas, da União Operária de Rio Grande, a idéia de uma “federação nacional”, proposta à qual aderiram Ligas e Centros Operários do Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Recife, Santa Catarina, Bahia, Pelotas, Alegrete e Santa Vitória, mas que, nesse momento, não se concretizou.<sup>1</sup>

Portanto, além de Rio Grande e Pelotas, importantes centros do Movimento Operário no final do século XIX e início do século XX, destaca-se a presença de organizações operárias

---

<sup>1</sup> PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz e Benito Bisso Schmidt. **O movimento operário no Rio Grande do Sul: militantes, instituições e lutas**. In: Capítulos de história do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004. p. 212s.

na região da campanha sudoeste: Alegrete, Bagé, Uruguaiana etc. Silvia Petersen relaciona a existência do movimento operário à emergência do ambiente urbano-industrial; porém, manifesta preocupação em estudar como se desenvolve a “formação da classe operária” rio-grandense em cidades como Bagé, Uruguaiana, Cachoeira, entre outras. Desta forma, Petersen escreve:

Os precários dados existentes para este período tornam extremamente difícil construir um quadro tanto das empresas industriais como da composição da força de trabalho nelas empregada. O entusiasmo pela história do movimento operário parece ter-se esgotado antes que pesquisas de âmbito local tivessem se voltado para o tema; assim, salvo exceções, (principalmente o caso de Pelotas e Rio Grande), ainda estão por ser realizadas investigações que contribuam para uma visão mais clara, de âmbito estadual, das origens da industrialização e das características de seus trabalhadores em outros centros que depois terão alguma expressão para a história do movimento operário.<sup>2</sup>

É interessante, nesse comentário da pesquisadora Silvia Petersen, o destaque dado à importância de conhecer a formação do movimento operário no interior do estado, porém, para esses casos, é questionável vincular movimento operário e industrialização (indústria moderna com mecanização e divisão técnica do trabalho). Explicar ou condicionar o movimento operário à existência de indústria pode não ser o caminho mais frutífero para estudar o movimento operário no interior.

Jorge Luiz Pastorisa Jardim discute a existência da imprensa operária pelo grau de industrialização das cidades. Em seus estudos sobre a imprensa operária no Rio Grande do Sul, afirma que, entre as seis cidades que concentravam o maior número de jornais operários do Estado, fora Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, que são consideradas industrializadas no período, aparecem Bagé, Livramento e Santa Maria. Diz Jardim que, excluindo Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Passo Fundo e Santa Maria, todas as outras cidades que possuem jornais operários estão localizadas na região de fronteira. Ele chama a atenção para a urbanização (o que não significa industrialização) e a existência de movimento operário. Acrescenta ele: “Na falta de monografias e estudos municipais sobre o movimento operário do Rio Grande do Sul, este aspecto da análise fica prejudicado.”<sup>3</sup>

Outro aspecto também integrante do universo operário e do movimento operário é a relação destes com a imigração. Observa-se, na historiografia, a análise do papel do imigrante

---

<sup>2</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **“Que a União operária Seja Nossa pátria!”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.p.26.

<sup>3</sup> JARDIM, Jorge Luiz Pastorisa. **Comunicação e militância: A imprensa operaria do Rio Grande do Sul (1892-1923)**. Dissertação. Porto Alegre: PUCRS, 1990.p.134 e 137.

na constituição da força de trabalho no período da República Velha, da mesma forma que o papel do imigrante em relação à militância política e social nas organizações do movimento operário brasileiro. Edgar Carone, apresentando estudo sobre a composição étnica da classe operária brasileira, afirma que, “bem antes da proclamação da República, o elemento estrangeiro prepondera numericamente e ideologicamente entre o operariado (...)”<sup>4</sup>. O mesmo autor, em outra obra, denominada “O Movimento operário no Brasil”, destina um capítulo sobre a lei de expulsão dos estrangeiros que se envolvessem em manifestações políticas aqui no Brasil.

Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall destacam um capítulo de seus estudos com o título “A imigração italiana e o movimento operário no Brasil (1906)”. Especificamente sobre São Paulo e a formação do proletariado, escrevem:

(...) misturados à massa amorfa dos imigrantes, chegava um número limitado de operários cômicos da organização, os combatentes que haviam tomado parte da Internacional, no Partido Operário ou mais tarde no Partido Socialista Italiano, revolucionários, legalitários, anarquistas até, talvez meramente corporativistas.<sup>5</sup>

Sobre a formação do movimento operário brasileiro, Cláudio Batalha diz que é construída a imagem do italiano anarquista e acrescenta que: “Caricata, ela (esta imagem) reúne dois componentes fundamentais: por um lado, a associação automática entre trabalhador e imigrante – este, por sua vez, reduzido ao italiano; por outro, a atribuição de um ideário único, o anarquismo, àquele momento histórico.”<sup>6</sup> Erro grave, no tocante à generalização para toda experiência operária no Brasil. Em outra obra, Batalha aponta duas questões de interesse para este estudo: primeiro, que não se deve estabelecer uma relação automática entre a forma assumida pelo trabalho e a existência da classe operária, porque a questão de classe é “(...) mais que uma decorrência da forma de trabalho, é o modo como esses trabalhadores se percebem;”.<sup>7</sup> O pesquisador afirma que o mito sobre o imigrante militante não consegue se sustentar diante das evidências empíricas e que as questões étnicas podem ser vistas mais como um elemento de dissenso do que de consenso entre os

---

<sup>4</sup> CARONE, Edgar. **A República Velha: Instituições e Classes Sociais**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.p.189.

<sup>5</sup> HALL, Michael M. **A Classe Operária no Brasil (1889 – 1930)**. São Paulo: Editora Alfa Omega,1979.p.36.

<sup>6</sup> BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. **O Movimento Operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.p.07.

<sup>7</sup> BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. **Formação da Classe operária e projetos de identidade coletiva**. In: O Tempo do Liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930 / Org.Jorge Ferreira e Lucílio de Almeida Neves Delgado – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil Republicano:V.1). p.164.

trabalhadores: “Nos países em que a imigração teve um peso fundamental, como no Brasil, entre os fatores que dificultam a organização operária, em primeiro lugar, costumam figurar as divisões étnicas e os conflitos que delas derivam.”<sup>8</sup> Aparece, nos estudos de Sidney Chalhoub, a relação entre imigrantes e nacionais no “mundo do trabalho”, no Rio de Janeiro do início do século XX. Chalhoub considera por vezes conflituosa esta relação, porém, escreve que, da mesma forma que gera conflitos, a relação entre imigrantes e nacionais gera também poderosos laços de união e solidariedade.<sup>9</sup> Adhemar Lourenço da Silva Junior, ao escrever sobre a Greve de 1917, em Porto Alegre, analisa conflitos ocorridos entre trabalhadores e imigrantes. Da mesma forma que Chalhoub, o historiador Adhemar demonstra casos de conflitos e solidariedade entre trabalhadores imigrantes e entre estes e nacionais. A grande contribuição de Silva Junior é demonstrar o peso das questões étnicas no movimento operário, na medida em que, segundo o autor, a Greve geral de 1917 tem como um fator decisivo para sua massificação a guerra contra os germanófilos no contexto da 1ª Guerra Mundial.<sup>10</sup> Procura-se, assim, estar atento à crítica da historiografia sobre o movimento operário no Brasil, enfatizando, segundo Petersen, a mobilidade e as particularidades do regional e local.<sup>11</sup>

Robert Paris afirma que uma das dificuldades encontradas pelo pesquisador da história do movimento operário latino americano é “enquadrar” certos militantes em “quarós” nacionais, sendo que muitos deles circularam por diversos países e são reivindicados pelo movimento operário dos países por onde passaram. O mesmo autor diz que existe um debate sobre a “formação” do movimento operário latino americano que destaca duas tendências interpretativas: uma “europeisante” e outra “nacionalizante”.<sup>12</sup>

Para compreender a difusão da “identidade operária internacionalista”, das idéias e práticas do movimento operário, é oportuno o debate com as observações de Paris, onde afirma que “longe de nos limitarmos à sua introdução ou reprodução (e, portanto, de explicar por mecanismos de influência ou filiação), a difusão de uma doutrina só ganha todo o seu

---

<sup>8</sup> BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. **Formação da Classe operária e projetos de identidade coletiva**. In: O Tempo do Liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930 / Org. Jorge Ferreira e Lucílio de Almeida Neves Delgado – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil Republicano:V.1). p.167.

<sup>9</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986. p.61.

<sup>10</sup> SILVA JR, Adhemar Lourenço da. **Povo! Trabalhadores! Tumultos e Movimento Operário (estudo centrado em Porto Alegre, 1917)**. Dissertação de mestrado, Porto Alegre: UFRGS, 1994. p.40s e 190s.

<sup>11</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **Cruzando Fronteiras: As pesquisas regionais e a história operária brasileira**. In: Trabalho, Cultura e Cidadania: um balanço da história social brasileira. Org. Ângela Maria Carneiro Araújo. São Paulo: Scritta, 1997.

<sup>12</sup> PARIS, Robert. **Biografia e “perfil” do movimento operário**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/Ed. UNIJUÍ, vol.17, nº 33, 1997.p.21-22.

sentido como produção. (...)” É importante para Paris a ação de “grupos que tomam a seus encargos e se dispõem a verificar e realizar a ‘traduzibilidade’.”<sup>13</sup> O movimento operário adequado e adaptado a diferentes realidades.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a presença de imigrantes na formação do movimento operário alegretense, para tal propósito, segue-se os seguintes objetivos específicos: conhecer a relação entre a imigração e organização do movimento operário internacional, conhecer a presença de imigrantes na economia urbana local e, por último, compreender a existência do movimento operário em Alegrete e analisar a presença de imigrantes e estrangeiros.

Faz-se uso da “triangulação”, que segundo Mirian Goldemberg<sup>14</sup>, é a utilização de diversas metodologias para o estudo de um determinado fenômeno. Os métodos utilizados são quantitativos e qualitativos, recorrendo-se mais à análise de conteúdo e à comparação empírica (acontecimentos).

O método quantitativo pressupõe uma população de dados de estudo comparáveis, seqüenciais e seriais. Estas informações podem ser generalizadas. O método qualitativo é apropriado para conhecer como cada indivíduo ou grupo experimenta determinadas situações sociais. O método qualitativo proporciona o estudo de aspectos difíceis de quantificar: motivações, crenças, sentimentos etc.<sup>15</sup>

Os documentos são abordados como tradições (produzidos em série ou organizados de tal forma) e restos (documentos individualizados sem regularidade).<sup>16</sup> Em relação aos primeiros tipos de documentos, explora-se o sentido quantitativo e estatístico. Quando necessário, utiliza-se de quadros e tabelas. Sobre o método quantitativo, a historiadora Silvia Petersen destaca a importância da utilização da quantificação nos estudos sobre a história operária. Segundo a pesquisadora:

É certo que para determinadas temáticas da história operária a quantificação é praticamente impossível, não existem mesmo fontes. Mas, de qualquer forma, imagino que, uma vez que o investigador se disponha a isso, percorrendo documentos de natureza diferente ou, quando for possível séries documentais, cruzando esses dados, substituindo por estimativas ou hipóteses as lacunas impossíveis de preencher, pode oferecer novos

---

<sup>13</sup> PARIS, Robert. **Biografia e “perfil” do movimento operário**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/Ed. UNIJUÍ, vol.17, nº 33, 1997.p.22.

<sup>14</sup> GOLDEMBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Record., 2003.p.63.

<sup>15</sup> Idem. Ver também: BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.p.53s

<sup>16</sup> DIEHL, Astor Antônio. **Do Método Histórico**. 2ª ed. Passo fundo: UPF, 2001.p. 37s. Sobre “crítica das fontes” foi observado também o estudo de José Van Den Besselaar, intitulado Introdução aos estudos históricos. 5ª Ed. São Paulo, EPU,1979.p.138.

materiais para pensar, afinal quantos eram os operários em determinado momento, qual sua distribuição geográfica, sua composição por idade, etnia, sexo, ramo de atividade, etc.”<sup>17</sup>

Destaco no texto acima a importância que Petersen dá ao esforço de quantificar as informações, mesmo percorrendo “documentos de natureza diferentes” e, quando possível, “séries documentais”. Um dos aspectos relacionados pela autora é a questão “étnica”. As afirmações feitas por Petersen sobre a história operária cabem também à história do movimento operário.

O segundo tipo de documento possibilita procurar indícios sobre as “motivações” da organização operária em Alegrete. Esses últimos tipos de documentos são abordados mais no sentido do discurso (qualitativo).

Procura-se partir do global para o local, de maneira que seja possível estabelecer tópicos de comparação entre as escalas do global, nacional, regional e local. Procura-se compreender o local pelo global e o global pelo local. Buscam-se generalidades e especificidades. A comparação deve ser feita em sociedades próximas no tempo e no espaço e que possam exercer influência recíproca.<sup>18</sup>

No primeiro capítulo, a maioria das fontes é bibliográfica, somando-se, a estas, trabalhos acadêmicos como artigos, dissertações e teses. Utiliza-se mais da análise de conteúdo, elaborando algumas quantificações. Destaca-se que foi feita uma leitura exploratória no sentido de “busca de dados”. São assumidas as falhas que este método pode trazer. Dois exemplos podem ser apresentados: quantificou-se “indícios” e “ilustrações”, então, os dados quantificados, em alguns momentos, sobre a presença de patronímicos estrangeiros no movimento operário, podem não se prestar a generalizações. Outro caso importante é a utilização de autores que não discutiam a questão étnica no “mercado de trabalho” nem no movimento operário e, quando o fazem, apontam para a importância dos elementos nacionais na formação da classe operária brasileira. É o caso exemplar da Tese da pesquisadora Beatriz Ana Loner, que destaca a presença de nacionais na composição do movimento operário em Pelotas. No segundo capítulo, existe uma maior diversidade de fontes, tanto bibliográficas, quanto documentos primários. Utiliza-se de fontes inéditas e documentos classificados como restos e ou tradições (séries). As mais importantes fontes são as originárias da Administração Pública, como as Atas e os relatórios da Câmara de Alegrete,

---

<sup>17</sup> PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. **Comentários sobre a conferência História Operária proferida pela Prof.<sup>a</sup> Dra. Beatriz Loner**. História UNISINOS. Número Especial – São Leopoldo: UNISINOS, 2001.p.91-92.

<sup>18</sup> BARROS, José D’Assunção. **História comparada – um novo modo de ver e fazer a história**. Revista de história comparada. Vol.I, nº 01, jun/2007.p.12.

assim como os Relatórios da Intendência Municipal de Alegrete. Além da análise de conteúdo e do método qualitativo, recorre-se mais à quantificação (muitos quadros e tabelas). No terceiro e último capítulo, além da bibliografia sobre o movimento operário rio-grandense, utiliza-se muito da imprensa da época.

Qual a importância dos imigrantes e estrangeiros na formação do movimento operário alegretense? Para responder a esta problemática, busca-se um conjunto conceitual para dar conta de explicar a ocorrência do movimento operário em Alegrete e que possibilite também explicar a participação ou não de imigrantes e estrangeiros em sua formação. Adhemar da Silva Junior escreve que a “(...) greve pertence à cultura, sendo, portanto, resultado de um aprendizado.”<sup>19</sup> Nesse sentido, pode-se considerar que o movimento operário (sua organização) também é resultado de um processo de ensino e aprendizagem, por isso também pertencente ao campo da cultura. Não é defendida aqui a postura “culturalista” da História nem do movimento operário: simplesmente, faz-se referência à “História Social da Cultura”. Um dos principais expoentes da “História Social da Cultura” foi Thompson, que não se limita a analisar o papel da economia e da política na formação da classe operária inglesa, mas estuda importantes aspectos da cultura.<sup>20</sup> A cultura dos subalternos ou dos trabalhadores era rica e diversificada; porém, o aspecto que será analisado neste trabalho é o da cultura “militante” – o movimento operário e, mais especificamente, os “dirigentes” desse movimento (o estudo sobre os dirigentes do movimento é justificado pela existência de fontes).

O que é o movimento operário? O historiador Claudio H. M. Batalha afirma que devemos “historicizar” a noção de classe<sup>21</sup>, dessa forma, pode-se dizer que o mesmo deve ser feito com a noção de “movimento operário”. A classe operária é uma no Brasil no final do século XIX e início do século XX, é diferente no decorrer do século XX, assim como é outra atualmente. O mesmo acontece com o movimento operário. Batalha escreve que o movimento operário pode ser feito em ações esporádicas e espontâneas, porém “(...) a associação operária é a materialização da experiência comum no decorrer da qual se constrói a identidade coletiva.(...)”<sup>22</sup>

<sup>19</sup> SILVA JR. Adhemar Lourenço da. **“Povo! Trabalhadores!”: tumulto e movimento operário (estudo centrado em Porto Alegre, 1917)**. Dissertação. Porto Alegre: UFRGS, 1994.p.242. Destaco aqui que assim como a greve, o movimento operário também é resultado de um aprendizado. O aprendizado pode ser planejado, programado ou espontâneo, ir se construindo na luta. Um lema da “pedagogia ativa”: “Só se aprende fazendo!”. Ainda assim é um aprendizado.

<sup>20</sup> BURKE, Peter. **O quê é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.p.26s.

<sup>21</sup> BATALHA, Claudio H. M. **Movimento operário: Qual história?** In: Trabalho, Cultura e Cidadania: um balanço da história social brasileira. São Paulo: Scritta, 1997.p.148.

<sup>22</sup> BATALHA, Claudio H. M. **Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): atitudes ou legitimidades?** Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH, v. 12, n.23/24.p.122-123.

Ao escrever sobre a historiografia do movimento operário no Rio Grande do Sul, Petersen diz que se refere “(...) ao estudo dos instrumentos formais – institucionais de organização e luta da classe operária, as associações, sindicatos, partidos e greves.”<sup>23</sup> A mesma historiadora ao tratar ainda da história dos operários no Rio Grande do Sul, destaca:

Assim, a história dos operários no Rio Grande do Sul, como em outros locais onde o **movimento operário** (grifo meu) foi se formando, constitui em grande parte, na história de seus esforços para criar instituições – mutuais, ligas, uniões, sindicatos e partidos – que expressassem sua identidade de classe, foi a história de suas experiências e lutas coletivas em defesa de direitos e pela transformação da sociedade que os oprimia.<sup>24</sup>

Beatriz Loner, ao escrever sobre o movimento operário na zona sul do Estado do Rio Grande do Sul, fala sobre jornais socialistas, associações operárias, greves, “meetings” e comemorações do 1º de maio.<sup>25</sup> Isabel Bilhão, ao tratar do movimento operário em Porto Alegre, escreve sobre ligas operárias, partidos, jornais, escolas, festas, greves e o 1º de maio.<sup>26</sup>

Portanto, o movimento operário, no final do século XIX e início do século XX, é caracterizado por um conjunto de ações que podem ser individuais, mas são, principalmente, coletivas; que podem ser esporádicas e espontâneas, mas também podem ser coordenadas, planejadas e institucionalizadas, com o objetivo de alcançar conquistas no sentido de melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores (maiores salários, menos horas de trabalho, assistência econômica e educacional, moradia, etc.) ou a construção de uma cultura e identidade de classe. Estas atividades e objetivos podem ser instrumentalizados a partir de associações, ligas, sindicatos, partidos, jornais, escolas, conferências, meetings, greves, manifestações, etc.

A história do movimento operário é uma pequena parte da história dos trabalhadores, e não pretende substituí-la. Segundo Batalha, o conjunto dos trabalhadores é dividido em quem faz parte e quem não faz parte do movimento operário. O movimento operário, por sua vez, é dividido em três segmentos: lideranças, quadros intermediários e militantes de base. O autor salienta que:

Apenas uma minoria chega a escrever nos jornais operários e tem uma atuação que transcende os limites de sua categoria profissional; esses podem

<sup>23</sup> PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. **“Que a União Operária seja nossa Pátria!”: história da luta dos operários gaúchos para construir suas organizações**. Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.p.15.

<sup>24</sup> PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz e Benito Bisso Schmidt. **O movimento operário no Rio Grande do Sul: militantes, instituições e lutas (das origens a 1920)**. In: Capítulos de História do Rio Grande do Sul. Org. Luiz Alberto Grijó [ET AL]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.p.212.

<sup>25</sup> LONER, Beatriz Ana. **Operários e participação no início da República: o caso de Pelotas e Rio Grande**. In: Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. XXII, n.2, dezembro 1996,p.71.

<sup>26</sup> BILHÃO, Isabel. **Rivalidades e Solidariedade no Movimento Operário: Porto Alegre 1906-1911**. Porto Alegre: EDPUCRS, 1999.

ser considerados como as lideranças operárias. Um grupo um pouco maior participa ativamente da vida da categoria, integra direções de associações, assina manifestos, mas raramente escreve sobre sua prática e muito menos produz teoria. O terceiro e, certamente, maior grupo, é composto por aqueles que apenas exercem uma militância eventual, que são a base de todas as organizações, que estão presentes nos momentos de ascenso dos movimentos e os abandonam nos momentos de refluxo.<sup>27</sup>

O referencial teórico deste trabalho, como já demonstrado, é Thompson. Entende-se que o Movimento Operário possui papel de destaque na produção da classe operária. O movimento é produtor e produzido pela classe. Nesta perspectiva, a classe operária faz-se em processo. Uma classe consciente de seus interesses não surge pronta, mas se faz ao seu próprio agir. Este trecho famoso de Thompson ilustra esta afirmação, ao dizer que:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.<sup>28</sup>

As experiências devem, necessariamente, ser mais do que herdadas, elas devem ser “experimentadas” e vinculadas aos contextos específicos. Os interesses devem ser “sentidos”, a partir de “necessidades” reais, o que não significa dizer materiais. Portanto, os interesses devem ter vínculo com a realidade vivida pelos membros de determinado grupo social. Sobre a experiência, Thompson acrescenta que:

A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais; encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe.<sup>29</sup>

Thompson quer dizer que nem toda experiência deve possuir uma consciência ideal correspondente, assim como idealizações, sem vínculos com as experiências originais, podem ser aplicadas em situações diversas. O que merece destaque nesta concepção é que a questão da classe não é um resultado automático da estrutura, mas um fenômeno real, social, humano e relacional, ou seja, em relação com o conjunto da sociedade. É importante fazer destaque para um alerta que Thompson faz para o uso da “experiência” dos sujeitos históricos para compreender os fenômenos do passado. Para ele, “a experiência é válida e efetiva, mas dentro

---

<sup>27</sup> BATALHA, Cláudio. **Vida Associativa: Por uma Nova Abordagem da História Institucional nos Estudos do Movimento Operário**. Anos 90. Porto Alegre: UFRGS, dez 1997. N.º8.p.104.

<sup>28</sup> THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. v1.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.p.10.

<sup>29</sup> Idem.

de determinados limites: o agricultor “conhece” suas estações, o marinheiro “conhece” seus mares, mas ambos permanecem mistificados em relação à monarquia e a cosmologia.”<sup>30</sup>

Thompson afirma que o estudo do sociólogo Bourdieu sobre “habitus” pode auxiliar a compreensão da história operária, no sentido de acrescentar nas discussões que ele fez sobre a “experiência”.<sup>31</sup> Para compreender o conceito de Habitus, é necessário que este não seja separado do conjunto teórico composto por Bourdieu: Campo, Capital e Habitus. De forma simplificada, entende-se que “Campo” é um sistema estruturado objetivamente que se impõe aos objetos e agentes. É um espaço de conflito onde os agentes lutam para acumular ou monopolizar capital específico de cada campo (os agentes lutam também para mantê-lo intacto ou mudá-lo). Em cada Campo, há dominantes e dominados. Um Campo é um espaço autônomo regido por leis próprias, e seu funcionamento não se reduz a uma única lógica. Os Campos são históricos. Os Campos podem ser: econômico, político, cultural, desportivo etc.<sup>32</sup> Brandão escreve que “O ‘Capital’ específico (científico, artístico, político, religioso...) é a moeda própria a cada campo, cuja posse é a condição para que os agentes atuem num determinado Campo e possam, em virtude de suas jogadas, acumular Capital específico.”<sup>33</sup> O “Habitus” é um conjunto de modos de ver, agir e atuar, que, por mais que pareçam naturais, são sociais. Estão moldados pelas estruturas sociais e se apreendem. É uma mediação entre as condições objetivas e os comportamentos individuais.<sup>34</sup>

Nesse sentido, como já exposto acima, não é possível negar as condições e contradições materiais e econômicas, mas destaca-se que o movimento operário é resultado mais da ação coletiva e cultural dos trabalhadores do que um simples reflexo do desenvolvimento das “forças produtivas” e das contradições econômicas. Por isso, procura-se explicar a origem do movimento operário a partir do campo político e simbólico, tendo como papel fundamental o internacionalismo operário.<sup>35</sup>

<sup>30</sup> THOMPSON, E.P. **Miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Tradução de Waltensin Dutra. Zahar Editores. Rio de Janeiro: 1981.p.16.

<sup>31</sup> Ibid, p.193.

<sup>32</sup> FLACHSLAND, Cecília. **Pierre Bourdieu y el Capital Simbólico**. Madri, Campo de Ideas SL, 2003.p.48s.

<sup>33</sup> BRANDÃO, Zaia e Helena Altmann. **Algumas hipóteses sobre a transformação do habitus**. Disponível em: [http://WWW.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG\\_0599.EXE/5915.PDF?NrOcoSis=16344&CdLinPrg=pt.p.05](http://WWW.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG_0599.EXE/5915.PDF?NrOcoSis=16344&CdLinPrg=pt.p.05). Acessado em 20 de novembro de 2008. 16:40.

<sup>34</sup> FLACHSLAND, Cecília. **Pierre Bourdieu y el Capital Simbólico**. Madri: Campo de Ideas SL, 2003.p.53s.

<sup>35</sup> Adhemar Lourenço da Silva Jr. utiliza os conceitos de “grande política” para se referir à política institucional, e de “pequena política” para se referir ao campo social das entidades e associações operárias. Para o historiador, as correntes políticas do movimento operário em outros estados seriam: o socialismo, o anarquismo e os “amarelos” (colaboracionistas). A historiografia do Rio Grande do Sul restringe essas três correntes a simplesmente uma luta entre anarquistas e socialistas, dando a entender que, aqui, não existiam associações operárias do tipo “colaboracionistas”. Esta historiografia bane de sua análise qualquer posição operária que venha em defesa dos partidos políticos de então. Segundo ele, esta concepção não considera a bipolaridade

Bilhão escreve que, entre tantos aspectos que compõem a formação da classe operária, a identidade é um dos elementos importantes. Para a autora, Tompson confirma esta afirmativa quando diz que a classe se faz na medida em que se percebe enquanto grupo diferente (diferenciação), portanto é uma construção identitária. Ainda de acordo com Bilhão:

(...) o fazer-se da classe operária, ao mesmo tempo em que vai se percebendo como tal, é perpassada por um processo de construção identitária dos operários que estabelece critérios e estratégias de reconhecimento e distinção, o que significa dizer que a construção da consciência de pertencimento a uma classe é indissociável da percepção identitária que os operários constroem entre si e em relação às outras classes sociais.<sup>36</sup>

Na outra página de seu estudo, Bilhão diz que a identidade operária se constrói em interação com outras identidades sócias e coletivas, como étnicas e de gênero. A autora trabalha com três aspectos da construção de identidades: o reconhecimento, a distinção e a memória coletiva. Assim, o reconhecimento quer dizer agir de acordo com o que representa ser; ser diferente; e ter uma memória coletiva que reforça os laços de continuidade e ligação entre passado, presente e futuro.<sup>37</sup>

Isabel Aparecida Bilhão escreve:

(...) trabalho com a proposição de que a identidade operária é construída não apenas a partir de relações de reconhecimento, distinção e oposição e das interfaces com outras identidades em nível local, mas também da conjugação dessas circunstâncias com idéias, símbolos e memórias e características que aparecem em diversos lugares e circulam, através de militantes, textos etc., em diferentes países, possibilitando aos operários identificarem-se com as múltiplas dimensões dessa realidade – seus conflitos, contradições, campanhas e solidariedade – e sentirem-se como integrantes do proletariado internacional.<sup>38</sup>

Bilhão analisa como o trabalho articula a identidade social. Como a identidade coletiva implica autorreconhecimento e reconhecimento, a hipótese com que a autora trabalha é que, em se tratando de uma identidade operária, esse reconhecimento depende da constante afirmação por parte da pessoa do operário, do valor de seu trabalho. Quando se reconhece que não existe riqueza sem trabalho, os trabalhadores passam a um lugar de destaque na sociedade. A sociedade, sendo dividida em duas classes, a dos que trabalham e a dos que não

---

política em relação ao movimento operário no Rio Grande do Sul. O autor pretende demonstrar “que as disputas na “grande política” não apenas abrem espaço efetivo de negociação dessas demandas operárias, mas garantem um espaço efetivo de negociação dessas demandas, com respeito ao qual se orientam as disputas no interior da pequena política.” Ver: SILVA JR. Adhemar Lourenço. **A bipolaridade política rio-grandense e o movimento operário (188?-1925)**. In: e Estudos Ibero Americanos, PUCRS, v. XXII, n.02;1996.p.07.

<sup>36</sup> BILHÃO, Isabel Aparecida. **Identidade e Trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896 – 1920)**. Tese Porto Alegre: UFRGS, 2005.p.18.

<sup>37</sup> Ibid. p.32.

<sup>38</sup> Ibid. p.175.

trabalham, inicia-se uma guerra por representação simbólica do trabalho. A autora escreve que, no início da República Velha, ocorre uma re-significação do trabalho. Se no período do Império, o trabalho era um estigma da escravidão, na República, ele passa a ter um significado valorativo. A sociedade é dividida entre os que vivem do seu trabalho e os que vivem explorando o trabalho dos outros. Ela conclui seu trabalho afirmando “que é em torno da valorização do trabalho que se pode encontrar um dos mais fortes referenciais de identidade operária, pois é a condição de trabalho que dá significado a esse contingente que encontra suas condições de subsistência na venda de sua força de trabalho”.<sup>39</sup>

A “consciência de classe” está sempre em construção e reconstrução, não está nunca pronta e acabada; a identidade “internacionalista operária” é parte constitutiva desta consciência de classe, faz parte de sua formação. Significa dizer que os membros da classe operária se reconhecem como tal em todos os países e formam uma “irmandade”, uma “comunidade internacional” de trabalhadores que lutam e se solidarizam contra a exploração econômica e a opressão política. Bilhão define o “internacionalismo operário” a partir da circulação de pessoas, textos e ideias. No caso da circulação de pessoas, segundo a pesquisadora, “colaboraram para isso tanto a existência de políticas imigratórias, quanto a mobilidade geográfica de operários e trabalhadores à procura de empregos, assim como a existência de militantes perseguidos pela polícia.”<sup>40</sup> A autora utiliza Benedict Anderson, que afirma a importância da escrita e da imprensa na construção das “comunidades imaginadas” no final do século XIX. A imprensa é um importante instrumento na construção da noção de contemporaneidade e simultaneidade.<sup>41</sup> A noção de contemporaneidade e de solidariedade dos que se organizam e lutam fortalece a construção identitária em diferentes partes do mundo. Para a autora, o “Primeiro de Maio é o mais importante símbolo da identidade internacional dos operários.”<sup>42</sup> Isabel Bilhão destaca que Eric Hobsbawm afirma a existência de duas formas distintas de difusão do internacionalismo operário: uma entre grupos e indivíduos e outra, na relação entre organizações (programática), ou seja, os trabalhadores passavam a compartilhar lutas em comum.<sup>43</sup>

A problemática da pesquisa, a presença de imigrantes no movimento operário, deve, portanto, ser explicada no sentido da circulação de pessoas e ideias e na invenção de uma

---

<sup>39</sup> BILHÃO, Isabel. **De estigma a emblema: considerações em torno da importância do trabalho na construção da identidade operária (Porto Alegre – 1896 a 1920)**. Ciências & Letras. Porto Alegre, n.41, jan/jun 2007.p.98.

<sup>40</sup> BILHÃO, Isabel Aparecida. **Identidade e Trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896 – 1920)**. Tese. Porto Alegre: UFRGS, 2005.p.189.

<sup>41</sup> Ibid. p.181.

<sup>42</sup> Ibid. p. 219.

<sup>43</sup> Ibid. p.200.

“tradição”.<sup>44</sup> Nesse sentido, possui lógica a hipótese de que as pessoas que “circulavam” (que possuíam mobilidade), possuíam maior probabilidade de mobilização, ou seja, imigrantes e estrangeiros possuíam maior probabilidade de se identificarem e manipularem os signos e representações do internacionalismo operário. Nesse sentido, os imigrantes e estrangeiros formariam parte significativa no movimento operário. Estariam bem representados enquanto líderes, quadros intermediários e base do movimento.

Para estudar os quadros intermediários do movimento operário alegretense são importantes as observações de Adhemar Lourenço da Silva Jr., que afirma: “Em qualquer associação, os grupos dirigentes obtêm tal posição por meio do manejo de pelo menos um de dois tipos de recursos: o prestígio externo à associação e o prestígio interno.”<sup>45</sup> Os quadros intermediários do movimento deveriam então ter reconhecimento social ou interno à organização; neste caso, os imigrantes e estrangeiros deveriam ter algum tipo de prestígio, para fazerem parte da diretoria do movimento operário. Nunca é demais destacar que o foco do estudo é a “direção” do movimento, os líderes e quadros intermediários. São escassos os estudos e os documentos que apresentam informações sobre a “base” do movimento operário.

A pesquisa está dividida em três capítulos: o primeiro denominado “Trabalho, imigração e movimento operário”, no qual se faz um panorama da questão da mobilidade da força de trabalho e a mobilização dos trabalhadores em diferentes “escalas”. Sempre procurando apresentar evidências que comprovem o modelo explicativo, ou seja, a existência do internacionalismo operário. O segundo capítulo, com o título “Alegrete: Cenário e mercado de trabalho”, pretende construir o cenário, palco onde a história acontece. Nesse capítulo, procura-se apresentar a presença de imigrantes na formação da economia urbana e no mercado de trabalho da cidade. O terceiro e último capítulo tem por finalidade compreender o movimento operário alegretense e a presença de imigrantes e estrangeiros na direção deste a partir do internacionalismo operário.

No segundo capítulo, quando for abordada a questão da economia urbana de Alegrete no período da República Velha, os dados serão apresentados a partir de uma análise de

---

<sup>44</sup> HOBBSBAWM, Eric. **A invenção das Tradições**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1997.p.09 e 17. Eric Hobsbawm fala em “tradição inventada”. Segundo ele: “Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visavam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.” Hobsbawm apresenta uma síntese, onde classifica as tradições em três categorias superpostas. Entre as três categorias, a que mais se relaciona com o problema da pesquisa é aquelas tradições “cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento.”

<sup>45</sup> SILVA JR. Adhemar Lourenço. **As Sociedades de Socorros Mútuos: estratégias privadas e públicas. (Estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854 – 1940)**. Tese. Porto Alegre: PUCRS, 2004.p.253.

conteúdo, elaborada à luz de uma categorização e classificação, adotada a partir de uma conceituação mais objetiva. Constroem-se quadros e tabelas apresentando os dados de forma quantificada e comparada. Para analisar as informações contidas nas fontes, procura-se dialogar com a construção conceitual proposta por Sandra Pesavento. Segundo a autora, as três formas ou modalidades de transformação de matéria-prima e beneficiamento dos produtos são: artesanato, manufatura e fábrica. Pelas características destas unidades produtivas, pode-se dizer que: artesanato é sinônimo de oficina e indústria sinônimo de fábrica. São sinônimos porque possuem o mesmo nível tecnológico e forma de trabalho.

Pesavento define a mais elementar forma de transformação da matéria-prima que, para ela, é o artesanato, como: “(...) “pequena indústria”, pressupõe a posse por parte do trabalhador de seus meios de produção, com os quais ele assegura seus meios de subsistência. O artesão não vende força de trabalho. Ele é, ao mesmo tempo, o dono dos instrumentos e o próprio trabalhador.”<sup>46</sup> Com o desenvolvimento da atividade, o artesão passa a produzir valor de troca para um mercado regional. Esta atividade mercantil, na sua expansão, pode utilizar mão-de-obra acessória. Essa mão-de-obra acessória pode ser de forma assalariada ou em regime familiar. O local onde se produz o artesanato chama-se oficina. Portanto, artesanato é a forma de fazer e a oficina refere-se ao local. As oficinas dos artesãos, geralmente, localizavam-se em sua própria residência. As classes sociais também são classificadas a partir de critérios econômicos e materiais sempre em relação à posse ou não dos “meios de produção” (ferramentas, terra, etc.). Os pequenos proprietários rurais, artesãos e pequenos comerciantes são classificados como “pequena burguesia”.<sup>47</sup> Em relação a sua condição, dependendo do ramo de atividade, dos seus recursos e das condições do mercado local ao qual está inserido, o artesão pode possuir as mesmas condições econômicas do “operário” assalariado. Por isso, o artesão pode apresentar-se na transição para a proletarização ou para a capitalização.

A manufatura é considerada o ponto de partida da produção capitalista, pois realiza a submissão da força de trabalho ao capital. Segundo Pesavento: “Dessa forma estabelece uma relação coercitiva, de caráter econômico, que submete o trabalho ao capital e orienta a forma de extração do trabalho excedente.”<sup>48</sup> De um modo geral, as características da manufatura situam-na entre uma transição da forma anterior (artesanato) e a fábrica ou indústria.

---

<sup>46</sup> PESAVENTO, Sandra Jathay. **RS: agropecuária colonial & industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.p.15.

<sup>47</sup> CUEVA, Agustín. La concepción marxista de las classes sociales. Debate e Critica, São Paulo, n.03, julho de 1974.p.103.

<sup>48</sup> Ibid. p.16.

Caracteriza-se pela divisão do trabalho, ora se constituindo na combinação de trabalhadores que executam o mesmo ofício, ora na combinação de ofícios independentes e diversos, também, na paulatina introdução de tecnologia superior – porém dependendo fundamentalmente da habilidade e força do trabalhador.

De um modo geral, na fábrica não existe muita diferenciação da forma de trabalhar das manufaturas mais evoluídas, porém é na tecnologia introduzida (união da técnica e da ciência) que surge a diferença. Sandra J. Pesavento, afirma:

Marcando a emergência do modo de produção especificamente capitalista, a fábrica consagra como regra básica as relações assalariadas de produção na medida em que aprofunda a separação existente entre o trabalhador e os meios de produção que a ele se antepõem como capital. Mas, fundamentalmente, é a introdução da máquina, alterando o instrumental e o próprio método de trabalho, que vai ser o eixo central das modificações.<sup>49</sup>

Durante o desenvolvimento da pesquisa, usa-se os termos imigrante e estrangeiro de forma “vulgar” e indiscriminada, muitas vezes, como sinônimo (seguindo as definições dos documentos da época ou respeitando a grafia de outros pesquisadores). Porém, no último capítulo, os termos imigrante e estrangeiro seguem a discussão e a definição que vem a seguir. Abdelmalek Sayad define estrangeiro da seguinte forma:

Um estrangeiro, segundo definição do termo, é estrangeiro, claro, até as fronteiras; continua sendo estrangeiro enquanto puder permanecer no país. Um imigrante é estrangeiro, claro, até as fronteiras, mas apenas até as fronteiras. Depois que passou a fronteira, deixa de ser um estrangeiro comum para se tornar um imigrante. Se ‘estrangeiro’ é a definição jurídica de um estatuto, ‘imigrante’ é antes de tudo uma condição social.<sup>50</sup>

Lúcia Lippi Oliveira escreve que imigração são movimentos espaciais da população e movimentos sociais de mobilidade ascendente e descendente, refere-se a encontros culturais (choques) entre os que chegam e os que recebem o grupo. Choques culturais entre os mais velhos e os mais novos que são mais receptivos aos padrões culturais da sociedade que os recebe. A autora lembra Simmel para definir o que significa o estrangeiro, que trata da proximidade e da distância que envolve toda relação humana. “Estrangeiro é aquele que está próximo e está distante e, estando distante, na verdade, está próximo”. O estrangeiro possui a mobilidade que os naturais não possuem. O estrangeiro entra em contato com os grupos, ainda que não pertença ao grupo por laços de parentesco, localidade, ocupação. De acordo com

---

<sup>49</sup> Ibid. p.17.

<sup>50</sup> SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. p.243.

Lúcia Oliveira, o estrangeiro é mais livre, mas também é mais facilmente acusado de ser portador de ameaças, de provocações.<sup>51</sup>

---

<sup>51</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cruzando fronteiras: os estudos de imigração**. In: A História e seus territórios: Conferências do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH. Organizadores Flávio M. Heinz; Marluza Marques Harres. São Leopoldo: Oikos, 2008.p.66

## 2 TRABALHO, IMIGRAÇÃO E MOVIMENTO OPERÁRIO

Pretende-se conhecer o “fenômeno” migratório do século XIX e início do século XX, no que se refere à constituição da força de trabalho e à presença de imigrantes na formação do movimento operário internacional. Explora-se uma modesta quantidade de trabalhos, publicados ou não, sendo estes: livros, artigos, dissertações e teses que abordam, de uma forma ou de outra, o movimento operário e a imigração. De acordo com as referências teóricas, acredita-se que a ação dos trabalhadores imigrantes, entre outras características, é composta de duas dimensões, que serão, aqui, analisadas: as táticas e as estratégicas. A imigração de massa (econômica) é classificada como tática; a imigração de quadros (política) pode ser tática, mas é fundamentalmente estratégica. A imigração política pode ser voluntária ou de desterrados. Iniciou-se com um levantamento do que se sabe sobre trabalho, imigração e movimento operário a partir da Europa, logo a seguir, da América e, por fim, do Brasil, enfatizando o Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande).

Acredita-se que o movimento operário é condicionado pela mobilidade “horizontal” de trabalhadores, por seu deslocamento migratório e por sua mobilização internacional (articulação e ação política institucional e orgânica, assim como pela circulação de militantes de organizações ou independentes). O Capítulo que segue, apresenta uma ideia da imigração econômica e da mobilização dos trabalhadores em diferentes recortes espaciais. Procura-se identificar a ação internacionalista operária na organização e origem do movimento operário internacional. O presente capítulo está assim dividido: 2.1 Mobilidade e mobilização na Europa; 2.2. Mobilidade e mobilização na América; 2.2.1 Mobilidade e Mobilização no Brasil – que contém uma subdivisão, 2.2.1.1, denominada Mobilidade e Mobilização no Rio Grande do Sul, que, por sua vez, subdivide-se em 2.2.1.1.1, a presença imigrante no Rio Grande do Sul, e 2.2.1.1.2, que se chama Internacionalismo e presença de imigrantes no movimento operário rio-grandense.

### 2.1 MOBILIDADE E MOBILIZAÇÃO NA EUROPA

A Inglaterra é conhecida como “berço” da Revolução Industrial. Edward P. Thompson, ao escrever sobre a multidão de pessoas em movimento a partir de 1770 na Inglaterra, cita como exemplo a população da cidade de Bolton, que era de 5.339, em 1773, e

passou para 11.739, em 1789. Segundo Thompson: “Os imigrantes que chegavam aos milhares não foram atraídos pelas indústrias algodoeiras, mas pelo tear.”<sup>52</sup> Nas primeiras décadas do século XIX, por volta de 1830, há um movimento migratório na Inglaterra das zonas rurais para as aldeias, vilas, cidades e condados.<sup>53</sup> Nestes tempos, a exploração da força de trabalho no campo aumentou de tal forma que era mais fácil emigrar do que resistir. Thompson fala, inclusive, de “emigração dos mais ambiciosos, dos mais espertos e dos mais jovens das vilas.”<sup>54</sup> Segundo o autor, os centros industriais atraíam grande massas de imigrantes adultos: “Censo de 1851 (que registrou as localidades de nascimento) mostrou que, ‘em praticamente todas as grandes cidades, os migrantes superam a população nativa’; as mortes entre os imigrantes teriam o efeito de diluir continuamente os verdadeiros fatos acerca da mortalidade infantil.”<sup>55</sup> Demonstrando o fenômeno migratório no período da Revolução industrial, E. P. Thompson escreve:

Entre 1828 e 1830, a expulsão massiva de camponeses proprietários aumentou o número de viajantes nos barcos abarrotados que faziam a travessia para Liverpool e Bristol. Porém, a Inglaterra estava longe de ser a sua Meca; na verdade, era o último lugar para onde eles iriam voluntariamente. Os mais afortunados, que podiam economizar dinheiro para a passagem, emigravam para a América ou para o Canadá, e só os mais destituídos vinham para a Inglaterra.<sup>56</sup>

Os trabalhadores ingleses adquiriram uma qualificação técnica que não se sujeitavam a qualquer tipo de trabalho “grosseiro” e mal remunerado. Para tais tipos de atividades suplementares e necessárias ao desenvolvimento industrial, buscava-se a mão de obra irlandesa, que era menos especializada (técnica) e era mais utilizada em serviços que exigiam força física. Thompson acrescenta: “A mão-de-obra irlandesa foi essencial para a revolução industrial, não só – e talvez nem mesmo fundamentalmente – por ser barata.”<sup>57</sup>

Da Inglaterra, a Revolução Industrial expande-se para o mundo; na segunda metade do século XIX, a expansão da “modernidade” capitalista atingia zonas cada vez mais distantes. Eric Hobsbawm afirma que, neste período, as estradas de ferro cortavam continentes, cabos submarinos atravessavam o Atlântico levando o telégrafo, os navios a vapor chegavam a toda parte. No mesmo momento, realiza-se a construção do Canal de Suez, as grandes cidades,

---

<sup>52</sup> THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Vol. II: A Maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.p.126.

<sup>53</sup> Ibid. p.56.

<sup>54</sup> Ibid. p.57.

<sup>55</sup> Ibid. p.195.

<sup>56</sup> Ibid. p. 327.

<sup>57</sup> Ibid. p.329.

como Chicago, surgiam no Meio-Oeste Americano, e aconteciam os imensos fluxos migratórios.”<sup>58</sup> Segundo o historiador, de 1870 a 1896 acontece uma forte crise econômica que afeta os países capitalistas europeus. Porém, suas realizações globais eram, de qualquer forma, extremamente surpreendentes. Nesses anos, o capitalismo industrial tornou-se uma economia mundial, e acrescenta: “História, dali em diante, passava a ser história mundial.”<sup>59</sup>

Eric Hobsbawm escreve um excelente texto demonstrando a capacidade técnica desenvolvida durante o século XIX, que possibilita uma interligação dos diferentes e mais distantes pontos do planeta. Pela riqueza de informação e a capacidade de síntese do autor, reproduz-se o seu texto a seguir:

Por volta de 1872, os meios de comunicação tinham chegado ao triunfo previsto por Julio Verne: a possibilidade de fazer a volta ao mundo em 80 dias, evitando os inúmeros contratemplos que perturbaram o indomável Phileas Fogg. Os leitores podem recordar a rota do imperturbável viajante. Ele foi de trem e barco a vapor, através da Europa, de Londres a Brindisi, e em seguida de barco, através do recém-aberto Canal de Suez (uma estimativa de sete dias). A viagem de barco de Suez a Bombaim iria tomar-lhe 30 dias. A viagem de trem de Bombaim a Calcutá deveria, se não fosse a falha em completar um trecho do caminho, tomar-lhe três dias. Dali em diante, pelo mar para Hong-Kong, Yokohama e através do Pacífico até São Francisco era um longo caminho de 41 dias. Então, com a estrada de ferro transamericana, que acabava de ser completada em 1869, somente os perigos ainda não completamente dominados, representados pelas hordas de bisões e índios, estavam entre o viajante e uma viagem normal de sete dias para Nova York. O resto da viagem – o Atlântico para atingir Liverpool e o trem para Londres – não teria causado problemas se não fosse a necessidade do suspense ficcional. Aliás, um agente de viagens americano ofereceu uma volta ao mundo similar não muito depois.<sup>60</sup>

Hobsbawm comenta que se estabelece uma intrincada rede da economia internacional, e que esta rede trazia áreas geograficamente mais remotas para ter relações diretas com o resto do mundo. Outro aspecto importante nesse processo é que, durante a segunda metade do século XIX, acontece a “maior migração dos povos na História”. Aconteciam movimentos e mobilidades de homens e mulheres dentro dos países, e de país para país: êxodo rural em direção a cidades, movimentos migratórios entre regiões e de cidade para cidade, o cruzamento do oceano, a penetração por áreas de fronteira (...).<sup>61</sup>

Eric Hobsbawm, em “Qual é o país dos trabalhadores?”, escreve que, assim como é equivocado afirmar que os trabalhadores não têm nenhum país, também é equivocado dizer

<sup>58</sup> HOBSBAWM, Eric J. **A Era do Capital: 1848 – 1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.p.24.

<sup>59</sup> Ibid. p.66.

<sup>60</sup> Ibid. p.71.

<sup>61</sup> Ibid. p.207.

que eles tenham apenas um e que saibamos qual é. Hobsbawm escreve sobre as classes operárias francesas, alemãs e italianas, e sugere que a economia nacional e a cultura onde o operário vive caracterizam determinadas classes operárias. Ele escreve que, se um operário irlandês imigrasse para outro país e seus dois irmãos para outros dois países diferentes, eles não deixariam de ser irlandeses, mas tornar-se-iam parte de três classes operárias bastante distintas. Deve ser porque cada classe constitui-se de experiências próprias, particularidades e especificidades.<sup>62</sup> Assim como a classe possui suas particularidades e generalidades, dependendo do lugar e do momento, o movimento operário também pode possuir as mesmas variações? Acredita-se que sim.

Ao estudar as revoltas camponesas acontecidas por volta de 1830 na Inglaterra, Hobsbawm e Rudé destacam uma das características que pode ser encontrada nos motins em aldeias e vilas rurais. Essa característica é a presença e a participação de estrangeiros, pessoas estranhas às localidades. Em certa localidade, citada pelos autores, quando algumas aldeias pareciam se mobilizar para sublevarem-se, era comentado que apareceria um “irlandês itinerante” motivando a população a se rebelar. Propagava-se, na ocasião, o lema “Cuidado com estranhos!”<sup>63</sup> Outro aspecto analisado por Rudé e Hobsbawm é que a maioria dos motins acontecia em vilas de porte médio, não nas pequenas. Para os autores, um dos motivos é que existia uma população imigrante sem raízes profundas na localidade.<sup>64</sup>

Para explicar a “Formação da classe operaria inglesa”, E. P. Thompson destaca a imigração irlandesa com um subcapítulo em sua obra. Segundo ele, em 1841, cerca de 400.000 habitantes da Grã-Bretanha haviam nascido na Irlanda. Em Liverpool e Manchester, um quinto da população era Irlandesa (20%). Destaca o historiador que não é possível explicar a emigração irlandesa somente por causa da crise econômica, mas se deve considerar, também, as emigrações motivadas por perseguições políticas e ideológicas.<sup>65</sup>

De acordo com Thompson, os imigrantes irlandeses eram os menos qualificados tecnicamente para o trabalho, porém eram os mais rebeldes, amotinados e sublevados, dispostos ao confronto com as autoridades inglesas.<sup>66</sup> Nas palavras de Thompson: “Os irlandeses eram predispostos a aderirem às associações operárias.”<sup>67</sup>

---

<sup>62</sup> HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro; Paz e Terra; 2000.p.79.

<sup>63</sup> HOBBSAWM, Eric J e George Rudé. **Capitão Swing**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.p.149.

<sup>64</sup> Ibid. p.181.

<sup>65</sup> THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária Inglesa. Vol. II: A Maldição de Adão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.p.324s.

<sup>66</sup> Ibid. p.333.

<sup>67</sup> Ibid. p.341.

Eric Hobsbawm escreve, sob o título de “O Artesão Ambulante”, que, para ele, a história do trabalho no século dezenove é de movimento e migração. Este artigo trata de uma parte dela, o assim chamado “sistema ambulante” entre os trabalhadores organizados e geralmente aprendizes. Segundo Hobsbawm, o trabalhador que saía da cidade para procurar trabalho em outro lugar, recebia um “impresso”, “licença” ou “documento”, identificando-o como membro regular da associação. De acordo com as pesquisas de Hobsbawm, o “ambulante” apresentava-o ao secretário local ou funcionário auxiliar do “alojamento”, “clube” ou “sede” da cidade estranha – geralmente um botequim – e recebia em troca jantar, alojamento, talvez cerveja e uma licença de ambulante. No caso de haver trabalho, o ambulante pegava; o “livro de visitas” (se houvesse) era naturalmente conservado na sede, uma bolsa local não-oficial de trabalho. Se não houvesse nenhum trabalho, ele seguia em frente sua viagem. Se não encontrasse trabalho permanente que proporcionasse sua mudança para esta cidade, o ambulante viajava para outra filial do sindicato. O trabalhador ambulante deveria, dentro do tempo, fazer o circuito por todas as filiais e retornar à sua cidade de origem.<sup>68</sup> Hobsbawm afirma que a itinerância organizada foi especificidade de alguns poucos ofícios. Segundo ele, a itinerância acontecia também na França.<sup>69</sup>

Sobre a composição heterogênea da classe operária, Hobsbawm destaca:

Em geral, a classe operária contém um setor imigrante composto de uma variedade de “estrangeiros” de origens diferentes, divididos entre si, bem como separados dos nativos. Em casos extremos, a classe operária é predominantemente composta de imigrantes, como nos Estados Unidos, na Argentina e no Brasil, durante o principal período de migração em massa antes de 1914.<sup>70</sup>

O historiador escreve que o problema é descobrir quando e a razão pela qual a heterogeneidade funciona como agregador ou como elemento de desagregação. Para ele: “Classes operárias altamente unificadas com uma forte consciência de classe forjaram-se a partir de uma mistura de nativos com vários grupos de imigrantes, como aconteceu na Argentina.”<sup>71</sup>

Em 28 de setembro de 1864, alguns trabalhadores da maioria dos países da Europa Ocidental uniram-se e formaram a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). A Internacional era composta por várias organizações operárias, em 1833, já havia um princípio

---

<sup>68</sup> HOBBSAWM, Eric J. **Os Trabalhadores: Estudos sobre a história do operariado**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981.p.43.

<sup>69</sup> Ibid. p.47.

<sup>70</sup> HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.p.85.

<sup>71</sup> Idem.

de organização entre os trabalhadores, pois neste ano é lançado o “Manifesto das Classes Produtivas da Grã-Bretanha”, endereçado aos “Governos e Povos da Europa e América do Norte e do Sul”. O relacionamento em vista de fundar uma organização por parte dos militantes operários dá-se muito lentamente, entre 1862 e 1864, apenas alguns núcleos de Paris e de Londres se dedicam a isso diretamente. Em 28 de setembro, é escolhido o “Conselho Central”.<sup>72</sup> James Guillaume escreve sobre a fundação da AIT: “A Associação Internacional dos Trabalhadores havia sido fundada em Londres a 28 de setembro de 1864; mas sua organização definitiva e a adoção de seus estatutos dataram de seu primeiro congresso realizado em Genebra, de 3 a 8 de setembro de 1866.”<sup>73</sup>

A AIT, além de reunir e congregar os trabalhadores do mundo inteiro, a partir de indivíduos e organizações operárias, também possuía o papel de levar a organização dos trabalhadores aos mais distantes países e lugares. A “Internacional” tornava-se um “centro” propagador de organizações operárias, era propulsora do movimento operário internacional. A Internacional é responsável também por um dos maiores símbolos do internacionalismo proletário, o 1º de maio. Michelle Perrot destaca que, no primeiro congresso da Segunda Internacional, realizado em Paris, em julho de 1889, é “inventado” o 1º de maio. A data é escolhida porque, nos Estados Unidos, os trabalhadores já haviam escolhido o dia do trabalhador e este já havia produzido seus “mártires”. O dia dos trabalhadores “americanos” passa a ser, através da A.I.T, o “Dia Internacional dos Trabalhadores”.<sup>74</sup> Esse assunto será abordado mais adiante.

## 2.2 MOBILIDADE E MOBILIZAÇÃO NA AMÉRICA

Ida Lewkowicz apresenta um quadro representativo do movimento migratório da Europa para a América no final do século XIX e início do século XX. Segundo a autora:

Embora antes dos últimos vinte anos do século XIX houvesse grande deslocamento de europeus em direção à América – 11,8 milhões saíram do Velho Continente, do início do século até por volta de 1888 -, o Brasil recebeu apenas 460 mil imigrantes nessa época, que se estabeleceram

<sup>72</sup> GALLO, Sílvio. **Anarquismo: uma introdução filosófica e política**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.p.58s.

<sup>73</sup> BAKUNIN, Michael Alexandrovich. **Textos Anarquista/ Michael Alexandrovich Bakunin**. Seleção e notas Daniel Guerin. Porto Alegre: L&PM, 1999.p.16.

<sup>74</sup> PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1988.p.129s.

predominantemente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, em pequenas propriedades dedicadas à agricultura. A grande massa de imigrantes veio para a América entre 1880 e 1915: 31 milhões de pessoas. Neste período migraram, 21,5 milhões para os Estados Unidos, 4,2 para a Argentina e 2,9 para o Brasil.<sup>75</sup>

Sobre as razões e a permanência desses imigrantes no estrangeiro, Lewkowicz acrescenta:

A maioria, provavelmente, pensava em ir ao Novo Mundo para amealhar um pecúlio e depois voltar. Como isso demorava muito tempo, foram se estabelecendo, adotando novos costumes, casando-se e criando filhos, acabando por ficar no país de adoção. Calcula-se que, no Brasil, permaneceram cerca de 50% dos que chegaram nessa época, retornando a outra metade a seus países de origem ou envolvendo-se em migrações para outras regiões.<sup>76</sup>

Natalia Ceol publica um estudo sobre imigração e movimento operário na América Latina. Segundo esta autora, no México não há um movimento migratório como o acontecido, no período, em outros países da América. A situação de conflitos internos, que prejudica o investimento de capitais estrangeiros e o desenvolvimento da economia interna, não gerava atrativo para a imigração. As tentativas do governo mexicano em estabelecer colonos italianos, em 1881, resultaram em fracasso, porém, existia uma pequena entrada de imigrantes para setores estratégicos da produção. As funções técnicas de produção ou gerenciamento estavam nas mãos de estrangeiros, sendo que esses eram mais bem pagos que os trabalhadores nativos ou nacionais. O censo de 1919 registra 116.527 estrangeiros (pescadores de Sonora, porto-riquenhos e jamaicanos das empresas de trem, espanhóis e outros europeus). O México integra-se à ordem internacional como exportador de matéria-prima e importador de bens manufaturados. Em 1910, existiam, no México, 873.436 artesãos e trabalhadores manuais, representando 16% da população economicamente ativa.<sup>77</sup>

A autora escreve que, no Chile, a composição étnica predominante era espanhola. Outras etnias, que faziam parte da força de trabalho, eram compostas por imigrantes que não tiveram sorte em outros países e, assim, migravam para o Chile.<sup>78</sup>

---

<sup>75</sup> LEWKOWICZS, Ida. **Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.p.56.

<sup>76</sup> Idem.

<sup>77</sup> CEOL, Natalia; Madoz, Nidia; Dotti, Juan; Labrador, Ignacio; Giandinotto, Rodrigo; Chorszeski, Marisa y Schneider, Alejandra (trabajo realizado cuando eran alumnos del 3º año del Profesorado de Historia, año 2000). **Inmigración y movimientos obreros en América Latina (1850-1930)**. In: Espacio 127, nº 7.

Disponível em: <http://www.instituto127.com.ar/Espacio127/07/n7nota01.htm>. Acesso em 15 de março de 2009. 16:15.

<sup>78</sup> Idem.

Os estudos de Natalia Ceol apontam que, na Argentina, os Governos do período de 1862 a 1880 tinham que fazer frente a uma série de questões, tais como: escassez de força de trabalho, integração de novas áreas, aprimoramento da infraestrutura para a circulação de pessoas e mercadorias etc. A partir de 1870, a Argentina implementa um programa para atrair imigrantes. Entre 1870 e 1914, chegam ao país em torno de seis milhões de estrangeiros; porém, somente 50% se radicam definitivamente no país.<sup>79</sup> Na Argentina, os italianos constituíam o maior grupo de imigrantes. Entre 1860 e 1900, representavam mais da metade do total de imigrantes. Em seguida, vinham os imigrantes espanhóis que, a partir de 1911, ampliaram notavelmente sua presença em solo argentino.<sup>80</sup> Em Buenos Aires, por volta de 1890, 50% da população era composta por imigrantes; em 1895, o índice aponta 45% e, até 1914, oscila entre 35 e 36%.<sup>81</sup> Ainda sobre a Argentina, é possível destacar o trabalho de Zilda Iokoi, que escreve:

Os trabalhadores imigrantes estavam inseridos no trabalho artesanal doméstico, vivendo da exploração do trabalho familiar. Tinha-se, de um lado, artesãos deslocados da Europa, que montaram pequenas oficinas de sapateiros, alfaiates, curtidores de couro etc.; e de outro, a maioria esmagadora da população inserida no trabalho no campo.<sup>82</sup>

Em relação ao Uruguai, sabe-se que, a partir de 1830, sua população aumenta de forma notória. De 1830 a 1852, praticamente duplica, passando de 58.000 habitantes para uns 132.000 habitantes. No final do século, estima-se que a população aproximava-se dos 935.000 habitantes. Juan Carlos Luzuriaga destaca que: “Estes dados não refletem um país forjado a partir de imigrantes que se integram entre si e com a população nativa de diversas origens, crioulos, guaranis e afro-americanos.”<sup>83</sup> Cristina Heuguerot afirma que, no Uruguai, a presença imigrante é bastante significativa como no restante da América. Segundo a autora, no final do século XIX, cerca de 40% da população era composta de imigrantes.<sup>84</sup>

De um modo geral, a presença de imigrantes na composição da força de trabalho no México era insignificante. A participação de imigrantes estava mais situada nos postos de comando e de especialidades técnicas. Apesar de ser pouco significativa a presença de imigrantes europeus neste país, por menor que fosse, fez-se destacar. Um dos grandes

---

<sup>79</sup> Idem.

<sup>80</sup> Idem.

<sup>81</sup> HOSPITAL, Maria Sílvia e Núncia Santoro de Constantino. **Construção da identidade e associações italianas: La Plata e Porto Alegre (1880 – 1920)**. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v.XXV, n.2, p.132.

<sup>82</sup> IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. **Lutas Sociais na América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989, p.33.

<sup>83</sup> LUZURIAGA, Juan Carlos. **El asociacionismo Vasco em Uruguay: Del mutualismo AL nacionalismo (1850 – 1940)**. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v.XXVII, n.1, p.122.

<sup>84</sup> HEUGUEROT, Cristina. **Uruguay: identidad y nación en construcción**. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v.XXXIII, n.2, p.80.

ideólogos e iniciadores do movimento operário mexicano é o militante grego Plotino Rhodakanatu. Em 1870, começa a funcionar a organização nacional dos trabalhadores mexicanos, chamada “Gran Círculo de los Obreros”. Em 1875, já havia diversas organizações filiadas em todo o país, e, em 1876, acontece o primeiro Congresso Operário Nacional. O movimento operário daquele tempo também editava um jornal como ferramenta de luta: “El Socialista”.<sup>85</sup>

Em 1921, uma grande quantidade de anarcosindicalistas e comunistas funda a “Confederación General Del Trabajo” (CGT). A CGT adota posturas anarcosindicalistas da ação direta e greve geral revolucionária, em oposição aos métodos da outra central mexicana “Confederación Regional Obrera Mexicana”, que adotava postura em favor do desenvolvimento capitalista.<sup>86</sup>

No México, a tradição comunitária dos povos nativos, com sua resistência étnico-cultural, tem uma poderosa alavanca nas concepções ideológicas, formas organizativas e práticas políticas de alguns militantes estrangeiros, como destaca Natalia Ceol:

Na formação ideológica existente ocorreram influências comunistas e socialistas, porém tem-se em conta que a imigração não foi considerável e comparada a outros países latino-americanos, pode-se dizer que a base da atividade associativa se encontrava em disputas provenientes desde o encontro com a realidade mexicana, a ideologia importada serviu como fator aglutinante que permitiu dar forma a uma realidade nativa e de contestação permanente.<sup>87</sup>

No Chile, as ideias socialistas são as primeiras a penetrar no movimento operário. Esta ideologia hegemoniza o movimento operário chileno por todo o período, desde o final do século XIX até as duas e terceiras décadas do século XX. Zilda tenta explicar por que, no Chile, havia a preponderância de socialistas, no momento e período em que, nos outros países, eram os anarquistas que predominavam no movimento operário. Segundo ela:

A vitória dos socialistas sobre os anarquistas tem como explicação possível o intercâmbio que se estabeleceu na cidade de Punta Arenas, entre a União Socialista e um grupo de operários franceses bastante significativo, que, fugindo da Comuna de Paris, chegou ao Chile. A criação da Internacional e a proposta do socialismo se impuseram, uma vez que, na Comuna de Paris, o confronto entre socialistas e anarquistas foi intenso.<sup>88</sup>

---

<sup>85</sup> CEOL, Natalia, Madoz, Nidia; Dotti, Juan; Labrador, Ignacio; Giandinotto, Rodrigo; Chorszeski, Marisa y Schneider, Alejandra. Op.cit.

<sup>86</sup> Idem.

<sup>87</sup> Idem.

<sup>88</sup> IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Op. cit. p.135.

O movimento operário na Argentina, segundo Zilda M. G. Iokoi, inicia-se no século XIX, com a chegada de imigrantes anarquistas espanhóis. Organizam sindicatos que, para eles, deveria ser a célula da organização da sociedade, criando, em homens e mulheres, o princípio da solidariedade. Nesses sindicatos, os homens e mulheres, de qualquer lugar, nacionalidade e cultura, poderiam se associar.<sup>89</sup>

Natalia Ceol também afirma que a classe operária, na Argentina, era composta por um amplo número de imigrantes e que alguns deles haviam adquirido experiências políticas e militantes em seus países de origem.<sup>90</sup> Francisco Foot Hardman escreve que, na Argentina, a seção da Associação Internacional dos Trabalhadores, composta de 273 franceses, possuía muitos antigos “communards” de 1871, militantes internacionalistas refugiados da Comuna de Paris. De 1885 a 1889, Erico Malatesta, que era um dos principais seguidores de Bakunin e organizador do movimento anarquista e operário internacional, exila-se na Argentina.<sup>91</sup>

Somando-se a isso, frente às condições precárias de trabalho na Argentina e à falta de compromisso do Estado em solucionar tais problemas, as greves e manifestações são o meio de garantirem conquistas trabalhistas. Essas greves e manifestações eram organizadas e orientadas pelos primeiros sindicatos e associações operárias. O governo responde com repressão direta e indireta. É promulgada a Lei de Residência, em 1902, que expulsava do país todo estrangeiro considerado agitador. A Lei de Segurança Nacional e a decretação de Estado de Sítio, em 1910, como acontece em Santa Fé, devido a uma greve dos portuários e dos ferroviários.<sup>92</sup>

Gonzalo A. Rojas destaca que a formação do movimento operário na Argentina, assim como na América, é fruto da presença de imigrantes europeus que vivenciavam as atividades organizacionais e revolucionárias na Europa, e que, por algum motivo (procura de emprego, perseguição política etc.), encontram-se na América. É possível identificar a presença de imigrantes organizados politicamente na Argentina, no Congresso Constituinte do Partido Socialista Argentino. Nesse congresso, estavam presentes diversas associações, entre elas:

Um primeiro grupo é formado pelos imigrantes agrupados a partir de seu país de origem como, por exemplo: o Clube Alemão “Vorwärts” (Adiante),

---

<sup>89</sup> Ibid, p.34.

<sup>90</sup> CEOL, Natalia; Madoz, Nidia; Dotti, Juan; Labrador, Ignacio; Giandinotto, Rodrigo; Chorszeski, Marisa y Schneider, Alejandra . Op. cit.

<sup>91</sup> HARDMAN, Francisco Foot. **A estratégia do desterro (situação operária e contradições da política cultural anarquista/Brasil, 1889 – 1922)**. Tese de Mestrado em Ciência Política, Departamento de Ciências Sociais, IFCH – UNICAMP, São Paulo, Março de 1980.p.70.

<sup>92</sup> CEOL, Natalia; Madoz, Nidia; Dotti, Juan; Labrador, Ignacio; Giandinotto, Rodrigo; Chorszeski, Marisa y Schneider, Alejandra. Op.cit.

baseado em 1881, que tinha por objetivo cooperar à realização dos princípios e fins do socialismo, de acordo com o programa da Social Democracia da Alemanha e que editou um periódico com o seu mesmo nome; o grupo socialista Francês “Lex Egaux”, formado em 1891 e que editou o Periódico L’Egalité e L’Avenir Social e o agrupamento italiano “Fascio dei lavoratori”, que adotou o programa do Partido Socialista Italiano. Sendo seu órgão de propaganda La Giustizia e seu órgão de imprensa La Reinvidicazione.<sup>93</sup>

É importante destacar que esses militantes políticos, dentro das concepções socialistas, defendiam e organizavam sindicatos. Rojas fala de conflito cultural e de interesses políticos entre os trabalhadores crioulos do interior do país e, principalmente, das zonas rurais e os trabalhadores imigrantes do litoral e centros urbanos.<sup>94</sup>

Andreas L. Doeswijk, ao tratar da nacionalidade dos militantes operários na Argentina, no início da década de 20 do século XX, relacionando-os à ideologia anarquista, escreve:

Quanto à nacionalidade dos protagonistas principais, podemos observar um fenômeno já assinalado para a militância anarquista em geral. Depois da fase italiana, que durou até 1910, podemos constatar uma presença notável de libertários espanhóis. Isto é revelado pelos jornais, quando davam notícias sobre as pessoas capturadas pela polícia nas manifestações e greves, entre elas, os ibéricos e os argentinos encabeçavam as listas.<sup>95</sup>

De acordo com Juan Carlos Mechoso, o primeiro sindicato no Uruguai é fundado em 1865, e chamava-se “Sociedad Tipográfica Montevideana”. Em 1872, funciona em Montevideu a Seção Uruguiaia da Associação Internacional dos Trabalhadores (A.I.T). Existe uma estreita relação “internacionalista” entre os militantes anarquistas que viviam no México e na Argentina.<sup>96</sup> Juan Carlos Mechoso acrescenta:

Sem dúvida, a imigração teve papel fundamental; trazia ela, em suas malas, junto a muitas técnicas de operário, suas noções sociais e suas experiências de luta. A todos esses imigrantes e crioulos que estavam à frente da “questão social”, há que reconhecer que possuíam grande espírito de sacrifício, tremenda entrega em suas convicções, dedicação e modéstia sem igual.<sup>97</sup>

Entre os países de origem desses imigrantes que formam o movimento operário uruguaio, Juan Calos destaca os franceses, italianos e espanhóis. Destaca também que, sob a influência da imigração, e como fruto fundamental desta, nasce o caráter internacionalista

<sup>93</sup> ROJAS, Gonzalo Adrian. **Os Socialistas na Argentina (1880 – 1980): Um século de ação política**. Tese. São Paulo: USP, 2006. p.274.

<sup>94</sup> Ibid. p.142.

<sup>95</sup> DOESWIJK, Andreas L. **Entre Camaleões e cristalizados: os anarco-bolcheviques Rioplatenses, 1917 – 1930**. Tese. Campinas (SP): UNICAMP, 1998.p.37.

<sup>96</sup> MECHOSO, Juan C. **Acción directa anarquista: Uma historia de FAU**. Editorial Recortes, Montevideo, R.O.U.,s.d.p.09.

<sup>97</sup> Ibid. p .13.

desde o tempo da corrente socialista, assim como do socialismo libertário no movimento operário uruguaio.<sup>98</sup>

Juan Carlos Mechoso, ao se referir às organizações operárias, como os sindicatos e centros de estudos sociais, escreve que:

Estes centros, com ideias internacionalistas, embora com as diferenças entre eles, desenvolveram um trabalho comum de tipo ideológico-político. Foram o movimento libertário do momento, envolvidos em um sentimento geral de pertencer a um mesmo projeto de mudança do sistema. Estiveram profundamente articulados com o mundo dos trabalhadores.<sup>99</sup>

Francisco Foot Hardman, após escrever sobre as experiências dos operários e militantes em países europeus, como Itália, Espanha e Portugal, mostra a articulação e relação direta que existe entre a organização do movimento operário na América com os militantes imigrantes:

(...) Foram trabalhadores e militantes desses países que, via migração internacional, estabeleceram contatos iniciais entre o movimento operário do Brasil e da Europa. Estudos sobre a imprensa operária no Uruguai e no Chile apontam algumas referências a esses primeiros vínculos internacionais. Seções da Internacional foram fundadas, precocemente, nas colônias de Martinica (França), Cuba e Porto Rico (Espanha), graças à imigração. Em outros países, encontramos traços tardios da Primeira Internacional (após o Congresso de Haia, de 1872); são eles: México, Argentina e Uruguai. Nestes países, a organização esteve inicialmente vinculada à imigração espanhola, francesa, alemã e italiana. Na Argentina, surgem, gradativamente, seções formadas por franceses, italianos e espanhóis.<sup>100</sup>

### 2.2.1 Mobilidade e Mobilização no Brasil

José Antônio Segatto afirma que a formação do proletariado brasileiro acontece a partir da segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento do comércio, nascimento da indústria e introdução do trabalho livre imigrante. Fazem parte desse contexto o desenvolvimento das ferrovias, os barcos a vapor, o telégrafo e a urbanização.<sup>101</sup>

---

<sup>98</sup> Ibid. p.09.

<sup>99</sup> Ibid. p.13.

<sup>100</sup> HARDMAN, Francisco Foot. Op. Cit.p.69.

<sup>101</sup> SEGATTO, José Antônio. **A formação da classe operária no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.p.11.

Abaixo se apresenta a tabela demonstrando os setores onde estava trabalhando a população economicamente ativa do Brasil no período da República Velha; os dados são relativos aos anos de 1900 e 1920. Os setores são: agricultura, indústria e serviços.<sup>102</sup>

Tabela 1.1

Setores	1900	1920
Agricultura	53,4 %	69,7 %
Indústria	3,4 %	13,8 %
Serviços	43,2 %	16,5 %
	100%	100%

Fonte: FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890 – 1920)*. São Paulo, SP, 4ª Ed; DIFEL, 1986.p.21.

A tabela acima demonstra que o setor que mais cresce é o da indústria, em relação aos outros setores no mesmo período. O setor de serviços diminui, a agricultura cresce significativamente, mas a indústria quadruplica em 20 anos.

Maria Auxiliadora Guzzo de Decca escreve que o operariado brasileiro do final do século XIX era basicamente estrangeiro. Segundo a autora, imigrantes europeus, que haviam chegado a partir de 1860 para trabalhar nas lavouras de café, formavam o principal contingente da classe operária urbana. Esses operários, buscando melhorar sua situação de vida e de trabalho, iam aos poucos trocando o campo pela cidade.<sup>103</sup> Nesse sentido, cabe ressaltar a observação feita por Claudio Batalha, para quem os imigrantes que acabavam por integrar o proletariado brasileiro, em sua maioria, originavam-se de áreas rurais de seus países de origem, sem qualquer contato prévio de trabalho industrial ou experiência sindical.<sup>104</sup>

Abaixo, expõe-se uma tabela onde se registra a entrada de imigrantes no Brasil, no período de 1850 a 1930.<sup>105</sup>

<sup>102</sup> FAUSTO, Boris. **Trabalho Urbano e Conflito Social (1890 – 1920)**. São Paulo (SP): 4ª Ed; DIFEL, 1986.p.21.

<sup>103</sup> DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil, 1880 a 1930**. São Paulo: Atual, 1991. p.11.

<sup>104</sup> BATALHA, Claudio H. M. **O Movimento Operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.p.12.

<sup>105</sup> SEGATTO, José Antônio. Op. Cit. p.12.

Quadro 1.1

Período	Número de imigrantes europeus que entraram no Brasil
1851 - 1860	121.000
1861 - 1870	97.000
1871 - 1880	219.000
1881 - 1890	530.000
1891 - 1900	1.129.000
1901 - 1910	671.000
1911 - 1920	717.000
1921 - 1930	840.000
Total	4.324.000

SEGATTO, José Antônio. *A formação da classe operaria no Brasil*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.p.12.

Os números mostram que, a partir de 1880, há um significativo aumento no número de entrada de imigrantes no Brasil; porém, o período logo após a proclamação da república, a década de 1890 a 1900, é o momento em que há o maior registro de entrada de imigrantes. Nos anos seguintes, apesar da redução de aproximadamente a metade do número de entrada de estrangeiros, há um relativo equilíbrio no período de 1900 a 1930. De 1850 a 1930, são 80 anos. Desses 80 anos, os 40 primeiros anos (1850 a 1889) – Império, com 967.000 estrangeiros, e os outros 40 anos (1890-1930) – República, com 3.357.000 estrangeiros. Comparando os dois momentos, conclui-se que o período da República Velha é o que registra a entrada do maior número de imigrantes no Brasil, correspondendo a 77,6% do total.

De acordo com as pesquisas de Ida Lewkowicz, em São Paulo, na última década do século XIX, há quatro vezes mais estrangeiros do que brasileiros vindos de outros estados. O Rio de Janeiro apresenta números semelhantes. Sobre os outros Estados, a autora acrescenta:

No caso do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, os movimentos da população nacional e estrangeira foram, nesse período, mais radicais: nos três estados substituíram-se trabalhadores nacionais – que emigraram – por imigrantes estrangeiros que chegaram em fluxos bem superiores. Foi esse também o caso de Minas Gerais.<sup>106</sup>

Ainda de acordo com Ida Lewkowicz, entre 1900 e 1920, os estados do sul e do sudeste recebiam nacionais e estrangeiros em número equivalente, com exceção de São Paulo e Minas Gerais. Esses dois últimos estados perdiam trabalhadores nativos, que migravam para outros Estados e davam preferência a imigrantes estrangeiros. O Estado de São Paulo mantém

<sup>106</sup> LEWKOWICZ, Ida. *Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.p.54.

os nativos e recebe a maior parte dos estrangeiros que ingressam no país, aproximadamente, 60%.<sup>107</sup>

Sobre Minas Gerais, tem-se como referência o trabalho de Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior. Segundo este autor, na região do Oeste Mineiro – Triângulo e Alto Paraíba, há destaque pela historiografia da presença de imigrantes. Predominavam, no início da República, os italianos, espanhóis e portugueses. Eram médicos, arquitetos, construtores e negociantes.<sup>108</sup>

Os trabalhadores imigrantes concentravam-se em diversos ramos da indústria em São Paulo, embora houvesse trabalhadores nacionais. A indústria desenvolvia-se fortemente em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde havia mais italianos, portugueses e espanhóis. Na cidade de São Paulo, em 1901, dos 12 mil operários, 90% eram estrangeiros. Já em 1920, no Rio de Janeiro, nas grandes fábricas e pequenas oficinas trabalhavam, aproximadamente, 168 mil trabalhadores; destes, 40% eram imigrantes, número que, na cidade de São Paulo, subia para 52%.<sup>109</sup>

Se, como empregados, força de trabalho, a presença imigrante é bem significativa, como empregadores e empresários é bem mais destacada. Em média, 64% das Companhias industriais privadas de São Paulo, em 1920, pertenciam a estrangeiros. Desse total, 75% eram de imigrantes italianos.<sup>110</sup>

A elevada presença do elemento estrangeiro na economia não era um fenômeno nacional, mas um fenômeno mais próprio das regiões sudeste e sul. No ano de 1920, o percentual de estrangeiros na população total do Brasil não ultrapassava os 5%.<sup>111</sup>

Hildete Pereira de Melo contesta os argumentos de Florestan Fernandes, para quem os imigrantes possuíam formação superior e mais qualificada. Para a autora, tais argumentos não se sustentam com os fatos. Os imigrantes não dispunham de qualquer treinamento prévio que melhor os qualificasse para o trabalho nas indústrias de São Paulo. Os artesãos italianos qualificados que emigravam preferiam como destino a Alemanha ou a Bélgica, e sua presença em São Paulo é muito baixa para o conjunto da população de estrangeiros.<sup>112</sup> A pesquisadora

---

<sup>107</sup> Ibid. p.54.

<sup>108</sup> RIBEIRO JUNIOR, Florisvaldo Paulo. **O mundo do trabalho na ordem republicana: a invenção do trabalhador nacional. Minas Gerais, 1888 – 1928.** Tese. Brasília: UNB, 2008. p.55.

<sup>109</sup> LEWKOWICZS, Ida. Op. Cit. p.65.

<sup>110</sup> Idem.

<sup>111</sup> Ibid. p.66.

<sup>112</sup> MELO, Hildete Pereira de, João Lizardo de Araújo, Teresa Cristina de Novaes Marques. **Raça e Nacionalidade no mercado de trabalho carioca: O caso da cervejaria Brahma.** RBE, Rio de Janeiro, Julho/Setembro de 2003.p.538.

chega a confirmar suas hipóteses no estudo dos empregados da cervejaria Brahma no Rio de Janeiro, onde 49,38% dos empregados eram brasileiros e 49,58% eram estrangeiros.<sup>113</sup> Nas linhas abaixo, expõe seus argumentos com clareza:

O caso da Cervejaria Brahma ilumina a estrutura do mercado de trabalho industrial na cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. Revela que, assim como em São Paulo, no Rio de Janeiro não se verifica a hipótese de Fernandes sobre a superioridade dos imigrantes com relação aos trabalhadores nacionais em termos de qualificação e de capacidade de se adaptar à disciplina do trabalho nas fábricas. Como outros estudos já mostraram, os imigrantes competiram com os brasileiros em condições similares de treinamento e escolaridade.<sup>114</sup>

O trabalho de Hildete Mello demonstra que os trabalhadores imigrantes e os afro-descendentes assemelhavam-se na precária formação escolar, tampouco passaram por treinamento prévio em atividades fabris e todos vinham de regiões rurais. Por que, então, os imigrantes ocupavam as posições mais bem remuneradas e mais estáveis na Cervejaria Brahma? É provável que isso tenha acontecido em decorrência dos laços de solidariedade entre os imigrantes estrangeiros que indicavam uns aos outros para a composição dos cargos. Outra linha explicativa pode ser a ideologia da superioridade dos imigrantes.<sup>115</sup>

Tiago Bernadon de Oliveira, ao analisar a formação do mercado de trabalho e a participação de imigrantes, ressalta que, para alguns, havia a possibilidade de “redenção pelo trabalho”, o que contribuía para legitimar um sistema de exploração da força de trabalho. Essa situação também ajuda na constituição de uma ética capitalista de valorização do trabalho como requisito para a acumulação de capital. Muito embora se reconheça que seja possível acumular capital através do trabalho, essa prática não é e nunca foi a regra geral. Formava-se uma ideia do imigrante vencedor, constituindo o imaginário de muitos descendentes desses ditos empresários, expostos como modelo de trabalho.<sup>116</sup> Tiago B. de Oliveira aponta as contradições nas construções de referência sobre o estrangeiro:

É interessante notar, também, que a prática de exaltar imigrantes que se tornavam empresários se dava nesse contexto de formação de um ideal de trabalhador e não deixa de ser paradoxal: ao mesmo tempo em que o imigrante era modelo de trabalhador, não só para outros estrangeiros, mas também para os nacionais, a resistência daqueles que não se conformavam com a exploração era atribuída a imigrantes também.<sup>117</sup>

<sup>113</sup> Ibid. p. 549.

<sup>114</sup> Ibid. p. 563.

<sup>115</sup> Ibid. p. 564.

<sup>116</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernadon de. **Mobilização Operária na República Excludente: Um estudo comparativo da relação entre Estado e movimento operário nos casos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul nas duas primeiras décadas do século XX.** Dissertação. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p.66.

<sup>117</sup> Ibid., p.67.

Na segunda metade do século XIX, as primeiras organizações do movimento operário brasileiro contavam com a presença de imigrantes articulados ao projeto da AIT. O trecho a seguir, apresentado por Francisco Foot Hardman, demonstra bem este aspecto:

No Brasil, as primeiras tentativas de contato foram feitas da Europa, através de militantes portugueses, em particular pelo escritor Anthero de Quental e por J. Fontana, diretores do jornal lisboeta *O Pensamento Social*. A seção portuguesa havia sido criada por militantes espanhóis refugiados: Francisco Mora, entre outros, já havia contribuído para a seção argentina. Em julho de 1871, Mora, em relatório ao Conselho Geral da A.I.T., ao falar da nova seção portuguesa, lembrava que ‘seguramente a Internacional se estenderia a outro grande país de língua portuguesa, o Brasil.’<sup>118</sup>

O mesmo autor ainda escreve:

Pode-se afirmar, também com base na documentação disponível, que contatos organizativos entre trabalhadores brasileiros e portugueses eram feitos constantemente, naquele período. No Rio de Janeiro, em particular, em função do peso da migração lusitana, tais tentativas eram bastante antigas. Por exemplo, na renhida luta pelo descanso semanal remunerado, levada a cabo pelos caixeiros do Rio, despontaram como líderes os portugueses Antonio Mathias Pinto Junior e Victoriano Jose de Carvalho, com experiência sindical em seu país de origem, que agitaram a categoria através das páginas de *O Caixeiro* (1873).<sup>119</sup>

Depois de demonstrar as possíveis ligações entre o nascente movimento operário brasileiro e a I Internacional (A.I.T.), Francisco F. Hardman apresenta elementos que demonstram a ligação entre o movimento operário brasileiro e a II Internacional: “No Brasil, a análise de dois documentos praticamente inéditos, os relatórios elaborados por núcleos socialistas, 1893 e 1896, enviados ao congresso da II Internacional (...)”<sup>120</sup>

Outro estudo fundamental para compreender a participação de imigrantes na formação do movimento operário brasileiro é o trabalho de Cláudio H. M. Batalha. Por meio da obra desse autor, é possível deduzir que a participação dos imigrantes nas organizações e protestos sociais é evidente, de forma que o próprio governo recorre ao Código Penal de 1890 para atingir os organizadores e promotores das manifestações. Esta lei, criada por Floriano Peixoto, determinava a expulsão de estrangeiros acusados de anarquismo.<sup>121</sup> Claudio Batalha escreve que, a partir de 1908, há um declínio da atividade grevista, resultado da perseguição e repressão crescente. Acontece uma maior articulação das forças de repressão e uma ampliação

<sup>118</sup> HARDMAN, Francisco Foot. Op. Cit. p. 69.

<sup>119</sup> Ibid. p.70.

<sup>120</sup> HARDMAN, Francisco Foot. Op. Cit. p.75.

<sup>121</sup> BATALHA, Claudio H. M. **O Movimento Operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.p.38.

da Lei de expulsão de estrangeiros, proposta pelo deputado Adolfo Gordo e aprovada em 1907. Com base nessa Lei, são expulsos do Brasil, em 1907, 132 estrangeiros, número bastante elevado, se considerarmos que, entre 1907 e 1921, há um total de 556 expulsões.<sup>122</sup>

Luigi Biondi escreve que a Lei Adolfo Gordo é promulgada pelo decreto nº 1641, de 7 de janeiro de 1907. Segundo ele, em 1913 são abolidos os pontos que impediam a aplicação da Lei para aqueles estrangeiros residentes no Brasil há dois anos, ou casados com brasileiras.<sup>123</sup>

Retomando com Claudio Batalha, esse autor ressalta que os anos de 1912 e 1913 são marcados também pela mobilização contra a Lei de expulsão de estrangeiros. Cabia à Confederação Operária Brasileira (COB) a campanha contra a Lei de expulsão. A COB promovia comícios em várias cidades brasileiras. Desencadeia-se, também, uma campanha em Portugal, Espanha e Itália para desestimular a emigração para o Brasil.<sup>124</sup>

A perseguição aos operários anarquistas italianos é evidenciada na passagem a seguir:

Inúmeras, além disso, foram as queixas frente aos abusos operados pelas autoridades cotidianamente: arbitrariedades da polícia, detenções injustificadas, desaparecimentos. Nos muitos artigos que relatam essas violências, é importante notar como os redatores do jornal, mas também muitos correspondentes, evidenciam os abusos sofridos pelos trabalhadores imigrantes, não só pelo fato de eles pertencerem à classe operária, uma classe potencialmente perigosa, mas sobretudo por serem italianos: mais uma vez, a questão de classe e identidade nacional compõem uma inusitada mistura na prática de propaganda desses componentes do arquipélago da imprensa anarquista de língua italiana espalhada pelo mundo.<sup>125</sup>

De acordo com o jornal operário “La Battaglia”, a Lei Adolfo Gordo não respeitava as mínimas liberdades. Para os editores do jornal anarquista citado acima, a Constituição Republicana no Brasil era somente uma formalidade. Os imigrantes só eram bem-vindos caso se deixassem explorar. No Brasil, existia uma estrutura social arcaica, fundamentalmente escravista. Antes da Lei de 1907, já havia um ambiente onde alguns setores da sociedade, principalmente os proprietários, patrões e governo, identificavam no operário imigrante os agitadores e subversivos que deveriam ser expulsos do país: “Quando - embora antes da promulgação da lei, mas já com a experiência da Argentina e já tendo em vista o debate que

---

<sup>122</sup> Ibid. p.43.

<sup>123</sup> Ibid. p.136.

<sup>124</sup> Ibid. p.47.

<sup>125</sup> BIONDI, Luigi. **Anarquistas italianos em São Paulo. O grupo do jornal anarquista ‘La Battaglia’ e sua visão da sociedade brasileira: o embate entre imaginários libertários e etnocêntricos.** CAD. AEL, n. 8/9, 1998.p.136.

se ia desenvolvendo a propósito - durante a greve da Companhia Paulista em 1906, os homens da Força Pública gritavam aos grevistas que deviam voltar aos próprios países, (...).”<sup>126</sup>

De acordo com Luigi Biondi, os imigrantes operários e anarquistas, por estarem sofrendo perseguições, reagiam de duas formas: demonstrando seu internacionalismo ou exaltando sua suposta “superioridade cultural”. Em 1910 e 1912, o jornal *La Bataglia*, publica matérias defendendo a superioridade militante dos italianos. Para os editores, o fato de produzir um jornal e de organizar uma associação já era uma vitória em relação à situação brasileira. Segundo Biondi, o jornal acrescenta que os militantes operários anarquistas italianos acreditavam que poderiam influenciar na formação cultural dos trabalhadores nacionais, mas perceberam o contrário, que os imigrantes acabavam adquirindo a apatia dos trabalhadores nacionais e aos poucos se resignando e deixando de se rebelar.<sup>127</sup>

Francisco Foot Hardman escreve sobre o papel dos imigrantes na formação do movimento operário brasileiro: “Muito já se escreveu sobre a influência que a imigração de trabalhadores europeus teve como fator decisivo na formação do proletariado no Brasil. Tanto em nível da composição da força de trabalho, quanto ao nível do movimento operário nascente, é certo que a imigração contribuiu significativamente.”<sup>128</sup>

Segundo Francisco F. Hardman, apesar dos conflitos e dificuldades de relacionamento proporcionado pela diversidade étnico-cultural e lingüística, era importante a presença de imigrantes militantes no movimento operário. Escreve Hardman:

Porém, a nosso ver, dialeticamente, a imigração jogou um papel positivo no processo de formação do proletariado como classe “para si”. A presença de núcleos de militantes vinculados à experiência internacional da classe contribuía – por mais tênues que fossem estes vínculos – para que se estabelecesse uma ponte mediadora entre a consciência do proletariado em formação, no Brasil, e o proletariado internacional. O internacionalismo, nesta medida, não foi apenas uma ‘ideologia importada’ nem um mero recurso retórico de propaganda doutrinária. Inscrevia-se, pelo contrário, no processo do movimento operário brasileiro, tornando-o, dialeticamente, parte específica e constitutiva do movimento operário internacional.<sup>129</sup>

O citado autor apresenta um quadro com a biografia de vários militantes “internacionais”, que andavam difundindo propaganda e organização. Vários deles estiveram no Brasil, ou partiam do Brasil e voltavam com frequência. Entre eles: Pietro Gori, Oreste Ristori, Gigi Damiani, Ettore Marchini, Neno Vasco, Fernando Dias e Florentino de

---

<sup>126</sup> Ibid. p.137.

<sup>127</sup> Ibid. p.142.

<sup>128</sup> HARDMAN, Francisco Foot. Op. Cit. .65.

<sup>129</sup> Idem.

Carvalho.<sup>130</sup> Marília Dalva Klaumann escreve em nota de rodapé que, no ano de 1904, o anarquista italiano Enrico Malatesta passou por São Paulo e ajudou a organizar a imprensa anarquista naquela cidade.<sup>131</sup>

A pesquisa de Vitor Wagner Neto de Oliveira destaca que, no ano de 1919, com a intensificação da repressão, as autoridades policiais brasileiras, argentinas, uruguaias e paraguaias assinam um acordo determinando que um militante subversivo perturbador da ordem (indesejável), não recebido ou expulso de um dos países do pacto, não poderia ingressar em nenhum outro.<sup>132</sup>

Ainda de acordo com Vitor de Oliveira, a “Correspondência” entre as polícias, articuladas internacionalmente para vigiar os militantes internacionalistas, destaca que, na extensa fronteira, havia pontos de difícil controle sobre os estrangeiros que circulavam pela região. Assim se refere o texto da correspondência citada pelo autor:

(...) A Maior parte desses passageiros que embarcam em Assunção e Concepcion desembarcam na ilha ‘Margarita’, defronte a Porto Murinho, e daí passam em botes, desembarcando naquele porto sem impedimento de espécie alguma; outros que embarcam no litoral paraguaio, em portos não habitados, nas mesmas condições desembarcam em Porto Esperança ou na extensa costa fronteira, quase deserta, e depois seguem por terra até alguma fazenda ou embarcam de novo nas lanchas de cabotagem nacional, absolutamente sem dificuldades. O mesmo está se passando nas fronteiras de Bela Vista e Uruguiana (...)<sup>133</sup>

Além da mobilidade dos militantes do movimento operário, Vitor de Oliveira escreve que o estudo biográfico desses militantes permite também perceber a “migração” das ideias.

Para não reduzir a história do movimento operário brasileiro somente ao eixo Rio – São Paulo, é importante destacar o trabalho de Edilza Joana de Oliveira Fontes, que aborda o movimento operário em Belém do Pará, no período de 1880 a 1914. Uma das características do movimento operário do Pará é que as primeiras mobilizações operárias, na última década do século XIX, deram-se contra as posturas municipais – portanto, contra a municipalidade e não em manufaturas e fábricas.<sup>134</sup>

---

<sup>130</sup> Ibid. p.73.

<sup>131</sup> CÂNOVAS, Marília Dalva Klaumann. **Imigrantes espanhóis na paulicéia: trabalho e sociabilidade urbana, 1890 – 1922**. Tese. São Paulo (SP):USP, 2007.p.385.

<sup>132</sup> OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. **Entre o Prata e o Mato Grosso: uma viagem pelo mundo do trabalho marítimo de 1910 a 1930 (Buenos Aires, Montevidéu, Assunção e Corumbá)**, Campinas, SP, 2006.p.213.

<sup>133</sup> OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. Op. Cit. p.214.

<sup>134</sup> FONTES, Edilza Joana de Oliveira. **Preferem-se portugueses (as): trabalho, cultura e movimento social Belém do Para (1885 – 1914)**. Tese. Campinas (SP): UNICAMP, 2002.p.202.

De acordo com Edilza, a repressão ao movimento operário mantinha também o “argumento” de que os grevistas eram estrangeiros, identificando-os como indesejáveis e desordeiros. Nas greves de 1913, a participação de imigrantes portugueses e espanhóis é fundamental. Em 1917, os padeiros entram em greve, eram mais de 400 grevistas. Há uma repressão violenta, muitos grevistas são presos, e todos eram portugueses.<sup>135</sup>

#### 2.2.1.1 Mobilidade e Mobilização no Rio Grande do Sul

Esta seção inicia com uma exposição sobre a imigração no Rio Grande do Sul – participação de imigrantes na economia e na força de trabalho –, e segue com uma descrição das evidências sobre a presença de imigrantes e estrangeiros no movimento operário rio-grandense. Apresenta-se o tema abordando o Rio Grande do Sul de forma genérica e logo se particulariza o estudo em cidades como Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas. Antes de analisar a presença de imigrantes no movimento operário rio-grandense, identifica-se alguns elementos que formam a cultura e identidade internacionalista operária no Rio Grande do Sul: a circularidade da imprensa operária, dos militantes (de iniciativa individual ou através de delegações a congressos); o 1º de maio e as campanhas de solidariedade. Logo após identificar a presença de uma cultura internacionalista operária no movimento operário rio-grandense, investiga-se a presença de imigrantes no movimento operário do Rio Grande do Sul. Para a exposição ficar mais didática, optou-se por fazer mais uma subdivisão na Seção: uma sobre a mobilidade, denominada “A presença imigrante no Rio Grande do Sul”, e outra, denominada “O internacionalismo operário no Rio Grande do Sul”.

##### 2.2.1.1.1 A presença imigrante no Rio Grande do Sul

O fenômeno migratório no Rio Grande do Sul comporta duas características: os projetos de colonização subvencionados pelos Governos e as migrações espontâneas. Os

---

<sup>135</sup> Ibid. p.279.

projetos de colonização destinavam-se a assentamentos rurais – os mais conhecidos são as colônias alemãs e italianas – e os movimentos migratórios espontâneos para áreas urbanas.

A partir de 1824, instalam-se os primeiros colonos alemães. A política de atrair imigrantes, adotada pelo Império, buscava ampliar o fornecimento de recursos materiais e humanos. A ampliação dos recursos materiais acontecia na diversificação econômica e os recursos humanos podem ser compreendidos a partir do momento em que imigrantes e estrangeiros eram usados no exército imperial em constante conflito com os países do Prata.<sup>136</sup>

No ano de 1872, quando reinicia o movimento imigratório, a população total da Província era calculada em 446.926, destes, 41.406 eram imigrantes, aproximadamente 16,6% do território era ocupado por germânicos. A introdução de colonos italianos se deu a partir de 1870, quando são criadas duas colônias. Logo, em 1875, 1879, 1884, 1887 e 1889, são criadas outras colônias italianas no Rio Grande do Sul.<sup>137</sup>

A zona de fronteira atrai imigrantes veiculados a atividades de comércio. Sobre estas cidades de fronteira e da campanha gaúcha, Franco diz que “em razão dos progressos da pecuária e indústria do charque, mas que seriam pobres em artífices de ofícios urbanos, o artesão estrangeiro encontraria um seguro campo de expansão.”<sup>138</sup> Núncia Constantino escreve que Pasquale Corte, que vem a ser cônsul em Porto Alegre, envia um relatório a Roma, em 1884, “explicando a origem dos grupos italianos com significação numérica nas cidades sul-rio-grandenses.” Segundo o relatório, o empreiteiro Serpa Pinto Júnior é contratado pelo governo brasileiro para introduzir cem mil colonos. “Depois de fazer propaganda na Itália, em 1874 e 1875, volta sua atenção para Buenos Aires e Montevideú, onde havia grave crise econômica.” O empreiteiro passa “a atrair imigrantes que não eram agricultores, e que eram afeitos a atividades tipicamente urbanas, que acabaram se dispersando pelas cidades rio-grandenses.”<sup>139</sup>

Stella Borges, também estudando a imigração para a fronteira, afirma que, em geral, “todas essas localidades iniciaram a receber italianos anos antes da imigração

<sup>136</sup> MOURE, Telmo. **A Inserção da Economia Imigrante na Economia Gaúcha**. In: RS: imigração & colonização. Org. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. 2ª Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p.93.

<sup>137</sup> GIRON, Loraine Slomp. **A imigração italiana no Rio Grande do Sul: fatores determinantes**. In: RS: imigração & colonização. Org. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. 2ª Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p.61s.

<sup>138</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. **Imigração italiana na fronteira rio-grandense**. Boletim da Biblioteca Pública do Estado, Porto Alegre, n.1, v.2, 1975. p.11.

<sup>139</sup> CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Italianidade(s): Imigrante no Brasil Meridional**. In: Raízes Italianas do Rio Grande do Sul – 1875 – 1997. Org.: Florence Carboni e Mario Maestri. Passo Fundo: UPF. 2000. p.72.

colonial/agrícola iniciada no nordeste do Rio Grande do Sul.” E acrescenta a historiadora que “são italianos que entraram no Estado espontaneamente com recursos próprios.”<sup>140</sup> A pressão que motiva o movimento das capitais Montevideú e Buenos Aires para o interior e para a região de fronteira, é assim descrita por ela: “A conjuntura política e econômica, na segunda metade do século passado, tanto no Uruguai como na Argentina, provocou uma migração interna, fazendo com que muitos desses imigrantes percorressem cidades do interior, procurando melhores condições de vida.”<sup>141</sup>

A questão da situação econômica dos imigrantes também está sendo reavaliada. Estudos mais recentes, como os da pesquisadora Núncia Constantino, mostram que não foram os mais pobres que em sua maioria saíram da Itália. Eles precisavam ter recursos econômicos para embarcar nesta “aventura”. O nível cultural também é de ser destacado, pois as pessoas tiveram que “querer buscar” algo melhor. Constantino diz que imigração italiana espontânea não será caracterizada como mão-de-obra assalariada.<sup>142</sup> Para o caso da Campanha Sudoeste e fronteira do Rio Grande do Sul, a maioria dos imigrantes eram pessoas que entraram pela região do Prata.<sup>143</sup> Possuíam conhecimentos técnicos e habilidades profissionais de que a fronteira estava carente; faziam parte de redes de amizade ou parentela, que remontavam às localidades de onde provinham. Esta autora destaca, também, que o volume de imigrantes italianos já era expressivo nas regiões de fronteira com o Uruguai e com a Argentina, prova está no fato de que, a partir de 1870, aparecem sociedades italianas em cidades como Uruguaiana, Quaraí, Alegrete, Sant’Ana do Livramento, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar e em Bagé, que foi a primeira.<sup>144</sup>

O quadro abaixo apresenta o número de imigrantes italianos nas áreas urbanas do Rio Grande do Sul no início da República Velha:

---

<sup>140</sup> BORGES, Stella. **Imigração Italiana em Região de Fronteira: Dom Pedrito e Santa Vitória do Palmar.** In: *Etnias & Carisma: poliantéia em homenagem a Rovílio Costa/* Organizado por Antônio Suliani – Porto Alegre: EDPUCRS, 2001. p.1057.

<sup>141</sup> *Ibid.* p. 1066.

<sup>142</sup> CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **O Italiano da Esquina: Meridionais na sociedade Porto – Alegrensense e Permanência de Identidade entre Moraneses.** Tese. São Paulo: USP, 1990. p.207.

<sup>143</sup> Para compreender melhor a relação de Alegrete com a região platina (Uruguai e Argentina) é importante conhecer as dissertações de Edson Romário Monteiro Paniágua e Ronaldo Colvero.

<sup>144</sup> *Ibid.* p.55.

Quadro 1.2

Município	Nº de italianos	Município	Nº de italianos
Pelotas	5.000	Livramento	600
Rio Grande	600	Uruguaiana	300
Bagé	1.000	Alegrete	200
D. Pedrito	200	São Borja	300
São Gabriel	100	Itaqui	300

Número de Italianos no Rio Grande do Sul em 1893, segundo Antônio Franceschini. In: **CONSTANTINO**, Núncia Santoro de. *O Italiano da Esquina: Imigrantes na sociedade Porto-alegrense*. Ed. EST, Porto Alegre, 1991.p.58.

Existe uma razoável produção historiográfica em relação à imigração italiana e germânica no Rio Grande do Sul; porém, são poucos os estudos sobre a presença de espanhóis, portugueses, uruguaios, argentinos e outras etnias e nacionalidades. Os dados sobre a presença de estrangeiros no Estado são pouco confiáveis, além de contraditórios. Para apresentar um quadro sobre a presença de estrangeiros no ano de 1900, utiliza-se o levantamento feito por Ailana Cristina Amorim: segundo ela, 11, 75 % da população era estrangeira.<sup>145</sup>

Para a década de 1910, tem-se a tabela abaixo que procura demonstrar a presença de imigrantes na população geral do Estado do Rio Grande do Sul:

Tabela 1.2

Número de pessoas nacionais e estrangeiras em 1910.

Brasileiros	1.093.986	89 %
Estrangeiros	129.329	10,52%
Nacionalidade ignorada	5.755	0,46%
Total	1.229.070	100%

Fonte: **AMORIM**, Ailana Cristina de. *Relações intra-classe: solidariedade e conflito na formação da classe operária no Rio Grande do Sul*. Dissertação UFRGS, Porto Alegre, 2006.p.119.

Entre 1900 e 1910, os números são relativamente próximos. Uma década depois, em 1920, a presença de estrangeiros diminui. Veja-se os números apresentados a seguir:

<sup>145</sup> **AMORIM**, Ailana Cristina de. *Relações intra-classe: solidariedade e conflito na formação da classe operária no Rio Grande do Sul*. Dissertação. UFRGS: Porto Alegre, 2006.p.119.

Tabela 1.3

População por nacionalidade no Rio Grande do Sul em 1920

Brasileira	Estrangeira	Ignorada	Total
2.028.090	151.025	3.598	2.182.713
92,9%	6,91%	0,16%	99,97%

Fonte: De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do Rio Grande do Sul (1803 – 1950). FEE, Porto Alegre, 1981.p.125.

Em relação ao trabalho e às profissões dos imigrantes, Ailana Amorim destaca que, em certas atividades profissionais, acabavam concentrando-se trabalhadores de uma mesma etnia, e que, muitas vezes, é possível caracterizá-los, identificando-os através dela. A autora acrescenta que:

“(…), em certas profissões, há predominância de imigrantes alemães e, em outras, maior índice de trabalhadores de origem italiana. Profissões como a de sapateiro e alfaiate, padeiro, carpinteiro, funileiro, trabalhador da construção eram comuns entre trabalhadores italianos. Por seus turnos, ofícios como o de metalúrgico, marceneiro ou chapeleiro eram bastante difundidos entre aqueles de origem alemã.”<sup>146</sup>

A questão da imigração em Porto Alegre pode ser observada na pesquisa de Stella Borges, que escreve sobre a migração de um modo geral e, também, em relação à economia e mercado de trabalho. A autora afirma que os números divergem, até mesmo os números estatísticos oficiais apresentam discordância, mas existem registros que indicam que, entre 1908 e 1914, entram no Rio Grande do Sul, aproximadamente, 17.248 russos, 8.039 alemães, 6.052 poloneses e 3.008 italianos.<sup>147</sup> Destaca a autora que, de 1890 a 1900, chega a 44.821 o número de estrangeiros no estado, sendo que 24.248 são italianos.<sup>148</sup> Stella Borges escreve que, entre 1882 e 1891, é registrado o total de 46.559 italianos; entre 1892 e 1902, são 15.798 italianos. Em 1893, 10% da população da cidade era de italianos. Para Stela Borges, esta estimativa também é válida para a década de 1910.<sup>149</sup>

É possível realizar uma comparação entre os números da imigração em Porto Alegre e São Paulo, através de dados levantados por Loner. A força de trabalho, em 1920, em São

<sup>146</sup> AMORIM, Ailana Cristina de. Op. Cit. p.116.

<sup>147</sup> BORGES, Stella. **Italianos: Porto Alegre e trabalho**. Porto Alegre: Ed. EST, 1993.p.15s.

<sup>148</sup> Ibid. p.27.

<sup>149</sup> Ibid. p.27 e p.30.

Paulo era composta por 49.4% de imigrantes. Em Porto Alegre, na mesma época, a porcentagem era de 17,9%.<sup>150</sup>

Em relação aos imigrantes italianos em Porto Alegre, Stella Borges diz que estes são de número reduzido nas indústrias, sendo a que a maior parte dos trabalhadores empregados neste setor é de outras etnias. Para ela, o imigrante italiano se distribui pelo pequeno e médio comércio.<sup>151</sup> Diante dos dados colhidos, afirma que, no grupo de imigrantes italianos, em Porto Alegre, predominavam os pequenos e médios proprietários, que contavam em seus estabelecimentos com reduzido número de empregados.<sup>152</sup>

Núncia Santoro de Constantino é quem chega primeiro a esta conclusão, em seu estudo sobre os italianos meridionais em Porto Alegre, a historiadora faz um levantamento da “comunidade” da cidade, destacando que a maioria dos italianos não era constituída por trabalhadores assalariados. Desta forma, Núncia afirma que:

Fato é que o grupo de imigrantes italianos em Porto Alegre no período correspondente a este estudo é constituído predominantemente por indivíduos que fazem parte do que se entende por pequena burguesia é, além do mais, tem como característica indivíduos de origem italiana meridional, em especial moraneses.<sup>153</sup>

A explicação que a autora apresenta, sobre a pequena burguesia, é no sentido de uma classe de transição, que se diferencia das outras classes não pelo nível da renda, mas é melhor compreendida pelo modo como esta renda é obtida. Destaca Constantino que a definição de pequena burguesia está sempre relacionada com os modos de produção. Em resumo, pode-se dizer que é a classe que trabalha por conta própria em sua oficina, loja ou terra, com o trabalho pessoal do proprietário e de sua família e, eventualmente, ocupa força de trabalho extrafamiliar assalariada.<sup>154</sup>

Em relação a Pelotas, sabe-se que moravam na zona urbana, em 1891, aproximadamente, 4.160 imigrantes, (18,1%) da população. Número próximo da metade desses imigrantes era de portugueses, e a outra metade composta de italianos, uruguaios, espanhóis, alemães e franceses. Os mestiços e negros compunham cerca de 30% dos habitantes da cidade. Em 1911, o número de imigrantes aumentou, passou a cerca de 6.864

---

<sup>150</sup> LONER, Beatriz Ana. Classe Operária: **Mobilização e organização em Pelotas: 1888 – 1937**. Vol.1. Tese. Porto Alegre: UFRGS, 1999.p.87.

<sup>151</sup> BORGES, Stella. **Italianos: Porto Alegre e trabalho**. Porto Alegre: Ed. EST, 1993. p.73.

<sup>152</sup> Ibid. p.84.

<sup>153</sup> CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **O Italiano da Esquina: Meridionais na sociedade Porto – Alegrense e Permanência de Identidade entre Moraneses**. Tese. São Paulo: USP, 1990.p.115.

<sup>154</sup> Idem.

pessoas. Porém, em relação ao conjunto da população, sua representação diminuiu, equivalendo a 11% da população. A proporcionalidade de imigrantes na cidade diminuiu mais ainda na década de 1920, representando, neste último período, a 8%.<sup>155</sup>

Para o caso da cidade de Rio Grande, em 1888 existiam 3.710 imigrantes, o que equivalia a 18,3% da população. Assim como Pelotas, quase a metade era composta de portugueses; logo, apareciam os italianos, alemães, franceses e ingleses. Os negros e pardos correspondiam a 27,48% dos habitantes. Na década de 1910, os imigrantes correspondiam a 11,9% da população e, na década de 1920, correspondiam a 12,8%.<sup>156</sup>

Beatriz Loner apresenta uma reflexão que é importante para a compreensão da presença de imigrantes como força de trabalho e como protagonistas no movimento operário no período da República Velha. Segundo a autora: “Torna-se difícil, pela inexistência de estatísticas a respeito, avaliar qual o percentual de estrangeiros que poderiam ser considerados operários nas primeiras décadas, ou pelo menos distingui-los dos artesãos e donos de oficinas.”<sup>157</sup> A pesquisadora, recolhendo dados transmitidos pela imprensa, onde o autor da matéria (Coutinho) referindo-se a Rio Grande e Pelotas, afirma que, em 1897, cerca de 25% dos trabalhadores eram nacionais e que 75% dos trabalhadores eram estrangeiros de todas as nacionalidades.<sup>158</sup> Beatriz Loner questiona esses dados e pensa ser mais próximo da realidade de Rio Grande. Segundo a mesma autora, existem muitos exemplos, na cidade de Pelotas, de importação de mão-de-obra imigrante. Buscavam mão-de-obra tanto da Europa quanto de países vizinhos do Prata. Na cidade de Pelotas, os italianos estavam em menor número; eles aparecem em ramos de negócio, em fábricas e desempenhando as atividades econômicas mais “humildes”.<sup>159</sup>

É possível ter-se uma idéia da presença de imigrantes entre os patrões, como acionistas proprietários na cidade de Pelotas. Loner usa informações apresentadas por Hallal dos Anjos, a qual afirma que, na cidade de Pelotas, de um total de 38 fábricas, 20 eram compostas por imigrantes. Outras 10 compreendiam presença de nacionais e de imigrantes, e 6 pertenciam somente a nacionais. Em cerca de 80% das fábricas havia participação de imigrantes.<sup>160</sup>

Na cidade de Rio Grande, os imigrantes participavam economicamente do comércio, indústria e no ramo do transporte. No comércio, a predominância era de portugueses, também

---

<sup>155</sup> LONER, Beatriz Ana. Op. Cit. p.67.

<sup>156</sup> Idem.

<sup>157</sup> Ibid. p.85.

<sup>158</sup> Idem.

<sup>159</sup> Ibid. p.85.

<sup>160</sup> Ibid. p.71.

eram encontrados em indústrias e oficinas. No alto comércio, encontravam-se os alemães, assim como entre os industriais. Nas grandes fábricas e oficinas, trabalhavam italianos, espanhóis e poloneses.<sup>161</sup> As empresas comerciais e industriais, na maioria dos casos, estavam sob o controle de imigrantes.<sup>162</sup> Beatriz Loner afirma que, em Rio Grande, em 1914, a maioria dos italianos residentes na cidade trabalhavam como operários.<sup>163</sup>

Mais informações sobre a presença de imigrantes, no “mercado de trabalho” de Rio Grande, podem ser encontradas no trecho a seguir:

Tem-se inúmeras notícias de empresas, que importaram mão de obra estrangeira diretamente para suas fábricas como a Ítalo-Brasileira de Rio Grande, trabalhando majoritariamente com operários italianos e a fábrica Pooch de fumos (que trabalhava com alemães e importava especialistas cubanos).<sup>164</sup>

Aparecem casos, também, nos quais os mestres e contramestres são imigrantes ou a maioria. Na cidade de Rio Grande, no início do século XX, boa parte dos vendedores ambulantes, cocheiros e condutores de bonde eram italianos.<sup>165</sup>

Loner faz uma comparação entre São Paulo, Porto Alegre e as cidades de Rio Grande e Pelotas. Nessa comparação, é possível identificar alguns números sobre a presença de trabalhadores imigrantes nessas quatro cidades, sendo que, segundo a autora, em Pelotas e Rio Grande os números devem ser bem menores.<sup>166</sup>

#### 2.2.1.1.2 Internacionalismo e presença de imigrantes no movimento operário rio-grandense

Comprovada a presença de imigrantes no período em estudo, parte-se para a análise da formação de uma cultura e identidade internacionalista operária que, de acordo com análise já feita neste capítulo, tem como fator difusor a mobilidade de trabalhadores e militantes operários. A presença imigrante constrói a cultura e consciência internacionalista, assim como a cultura internacionalista forja o movimento operário e as práticas militantes do período. Logo após apresentar elementos que comprovem a existência de uma identidade

---

<sup>161</sup> Ibid. p.68.

<sup>162</sup> Ibid. p.70.

<sup>163</sup> Ibid. p.86.

<sup>164</sup> Ibid. p.85.

<sup>165</sup> Ibid. p.85

<sup>166</sup> Ibid. p.87.

internacionalista entre os operários do Rio Grande do Sul, pretende-se analisar a presença de imigrantes no movimento operário deste Estado. A identidade operária internacionalista é construída a partir de alguns elementos: a presença e circulação da imprensa operária no período; a circulação de militantes de forma “orgânica” e/ou individual; as campanhas de solidariedade; e o 1º de maio. O presente estudo, apesar de fazer referência a algumas cidades do interior do Estado, centra-se em Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. Inicia-se descrevendo elementos que evidenciam a presença de uma estratégia internacionalista na formação do movimento operário sul-rio-grandense; em seguida e ao mesmo tempo, escreve-se sobre a circularidade de militantes, as campanhas de solidariedade e o 1º de maio. Por último, apresenta-se um estudo sobre a presença de imigrantes no movimento operário do Rio Grande do Sul, tendo como foco as cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande.

Várias são as referências ao internacionalismo em Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas pelos membros do movimento operário destas localidades, assim como por sua entidade estadual, a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS). É possível identificar uma articulação programática internacional em vários momentos no decorrer do período da República Velha. No caso da fundação, em 1892, em Porto Alegre, da *Allgemeiner Arbeiter Verein*, que era um instrumento de divulgação e que servia para programar a política dos militantes comprometidos com o programa do Partido Social-Democrata Alemão em Porto Alegre e São Paulo, Silvia Petersen destaca que:

(...) foi a organização que primeiro fez as comemorações do 1º de maio em Porto Alegre, em 1896. Em 1897, a comemoração foi feita com a *Allgemeiner* e a Liga Operária Internacional. Neste 1º de maio, foi lançado o programa do Partido Socialista do Rio Grande do Sul. Entre os signatários, encontram-se integrantes da *Allgemeiner*.<sup>167</sup>

Isabel Bilhão, ao escrever sobre “Identidade e trabalho” dos operários porto-alegrenses, afirma que as polêmicas da Primeira Internacional ainda ecoavam em Porto Alegre em 1898. Essas divergências entre anarquistas e socialistas acabam por influenciar a organização operária internacional e estão presentes no Primeiro Congresso Operário Rio-grandense.<sup>168</sup>

A ação coordenada dos militantes socialistas internacionais, intencionados em organizar as lutas operárias, pode ser identificada no destaque feito por Bilhão em relação ao Programa do Partido Social-Democrata Alemão, lançado na cidade de Erfurt, no ano de 1891.

<sup>167</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. “**Que a união Operária seja a nossa pátria!**”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.p.95.

<sup>168</sup> BILHÃO, Isabel Aparecida. **Identidade e Trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896 – 1920)**. Tese. Porto Alegre: UFRGS, 2005. p.178.

Este Programa serve de modelo não só para a Alemanha, mas para os partidos Socialista e Operário fundados em Porto Alegre, em 1897 e 1905. Isto é, também seguiram a linha do Partido Social-Democrata Alemão.<sup>169</sup>

No final do século XIX, em 1895, é fundada, em Porto Alegre, a Liga Operária Internacional. Neste caso, além do próprio nome da associação ser “internacional”, o peso da diversidade étnica fazia-se notar na Liga. Petersen demonstra a diversidade de nacionalidades nesta organização no trecho a seguir: “O jornal Gazetinha, em 1896, observava que a organização Liga Operária Internacional, que trata de congregar os operários de todas as profissões e nacionalidades, “tornou-se quase uma Babel” pela dificuldade de se entenderem os diferentes idiomas.<sup>170</sup>

Escrevendo sobre a trajetória de Francisco Xavier da Costa, Benito Bisso Schmidt destaca que os militantes da Liga Operária Internacional, fundada em 17 de novembro de 1895, vão ser nomes atuantes de “proa” no movimento operário de Porto Alegre até a década de 1920, embora tenham, segundo o autor, tomado rumos ideológicos diferentes, uns tornando-se anarquistas, e outros, socialistas.<sup>171</sup>

A mobilização e a atividade organizativa dos militantes “internacionalistas” começa a dar resultado em 1897, de acordo com o autor; no dia 1º de maio, mais de 1.000 operários desfilarão pelas ruas de Porto Alegre, e, conforme a imprensa, a participação imigrante é significativa nesse ato.<sup>172</sup> Ainda de acordo com Schmidt, poucos meses depois do 1º de maio, os membros do Partido Socialista do Rio Grande do Sul se reúnem para escolher sua diretoria. Terminados os trabalhos, são cantados hinos socialistas em português, alemão e italiano. Erguem brindes a várias organizações operárias, e, inclusive, ao Partido Socialista em São Paulo, no Rio de Janeiro e na Europa.<sup>173</sup>

Em 1º de maio de 1905, existia o jornal “A Democracia”, órgão do Partido Operário Rio-grandense, que passa a ser porta voz dos socialistas gaúchos até 1908. A folha era editada

---

<sup>169</sup> Ibidem, p.200.

<sup>170</sup> PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. **“Que a união Operária seja a nossa pátria!”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações**. Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.p.98.

<sup>171</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. **O Patriarca e o Tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187? – 1934) e Carlos Cavaco (1878 – 1961)**. Tese. Campinas, S.P: UNICAMP, 2002.p.96.

<sup>172</sup> Ibid. p.105.

<sup>173</sup> Ibid. p.109.

na Tipografia Internacional sob a responsabilidade de Francisco Xavier da Costa, Paulino D'Amico, João Martinewski e Antonio Heit.<sup>174</sup>

“A Democracia” contava com agentes em S. Leopoldo, S. João do Montenegro, Cachoeira, colônias italianas, Bagé e Alegrete. Procurava conquistar a simpatia dos teutos e teuto-brasileiros do Rio Grande do Sul, apresentando uma parte em alemão.<sup>175</sup>

Na comemoração do 1º de maio de 1905, são distribuídos programas do recém criado Partido Operário Rio-grandense. A comissão central provisória do Partido era composta por militantes que haviam se destacado nas lutas da década de 1890: Xavier da Costa, Henrique Mathias, Wilhelm Kock, José Zeller-Rethaller e Roberto Schmidt. A maioria demonstra, pelos sobrenomes, ser de origem germânica.<sup>176</sup>

Nas cidades de Pelotas e Rio Grande, existiram também associações operárias com a palavra internacional na nomenclatura das entidades. No final do Século XIX, entre as principais entidades operárias das duas cidades, estavam a Sociedade União Operária de Rio Grande, a Liga Operária e a União Operária Internacional de Pelotas.<sup>177</sup> Ainda em Pelotas, em 1909, existia a Liga Internacional de Beneficência Dramática<sup>178</sup> É importante frisar que a União Operária Internacional de Pelotas possuía, como maioria de seus membros, pessoas negras ou mulatas, inclusive na composição das diretorias e como oradores.<sup>179</sup>

A seguir, apresentam-se alguns exemplos que comprovam os laços de solidariedade internacional entre os operários em luta e organização. Já está escrito em alguns parágrafos acima que, em 1897, durante as comemorações do 1º de maio, os operários brindam às organizações operárias do Brasil e da Europa; na greve de 1906, temos outro exemplo da articulação internacional. Os líderes socialistas da greve geral de 1906, para reforçar os laços de solidariedade, resolvem enviar telegramas aos centros operários de Londres, Berlim, Paris, Rio de Janeiro, São Paulo e Buenos Aires.<sup>180</sup> Na fundação da Federação Operária do Rio Grande do Sul, apresenta-se manifesto o interesse da luta e solidariedade internacional entre os trabalhadores. A FORGS, fundada em 1906, em Porto Alegre, é uma “proposta e sólida

---

<sup>174</sup> Ibid. p.174.

<sup>175</sup> Ibid. p.179.

<sup>176</sup> Ibid. p.166.

<sup>177</sup> LONER, Beatriz Ana. **Classe Operária: Mobilização e organização em Pelotas: 1888 – 1937**. Vol.1. Tese. Porto Alegre: UFRGS, 1999.p.168.

<sup>178</sup> Ibid. p.133.

<sup>179</sup> Ibid. p.261.

<sup>180</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. **O Patriarca e o Tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187? – 1934) e Carlos Cavaco (1878 – 1961)**. Tese. Campinas, S.P: UNICAMP, 2002.p.243.

união com os operários de todo o universo, sendo enviadas circulares de adesão a todas as partes do globo onde existam operários.”<sup>181</sup>

Acontecem Congressos operários do Rio Grande do Sul em 1898, 1920, 1925 e 1928. Nos Congressos de 1920 e 1925, encontram-se referências ao “internacionalismo”. No 2º Congresso Operário do Rio Grande do Sul, realizado em Porto Alegre, de 21 a 25 de março de 1920, é aprovada uma moção de saudação ao operariado revolucionário da Rússia, Alemanha, Itália, Argentina e outros países.<sup>182</sup> Durante a realização do referido Congresso, Abílio de Nequete procura estabelecer a adesão da FORGS à Terceira Internacional de Moscou (Internacional Comunista), no que não obtém sucesso.<sup>183</sup> Em setembro de 1925, acontece o 3º Congresso Operário do Rio Grande do Sul, escreve Petersen: “Terminados os informes do Congresso de Amsterdam, o 3º Congresso Operário do Rio Grande do Sul delibera reiterar a sua solidariedade, reafirmando a aderência da FORGS à A.I.T (Associação Internacional dos Trabalhadores – “Internacional Anarquista”).<sup>184</sup>

É possível perceber a existência de um dos elementos apontados como de principal influência na formação da identidade “internacionalista operária”, que são as comemorações do 1º de maio. O 1º de maio, como já escrito, é uma data de maior significado político na cultura e identidade dos trabalhadores; o 1º de maio é conhecido como o “Dia Internacional dos Trabalhadores”. Michelle Perrot escreve que a “invenção do 1º de maio” está relacionada a dois fatores que, dependendo da corrente ideológica, destaca-se um ou o outro. Os operários do final do século XIX preocupavam-se em estabelecer uma data como marco fundamental de unificação internacional da luta dos trabalhadores. Esta preocupação era compartilhada por trabalhadores dos Estados Unidos, por franceses e de outros países. A II Internacional, em Congresso em Paris, no dia 20 de julho de 1889, discute a proposta da escolha e uma data fixa para um dia de protesto internacional, para reivindicar as 8 horas de trabalho. Leva-se em consideração que havia sido decidida uma manifestação para o 1º de maio de 1890, pela American Federation of Labour, em seu Congresso de 1888.<sup>185</sup>

---

<sup>181</sup> Ibid. p.238.

<sup>182</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **“Que a união Operária seja a nossa pátria!”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações.** Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.p.378.

<sup>183</sup> Ibid. p..376.

<sup>184</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **“Que a união Operária seja a nossa pátria!”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações.** Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.p.378. p.278.

<sup>185</sup> PERROT, Michelle. Op.cit. p.130.

Nos Estados Unidos, o 1º de maio é inaugurado em 1886, pelos “Cavalheiros do Trabalho”, e já tinha suas vítimas: a violência dos confrontos com a polícia, naquele dia, resulta em nove mortos em Milwoukee e seis em Chicago. O processo dos “oito mártires de Chicago”, entre os quais, quatro são enforcados, em 11 de novembro de 1887, tem uma repercussão real, visível nos jornais e no imaginário popular.<sup>186</sup> A questão é se o 1º de maio é uma comemoração que começa espontânea pelos trabalhadores, inspirados e solidários com os operários dos Estados Unidos, ou é fruto de uma decisão do Congresso da II Internacional?

Eric Hobsbawm escreve que, além da reivindicação das 8 horas de trabalho, em cada país, em cada localidade, acrescentavam-se pautas específicas aos protestos. O “ritual” consistia em um dia de “Greve geral” internacional, com simbologias, bandeiras, conferências etc. Porém, segundo Hobsbawm, “o desfile público dos trabalhadores como uma classe consistia o núcleo do ritual.”<sup>187</sup>

Silvia Petersen faz um estudo sobre o 1º de maio, que, segundo ela, possui algumas características:

- De 1891 a 1894, acontece uma transição nas comemorações do 1º de maio no Brasil, em uma fase na qual o movimento operário e o 1º de maio eram liderados por intelectuais, profissionais liberais e, até mesmo, militares e, predominantemente, composto de brasileiros, para um momento em que predominavam estrangeiros e com vinculação mais orgânica com os operários, por sua própria condição social ou por atuarem como “intelectuais da classe”;

- As transformações ideológicas que ocorrem nas comemorações do 1º de maio vão de um socialismo heterogêneo a um anarquismo também heterogêneo;

- da presença significativa do intelectual, passa a presença marcante do imigrante;

- Desenvolve-se o xenofobismo da classe dominante contra os operários imigrantes;

- mudanças na comemoração, passando de uma atividade festiva para atividades de protesto;

---

<sup>186</sup> Idem.

De acordo com a revista “Solidariedad”, uma série de protestos tem início no dia 1º de Maio de 1886, na cidade de Chicago nos Estados Unidos. Estes protestos culminam com a prisão e condenação à morte dos operários organizadores das manifestações que reivindicavam oito horas de trabalho diário. Os oito trabalhadores chamavam-se: Spies, Flelden, Neebe, Fisher, Schwab, Lingg, Egel, Parsons, dos quais quatro foram condenados a pena e morte e morreram na forca meses depois. Os trabalhadores do mundo inteiro decidiram que 1º de maio seria um marco na luta por melhores condições de trabalho e de luto pela morte dos “mártires de Chicago”. Ver: REVISTA SOLIDARIEDAD. **1º de mayo de lucha**. p.08; Año 02; N° 04; Mayo 1988. (R.O.Uruguay).

<sup>187</sup> HOBBSAWM, Eric. **A produção em massa das tradições**; Europa, 1879 a 1914. In: a Invenção das Tradições. Organização de Eric Hobsbawm e Terence Ranger. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.p.293.

- passam a acontecer prisão e deportação de militantes.<sup>188</sup>

É importante destacar o papel da imprensa na construção desta “comunidade imaginada” internacionalista e operária. No transcorrer deste trabalho, é usada como fonte a imprensa operária, utilizada repetidamente e muitas vezes citada. Jorge Luiz Pastorisa Jardim faz um estudo sobre a imprensa operária no Rio Grande do Sul e, segundo esse autor, a imprensa e o jornalismo desenvolvem-se paralelamente ao capitalismo e à industrialização, o jornal se constitui em um meio dinâmico e eficaz de propagação de ideias entre os trabalhadores.<sup>189</sup>

O mesmo autor afirma que, no período de 1892 a 1923, são encontrados registros sobre a existência de jornais operários em cidades como: Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Quaraí, Alegrete, Livramento, Cruz Alta, Uruguaiana, Bajé, Jaguarão, Santa Maria, Passo Fundo, São Gabriel e Cachoeira. De 91 jornais encontrados pelo pesquisador, 79 encontrava-se em 06 cidades: Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Bajé, Livramento e Santa Maria.<sup>190</sup> Para o autor, a imprensa operária é um fenômeno eminentemente urbano e a maioria dos jornais, excluindo Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, encontra-se na região da fronteira e campanha rio-grandense. O autor chama a atenção para a urbanização e a existência de um movimento operário nestas cidades.<sup>191</sup>

A seguir, escreve-se sobre a circularidade de militantes e a presença de “estrangeiros” no movimento operário. Segundo Isabel Bilhão, em 1906, a imprensa governista procura demonstrar que a greve não passava de um movimento organizado por desordeiros vindos de fora da cidade.<sup>192</sup> A autora apresenta uma matéria publicada pelo jornal do Comércio de Porto Alegre, de 19 de outubro de 1906, na qual aparecem as divergências em relação ao rumo do movimento grevista: “Dividem-se em dois grupos radicalmente opostos, os operários paredistas estrangeiros.” Segundo a nota da imprensa, os alemães que são socialistas entendem que devem voltar ao trabalho; os polacos e italianos que são anarquistas querem continuar em greve. Bilhão destaca que esta divisão esquemática não pode ser estendida a todos os trabalhadores e suas respectivas etnias.<sup>193</sup>

---

<sup>188</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **Origens do 1º de maio no Brasil**. Textos para discussão/1. Porto Alegre. Ed. Universidade, 1981.p.51s.

<sup>189</sup> JARDIM, Jorge Luiz Pastorisa. **Comunicação e militância: a imprensa operaria do Rio Grande do Sul (1892 – 1923)**. Dissertação. Porto Alegre: PUCRS, 1990.p.23s

<sup>190</sup> JARDIM, Jorge Luiz Pastorisa. Op.cit. p.134s.

<sup>191</sup> Ibid. p.137.

<sup>192</sup> BILHÃO, Isabel. **Rivalidades e solidariedades no movimento operário**. Porto Alegre 1906-1911. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.p.46.

<sup>193</sup> Ibid. p.55.

Cesar Augusto B. Queirós apresenta a informação que, em 1911, referindo-se às greves, o governo publica na imprensa uma nota afirmando que os operários nacionais, ordeiros, estavam sendo ludibriados por imigrantes semeadores da desordem.<sup>194</sup> Em páginas mais adiante, ainda sobre a greve de 1911, escreve que, para o governo, em 1911, as greves eram organizadas por ‘grevicultores’, anarquistas estrangeiros professos e confessos.<sup>195</sup> Stella Borges, em sua pesquisa sobre os italianos e o movimento operário de Porto Alegre, diz que a greve de 1918 foi atribuída a espanhóis agitadores vindos de São Paulo.<sup>196</sup>

Retornando com a publicação de Queirós, lembra-se que em relação à greve de 1919, acontece o mesmo que em outros momentos: o governo, através da imprensa, afirma que a subversão extrapolou os limites de uma reivindicação pacífica e chegando ao nível da sedição e que estas manifestações são obra de elementos estrangeiros.<sup>197</sup>

Para a conjuntura após 1919, é importante destacar as informações levantadas por Frederico Duarte Bartz, quando afirma que se temia que agentes soviéticos, semeadores do bolchevismo, se inserissem no Brasil através das fronteiras do Rio Grande do Sul. O autor destaca uma matéria publicada em jornal do Rio de Janeiro e reproduzida no Correio do Povo (19.6.1919). Segundo esta matéria, Buenos Aires tem sido alvo da investida de agentes do Comunismo Internacional. Como esses grupos e indivíduos são perseguidos na capital da Argentina, esses militantes acabam saindo para outros lugares e localidades. A fronteira com o Brasil é um atrativo para esses militantes. O jornal apresenta uma suposta conversa entre alguns militantes comunistas em um restaurante na cidade de Uruguaiiana, que, ao perceberem que estavam sendo vigiados, trocam de língua (idioma) quatro vezes.<sup>198</sup> O autor desconfia da veracidade dos fatos expostos, mas apresenta outros indícios da perseguição de militantes estrangeiros no interior do Estado.

Em 1919, também em Uruguaiiana, é publicado o jornal A União, instrumento da União Geral dos Trabalhadores (UGT) daquela cidade. Segundo Adhemar Lourenço da Silva Junior, o jornal apresenta vários textos de anarquistas (Bakunin, Kropotkin, Sebastian Faure etc.). Neste jornal, é publicado o hino anarquista “Hijos Del Pueblo” em homenagem a

---

<sup>194</sup> QUEIRÓS, César Augusto B. **O Governo do partido Republicano Rio-Grandense e a Questão Social (1895 – 1919)**.p.45.

<sup>195</sup> Ibid. p.58.

<sup>196</sup> BORGES, Stella. **Italianos: Porto Alegre e trabalho**. Porto Alegre, Ed. EST, 1993.p.86.

<sup>197</sup> QUEIRÓS, César Augusto B. Op. Cit. p.160.

<sup>198</sup> BARTZ, Frederico Duarte. **O Horizonte Vermelho: O impacto da revolução russa no movimento operário do Rio Grande do Sul, 1917 – 1920**. Dissertação. Porto Alegre: UFRGS, 2008.p.195.

grevistas paraguaias em greve. Esse último é publicado, segundo Silva Junior, pouco depois da chegada, em Uruguaiana, do militante Emilio Goltz, vindo do Paraguai.<sup>199</sup>

De acordo com Núncia Constantino, elementos de reconhecida participação no movimento anarquista italiano têm sua vida acompanhada no Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre, eram vigiados os italianos Carretta Michele, Gasparello Paolo, Gui Francesco, Arone G. e Perrone Luigi. Os relatórios não confirmam a militância desses italianos em Porto Alegre<sup>200</sup>

Benito Schmidt fala de militantes que estiveram organizando o movimento operário em Rio Grande, e que depois vão organizar em Porto Alegre. Segundo Schmidt, Alberto Kruse foi também fundador e dirigente da União do Trabalho de Rio Grande, em 1892, integrada também por Koch e Zeller-Rethaller.<sup>201</sup> Assim, como a questão orgânica e institucional entre as organizações operárias e os “partidos operários” é importante para se estabelecer os vínculos políticos e programáticos das entidades do movimento operário a uma suposta articulação e conspiração internacional, é importante notar a movimentação dos militantes, ou seja, sua circulação. Isabel Bilhão escreve que alguns militantes da primeira greve geral de Porto Alegre, como José Zeller Rethaler e Guilherme Koch, em 1911, não estão mais no Brasil.<sup>202</sup>

A mesma autora escreve que a greve estimulava a circulação de militantes. No dia 22 de outubro de 1906, dirige-se à capital Federal Antônio Kolorynsky, envolvido nos acontecimentos da greve. No final do ano, era a vez do Antônio Nalepinski, que ocupa posição saliente no movimento de classe na capital do Rio Grande do Sul, tanto que os empregadores o boicotam, ele procura emprego em Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande; não encontrando, embarca para o Rio de Janeiro, onde é acolhido por companheiros.<sup>203</sup> Nalepinski, de acordo com Schmidt, atua nas greves de 1917, no Rio de Janeiro, onde, após estes fatos, é expulso do país.<sup>204</sup>

---

<sup>199</sup> SILVA JR. Adhemar Lourenço. **As Sociedades de Socorros Mútuos: estratégias privadas e públicas. (Estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854 – 1940).** Tese. Porto Alegre: PUCRS, 2004.p.445.

<sup>200</sup> CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **O Italiano da Esquina: Meridionais na sociedade Porto – Alegrens e Permanência de Identidade entre Moranenses.** Tese. São Paulo: USP, 1990.p.105.

<sup>201</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. **O Patriarca e o Tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187? – 1934) e Carlos Cavaco (1878 – 1961).** Tese. Campinas, S.P: UNICAMP, 2002.p.190.

<sup>202</sup> BILHÃO, Isabel. **Rivalidades e solidariedades no movimento operário. Porto Alegre 1906-1911.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.p.89.

<sup>203</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. **O Patriarca e o Tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187? – 1934) e Carlos Cavaco (1878 – 1961).** Tese. Campinas, S.P: UNICAMP, 2002.p.264.

<sup>204</sup> Ibid. p.265.

Outro importante militante operário do período em análise é Zenon de Almeida. Zenon era natural do Rio Grande do Sul, filho de Leocádio e Ignácia Budaszewski, ambos nascidos em Varsóvia. Com 14 anos, deixa a casa paterna e fica trabalhando em Porto Alegre ainda por quatro ou cinco anos. Zenon de Almeida, com aproximadamente 18 anos de idade, embarca em um veleiro holandês fazendo navegação de cabotagem durante uns cinco anos. Aprende, na família, o polonês e o iídiche, matriculado em uma escola, aprende o alemão. Trabalhando como marinheiro na Europa, torna-se um poliglota, aprendendo italiano, espanhol, francês. Milita em Porto Alegre, Pelotas, Santa Maria, São Paulo e Rio de Janeiro.<sup>205</sup>

Frederico Duarte Bartz analisa o papel da questão étnica em aderir ou não aderir à Revolução Russa; para isso, faz o estudo de quatro militantes operários da República Velha:

Friedrich Kniestedt, imigrante alemão, teve uma experiência social-democrata na Alemanha, onde se frustrou com a social-democracia e aderiu à militância em grupos anarquistas. Vem para o Brasil, Rio Grande do Sul, e aqui continua sua militância como anarquista a partir de 1917 e não adere à Revolução Russa. Zenon de Almeida, nascido no Rio Grande do Sul, seus pais eram imigrantes poloneses judeus e socialistas. Trabalha como marinheiro viajando por vários países, onde adere ao anarquismo. No retorno ao Rio Grande do Sul, milita como anarquista no movimento operário local. Depois da Revolução Russa adere ao maximalismo. O barbeiro libanês Abílio de Nequete tornou-se um dos líderes e referência do maximalismo no Rio Grande do Sul. Abílio foi o primeiro secretário geral do Partido Comunista do Brasil, em 1922.<sup>206</sup>

Ao analisar a obra de René Gertz é possível destacar a mobilidade militante na trajetória de Friedrich Kniestedt que era natural da Alemanha onde exercia a profissão de oficial escoveiro. Em 1907 -1908, já como militante anarquista, deixa a Alemanha e vem para o Brasil com sua família. Instala-se no interior do Paraná, em seguida, vai para São Paulo. Em 1912, retorna à Alemanha, permanecendo lá até 1914. Novamente, devido a sua militância, retorna ao Brasil. De 1914 a 1917, convive no meio de pequenos proprietários no Paraná. Em 1917 vai para Pelotas e, no mesmo ano, vai para Porto Alegre. Na capital do Estado do Rio Grande do Sul, ajuda a organizar os operários e anarquistas.<sup>207</sup>

Isabel Bilhão afirma que Carlos Cavaco é um exemplo de “peregrino” socialista. Ele esteve em Cruz Alta, Rio Grande, Pelotas, em 1906. Em 1915, Cavaco viaja por diversas cidades do interior gaúcho, de outros estados e mesmo do exterior, proferindo conferências socialistas e literárias: São Gabriel, Bagé, Pelotas, São Paulo, Curitiba, Campos e Salto no

<sup>205</sup> BILHÃO, Isabel. **Rivalidades e solidariedades no movimento operário. Porto Alegre 1906-1911.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.p.104.

<sup>206</sup> BARTZ, Frederico Duarte. Op.cit. p.111.

<sup>207</sup> GERTZ, René. **Memórias de um imigrante anarquista: Friedrich Kniestedt.** Porto Alegre:EST, 1989.

Uruguai.<sup>208</sup> Friedrich Kniested, militante anarquista, em 1922, circula pela região de colonização alemã.<sup>209</sup>

A mesma autora, ao reportar-se à movimentação e circulação de militantes, escreve que Manoel Moscovo, anarquista espanhol, vindo do Rio de Janeiro para Buenos Aires, vive em Porto Alegre entre 1910 e 1911. Nesse período, publica textos na imprensa operária, torna-se sócio da União Tipográfica e da União Operária Internacional, ambas em Porto Alegre. Moscovo era cunhado do militante anarquista português Neno Vasco.<sup>210</sup>

Beatriz Loner escreve que as cidades de Pelotas e Rio Grande compartilhavam trabalhadores e militantes operários. A partir de 1905, acontece um “surto” organizacional entre os trabalhadores, no movimento operário. Segundo a historiadora:

Talvez, esse processo de surgimento de associações de categorias estivesse sendo influenciado pela realização do Congresso Operário de 1906; contudo, não há a visibilidade dessa influência, nem em relação a nomes de militantes, nem a propostas para o movimento. Outra possível fonte de influência seria a diáspora provocada pelos resultados da greve geral de 1906, em Porto Alegre, com o que vários militantes foram forçados a trocar a capital pelo interior ou por cidades de outros estados. Uma comprovação indireta dessa situação pode ser o fato de encontrarem-se militantes que se destacariam na década seguinte, participando, naquela década, de várias entidades na cidade.<sup>211</sup>

Em Pelotas, ocorre também a circulação de militantes estrangeiros, além de Zenon de Almeida, que vem de Porto Alegre. Posteriormente, fazem-se presentes vários outros, entre eles: Anastácio Gago Filho (Segismundo Pintoriano), Alberto Lauro (M. Rita) e Francisco Torregrosa. Segundo Beatriz Loner, a presença desses militantes era notada, inclusive, pelos seus opositores. Os opositores dos militantes operários passaram a utilizar como arma contra os anarquistas, a alegação de que seus “chefes” eram forasteiros.<sup>212</sup>

Para relatar exemplos de circulação de militantes operários em Rio Grande, recorre-se ao texto abaixo. O texto mostra a capacidade, para o caso de Rio Grande, de militantes de outros municípios participarem das disputas políticas em cidades em que não estavam “radicados”. Em nota de rodapé, a citada autora escreve:

---

<sup>208</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. **O Patriarca e o Tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187? – 1934) e Carlos Cavaco (1878 – 1961)**. Tese. Campinas, S.P: UNICAMP, 2002.p.487.

<sup>209</sup> BILHÃO, Isabel. **Rivalidades e solidariedades no movimento operário. Porto Alegre 1906-1911**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.p.199.

<sup>210</sup> Ibid. p.189.

<sup>211</sup> LONER, Beatriz Ana. Op. Cit. p.178.

<sup>212</sup> Ibid. p.187.

Era frequente o fato de operários de outras localidades deslocarem-se para Rio Grande, e a SUO tinha convênios com várias outras associações do Estado, pela qual a filiação do militante era transferida de uma para outra entidade. Com isso, acontecia de esses militantes “de fora” terem papel ativo na entidade. Por exemplo: Venâncio Pastorini (que, em 20, estará em Bagé) participou de uma chapa de oposição na entidade em 1919, enquanto Reduzindo Colmenero, militante que se fez presente em várias cidades do Brasil, liderou a oposição à diretoria, no início dos anos 20.<sup>213</sup>

Loner explica o papel dos militantes “forasteiros” na mobilização do movimento operário:

(...) eram indivíduos que não conheciam os costumes e práticas locais, cosmopolitas que tendiam a ver e tratar como simples, fatos e situações que se apresentavam como extremamente "complicados" para os da terra, envoltos no emaranhado de relações interpessoais, familiares e consuetudinárias que se desenvolvem ao longo de uma vida.<sup>214</sup>

Após verificarmos a ocorrência de uma ação coordenada estrategicamente por uma conspiração internacionalista no movimento operário rio-grandense, verifica-se também as práticas de solidariedade, circulação de ideias por meio da imprensa e de militantes. Procura-se, a partir de agora, analisar a presença de imigrantes no movimento operário do Rio Grande do Sul.

Stella Borges elaborou um estudo sobre a participação de imigrantes italianos no movimento operário em Porto Alegre. Nesse estudo, apresenta informações sobre a participação de imigrantes italianos nos Congressos Operários do Rio Grande do Sul. Segundo a autora, em 1898, realiza-se o Primeiro Congresso Operário do Rio Grande do Sul, seis associações confirmaram presença, entre estas, cinco foram representadas por italianos.<sup>215</sup>

De acordo com Stella Borges, em 1920, no 2º Congresso Operário, a presença italiana representa 16% das delegações. Em 1925, no 3º Congresso Operário Rio-grandense, havia dois delegados italianos. Em 1928, no 4º Congresso Operário Rio-grandense, é impossível detectar alguma presença italiana.<sup>216</sup>

Silvia Petersen escreve que, na vanguarda política dos operários e trabalhadores rio-grandenses do final do século XIX e início do século XX, estavam os imigrantes. No final do século XIX, em Porto Alegre, é destacada a importância dos alemães. A autora cita vários nomes de militantes alemães e acrescenta: “O próprio Francisco Xavier da Costa, o grande articulador do movimento operário porto-alegrense nesta época, fora criado por alemães

<sup>213</sup> Ibid. p.199.

<sup>214</sup> Ibid. p.266.

<sup>215</sup> BORGES, Stella. **Italianos: Porto Alegre e trabalho**. Porto Alegre, Ed. EST, 1993.p.74.

<sup>216</sup> Ibid. p.75s.

socialistas.”<sup>217</sup> Destaca a pesquisadora que, no entanto, muitos outros militantes de outras etnias e nacionalidades também aparecem nesta “fase” do movimento operário. A autora destaca italianos e portugueses.<sup>218</sup>

É interessante observar a trajetória de dois dos principais militantes operários rio-grandenses, Francisco Xavier da Costa e Antônio Guedes Coutinho, e analisar a importância da imigração na vida desses dois militantes. Benito Schmidt diz que a proximidade de Francisco Xavier da Costa com a colônia teuta, em Porto Alegre, tem consequências importantes para sua trajetória futura. Em contato com os teutos, Francisco aprende o alemão, importante habilidade na sua militância e vida afetiva.<sup>219</sup> O autor destaca que deve ser relativizada a formação socialista de Francisco Xavier da Costa, devido ao contato com os alemães; mas é importante ressaltar que cita outros companheiros de Francisco, que podem ter influenciado suas concepções políticas, e, embora não tenham origem germânica, eram imigrantes, como o caso do português João Guerra.<sup>220</sup>

A influência dos germânicos no socialismo rio-grandense é importante, mas não a única. Se para Porto Alegre há destaque para os alemães, o mesmo não pode ser generalizado para o caso de Pelotas e Rio Grande. Um dos principais líderes operários de Rio Grande, Antonio Guedes Coutinho, era natural de Portugal. Vem para o Brasil em 1886, e adere à militância socialista e à prática militante em Pelotas e em Rio Grande. Schmidt destaca a importância singular do caso de Antonio Guedes Coutinho para a problemática da pesquisa:

O fato de Coutinho ter feito sua formação ideológica no Brasil contrasta com um lugar-comum presente na historiografia do movimento operário brasileiro e também gaúcho: a tese do imigrante radical. Esta se baseia na ideia de que os imigrantes seriam os responsáveis pela introdução, entre nós, das teorias que animavam o operariado europeu. Em relação ao socialismo do final do século XIX, mais especificamente, postula-se que o mesmo teria sido difundido no Estado pelos teutos e seus descendentes.<sup>221</sup>

A partir deste momento do trabalho, destacam-se as evidências sobre a presença de imigrantes nas associações operárias em Porto Alegre, em Pelotas e em Rio Grande. Ailana Cristina de Amorin, em sua pesquisa sobre a questão operária em Porto Alegre, destaca que:

<sup>217</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **Antologia do Movimento Operário Gaúcho (1870 – 1937)**. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS/Tchê! 1992.p.29.

<sup>218</sup> Idem.

<sup>219</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. **O Patriarca e o Tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187? – 1934) e Carlos Cavaco (1878 – 1961)**. Tese. Campinas, S.P: UNICAMP, 2002.p.42.

<sup>220</sup> Ibid. p.46.

<sup>221</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. **Um socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho (1868 – 1945)**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.p.74.

A relação entre certos ofícios e a origem étnica acabava influenciando na organização associativa destas categorias, tendo-se em vista o número elevado de imigrantes em algumas delas. Também devido à questão do idioma, muitas associações terminavam por englobar indivíduos, majoritariamente, de uma mesma origem estrangeira.<sup>222</sup>

Esta conclusão, da maioria de imigrantes em algumas associações, como reflexo de sua maioria nas categorias profissionais, pode ter como exemplo o caso dos sapateiros, padeiros e chapeleiros.

É importante dar ênfase à conclusão da pesquisadora Isabel Bilhão. Ela escreve, em síntese, que, no final do século XIX, existem várias organizações operárias de cunho sindical, pedagógico e jornalístico, muitas efêmeras. Porém, o mais interessante é que os nomes que compõem as diretorias destas organizações geralmente se repetem, ou seja, são poucos e sempre os mesmos.<sup>223</sup> Isso prova, de certa forma, que os motivadores, organizadores e diretores do movimento operário, em Porto Alegre, eram uma minoria ativa com discurso articulado, ou seja, uma vanguarda internacionalista e proletária, com uma forte relação com o movimento migratório.

Schmidt chama a atenção para a participação dos mesmos militantes em várias associações em 1906. No ano de 1906, acontece um surpreendente aumento no número de associações operárias, é o ano de fundação do jornal *A Luta*, da Escola Eliseu Reclus, é o ano da primeira greve geral de Porto Alegre.<sup>224</sup> O mesmo autor apresenta uma lista de 14 associações operárias, em 1906, em Porto Alegre. Também apresenta o nome da composição da diretoria de 11 destas associações. São, ao todo, 35 nomes, e, destes, 23 são nomes de imigrantes ou descendentes. O que significa que 65% dos nomes dos dirigentes do movimento operário podem ter sido imigrantes ou descendentes. Podemos afirmar, então, que mais da metade, ou seja, a maioria dos dirigentes do movimento operário, eram possíveis imigrantes ou seus descendentes (sem falar dos nomes lusos e espanhóis).<sup>225</sup>

Schmidt apresenta um quadro com os nomes que compõem a diretoria de algumas associações operárias. Ele chama a atenção para a presença repetida de nomes em mais de uma associação, o aumento do número de entidades e a participação de socialistas e anarquistas. É um quadro residual e ilustrativo para o período (não significa que sejam todas

<sup>222</sup> AMORIM, Ailana Cristina de. Op. Cit. p.117.

<sup>223</sup> BILHÃO, Isabel. **Rivalidades e solidariedades no movimento operário. Porto Alegre 1906-1911.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.p.26.

<sup>224</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. **O Patriarca e o Tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187? – 1934) e Carlos Cavaco (1878 – 1961).** Tese. Campinas, S.P: UNICAMP, 2002. p.209.

<sup>225</sup> Ibid. p.210s.

as associações operárias do período). Das informações apresentadas por Schmidt, extrai-se os seguintes dados: 4 militantes atuavam na direção de mais de uma entidade: José Zeller-Rethaler (socialista) fazia parte da diretoria de duas entidades: Allgemeiner Arbeiter Verein e União dos Metalúrgicos e Anexos; Rodolpho Pflugrath (socialista): Allgemeiner Arbeiter Verein e União Operária Internacional; José Machi (Anarquista): União Operária Internacional e União dos Pedreiros ; e Felisberto A. de Oliveira (anarquista): União Operária Internacional e União dos Pedreiros.<sup>226</sup> Este autor também apresenta duas listas com os nomes dos diretores das associações operárias de Porto Alegre. As listas apresentam o nome das entidades e a diretoria que termina o “mandato” no final do ano, e outra lista apresentando a renovação ou não das diretorias que assumem para o ano de 1907. São 16 Associações; 13 da primeira lista apresentam os nomes e outras 15 da segunda lista apresentam os nomes. Na primeira lista, aparecem 43 nomes, sendo que, destes, 26 apresentam nomes de origem estrangeira (significa 60%). Na segunda lista, com os acréscimos, são 82 nomes, onde 53 aparentam ser de origem estrangeira (significa 64%).<sup>227</sup> Novamente, os números apresentam uma média de 60% dos nomes de dirigentes operários de origem imigrante – mais da metade-maioria.

Para complementar o estudo sobre a presença de imigrantes no movimento operário do Rio Grande do Sul, demonstra-se também a pesquisa de Stella Borges sobre os italianos no movimento operário de Porto Alegre. De acordo com a autora, os italianos não eram a maioria no movimento operário, como acontecia em São Paulo. No trecho a seguir, apresenta-se as conclusões da autora:

Os italianos se restringiram a um pequeno grupo que atuava ao mesmo tempo em mais de uma associação operária, na imprensa – enfim, em todos os movimento e congressos operários do período. Num primeiro momento, este fato leva à conclusão de um percentual mais elevado de imigrantes italianos entre sindicalistas.<sup>228</sup>

Embora sendo um pequeno grupo de italianos no movimento operário, sua presença era significativa em relação à presença de militantes de outras etnias

Em Pelotas, de acordo com Beatriz Loner, na década de 1910, somente entre os pintores aparecia um número significativo de imigrantes na diretoria de suas associações. Em outras categorias, na diretoria, apareciam apenas um ou dois imigrantes, como no caso dos

<sup>226</sup> Idem.

<sup>227</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. **O Patriarca e o Tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187? – 1934) e Carlos Cavaco (1878 – 1961)**. Tese. Campinas, S.P: UNICAMP, 2002. p.275.

<sup>228</sup> BORGES, Stella. **Italianos: Porto Alegre e trabalho**. Porto Alegre, Ed. EST, 1993.p.94.

sapateiros, motoristas e tipógrafos. Assim, escreve a autora: “Entre as demais categorias organizadas de que se tem a nominata, à primeira vista não havia estrangeiros, exceto portugueses, o que era mais provável entre tipógrafos e motoristas (chauffeurs).”<sup>229</sup>

Loner destaca que, na greve de 1917, em Pelotas, geralmente eram compostas comissões de três pessoas para negociar com os patrões. Encontram-se patronímicos de imigrantes entre aparelhadores, carpinteiros, carroceiros, cervejeiros, tecelões (um); pintores, sapateiros, marceneiros, instaladores elétricos, curtidores (dois), enquanto nenhum deles aparecia entre charqueadores, motorneiros, cozinheiros, ferradores, estivadores, veleiros, foguistas, chancelheiros, carneadores, pedreiros e oleiros.<sup>230</sup> Na comissão central de greve, onde aparecem dois nomes de possíveis imigrantes entre seis.<sup>231</sup> Para melhor compreender os números, pode-se dizer que na metade das categorias organizadas, havia imigrantes na comissão (direção), sendo que, no caso onde havia um, representava 30%; no caso onde havia dois, eram 60%. Na Comissão Central, eram 30% de possíveis imigrantes.

Ainda de acordo com Beatriz Loner, na cidade de Rio Grande, ao contrário de Pelotas, é identificado maior número de sobrenomes estrangeiros em todas as associações e em todas as décadas pesquisadas, com especial destaque para o elemento espanhol.<sup>232</sup>

No capítulo que se encerra, é possível identificar a relação entre a migração de massa e a migração de quadros na formação do movimento operário internacional. Tanto na Europa, quanto na América (Brasil e Rio Grande do Sul), a formação da classe operária, enquanto força de trabalho e o movimento operário, tem a presença significativa de imigrantes e estrangeiros. Percebe-se, também, que havia uma ação coordenada internacionalmente, que, juntamente à cultura internacionalista, a circulação de ideias e militantes, era possível uma articulação e mobilização internacional dos trabalhadores. O que pode ser destacado é a migração espontânea para os centros urbanos da região da campanha e fronteira, a existência de movimento operário e de jornais operários nestas cidades, assim como a circulação de militantes do Prata por esta região.

No próximo capítulo, elabora-se o cenário conjuntural no qual se desenvolviam as ações do movimento operário em Alegrete. Procura-se, assim, conhecer a participação de imigrantes na economia urbana da cidade no período da República Velha. O próximo capítulo

---

<sup>229</sup> LONER, Beatriz Ana. Op. Cit. p.87.

<sup>230</sup> Idem.

<sup>231</sup> Idem.

<sup>232</sup> Ibid. p.88.

procura identificar elementos que possibilitem falar sobre a mobilidade da mão-de-obra, ou seja, a migração de massa em Alegrete.

### **3 ALEGRETE: “CENÁRIO” E MERCADO DE TRABALHO**

O principal objetivo deste capítulo é construir o cenário, “lugar onde as coisas acontecem”, por meio da análise da cidade como mercado (produção, compra e venda de mercadorias e serviços). A questão norteadora deste capítulo é a presença de imigrantes e estrangeiros na formação do “mercado de trabalho” local, ou seja, busca-se responder à seguinte questão: É possível afirmar que, na formação do mercado de trabalho alegretense, no final do século XIX e início do século XX, houve a participação de imigrantes? Se houve, em que medida e em que setores? Para tal propósito é necessário: construir o cenário local, de maneira genérica e superficial, porém que permita subsidiar a análise das atividades econômicas e profissionais no período da República Velha em Alegrete; identificar as atividades econômicas urbanas, tanto as da iniciativa privada, quanto as da iniciativa pública; identificar a participação de imigrantes nas atividades econômicas da cidade, e, dentro do possível, quantificando-as.

De forma breve, procura-se, primeiramente, abordar a origem da cidade de Alegrete dentro do contexto de urbanização do Rio Grande do Sul, a partir do século XIX, com estudos que possibilitam entender a urbanização na Campanha, zona tradicional da pecuária. Ainda de maneira sucinta, busca-se compreender a formação do mercado de trabalho local, pois o processo de formação de um mercado local tem precedentes em meados do século XIX, culminando com o advento da República a partir de 1889. No segundo momento, objetiva-se construir uma representação da cidade na conjuntura de 1889 a 1930 e focalizar a formação do mercado local: comércio, indústria e profissões; e a participação da municipalidade através dos serviços e obras públicas. O capítulo fica assim organizado: 3.1 – Origem de Alegrete; 3.2 – Formação do Mercado de Trabalho; 3.3 – A República Velha; 3.3.1 – Comércio, Indústria e Profissões; 3.3.2 – Serviços e Obras Públicas.

#### **3.1 ORIGEM DE ALEGRETE**

A origem de Alegrete está relacionada à política do Império português de expansão sobre a Região Platina (Província Cisplatina), com a ocupação de um espaço econômico e cultural em disputa com os espanhóis e através do saque e da rapina sobre os primitivos

habitantes.<sup>1</sup> A conquista militar e a concessão de sesmarias para latifundiários militarizados e escravocratas estabelecem domínio e exploração étnica e de classe na atual Fronteira Sudoeste do Rio Grande do Sul. A partir de operações político-militares, funda-se o povoado que vai dar origem a Alegrete. Alguns anos mais tarde, outra geração de estrangeiros, não mais especificamente de militares, mas com forte participação de comerciantes, eleva o povoado à categoria política e jurídica de Vila e de Cidade. Além dos militares e pecuaristas, objetiva-se destacar a participação de outros setores e ramos de atividade econômica, como os comerciantes, artesãos e trabalhadores na formação do Alegrete urbano. Será possível utilizar este modelo interpretativo para escrever sobre a origem de Alegrete no século XIX? A seguir, apresentam-se evidências que apontam para a pertinência desta abordagem, que enfatiza o papel do comércio e imigração como elementos constitutivos da urbanização de Alegrete.

Sobre a urbanização no Rio Grande do Sul, Vera Lúcia Maciel Barroso afirma que o processo de formação de uma rede de cidades com uma origem comum e finalidades específicas, pode ser analisado a partir de três períodos: Instalação (século XVIII); Organização (Século XIX) e Expansão (Século XX).<sup>2</sup> No processo de Instalação, são identificadas quatro variáveis: a exploração da pecuária; a concessão de sesmarias (com função econômico-militar); a militarização (entre outros, os acampamentos) e a colonização açoriana.<sup>3</sup> De acordo com esta racionalização, Alegrete surge na segunda fase, de organização, em que é criada a primeira rede de municípios, conforme Provisão de 07 de outubro de 1809: Porto Alegre, Rio Pardo, Rio Grande e Santo Antonio da Patrulha.<sup>4</sup> A prontidão militar produz uma população dividida entre a guerra e o trabalho, que implanta focos de futuras vilas, como esclarece Barroso:

Todavia essa prontidão militar trouxe benefícios para a primitiva Vila de Rio Pardo, cujo território abrangia todo oeste. Nele se esboçaram, no século XIX, vilas como Bagé e Alegrete, a partir de acampamentos militares, e Uruguaiana, originada da ação de Domingos José de Almeida, durante a Revolução Farroupilha. Essas e outras, balizadas pela pecuária reinante,

---

<sup>1</sup> As origens de Alegrete podem ser analisadas sob diversos aspectos: o antropológico e cultural (dos milenares nativos habitantes pampeanos e guaranis); o econômico (enfatizando as estâncias missioneiras) e o Alegrete enquanto “entidade política” e administrativa, que é resultado da conquista portuguesa no sec. XIX. A exploração econômica de matéria prima extraída dos subprodutos do boi (couros, graxas, sebos, guampas, crinas etc.), que abasteciam a Revolução Industrial na Inglaterra. A estada de D. João VI e a ambição sobre a Região Platina é resultado também da Revolução Francesa e o “Bloqueio Continental.”

<sup>2</sup> BARROSO, Vera Lúcia Maciel. **Povoamento e urbanização do Rio Grande do Sul: A fronteira como trajetória.** In: Urbanismo no Rio Grande do Sul. Org. Gunter Weimer. Porto Alegre: Ed. Universidade. UFRGS/Prefeitura Municipal e Porto Alegre, 1992.p.36.

<sup>3</sup> Ibid. p.39.

<sup>4</sup> Ibid. p.40.

dominaram extensivamente a área para a garantia do Tratado de 1801 e os posteriores, assinados após a independência do Uruguai e da Argentina.<sup>5</sup>

A estratégia de concessões de sesmarias, utilizada pelos portugueses, faz a diferença na conquista da campanha sudoeste do Rio Grande do Sul. Segundo Vera Barroso, enquanto os espanhóis promoviam uma ocupação dispersiva, preocupando-se em fundar grandes cidades, os portugueses promoviam um povoamento extensivo. Assim, a estância se tornava uma fortaleza, onde “a classe de estancieiros-soldados” agia de acordo com o seguinte princípio: “Ao resguardar os seus interesses, os seus bens, estava automaticamente garantindo o controle, o domínio da área lusitana.”<sup>6</sup>

Observa-se, no trabalho de Vera Lucia Maciel Barroso, considerando como limite os rios Jacuí e Ibicuí, que a maioria das cidades, em 1857, localizava-se na metade sul.<sup>7</sup> A urbanização do Rio Grande do Sul aponta que, no final do século XVIII e décadas iniciais do século XIX, a campanha sudoeste do Estado não era entendida como “Fronteira” no sentido de limite que separa dois Estados soberanos, mas de “área livre” a ser ocupada. Assim, explica-se a grande investida portuguesa de conquista e formação de vilas e cidades na campanha rio-grandense, acentuando-se no século XIX.<sup>8</sup> Estudar a formação das cidades no ponto de vista político e militar (conquista) aponta uma perspectiva diferente daquela que enfatiza aspectos econômicos e principalmente culturais.<sup>9</sup>

Alegrete, no aspecto político administrativo, tem origem na estratégia imperialista portuguesa na região platina. Surge logo após a “conquista” das Missões (em 1801) e, logo em seguida, a partir da guarda avançada do Inhanduí e do acampamento militar no Ibirapuitã. Segundo Tau Golin, “das entranhas do latifúndio, gerado no processo de conquista do sudoeste rio-grandense e da guerra movida contra o Protetorado de Artigas, nascia o atual município de Alegrete.”<sup>10</sup> Em 1814, é criada uma Capela na guarda do Inhanduí. Em 1816, esta Capela, com a evocação de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, é abandonada, e a população evade-se do lugar devido às aproximações das forças de Artigas que, ao comando

---

<sup>5</sup> Ibid. p.41.

<sup>6</sup> Ibid. p.42.

<sup>7</sup> Ibid. p.44.

<sup>8</sup> Ibid. p.36.

<sup>9</sup> Segundo Edson Paniágua, a formação do espaço econômico regional, em que está assentada a cidade de Alegrete, está ligada à organização econômica dos Povos Missioneiros. O território fazia parte das antigas “estâncias” de criação de gado que abasteciam os pueblos (cidades). Paniágua mostra, em sua dissertação, que o espaço regional onde se assentou o município e cidade de Alegrete, não era uma “terra de ninguém”, que o gado e cavahada não eram “sem dono”. PANIAGUA, Edson Romário Monteiro. **Fronteiras, violência e criminalidade na região platina: o caso do município de Alegrete**. São Leopoldo, 2003. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2003.

<sup>10</sup> GOLIN, Tau. **A Fronteira**. Porto Alegre, L&PM, 2002.p.323.

do General Verдум, saqueia e queima a Capela. Em janeiro de 1817, José de Abreu faz o pedido, em nome da população, ao governador da Capitania, que estava na região (Luiz Telles Caminha e Menezes – 5º Marquês de Alegrete), para “assentar” o povoado e a Capela em um novo “sítio”, no acampamento militar às margens do rio Ibirapuitã.<sup>11</sup> Em 1820, é elevada à Capela Curada, com poderes eclesiásticos nos territórios que abrangem os atuais municípios de Uruguaiana, Quaraí, Livramento, Rosário do Sul e o atual Departamento de Artigas, na República Oriental do Uruguai (R.O.U.), até o rio Arapey (vinculada a São Borja e por sua vez a Rio Pardo)<sup>12</sup>. Em 1831, é elevada à Vila, com poderes sobre o mesmo espaço geográfico (vinculada à Cachoeira)<sup>13</sup>. Alegrete é Capital da República Rio-grandense, no período da Revolução Farroupilha, onde em 1842, reúne-se a Assembléia Constituinte. É elevada à categoria de Cidade em 1857, período em que já estavam definidas as fronteiras com a República Oriental do Uruguai (R.O.U.), e à Alegrete pertenciam os atuais municípios de Uruguaiana, Rosário e Quaraí.<sup>14</sup> Para compreender a formação de Alegrete, procura-se visualizar o conjunto de formação das cidades e urbanização do Rio Grande do Sul.



Ilustração da localização das principais cidades da região da Campanha Sudoeste (incluindo São Borja e Santa Maria).

<sup>11</sup> MONGELOS, Pedro. **Legislativo Municipal Alegretense – perfil histórico**. Câmara Municipal de Alegrete, Alegrete, Editora Capela Queimada LTDA, 1984.p.24.

<sup>12</sup> ARAÚJO FILHO, Luiz. **O Município de Alegrete**. Alegrete: O Coqueiro, 1908.p.17.

<sup>13</sup> MONGELOS, Pedro. Op. Cit.p.31.

<sup>14</sup> ARAÚJO FILHO, Luiz. Op. Cit. p.17.

Sabe-se que, desde 1801, os campos que hoje fazem parte do território de Alegrete, já vinham sendo ocupados por aventureiros; uma lista militar, de 1810, apresenta 60 nomes de proprietários de sesmarias, muitos dos quais localizados no atual Alegrete.<sup>15</sup> Embora desde 1806 já houvesse pedidos de sesmaria na região, e muitas são concedidas até 1820, os registros sobre doação de sesmarias apontam haver quatro concessões entre 1820 e 1822, sendo que, de 1823 a 1824, são 30 concessões.<sup>16</sup>

A historiografia destaca vários nomes de militares que estavam presentes desde o início da fundação do povoado (acampamento militar), principalmente, durante o período de Vila e Cidade. O principal comandante militar, nos primeiros anos do povoado, é o Marechal José de Abreu (Barão do Cerro Largo), sendo de sua responsabilidade a indicação dos contemplados com sesmarias e terrenos na povoação.<sup>17</sup> Desde o período de Vila até Cidade, vivam em Alegrete uns 100 oficiais, destacando-se: Marechal Bento Manoel Ribeiro de Almeida, General David Canabarro, Cel. Olivério José Ortiz, José Antonio Martins, Ten. Cel. Jacinto Guedes da Luz. A legião da Guarda Nacional era comandada pelo Cel. José Antonio Martins, seguido do Cel. Severino Ribeiro, Ten. Cel. Jacinto Guedes da Luz e Ten. Miguel da Cunha.<sup>18</sup>

As condições do comércio em Alegrete eram destacadas já na década de 1830. Os viajantes que passavam pela cidade, ao registrarem suas observações, além da geografia física, observam que a base econômica de Alegrete era a pecuária, sendo o comércio bastante desenvolvido. É o caso do francês Nicolau Dreys<sup>19</sup>, na década de 1830, de A. Baguet<sup>20</sup>, que, depois da Revolução Farroupilha (1845), reproduz uma situação quando de sua passagem por Alegrete: “Ao entrar em uma venda para comprar fumo e milho, fui interpelado em alemão pelo proprietário”. Diz o autor ainda: “Mal tinha respondido, ele jogou-se em meus braços, derramando lágrimas de alegria. Era um Bávaro, antigo soldado de Napoleão, que residira tempo na Bélgica.”<sup>21</sup>

---

<sup>15</sup> ANTUNES, Maria Ignácia de Souza. **Raízes Sócio Econômicas de Alegrete**. Porto Alegre: EVANGRAF, 1995.p.287.

<sup>16</sup> MONGELOS, Pedro. Op. Cit. p.28.

<sup>17</sup> TRINDADE, Miguel Jacques. **Alegrete: do século XVII ao século XX**. VOL.I. Porto Alegre, Ed. Movimento, 1985.p.26s.

<sup>18</sup> Ibid. p.90.

<sup>19</sup> DREYS, Nicolau. **Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul**. 4ª ed. Porto Alegre: Nova Dimensão/EDIPUCRS, 1990.p.90.

<sup>20</sup> BAGUET, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.p.72.

<sup>21</sup> Idem.

Em 1849, o padre francês João Pedro Gay aponta que, na Vila de Alegrete, a maior parte dos moradores emprega-se no comércio, que é considerável.<sup>22</sup> Em 1858, o movimento comercial de Alegrete é registrado por Avé-Lallemant; ele escreve que o movimento de muitas carretas demonstrava que o trecho entre Alegrete e São Gabriel era o de maior tráfego na Província.<sup>23</sup>

Ao referir-se sobre a elevação de Alegrete à categoria de Cidade, Hemetério Velloso da Silveira destaca: “Como praça comercial, era, entre todas as da fronteira, a mais acreditada.”<sup>24</sup> Hemetério ainda acrescenta: “Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Montevidéu, Buenos Aires e o próprio Rio de Janeiro, dispensavam às maiores casas comerciais de Alegrete uma confiança quase ilimitada, sem que nunca tivesse ocasião de arrepender-se.”<sup>25</sup>

É importante destacar que as casas de comércio poderiam estar sediadas não na “urbs”, mas no campo. Ao considerar a urbanização e as atividades econômicas que a envolvem, cabe destacar que esta “urbs” estava inserida em um contexto econômico, cultural e político camponês, bem superior. Para mostrar estes aspectos, tem-se o levantamento de Luis Augusto Ebling Farinatti, onde o pesquisador aponta que, no período de 1831 a 1870, 11% dos “inventários post mortem” de Alegrete eram especificamente urbanos. Considerando, como afirma o autor, que somente uma parcela da população deixava inventários, é possível imaginar que um número maior de pessoas pudesse ter casas na cidade, em vez de uma propriedade rural para deixar de herança aos seus. Estes 11% de inventários demonstram a pequena proporção de “bens urbanos” em relação aos “bens rurais”.<sup>26</sup>

Farinatti demonstra que, a partir do estudo de inventários, entre os anos de 1850 e 1870, aumentam as fortunas comerciais. Segundo o autor, as formas de enriquecimento fora do mercado, como o recebimento de sesmarias ou as preás de gado, acabam se transformando em formas comerciais. Isto é influenciado pela Lei de Terras, fim do tráfico negreiro e definição da fronteira. Inventário com característica unicamente urbana aparece apenas na década de 1860; é aquele do comerciante Antonio Joaquim Barbosa.<sup>27</sup>

<sup>22</sup> GAY, João Pedro. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, Ed.426. apud.: TRINDADE, Miguel Jacques. **Alegrete: do século XVII ao século XX**. Vol.I. Porto Alegre, Movimento, 1985, p.90.

<sup>23</sup> MEDEIROS, Laudelino. **As Cidades no Rio Grande do Sul**. In: Rio Grande do Sul: Terra e Povo. S.d, S.e.p.79.

<sup>24</sup> SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. **As Missões Orientais e seus antigos domínios**. Porto Alegre, 2ª ed. Companhia União de Seguros Gerais, 1979.p.397.

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> FARINATTI, Luis Augusto Ebling. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825 – 1865)**. Tese. Rio de Janeiro RJ: UFRJ, 2007.p.47.

<sup>27</sup> Ibid. p.59.

No período de 1845 a 1865, Farinatti registra as profissões e locais de nascimento das testemunhas em processos criminais. Demonstra que, no universo das 549 testemunhas, declaradamente comerciantes, nenhum era natural de Alegrete (44% do Rio Grande do Sul, 8% de outras Províncias, 10% da Região Platina e 38% da Europa). Entre os fazendeiros, estancieiros e proprietários também não havia alegretenses. Ou seja, mais um elemento para indicar a mobilidade da população e o fator da migração na formação da cidade de Alegrete, destacando que, entre os comerciantes, o maior índice era de europeus.<sup>28</sup>

Uruguaiana serve para traçar alguns paralelos com o caso de Alegrete, embora possua a peculiaridade da condição de fronteira e se localize às margens do rio Uruguai. Ronaldo Colvero escreve que, em 1867, as Câmaras de Uruguaiana e Alegrete designaram um traçado novo para a estrada que ligava as duas cidades, diminuindo as distâncias e facilitando o transporte de mercadorias para o interior da Província.<sup>29</sup> O autor escreve que “(...) percebe-se a presença de interesses econômicos na formação de centros urbanos nessa região para possibilitar o escoamento da produção vinda do interior e fazer frente ao mercado platino.”<sup>30</sup> Em seus estudos sobre a urbanização na fronteira oeste rio-grandense, aponta a existência de duas formações econômicas distintas: os pecuaristas e latifundiários que ocupavam as posições mais tradicionais, e os comerciantes que postulavam às possibilidades de progresso.<sup>31</sup>

Segundo Colvero, a gênese da urbanização está relacionada ao período do comércio em grande escala, e relaciona o fato de imigrantes entrarem no Rio Grande do Sul, provenientes das migrações da Argentina e Uruguai. Os estrangeiros encontravam facilidade para entrar nestes países. Vinham para a região, atraídos pela demanda econômica da urbanização e comércio.<sup>32</sup> Escreve:

A formação econômica de Uruguaiana está atrelada a essas duas características, que por vezes se complementavam, numa interação entre capital rural, incipiente em toda província sul-rio-grandense, e capital mercantil, inserido na região da fronteira oeste, especialmente pelos estrangeiros que ali se instalaram.<sup>33</sup>

Em Uruguaiana, entre as décadas de 1850 e 1870, de acordo com Colvero, o poder político vai assumindo posturas em benefício de uma burguesia urbana, da qual fazia parte um

---

<sup>28</sup> Ibid. p. 348.

<sup>29</sup> COLVERO, Ronaldo. **Negócios na Madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2004.p.127.

<sup>30</sup> Ibid.p.97.

<sup>31</sup> Ibid. p.87s.

<sup>32</sup> Ibid. p.101s.

<sup>33</sup> Ibid. p.113.

grande número de estrangeiros: franceses, ingleses, alemães, italianos e espanhóis. Estes imigrantes encontram uma Vila em organização e trazem uma parcela de capital que estruturaria um novo espaço econômico na fronteira oeste.<sup>34</sup>

Neiva Schaffer, ao analisar a urbanização de Sant'Ana do Livramento, destaca o papel do comércio dos produtos e subprodutos da pecuária na origem das cidades na Campanha e fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul. Escreve:

A organização produtiva da área, baseada na comercialização da carne, expressa a vinculação à expansão industrial inglesa e ao comércio mundial desse produto. A relação com o espaço platino, onde, ao longo do século 19 e grande parte do 20, imperaram os capitais ingleses, indica claramente a escala de relações que nortearam a formação regional e a organização das cidades.<sup>35</sup>

A autora afirma que Livramento tem sua origem nas guerras e no comércio. Em 1848, é elevada à categoria de freguesia e, em 1857, é desmembrada de Alegrete, tornando-se Vila; em 1876, é elevada à categoria de cidade. São apresentados pela autora vários documentos oficiais da época que evidenciam a importante condição comercial da localidade.<sup>36</sup>

Entre os comerciantes importantes na política, na fundação da Vila e depois Cidade de Alegrete, encontram-se Luiz Ignácio Jacques e Manoel de Freitas Valle, destacados porque os empreendimentos e ações políticas de suas famílias influenciaram a história de Alegrete, desde a década de 30 do século XIX até a década de 30 do século XX. Segundo Hemetério da Silveira, outros comerciantes de importância foram: Manoel Francisco Baltar, Leonardo Macedônia e Antonio Gomes Pereira, que aqui fazem fortuna.<sup>37</sup>

### 3.2 FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

Os estudos sobre a urbanização do Rio Grande do Sul e, principalmente da região da Campanha Sudoeste, destacam a carência de mão-de-obra durante o século XIX. Faz-se necessário entender como é formado o mercado de trabalho local, quem são os “construtores” da cidade, no sentido da mão-de-obra necessária à construção das estruturas urbanas. A falta

<sup>34</sup> Ibid., p.92.

<sup>35</sup> SCHAFFER, Neiva Otero. **Urbanização na fronteira (A expansão de Sant'Ana do Livramento)**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento, 1993.p.17.

<sup>36</sup> Ibid. p.39.

<sup>37</sup> SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. Op. Cit. p.405.

de mão-de-obra é evidenciada nas queixas feitas pelos vereadores, em relação à necessidade de realização de obras públicas. A ideia que se procura desenvolver aqui é que a urbanização, a partir da produção de excedentes da economia primária (pecuária), fomenta o desenvolvimento de uma categoria de comerciantes que necessita organizar o mercado local, assim como organizar uma infraestrutura que possibilite dinamizar suas atividades econômicas e culturais urbanas. A força de trabalho é dinamizada com a transformação da força-de-trabalho em mercadoria, de compra e venda. O mercado local efetiva-se com a criação do mercado de trabalho e necessita da liberdade jurídica dos trabalhadores. O texto a seguir procura descrever este processo de “liberalização” do trabalho em Alegrete, elemento que está na gênese da urbanização no período da República Velha.

Pesavento escreve que a sociedade brasileira passa por uma crise, na segunda metade do século XIX, resultado da falta de força de trabalho. Segundo ela, a formação de um mercado de trabalho assume duas formas de encaminhamento: o abolicionismo e o imigrantismo.<sup>38</sup> Ela parte do pressuposto que, no Rio Grande do Sul, existia carência de mão-de-obra, nesse processo de transição para o capitalismo.<sup>39</sup> Adiante, a pesquisadora escreve que também existia: “(...) uma disponibilidade menor de força-de-trabalho livre frente às novas condições de mercado que se estruturavam.”<sup>40</sup> A avaliação da autora parte do princípio da necessidade de uma mão-de-obra livre, despossuída e passível de assalariamento.

A referida historiadora, ao tratar do trabalho nas estâncias, típico da região da campanha rio-grandense, diz que, em relação aos trabalhadores do campo, vigoravam formas de pagamento em produtos. Estes trabalhadores, embora não sendo proprietários dos meios de produção, não eram privados dos meios de subsistência. Sua conclusão é que a região da pecuária tradicional não se encontrava com um excedente de mão-de-obra para integrar o mercado de trabalho em formação.<sup>41</sup>

A cidade, na perspectiva de “mercado”, é onde ocorre a compra e a venda de produtos, e um destes produtos é a força de trabalho, que significa a “energia humana que produz valor.”<sup>42</sup> O mercado de trabalho é a essência do capitalismo, pois é onde os proprietários da força de trabalho, despossuídos de qualquer outra forma de subsistência, vendem sua força-de-trabalho em troca de salário. Esta força de trabalho vira mercadoria e participa do mercado

---

<sup>38</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS: FAPERGS, p.11.

<sup>39</sup> Ibid. p.16.

<sup>40</sup> Ibid. p.17.

<sup>41</sup> Ibid. p.19.

<sup>42</sup> MARX, Karl. **Karl Marx: Sociologia**. Organizador Octavio Ianni. São Paulo: Ática, 1979.p.08.

de forma vulnerável às leis da oferta e da procura; seus proprietários são subalternos aos proprietários dos meios de produção. É interessante acrescentar que, ao mesmo tempo em que os trabalhadores vendem sua força de trabalho, seus salários possibilitam comprar produtos para sua subsistência, girando e aquecendo a economia.

Núncia Santoro de Constantino destaca que as comunidades da fronteira apresentavam um desenvolvimento urbano em razão da pecuária e indústria do charque, mas eram pobres em artífices de ofícios urbanos<sup>43</sup>. Na 5ª Sessão Ordinária da Câmara da cidade de Alegrete, em 16 de julho de 1859, evidencia-se que trabalhadores para obras públicas eram contratados em outras cidades. É o que demonstra o requerimento do representante Galdino de Freitas Noronha:

Requeiro que o Secretario declare se o Termo de Contrato feito em Porto Alegre, com os operários que vieram trabalhar na ponte, casa de Câmara e Cadeia. Há alguma obrigação de se dar cozinheiro para os ditos operários, e sendo satisfeito que não requeriu mais que se oficiasse ao mestre pedreiro sabendo do mesmo se o escravo, do Mestre Carpinteiro Domingos Manoel Pinho, contratado em Porto Alegre, na qualidade de servente vencendo 2\$000 réis, se como tal tem servido, nas obras da ponte. Foi aprovado.<sup>44</sup>

Na Sessão Extraordinária do dia 16 de agosto de 1859, os Mestres Carpinteiros e Pedreiros, responsáveis pelas obras da Ponte, Casa da Câmara e Cadeia, respondem ao ofício da Câmara, informando sobre a quantidade de carretas ocupadas pelos operários e demais artífices. Segundo eles, foram cinco carretas, para transportar de Rio Pardo a Alegrete seus familiares e trastes.<sup>45</sup>

A utilização do trabalho escravo em obras públicas evidencia-se à medida que é observado o seguinte trecho do ofício encaminhado à Câmara pelo Mestre Carpinteiro das obras referidas: “Resolveu a Câmara, que de ofício ao Mestre Carpinteiro pedindo-lhe que dê ciência à Câmara de quem o autorizou a fazer a mudança do servente seu escravo, da turma de pedreiros, para a de Carpinteiros”<sup>46</sup>. Em Sessão do dia 15 de outubro de 1859, é registrado que oficiais de primeira classe queixam-se à Câmara de que foram engajados, em Porto

---

<sup>43</sup> CONSTANTINO, Núncia Maria Santoro. **O italiano da esquina: imigrantes na sociedade Porto – Alegrense**. Porto Alegre, Ed. EST, 1991, p.35.

<sup>44</sup> CAMARA MUNICIPAL DE ALEGRETE, 2º Livro de Atos da Câmara Municipal de Alegrete de 07 de Junho de 1859 a 22 de Outubro de 1863, Transcrição feita por Danilo Assumpção dos Santos – Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete. p. 09. (A grafia foi atualizada pelo autor)

<sup>45</sup> Ibid. p.13v.

<sup>46</sup> Idem.

Alegre, alguns escravos como operários de primeira classe, não sendo eles peritos no ofício. A Câmara procura investigar estas despesas ilegais no contrato.<sup>47</sup>

Os operários das obras públicas vindos de outros municípios, como tudo indica, eram utilizados em outros serviços “particulares”. Evidencia-se, então, o aproveitamento dos serviços dos trabalhadores nas demandas locais; os despachos que seguem apontam neste sentido. Em Sessão Extraordinária, de 27 de setembro de 1859, apresenta-se o seguinte: “Fica autorizado o Procurador a fazer judicialmente a cobrança da quantia de 289\$860 dos negociantes Pereira e Leonardo importância esta das férias dos operários da turma de Carpinteiros, que trabalharão em sua casa”<sup>48</sup>. Na Sessão do dia 05 de outubro de 1859, é apresentado o seguinte registro:

Participou mais o Senhor Presidente que o Senhor Brigadeiro Olivério José Ortiz lhe pedira dois oficiais da turma de carpinteiros para irem trabalhar em sua estância por algumas semanas, e que não havendo grande necessidade desses operários, presentemente era de parecer que lhes fossem cedidos. Resolveu a Câmara que sim.<sup>49</sup>

Até aqui, acredita-se que para as demandas públicas, no que se refere às obras e construções, era utilizada mão-de-obra vinda de outras localidades, como Porto Alegre e Rio Pardo. Com o fim dos trabalhos de obras públicas, reduz-se a oferta de serviços; operários e artífices, assim como mestres de ofícios, procuravam voltar para a Capital da Província. Na Sessão do dia 07 de fevereiro de 1860, os operários pediam que lhes fossem pagos os serviços, uma vez que “estando a dever-lhe as suas férias desde 01 de outubro de 1859 até aquela data em que foram despedidos, (...)”, argumentando que é necessário que lhes paguem o devido “(...) sem o que não poderão transportar-se para a Capital da Província, onde foram contratados, protestando haverem da Diretoria Provincial todas as perdas, que lhe causar sua demora nesta onde não há que fazer em que se possam empregar.”<sup>50</sup>

Provavelmente, os operários e mestres de ofícios tenham voltado para a Capital da Província, porém a administração da cidade, visando continuar promovendo sua urbanização e melhorando a qualidade de vida dos habitantes, cria mais demandas de serviços. Em Sessão do dia 12 de julho de 1860, considerando que as ruas dos Andradas e Beneficência são aquelas em que mais transitam carros e demais veículos em direção ao centro da cidade, propõe o vereador José Antonio Tavares que: “(...) sejam forçados os proprietários dos

---

<sup>47</sup> Ibid. p.22v.

<sup>48</sup> Ibid. p.20v.

<sup>49</sup> Idem.

<sup>50</sup> Ibid. p.29v.

terrenos não edificados em tais ruas a levantarem pelos seus alicerces em conformidade da Lei pondo-os ao nível da rua, sem o que jamais se poderá dar livre trânsito ao público”<sup>51</sup>.

Como os operários foram embora e se inicia um período de transformações e urbanização, fica evidente a carência de mão-de-obra e de prestadores de serviços de que as construções necessitam. Na Sessão do dia 17 de julho de 1860, o relatório fiscal “(...) diz não lhe ter sido possível mandar fazer a limpeza das ruas, por não achar pessoa que se queira encarregar dele por razoável que pareça, (...)”.<sup>52</sup>

Os registros da Câmara apresentam uma enormidade de concessões de terrenos urbanos devolutos, determinando prazos para a construção das residências nos respectivos terrenos. É destaque a presença de muitos imigrantes pedindo licença para construir suas residências na cidade. Na Sessão do dia 14 de janeiro de 1861, aparecem dois requerimentos de “proprietários”, pedindo para que seja prolongado o prazo para reedificar as frentes de suas propriedades: “visto que lhe não tem sido possível contratarem operários para fazerem essa reedificação pela escassez de que se recente esta Cidade desses operários”.<sup>53</sup>

Lembra-se do ponto de vista de Pesavento, quando afirma que, na campanha, os trabalhadores não eram despossuídos de meios de subsistência. Seria, então, esta a razão de não haver trabalhadores para as obras? Será que o problema também era de mão-de-obra técnica, qualificada? Estes serviços não poderiam ser feitos por escravos?

O Código de Posturas da cidade, de 31 de Outubro de 1859, em vários artigos, trata com discriminação os escravos. Destacam-se quatro artigos da referida Lei, que se direcionavam especificamente à questão do trabalho escravo:

(...)

Art. 128: É proibido ter como caixeiro ou administrador de qualquer casa de negócio, o escravo. (...)

(...)

Art. 132: É proibido, em taberna ou em qualquer casa de negócio, fixo ou ambulante, e mesmo a todo indivíduo, comprar ou vender um penhor ou depósito, jóia de valor, objeto de ouro ou prata, ou qualquer coisa preciosa de escravo sem expressa licença do senhor (...);

Art. 133: É também proibido, na taberna ou casa de negócio fixo ou ambulante, comprar a escravo, carne, vela, graxa, toucinho, couro, crina e todo e qualquer produto de estância, ou de lavoura sem que o escravo traga a autorização do senhor ou pessoa sob cujo poder estiver, (...);

(...)

Art. 139: Não é permitido ao senhor de escravo ou escrava consentir que este viva sobre si, dentro da cidade, e seus subúrbios, sem autorização da autoridade policial, que só concederá quando tiver certeza, que o escravo ou

<sup>51</sup> Ibid. p.51.

<sup>52</sup> Ibid. p.53.

<sup>53</sup> Ibid. p.65v.

escrava se empregou em trabalhos lícitos para haver o jornal que paga ao senhor e sustentar-se. (...) <sup>54</sup>

Pelo exposto acima, deduz-se que, além de serem reduzidos os ramos de atividade que os escravos pudessem exercer, outro elemento contribui para o “sufocamento” econômico da cidade, pois os escravos seriam uma parcela significativa sem poder aquisitivo, ou seja, não contribuíam ao desenvolvimento do mercado consumidor, como acontecia no sistema escravista. Fica evidente que os escravos eram proibidos de trabalhar no comércio. Então, em que setor, ramo ou atividade eles trabalhavam?

Farinatti elabora um quadro para registrar a classificação dos escravos de acordo com a profissão. Segundo ele, 53% dos inventários trazem referências explícitas sobre a profissão dos escravos. Aparecem nos registros 83 escravos campeiros, 32 roceiros, 61 com outros ofícios, 04 com dois ofícios, 157 sem referência. Farinatti aponta também que os grandes estancieiros, com mais de 2001 cabeças de gado, possuíam escravos com outras profissões. Estes escravos, segundo o pesquisador, eram mais caros e empregados nos serviços das estâncias, talvez também como escravos de ganho por jornal. <sup>55</sup>

Os registros do Livro de Classificação de Escravos <sup>56</sup> apresentam os dados em duas etapas: a primeira, de 1873 a 1874, e a segunda, de 1874 a 1875, totalizando 4.416 registros. Considerando os dados das matrículas de escravos apresentados por Margaret Bakos, acredita-se que os registros (em duas etapas do Livro de Escravos) se repetem, ou seja, foram feitos os registros dos mesmos escravos duas vezes. Dentre as profissões masculinas, a grande maioria dos registros é de “campeiro”; há alguns registrados como “roceiro” e “lavrador”. Para as mulheres, registram-se quitandeira, lavadeira, engomadeira e mucama. A seguir, registra-se a incidência de profissões masculinas que exigiam maior técnica ou aquelas tipicamente urbanas.

Em 1873 e 1874, com total de 1.824 registros, encontram-se 24 ofícios: 02 Alfaiates, 01 Barbeiro, 04 Carpinteiros, 05 Oleiros, 01 Ourives, 10 Pedreiros, 01 Sapateiro; entre os registros de 1874 a 1875, num total de 2.660, são encontrados 12 tipicamente urbanos: 01 alfaiate, 03 Carpinteiros, 04 Oleiros, 03 Pedreiros, 01 Marceneiro.

No livro Cartas de Alforria, no período que compreende aos anos de 1831 a 1885, apresentam-se 660 registros sobre Alegrete. Dessas Cartas, somente 23 apresentam a

<sup>54</sup> BARBOSA, Eni. **O processo legislativo e a escravidão negra na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, CORAG, 1987.p.114s.

<sup>55</sup> FARINATTI, Luís Augusto Ebling .Op. cit.p.303s.

<sup>56</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRETE, Livro de Classificação de Escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação. (CEPAL).

profissão do escravo alforriado: 01 Alfaiate (carta de 1872, pardo natural de São Paulo), 01 oficial de ferreiro (carta em 1846, 40 anos, “Mina”), 01 carpinteiro (carta em 1850, pardo de Minas Gerais), 01 lavadeira, 01 roceiro, 01 doméstica, 01 pedreiro, 01 oficial de pedreiro (carta em 1864), 03 costureiras, 05 campeiros, 05 cozinheiras, 01 servente. Excluindo o roceiro e os 05 campeiros, os restantes são profissionais que podem ser entendidos como responsáveis por “serviços urbanos”. Aqueles escravos que possuem ofícios que exigem técnica mais aprimorada apresentam-se em número de quatro: o alfaiate, o ferreiro, o carpinteiro e o oficial de pedreiro; três são naturais de Alegrete.<sup>57</sup>

Portanto, os escravos em Alegrete, pelo que indicam os documentos observados, eram, em sua grande maioria, trabalhadores rurais (campeiros). Eram poucos escravos com profissões de artífices para a demanda da cidade.

Os registros de matrículas de escravos do ano de 1859 apontam 2.525 escravos; em 1884, são 1.200; em 1885, aparecem 30 e, em 1887, não existem escravos registrados. Observa-se que, ao mesmo tempo do crescimento da demanda de serviços e obras urbanas, ocorre a liberalização da mão-de-obra e a formação de um mercado de trabalho. Este processo de diminuição do número de escravos ocorre em todos os municípios da região da campanha (sudoeste do Rio Grande do Sul): Alegrete, Bagé, Quaraí, Livramento, Uruguaiana, Rosário do Sul, São Gabriel, São Francisco de Assis, incluindo Itaqui e São Borja.

Assim, como nos registros da Câmara, identificaram-se vários pedidos de terrenos para construir, por parte de imigrantes italianos e alemães, percebe-se, também, que algumas obras urbanas eram atrativo para a mão-de-obra imigrante, no período precedente ao republicano. As obras do “Theatro” terminam em 1862; a ponte sobre o rio Ibirapuitã é entregue ao público em 1873; a construção do Hospital de Caridade inicia em 1872 e tem fim em 1876; a obra da Intendência inicia em 1876 e termina em 1879; a construção do Quartel de Infantaria tem início em 1879. Nas obras do Teatro, os artistas responsáveis foram João Veinant e Joaquim de Souza, pedreiros, e João Batista Echenique, carpinteiro.<sup>58</sup> Na construção da ponte sobre o Ibirapuitã, do Hospital de Caridade e do Quartel de Infantaria, não temos dados sobre a mão-de-obra. Os responsáveis pela construção da Intendência são os mestres-de-obras Caetano Bianchi e João Veinant.<sup>59</sup> Os imigrantes identificados não eram operários, mas “capatazes”, artistas técnicos e mestres de ofício. Em 15 de agosto de 1883, é

<sup>57</sup> Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público do Estado. **Documentos da Escravidão. Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade**. Porto Alegre, Arquivo Público, 2006.2v. p.19-61.

<sup>58</sup> ARAÚJO FILHO, Luiz. Op. Cit. p.154.

<sup>59</sup> Ibid. p.147.

fundada em Alegrete a Unione Italiana, demonstrando a presença de razoável número de imigrantes italianos na cidade.<sup>60</sup>

No período que vai de 1882 a 1887, observa-se o registro de 1.043 escravos. O número vai diminuindo até que, em 1887, só restavam 31 registros de escravos; assim relacionados: 899 emancipações, 87 mudanças de domicílio, 23 óbitos e 03 fugas.<sup>61</sup> É importante observar a ação dos indivíduos e grupos políticos e sociais no sentido da libertação dos escravos na cidade. Primeiro pelas três fugas e, em seguida, pela ação de grupos como os maçons e os abolicionistas. Na imprensa de Porto Alegre, em 1874, encontra-se: “Na inauguração da loja Triunfo da Razão, em Alegrete, os maçons contribuem para o Tronco da Beneficência, com a finalidade de alforriar escravos.”<sup>62</sup> Os clubes abolicionistas eram fundados em várias partes da Província, também nas cidades da Campanha. Em Alegrete, o “Clube Emancipador”, durante a presidência do Comendador Luiz de Freitas Valle<sup>63</sup>, emancipa mais de 500 escravos.<sup>64</sup> A primeira cidade a acabar com a escravidão jurídica no Rio Grande do Sul é Quaraí. A cidade de Alegrete promulga lei acabando com a forma jurídica da escravidão, por Lei Municipal de 07 de setembro de 1884 e o município (rural), em 31 de dezembro do mesmo ano.<sup>65</sup> Embora houvesse acabado a escravidão no “direito”, de fato ela ainda continuava, muitos ex-escravos passaram a ser contratados, tendo que permanecer junto aos seus ex-donos que passaram a ser seus patrões.<sup>66</sup>

A Câmara de Alegrete defende o “imigrantismo”, no sentido de valorização da mão-de-obra imigrante, assim como defende a “colonização”. Porém, em relação às “colônias”, os representantes (vereadores) desejavam que o governo desapropriasse terras para criar colônias tanto para imigrantes, quanto para libertos. Eram eles: Luiz de Freitas Valle, Belmiro Antunes Maciel, Antonio Fausto Neves de Souza, Eduardo Mallmann, Pedro Emilio Falcão da Frota,

---

<sup>60</sup> Ibid. p.163.

<sup>61</sup> RELATÓRIO ESTATÍSTICO DA FAZENDA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1887 – 1992).p.30.

<sup>62</sup> BAKOS, Margaret Marchiori. Op. Cit. p.42.

<sup>63</sup> Luiz de Freitas Valle, além de criar o Clube Emancipador, criou também um jornal, em 1882, para a campanha abolicionista, o Gazeta de Alegrete que existe ainda hoje. Luiz de Freitas Valle, por sua atuação em prol da abolição em Alegrete e na região, foi homenageado com o título nobiliárquico de Barão do Ibirocaí.

<sup>64</sup> MONTI, Verônica A. Martini. **O abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul – 1884**. Porto Alegre, Martins Livreiro Livr. Ed. 1985.p.111.

<sup>65</sup> Ibid. p.146.

<sup>66</sup> Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público do Estado. **Documentos da Escravidão. Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade**. Porto Alegre, Arquivo Público, 2006.2v. p.19-61

José Velloso Pacheco e Jacob Luiz Laydner Sobrinho.<sup>67</sup> Esta era uma proposta de “Reforma Agrária” em Alegrete, ainda no século XIX. Sobre a escravidão, a Câmara pronuncia-se: “De efeitos negativos, ela (a escravidão) é mesmo um obstáculo tremendo à imigração de que tanto carece o país, que, com o trabalho livre, superará as dificuldades financeiras que o atrasam e vencerá a grandeza natural e moral a que tem incontestável direito.”<sup>68</sup> Os representantes alegretenses, depois de proporem que a Assembléia aja no sentido de criar um imposto progressivo sobre a posse e venda do escravo, como medida que dificulte sua posse, propriedade e negócio, ainda defende uma “imposição direta sobre a propriedade”, como lê-se no seguinte texto: “Terra aos imigrantes e aos libertos, pela redução que este imposto opera sobre as extensas áreas de campo: garantias de colônia.”<sup>69</sup>

Observa-se que, no município, há um “imigrantismo” e um “abolicionismo”. Embora a imigração tenha sido de forma espontânea, há discussões a respeito de colônias para imigrantes, assim como colônias para libertos. O abolicionismo que se adota também é o gradual, com contrato de trabalho por sete anos, obedecendo também a diretrizes e orientações político partidárias.<sup>70</sup>

### 3.3 ALEGRETE NA REPÚBLICA VELHA

Pretende-se apresentar uma visão geral da cidade nos quarenta anos da “República Velha”. Destacam-se alguns aspectos demográficos, políticos, econômicos e uma visão da urbanização. Deseja-se conhecer a população, a economia, a política e o processo de urbanização. Para tanto, utilizam-se algumas notas sobre a cidade recolhidas da historiografia, assim como em fontes primárias. É importante a construção do cenário, embora de forma muito genérica e superficial, para compreender os acontecimentos.

Sobre o período da República Velha, somente uma publicação apresentou alguns dados: a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Buscaram-se informações em diversas

---

<sup>67</sup> Os nomes de Eduardo Mallmann e Jacob Luiz Laydner Sobrinho aparecem como fundadores do Partido Republicano em Alegrete, em 22 de junho de 1882. Livro Ata do Partido Republicano de Alegrete. p.01. AHRGS.

<sup>68</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRETE. Relatório Apresentado a Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul; Alegrete; Typ.Gazeta; 1885.p.16. AHRGS.

<sup>69</sup> Ibid. p.17.

<sup>70</sup> Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público do Estado. Op. Cit. p.19-61.

fontes, para tentar construir uma representação do período.<sup>71</sup> Quando possível, pretende-se comparar os dados e informações, dentro do contexto regional.<sup>72</sup>

De acordo com Vera Barroso, desde 1850 até 1900 e início do século XX, era na metade sul (região da pecuária) que se localizava a maioria das cidades rio-grandenses.<sup>73</sup> Logo após a proclamação da República (1889), vieram perturbações. São instaladas Juntas administrativas locais, sob instruções e orientação do Governo Estadual. Essas Juntas tinham vida efêmera, em função das oscilações políticas regionais e nacionais. Quando dissolvido o Congresso Nacional por Deodoro e com a demissão do presidente do Estado, dá-se um episódio “bizarro”: são demitidos todos os funcionários federais, estaduais e municipais de Alegrete.<sup>74</sup> Em 1892, quando o governo estadual passa para Júlio de Castilhos, a situação torna-se tensa, resultando na Revolução Federalista em 1893. Depois da Revolução de 1893, quando ocorrem vários combates em Alegrete, é o primeiro Intendente Severino Antonio da Cunha Pacheco, legalista, que assiste a três anos de luta em sua gestão.<sup>75</sup> Em março de 1893, as forças revolucionárias tomam a cidade que era defendida por pequena força legalista; mas, em maio de 1893, após o combate do Inhanduí, os legalistas retomam o poder. Cessadas as lutas em 1895, Alegrete passa a “desenvolver-se” gradativamente: atinge a situação de município com o maior número de cabeças de gado do Brasil.<sup>76</sup>

Depois de um período de aproximadamente 30 anos, em 1923, como consequência da revolução contra Borges de Medeiros, o município e a cidade são novamente palco de vários combates. Honório Lemes ocupa-a quando abandonada pelos legalistas; em março, é aclamado General e, no dia seguinte, uma junta presidida pelo Dr. Alexandre Lisboa assume o governo da cidade. Em abril, as forças governistas retomam a cidade que, em junho, volta ao poder dos rebeldes. Mas, a 18 de junho, os governistas comandados por Flores da Cunha e por Napomuceno Saraiva expulsam os rebeldes, após um grande combate na ponte “Borges de Medeiros”, sobre o rio Ibirapuitã. Em 1924, os oficiais do exército João Alberto e Juarez Távora aderem ao movimento iniciado em São Paulo pelo General Isidoro Dias Lopes,

---

<sup>71</sup> Procurou-se suporte em autores e publicações da época como: Luiz Araújo Filho, José Hermetério Velloso da Silveira, Ernesto Antonio L. Cunha, a Revista Máscara, a Revista da Independência, entre outros autores atuais.

<sup>72</sup> Em várias oportunidades será utilizada a expressão “Campanha Sudoeste”, ou “fronteira sudoeste”, para comparar algumas informações entre as cidades da região de Alegrete. Por isso, esclarece-se que a região definida neste trabalho está de acordo com a proposta por Pedro Cezar Dutra Fonseca, que leva em conta a economia predominantemente pecuária e a origem do mesmo processo histórico, localizada ao sul e oeste do Rio Grande do Sul, fronteira com a República Uruguaia e a República Argentina. Ver: FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **RS: economia & conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.p.27s.

<sup>73</sup> BARROSO, Vera Lúcia Maciel. Op. Cit. p.50.

<sup>74</sup> Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. **Alegrete**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. p.21.

<sup>75</sup> Ibid. p.20.

<sup>76</sup> Ibid. p.21.

conseguem levantar parte da guarnição local juntamente com elementos civis. No dia 30 de outubro, tentam tomar a cidade, mas são rechaçados. Juntam-se a eles, Honório Lemes e sua tropa, mas, ainda em território alegretense, são surpreendidos e derrotados por Flores da Cunha. Depois dessa derrota, Juarez Távora e João Alberto marcham rumo às Missões, iniciando a “Coluna Prestes”. Depois deste período de guerra civil, destaca-se o governo municipal do Intendente Oswaldo Aranha, desde 1925, período quando é feito o calçamento de várias ruas, são construídas estradas, pontes e uma escola normal.<sup>77</sup>

Alegrete era uma das mais importantes cidades da região. É interessante comparar o crescimento demográfico entre as principais cidades da Campanha, no período da República Velha. Informações sobre a demografia e a economia regional são retiradas de fontes estatísticas oficiais, mas, cruzando informações, percebe-se certa incoerência nos números apresentados. Sobre a demografia regional, apresenta-se a seguir um quadro demonstrativo da população.

Quadro 2.1

População Regional (1890 – 1920)

Cidade	1890	1900	1920
Alegrete	16.250	18.449	27.000
Bagé	22.692	28.956	43.800
Dom Pedrito	12.441	14.441	20.000
Itaqui	7.870	9.185	13.000
Livramento	17.167	21.843	30.000
Quarai	8.333	11.402	15.000
Rosário do Sul	9.431	9.054	22.000
São Borja	15.958	17.244	28.500
São Francisco	10.669	10.840	21.100
São Gabriel	20.046	17.109	28.000
Uruguaiana	11.352	23.194	33.500

Fonte: Censos do Rio Grande do Sul (183 – 1950): De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. FEE, Porto Alegre, 198. As informações desta fonte não coincidem com outras fontes. Verifica-se isto mais adiante.

O quadro mostra que Alegrete é uma das cidades mais populosas da região da Campanha Sudoeste. Para demonstrar a mudança da posição das cidades em relação ao número de habitantes, apresenta-se o quadro abaixo. Neste sentido, apresenta-se um outro

<sup>77</sup> Ibid. p.21.

quadro, que descreve a ordem das seis cidades da Campanha Sudoeste do Rio Grande do Sul mais populosas no período da República Velha.

Quadro 2.2

Ordem das cidades mais populosas (1890 – 1920)

	1890	1900	1920
1°	Bagé	Bagé	Bagé
2°	São Gabriel	Uruguaiana	Uruguaiana
3°	Livramento	Livramento	Livramento
4°	Alegrete	Alegrete	São Borja
5°	São Borja	São Borja	São Gabriel
6°	Uruguaiana	São Gabriel	Alegrete

Fonte: Censos do Rio Grande do Sul (183 – 1950): De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. FEE, Porto Alegre, 198. As informações desta fonte não coincidem com outras fontes. Verifica-se isto mais adiante.

Ao iniciar a República, em termos populacionais, Alegrete é a quarta cidade da região. No ano de 1920, aparece em sexto lugar. Bagé, Uruguaiana e Livramento são as maiores cidades. A cidade de Bagé e Livramento mantêm-se estáveis no período. A cidade que mais cresce é Uruguaiana. São Gabriel e Alegrete baixam na colocação em nível regional. Após averiguar a situação da cidade no contexto regional, cabe observar a população da cidade, nos aspectos urbanos e rurais, assim como os naturais e imigrantes.

Para analisar especificamente o caso de Alegrete em termos populacionais, elaborou-se o seguinte quadro, com as estatísticas do período de 1890 a 1921:

Quadro 2.3

População de Alegrete (1890 – 1921)

	1890	1900	1907	1921
<b>Município</b>	16.337	21.087	25.120	30.905
<b>Cidade</b>	4.526	5.691	6.716	11.257
<b>Nacionais/Município</b>	15.339	-	-	27.875
<b>E estrangeiros/ Município</b>	998	-	-	2.420

Fontes: ARAUJO FILHO, Luiz. O Município de Alegrete. Alegrete, O Coqueiro, 1908. p.304. MUNICIPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado pelo intendente municipal de Alegrete Dr. Francisco Carlos de Sá Domelles ao Conselho municipal em sua primeira sessão ordinária a 20 de setembro de 1921. p.17. Aqui as fontes apresentam para o ano de 1921, 30.905 habitantes para Alegrete, sendo que o Censo já citado apresenta 27.000. Outra fonte mais adiante apresentara outro número.

Em 1890, os 4.526 habitantes da cidade correspondiam a 27,70% da população. Em 1921, os 11.257 habitantes da cidade correspondiam a 36,42% da população. Existe um aumento de 10% na população urbana no período de 30 anos. Sobre a naturalidade dos

habitantes, em 1890, os 998 imigrantes correspondiam a 6,10% da população. Em 1921, os 2.420 imigrantes correspondiam a 7,8% da população. Em 1920, o Estado possuía uma população de 2.182.713 habitantes; destes, 151.025 era de imigrantes, o que corresponde a 6,91% da população. A média de estrangeiros na população de Alegrete era superior à média do Estado.<sup>78</sup>

No aspecto político, Alfredo R. da Costa destaca que, após 1889, o município é governado por juntas administrativas até 1892. Em 1892, é nomeado o primeiro intendente, Tenente Coronel Severino Antonio da Cunha Pacheco. Quatro anos depois, em 1896, é eleito intendente João Benício da Silva; em 1898, como vice-intendente, assume a administração o coronel Frederico Ortiz; em 1900, é eleito o Coronel Manoel de Freitas Valle Filho, que fica à frente da administração por muitos anos, até falecer. Servem, depois, como intendentess, o Major Oscar Souza e Coronel João Benício.<sup>79</sup>

Estudo mais completo sobre os Intendentess de Alegrete é feito por Flavio Poitevin,<sup>80</sup> que consulta diversas fontes, entre elas, as Atas de Posse dos administradores. Para demonstrar os Intendentess e os períodos em que administram a cidade, transcreve-se a seguir um fragmento do quadro elaborado por Poitevin.

---

<sup>78</sup> Censos do Rio Grande do Sul (183 – 1950): **De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul**. FEE, Porto Alegre, 1981.p.125.

<sup>79</sup> COSTA, Alfredo R. da. **Obra histórica, descritiva e ilustrada**. Rio Grande do Sul (Completo estudo sobre o Estado) Volume II. 1922. Livraria O Globo. Porto Alegre. p.333.

<sup>80</sup> O Sr. Flávio Alfeu Poitevin é diretor do Memorial de Alegrete e Museu do Gaúcho Ícaro Ferreira da Costa na cidade de Alegrete. (2009)

Quadro 2.4

## Intendentes de Alegrete (1892 – 1930)

Gestão	Período	Condição	Nº	Nome
1º	1892 a 1896	Nomeado	01	Severino Antonio da Cunha Pacheco
2º	1897 a 1899	Eleito/renuncia	02	João Benício da Silva
	1900 a 1900	Substituição	03	Frederico Ortiz
3º	1901 a 1904	Eleito/renuncia	04	<b>Manoel de Freitas Valle Filho</b>
	1904 a 1904	Substituição	05	Oscar do Prado Souza
4º	1905 a 1908	Eleito/integral	06	<b>Manoel de Freitas Valle Filho</b>
5º	1909 a 1912	Eleito/integral	07	Lauro de Sá Dornelles
6º	1913 a 1916	Eleito/falece	08	<b>Manoel de Freitas Valle Filho</b>
	1916 a 1917	Nomeado	09	Oscar do Prado Souza
7º	1918 a 1919	Falecimento	10	João Benício da Silva
	1919 a 1920	Substituição	11	Oscar do Prado Souza
8º	1921 a 1922	Eleito/renuncia	12	Francisco Carlos de Sá Dornelles
	1922 a 1924	Substituição	13	Antônio de Freitas Valle
9º	1925 a 1925	Interventor	14	José Loureiro da Silva
10º	1925 a 1927	Eleito/renuncia	15	Oswaldo Euclides de Souza Aranha
	1927 a 1927	Eleito/renuncia	16	Patricio Zitto de Ribeiro Farias
	1927 a 1927	Nomeado	17	Tristão Ribeiro Neto
11º	1927 a 1928	Eleito/renuncia	18	Manoel Lino dos Santos
	1928 a 1928	Substituição	19	Eugênio Martins Pinto
12º	1929 a 1930	Eleito	20	Antônio de Freitas Valle

Fonte: ARAÚJO FILHO, Luiz. *O Município de Alegrete*. Org. Danilo Assumpção e Flavio Poitevin. Ed. Pallotti, 2007.p.130.

Após a proclamação da república, de 1889 a 1892, há juntas administrativas provisórias. Não é um período estável, piorando a situação a partir de 1892, com a insurgência e guerra civil de 1893 e 1894. Analisando o quadro acima, percebe-se que existe um período de continuidade e estabilidade e um outro período de instabilidade administrativa.

O período estável e contínuo vai de 1897 a 1920. Os intendentes que representam esta estabilidade e continuidade são João Benício da Silva, Manoel de Freitas Valle Filho, Lauro de Sá Dornelles e o vice, Oscar do Prado Souza. Os únicos dois mandatos integrais são os de Manoel de Freitas Valle e Lauro de Sá Dornelles, no período de 1905 a 1912.

O período instável, além do primeiro momento após a proclamação da República, ocorre entre 1921 e 1930, com aproximadamente um intendente a cada dois anos. É um

período onde ocorrem a guerra civil de 1923 e mobilizações militares em 1927 / 1928 e 1930. No período de 1925 a 1927 é o em que há mais troca de intendentes.

No exposto até aqui, identificam-se períodos de instabilidade política, períodos estes que coincidem com os períodos de guerra civil. Será possível relacionar a instabilidade administrativa, ou seja, a troca de intendentes, com uma possível pressão da oposição Federalista? Segundo Sérgio da Costa Franco, na eleição de maio de 1891, o Partido Republicano Federal reúne parlamentaristas da União Nacional e republicanos dissidentes; entre estes últimos, encontram-se os dois líderes alegretenses: Demétrio Ribeiro e João de Barros Cassal. O Partido Republicano Federal perde as eleições em nível estadual, obtendo 37% dos votos. Mas é vitorioso em oito municípios; entre eles, Alegrete, Dom Pedrito e Bagé.<sup>81</sup>

Para se ter uma ideia do posicionamento político dos alegretenses, o alistamento eleitoral de 1905 mostra que havia 802 votantes republicanos e 501 opositoristas. Isso equivale a, aproximadamente, 61% de governistas e 39% de contrários ao PRR. O índice de opositoristas é realmente superior à média dos três Distritos Eleitorais do Estado, que era próxima a 31%. Dentro do 2º Distrito Eleitoral, Alegrete é a cidade com os maiores índices de votantes da oposição. No 2º Distrito, estavam municípios como Quaraí, São Borja, Itaqui e Uruguaiana. Comparando com o 3º Distrito Eleitoral, aparecem cidades com maior índice de opositores do que Alegrete, como D. Pedrito, com 41% de opositores, Rosário do Sul, com 49% e São Gabriel, com 52%. Se for observado o número total de votantes, a quantidade maior de votantes opositores estava em Bagé (838), Livramento (649) e D. Pedrito (531). O resultado é que Alegrete fica em terceiro lugar, ao se considerar a porcentagem de votantes opositores e fica em quarto lugar, em relação ao número total de votantes contrários ao governo.<sup>82</sup>

Da obra de Hélió Trindade, extrai-se o quadro abaixo que demonstra os deputados alegretenses, seus partidos e o período em que exercem legislatura.<sup>83</sup> A quarta legislatura inicia em 1901 e a décima termina em 1928. No período em estudo, há quatro deputados alegretenses, dois republicanos e dois opositoristas. Manoel de Freitas Valle Filho (que é intendente de Alegrete e assume como vice-presidente do Estado, em 1908, ao lado de Carlos

---

<sup>81</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. **O Partido Federalista**. In: República Velha (1889-1930). Coordenação Geral Tau Golin, Nelson Boeira. Passo Fundo, Méritos, 2007. V.3, t.1,p.132s.

<sup>82</sup> Ibid. p.149.

<sup>83</sup> Nominata dos Deputados da Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul (1891 – 1930). In: TRINDADE, Hélió. **Poder Legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul: 1891 – 1937**. Porto Alegre, Sulina,1980.p.287.

Barbosa Gonçalves) aparece na lista dos deputados eleitos para assumir em 1909, mas, pelo que se sabe, não teria assumido. Da sétima legislatura (1913) em diante, a representação alegretense mantém dois deputados, um Republicano Rio-grandense (PRR) e um do Partido Federalista (PF).<sup>84</sup>

Quadro 2.5

## Deputados Estaduais de Alegrete (1901 – 1928)

Partido	Deputado	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª
PRR	João Benício da Silva	x	x	x				
PRR	José Fredolino Prunes				x	x	x	x
PF	Jorge da Silveira Pinto				x			
PF	Gaspar Saldanha					x	x	x

Fonte: Nominata dos Deputados da Assembléa dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul (1891 – 1930). In: TRINDADE, Hélio. Poder Legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul: 1891 – 1937. Porto Alegre, Sulina, 1980.p.287.

José Fredolino Prunes é deputado do PRR, Jorge da Silveira Pinto e Gaspar Saldanha representam os Federalistas. Existem debates interessantes dos deputados alegretenses nos Anais da Assembléa Legislativa, principalmente, tratando de assuntos eleitorais em momentos próximos a eleições. A ideia de relacionar Alegrete à oposição “maragata” vem, possivelmente, do fato de conseguir eleger deputados por aproximadamente 16 anos. Segundo Hélio Trindade, a oposição ao PRR elege um deputado estadual para 1913, Jorge da Silveira Pinto. Para 1917, elege dois e um deles é Gaspar Saldanha. Entre 1921 e 1928, são três deputados da oposição, entre eles está Gaspar Saldanha.

No Congresso Federalista que acontece em Porto Alegre, em março de 1917, para o Diretório Central do partido, é eleito, como membro, o alegretense Coronel Vasco Alves Nunes Pereira.<sup>85</sup> Na eleição de 1922, para Presidente do Estado, Vasco Alves é assassinado

<sup>84</sup> De acordo com Hélio Trindade na obra citada: Segunda legislatura: 1892 -1896, terceira legislatura: 1897 – 1900, quarta legislatura: 1901 – 1904, quinta legislatura: 1905 – 1908, sexta legislatura: 1909 – 1912, sétima legislatura: 1913 – 1916, oitava legislatura: 1917 – 1920, nona legislatura: 1921 – 1924, décima legislatura: 1925 – 1928, décima primeira legislatura: 1929 – 1932.

Sergio da Costa Franco escreve que, no pleito de 1906, foram eleitos, pela primeira vez, três deputados federalistas. O primeiro problema é que o ano não confere com os descritos por Hélio Trindade e alguns conferidos nos Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; em segundo, os nomes que Sérgio apresenta como deputados federalistas não constam na lista dos deputados, apresentada por Hélio; em terceiro lugar, o deputado Pedro Moacyr, apresentado por Sergio Franco como federalista, aparece na lista de Hélio como republicano; e, por fim, o mesmo Pedro Moacyr é destacado como sendo deputado federal por Sergio da Costa Franco.

<sup>85</sup> FRANCO, Sergio da Costa. **O Partido Federalista**. In: Republica Velha (1889-1930). Coordenação Geral Tau Golin, Nelson Boeira. Passo Fundo, Méritos, 2007. V.3, t.1.p.160.

durante a contagem dos votos, dentro do prédio da Intendência municipal.<sup>86</sup> O período antecedente e posterior ao pleito é muito conturbado, e, no ano seguinte, explode a guerra civil. Embora sejam questionados os dados e informações, o que sabemos é que os governistas ganham as eleições em todas as cidades. A tabela abaixo demonstra o número de votos para cada partido em algumas cidades do Estado.

Tabela 2.1

Resultado das eleições de 1922 para  
Presidente do Estado do Rio Grande do Sul.  
Número de votos por candidato e respectiva porcentagem.

Cidades	Borges de Medeiros	Assis Brasil
Alegrete	531 – 68%	244 – 32%
Bagé	3.309 – 72%	1.284 – 28%
Caçapava	712 – 52%	682 – 48%
Camaquã	362 – 56%	282 – 44%
Canguçu	948 – 56%	745 – 44%
Encruzilhada	684 – 58%	502 – 42%
Erval	386 – 64%	223 – 36%
Quaraí	723 – 66%	373 – 34%
Uruguaiana	1.270 – 59%	883 – 41%

Fonte: FON SECA, Pedro Cezar Dutra. RS: Economia e conflitos políticos na República Velha. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983 p.110.

O município que apresenta o maior número de votos para o candidato da oposição (Assis Brasil) é Bagé, seguido por Uruguaiana, Canguçu, Caçapava, Encruzilhada, Quaraí, Camaquã e, em oitavo lugar, Alegrete, com 244 votos. Mesmo em relação a municípios próximos, como Quaraí, Uruguaiana e Bagé, Alegrete fica atrás. É exagerada a afirmação de Flores da Cunha quando está em Alegrete, em 1923: “Aqui nesta cidade até as pedras são contra o governo!”<sup>87</sup> Em Uruguaiana, onde Flores da Cunha era Intendente, havia mais libertadores (maragatos).

Durante a República Velha, é na Campanha sudoeste que predomina a atividade econômica da pecuária. Como já escrito no início do texto, depois do período conturbado de transição do Império para a República, Alegrete apresenta um progresso econômico, chegando a possuir o maior rebanho de gado bovino do Brasil. Como há períodos de instabilidade política, procura-se observar o comportamento econômico do município. Dos Relatórios dos Intendentes e do “Município de Alegrete”, são extraídos os números sobre a

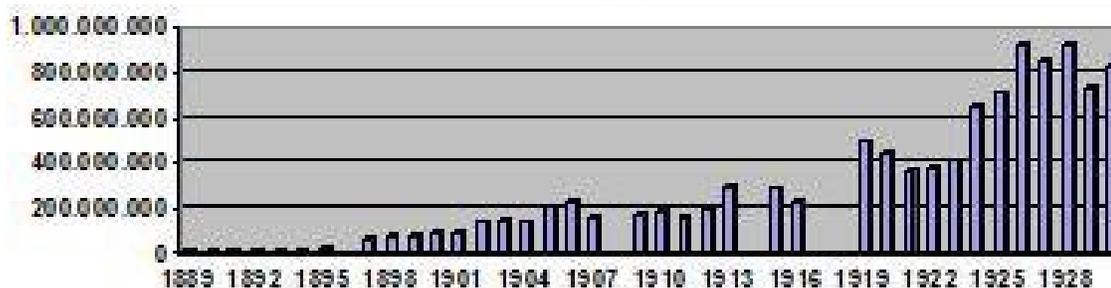
<sup>86</sup> Ver: FAGUNDES, Antonio Augusto. **O Combate da Ponte do Ibirapuitã (Revolução de 1923)**. Porto Alegre: Martins Livreiro;1982.p.26.

<sup>87</sup> FREITAS, Antonio Saint Pastous de. **Páginas da Vida**. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1972.p.69

arrecadação municipal. Destaca-se a arrecadação total do município no período. Em 1896, não há escrituração. Não são encontrados os registros sobre 1908. Nos anos de 1914 e 1917, estão registrados somente os primeiros semestres.

Gráfico 01

## Arrecadação do Município de Alegrete



É possível identificar, pelo gráfico, três momentos da arrecadação: um primeiro momento, que compreende os anos de 1889 a 1897; um segundo momento, que compreende os anos de 1898 a 1917; e um terceiro momento, que compreende os anos de 1919 a 1930. A explicação possível é que sejam variações cambiais. Em cada um dos três momentos, observa-se uma tendência progressiva na arrecadação, com uma rápida queda nos anos finais. No período entre 1898 e 1917, existe certo equilíbrio, uma continuidade proporcional nos índices. É notório o grande crescimento econômico do período que compreende 1919 a 1930.

Em 1908, Ernesto Antonio L. Cunha destaca que: “Existem no município 300.000 cabeças de gado *vaccun*; 50.000 de *cavallar*; 115.000 de lanígero; e 1.000 de muar. A exportação de gado se faz para os saladeiros da cidade de Quarahy, para os da barra do rio do mesmo nome e para a cidade de Sant’Ana do Livramento.”<sup>88</sup> Segundo o autor, a indústria fabril é pouco desenvolvida, havendo apenas uma fábrica de massas, duas de cerveja e várias olarias. O comércio é próspero e a produção do município é exportada para fronteira. Importa do interior do Estado e do Rio da Prata.

Hemetério da Silveira comenta que o município de Alegrete é reduzido após a emancipação de três povoações. Sobre as três povoações que têm origem a partir de Alegrete, o autor afirma que se tornam mais importantes que a antiga sede: “Uruguaiana, que desde sua elevação à vila, preparava-se para levar vantagem sobre Alegrete, conseguiu-a por fim.” Hemetério aponta ainda que Livramento é mais populosa e importante do que Alegrete,

<sup>88</sup> CUNHA, Ernesto Antonio L. **O Rio Grande do Sul: Contribuição para o estudo de suas condições econômicas**. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1908.p.110.

devido à condição de fronteira e mesmo Quaraí, embora um pouco menor, possui mais importância devido à fronteira e ao Saladeiro.<sup>89</sup>

Em 1920, dos 10 maiores produtores de gado bovino do Estado, 8 são da campanha, entre estes, o primeiro lugar é ocupado por produtor de Alegrete. Em relação ao gado equino, Alegrete também ocupa o primeiro lugar.<sup>90</sup> Em 1922, a “Revista Máscara” apresenta o seguinte texto: “Cidade de Alegrete – Entre as mais ricas e florescentes cidades de nosso interior, a de Alegrete ocupa indiscutivelmente um dos primeiros lugares, pela sua cultura, comércio e riqueza.”<sup>91</sup> Ainda de acordo com a Revista, a cidade conta com mais de 1.500 prédios, entre eles: Igreja Matriz, Capela do Divino, Casa de Caridade, Teatro 13 de Maio, Intendência, Casino Alegretense, Beneficência Italiana, Quartel das Tropas Federais etc. A edificação está dividida em mais de 30 ruas muito bem conservadas. Existem quatro belos jardins públicos e, desde 1908, a cidade é iluminada por luz elétrica. Pela situação estratégica, é sede de um forte contingente militar. A população do município é de 30.000 e a da cidade orça em 12.000 pessoas. A principal indústria é a pastoril.

Embora tendo como principal economia a pecuária, a urbanização também é uma das características da região na passagem do século XIX para o século XX. Sobre as atividades econômicas urbanas em Alegrete, Alfredo R. da Costa destaca que, no ano de 1922, além de várias oficinas, existiam na cidade 08 fábricas: 01 fábrica de moer café, 01 fábrica de massa, 01 fábrica de conservas, 01 fábrica de mosaicos, 01 fábrica de gasosa, 02 fábricas de sabão e 01 de fogos de artifício.<sup>92</sup>

Sandra J. Pesavento alerta para o cuidado que se deve ter com as fontes sobre a industrialização no Rio Grande do Sul. Segundo a pesquisadora, a indústria é forma histórica de produção capitalista, caracterizada pela introdução da tecnologia na produção e acarretando a perda do controle do trabalhador sobre o processo produtivo.<sup>93</sup> As fontes estatísticas do início do século XX apresentam como Fábrica e Indústria, tanto as próprias fábricas e indústrias, como as oficinas artesanais e as manufaturas. Nos documentos analisados, são consideradas indústrias as unidades de produção doméstico-artesanais, que empregam mão-de-obra familiar e que não utilizam maquinaria.<sup>94</sup> Classificar todos os

---

<sup>89</sup> SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. Op. Cit. p.399.

<sup>90</sup> FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Op. Cit. p.425.

<sup>91</sup> REVISTA MÁSCARA, Número Comemorativo do centenário de independência do Brasil. Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Livraria O Globo, 1922.

<sup>92</sup> COSTA, Alfredo R.. da. Op. Cit. p. 336.

<sup>93</sup> PESAVENTO, Sandra J. **Os industriais da República**. Porto Alegre: IEL, 1991.p.15.

<sup>94</sup> Ibid. p.63.

empreendimentos como indústria pode ser um indício de distorção ideológica da realidade, conforme o que complementa Sandra Pesavento.<sup>95</sup>

A compreensão da situação ocupacional da população alegretense é possível através da comparação com a realidade da época. Para estabelecer parâmetros para comparação, buscou-se analisar as informações dos censos de 1920. Em 1920, a distribuição da população do Rio Grande do Sul, de acordo com os setores econômicos, era a seguinte: 3,88% na Indústria, 4,46% no setor de Serviços e 72,70% em Diversos. Em Porto Alegre, a população estava dividida assim: 11,64% na indústria, 14,91% em Serviços e 68% em Diversos. A cidade de Rio Grande possuía a seguinte realidade: 12,21% na indústria, 13,92% em Serviços e 64% em Diversos. A ocupação da população de Alegrete estava assim distribuída: 6,09% na indústria, 5,67% em Serviços e 71,68% em Diversos. Os números mostram que o município possuía índices superiores à média do Estado em relação à proporção da população ocupada na indústria e no setor de serviços. É interessante comparar a mesma situação a nível regional.

Tabela 2.2  
Ocupação econômica da população das diversas cidades

Cidades	Indústria	Serviços	Diversos	População total na indústria
Uruguaiana	7,28%	7,73%	69,94%	2.379
Alegrete	6,09%	5,67%	71,68%	2.031
Livramento	6,05%	7,64%	69,71%	2.266
Itaqui	6,02%	5,52%	73,46%	964
Bagé	5,90%	6,14%	70,21%	2.741
São Gabriel	5,03%	5,52%	71,95%	1.433
Quarai	4,20%	4,70%	75%	599
D.Pedrito	3,81%	4,50%	71,61%	673
São Borja	3,50%	3,67%	75,87%	820
Rosário do Sul	3,35%	3,89%	72,33%	632
Cruz Alta	3,31%	5,20%	71,70%	1.394
São Francisco	2,15%	2,18%	74,58%	432

Fonte: Censos do RS: 1803 – 1950. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Fundação de Economia e Estatística, 1981.p.133.

Das 12 cidades da amostra acima, as 07 primeiras apresentam índices superiores à média do Estado: Uruguaiana, Alegrete, Livramento, Itaqui, Bagé, São Gabriel e Quarai. Alegrete era a segunda com a porcentagem da população exercendo atividade econômica no ramo industrial, atrás somente de Uruguaiana.

<sup>95</sup> Ibid. p.66.

Em números absolutos, a ordem é modificada e a população estimada exercendo atividade na indústria apresenta-se da seguinte forma: 1º - Bagé, com 2.741 “operários”, 2º - Uruguaiana, com 2.379 “operários”, 3º - Livramento, com 2.266, 4º - Alegrete, com 2.031 “operários”, 5º - São Gabriel, com 1.433, 6º - Cruz Alta, com 1.394 “operários” e em 7º - Itaqui, com 964 “operários”.

É possível apresentar a divisão mais detalhada da população da cidade de Alegrete nos setores da economia. A tabela a seguir destaca a distribuição da população de Alegrete entre indústria, o que pode ser definido como serviços que são: transportes, comércio, força pública, administração e profissionais liberais. Um outro ramo denominado “Diversos”, exploração do solo e exploração mineral. Dentro do “Diversos”, imagina-se que podem estar os trabalhadores jornaleiros, diaristas, peões, entre outros. A exploração do solo confunde-se com exploração mineral, porém a exploração do solo possivelmente possa ser a agricultura e a exploração mineral a cantaria (extração de pedras), entre outras. A tabela apresenta também os números referentes à população masculina e feminina, apresentando as ocupações que as mulheres exerciam.

Quadro 2.6

Ocupação da população de Alegrete nos diversos setores da economia.

Setor	Homens	Mulheres	Total
<b>Indústria</b>	1.087	964	<b>2.031</b>
<b>Transporte</b>	396	03	<b>399</b>
<b>Comércio</b>	714	16	<b>730</b>
<b>Força Pública</b>	274	-	<b>274</b>
<b>Administração</b>	175	30	<b>205</b>
<b>Profissionais Liberais</b>	189	94	<b>283</b>
<b>Diversos</b>	8.787	15.107	<b>23.894</b>
<b>Exploração do Solo</b>	4.843	511	<b>5.359</b>
<b>Exploração Mineral</b>	155	-	<b>155</b>
<b>Total</b>	<b>16.605</b>	<b>16.725</b>	<b>33.330</b>

Fonte: Censos do RS: 1803 – 1950. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Fundação de Economia e Estatística, 1981.p.133.

No município, a grande maioria dos trabalhadores concentra-se na categoria “Diversos”. Como a maioria da população vive na zona rural e os trabalhadores na agricultura já estão representados, especula-se que a categoria “diversos” inclua peões, jornaleiros e outras atividades. Na cidade, entre as profissões urbanas, a mais significativa é dos

trabalhadores na indústria. Em segundo lugar, aparece o setor de Serviços, com um total de 1.891 trabalhadores. Se analisados em separado, percebe-se que os trabalhadores na indústria são bem superiores em número a qualquer uma das outras categorias. É importante lembrar que “indústrias” podem ser empresas familiares e artesanais, também designadas por oficinas. A “Força Pública” e “Administração” podem ser os servidores públicos tanto municipais, quanto estaduais ou federais, que somam 479. O setor em que existe equilíbrio entre homens e mulheres é o industrial e, depois, entre os profissionais liberais. A maioria das mulheres estava classificada entre os “Diversos”; quer dizer, neste segmento elas eram a maioria, aproximadamente o dobro.



Figura 02 – Foto da rua Vasco Alves, a partir da Torre da Igreja Matriz para o Oeste.  
 Fonte: COSTA, Alfredo R. da. *Obra histórica, descritiva e ilustrada Rio Grande do Sul (Completo estudo sobre o Estado) Volume II*. 1922. Livraria O Globo. Porto Alegre. p.332

Hemetério José Veloso da Silveira escreve que, em 1908, a cidade de Alegrete possuía vinte e nove ruas, sendo 13 de norte a sul e 16 de leste a oeste. Destaca a existência das estações telegráfica e da estrada de ferro, a agência do correio, a igreja matriz, o teatro, o jornal Gazeta de Alegrete, a Santa Casa, os quartéis. Apresenta também a quantidade de empresas comerciais, artesanais e de profissionais liberais.<sup>96</sup>

Em 1922, Alfredo da Costa frisa que “Alegrete é uma das boas e futuras (sic) cidades da campanha do Estado.” A cidade tem de norte a sul 1.800 metros e de leste a oeste 1.200 metros. São 33 ruas bem delineadas. Segundo o autor: “As ruas principais denominam-se: Ypiranga, Andradas, General Victorino e Mariz e Barros. Nestas, está a vida local – as principais casas comerciais, hotéis, todas as repartições públicas, os melhores prédios (...)”<sup>97</sup> Conta 1.959 prédios, sendo 11 sobrados, 15 assobradados e 1933 térreos. A cidade é movimentada, sede de um importante município pastoril do Estado, conta com regular serviço de veículos, a estação férrea tem grande movimento, possui rede telefônica, estação telegráfica, rede postal diária, filiais dos bancos Pelotense, Nacional do Comércio e da Província; a água é distribuída por pipas, existem mais de 1.000 veículos, sendo 150 automóveis.<sup>98</sup>

<sup>96</sup> SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. Op. Cit. p.398.

<sup>97</sup> COSTA, Alfredo R. da. Op. Cit. p.334.

<sup>98</sup> Ibid. p.333s.



Figura 03 – Fotografia de Alegrete (Praça 15 de Novembro). Início da década de 1930.  
Fonte: Alegrete em fotos. Stop Fotos Vídeos e Presentes. Alegrete, 2007.

A figura abaixo representa a planta da cidade:



Figura 04 – Planta da cidade de Alegrete (apresentada ao Governo do Estado em 1927)  
Fonte: BRITO, Saturnino de. Projetos e Relatórios: saneamento de Santana do Livramento, S. Leopoldo, Uruguai, S. Gabriel, Irai e Alegrete. Obras completas de Saturnino de Brito. Volume XII. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1944. Imprensa nacional. p.272.A.

O quadro preto, no centro da imagem acima, representa a Praça Central, na época denominada 15 de Novembro.

### 3.3.1 Mercado de Trabalho: iniciativa privada

Sabe-se que, após a segunda metade do século XIX, a cidade de Alegrete entra no processo de urbanização e transparece a carência de mão-de-obra, entrave para a constituição do mercado local. Na passagem da Monarquia para a República, percebem-se alguns elementos “progressistas” e “modernizadores” em Alegrete: abolicionismo e imigrantismo. Após a “liberalização” da mão-de-obra e da presença de trabalhadores imigrantes, surge a curiosidade de conhecer o mercado de trabalho local, a partir da iniciativa privada.

José Antônio Segatto diz que, no Brasil, não há o mesmo processo de desenvolvimento das unidades produtivas como há na Europa. Segundo ele, aqui conviviam formas distintas; ou seja: ao mesmo tempo em que existiam manufaturas, capitais excedentes eram aplicados na industrialização de produtos diversos, que não os próprios manufaturados necessariamente. Neste processo de formação industrial, era enorme a quantidade de pequenas indústrias ou pequenas oficinas artesanais de fundo de quintal. Elas constituíam numericamente a maioria. Sobre a industrialização de São Paulo em 1901, escreve o autor: “É incalculável o número de tendas, de sapatarias, marcenarias, fábricas de massas, graxas, óleos, de tintas de escrever, fundição, tinturarias, fábricas de calçados, manufaturas de roupas e chapéus, que funcionavam em estalagens, em fundos de armazéns (...)”.<sup>99</sup>

Sobre a industrialização no Rio Grande do Sul, Sandra Pesavento escreve que, durante a República Velha, o parque industrial rio-grandense era composto por um grande número de pequenas empresas, com reduzido capital, caracterizadas pela presença do trabalho artesanal com o mínimo uso de máquinas. A maioria das empresas trabalhava com beneficiamento de produtos de origem agropecuária ou de matéria-prima local.<sup>100</sup>

Pretende-se compreender o mercado de trabalho urbano de Alegrete, no período da República Velha, identificando continuidades e rupturas, construindo generalizações a partir da análise dos dados colhidos nos documentos. Especificamente, pretende-se conhecer o comportamento da economia urbana de Alegrete, investigando o aumento e queda do número de empreendimentos, identificando tipos de atividades econômicas urbanas e relacionando estas atividades aos imigrantes.

---

<sup>99</sup> SEGATTO, José Antônio. Op.cit. p.15.

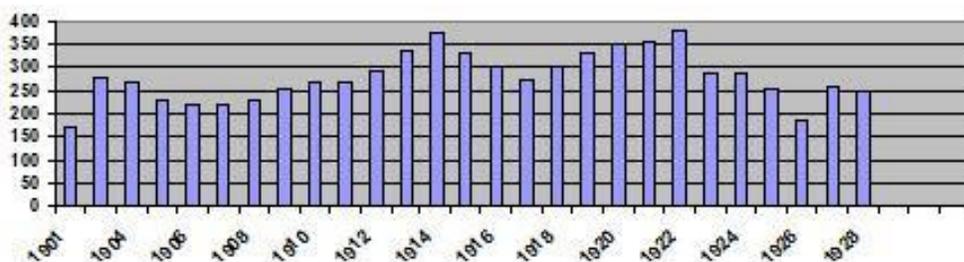
<sup>100</sup> PESAVENTO, Sandra J. **Os industriais da República**. Porto Alegre: IEL, 1991.p.230.

De acordo com Sandra Pesavento, as três formas ou modalidades de transformação de matéria-prima e beneficiamento dos produtos são: artesanato, manufatura e fábrica. Pelas características destas unidades produtivas, pode-se dizer que: artesanato é sinônimo de oficina e indústria, sinônimo de fábrica. São sinônimos porque possuem o mesmo nível tecnológico e forma de trabalho.<sup>101</sup>

Estes diferentes tipos de “organizações” econômicas não são vistos como etapas no sentido de evolução. Neste momento, não se pretende discutir questões políticas relacionadas às questões econômicas, mas fica evidente que se entende a existência de trabalhadores nas oficinas, na manufatura e na fábrica. Outra situação a ser esclarecida é que os trabalhadores no comércio e no setor de serviços também não são donos de máquinas e matéria-prima, vendem também sua força de trabalho.

A partir das informações extraídas dos registros, constrói-se o gráfico a seguir, para representar o desenvolvimento da economia urbana em Alegrete.

Gráfico 02



Fonte: Intendência Municipal de Alegrete, Livros de Cobrança de Impostos sobre Comercio, Indústria e Profissões (1901 -1928). Arquivo Histórico Municipal de Alegrete Miguel Jacques Trindade.

De 1901 a 1903, há um grande aumento no número de registros de comércio, indústria e profissões. Inicia-se um período de redução dos registros, que vai até 1907. De 1907 até 1914, há um progressivo aumento no número de registros. De 1914 a 1917, ocorre uma queda acentuada, recuperando-se novamente a partir de 1918, com recorde de registros em 1922. De 1922 a 1928, acontece uma progressiva queda nos registros da economia urbana.

O comportamento da economia urbana é semelhante à da economia geral do município, na primeira década do século XX. A queda registrada durante a primeira guerra, tanto na economia geral, quanto na economia urbana, demonstra uma possível relação entre as

<sup>101</sup> PESAVENTO, Sandra Jathay. **RS: agropecuária colonial & industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.p.15.

duas. O ano com o maior número de registros de empresas urbanas é 1922, ocorrendo um decréscimo a partir de 1923. Comparando com a economia geral do município, ocorre o contrário, é o período de elevação da arrecadação. Uma justificativa para isso é a política fiscal de Oswaldo Aranha, assim como aquela dos intendentess posteriores que não cobravam impostos de “Comércio, indústria e profissões”. Portanto, através desta fonte, não se pode saber se há aumento nos empreendimentos a partir de 1925.

Algumas “Fábricas” de Alegrete destacavam-se em nível Estadual. Na exposição estadual de 1901, são apresentados produtos industrializados no município: Medalha de ouro para o vinho de Tácito de Sá e Silva, medalha de prata para o vinho de José Milano, medalha de bronze para os queijos de Justo de Sá Brito, menção honrosa para as Massas de Sopa do Moinho Santo Antônio e menção honrosa para o Sabão de João Bonvicino.<sup>102</sup>

O relato feito por Araújo Filho demonstra que havia algumas pequenas fábricas produzindo para o mercado local e regional, assim como oficinas para o abastecimento especificamente local. O autor escreve que, entre os industriais fabris do município, o primeiro lugar era ocupado pelo vinicultor Tácito de Sá e Silva. Seus vinhos eram consumidos na região, sendo que pequena quantidade era exportada para Montevidéu. Eram outros fabricantes em menor escala: José Milano, José de Carvalho Portella, Agostinho Bilier, Caetano Peluzzo e José Pinto da Trindade.<sup>103</sup>

A indústria de laticínios também é experimentada no município; Justo de Sá Brito criou, na estância Ibirapuitã, a fábrica *Tyrol Brasileiro*, produzindo queijos. Luiz Araújo Filho acusa a falta de trabalhadores qualificados para tocar a fábrica: “Infelizmente, esta utilíssima fábrica tem interrompido seus trabalhos e aguarda a aquisição de pessoal competente de serviço para reencetá-los.”<sup>104</sup>

Em 1906, Alfredo Carvalho funda a Fábrica Progresso, de café, que é instalada na Praça 15 de Novembro. O desenvolvimento do empreendimento fica registrado na seguinte passagem:

Os produtos deste estabelecimento gozam da melhor aceitação no município, tanto assim que o Sr. Carvalho, que a princípio fazia mover seus aparelhos por esforço manual, viu-se logo necessitado de empregar um motor a gasolina, da força de dois cavalos, para poder atender a demanda dos produtos de sua acreditada fábrica.<sup>105</sup>

---

<sup>102</sup> ARAÚJO FILHO, Luiz. Op. Cit. p.200.

<sup>103</sup> Ibid. p.197s.

<sup>104</sup> Ibid. p.199.

<sup>105</sup> ARAÚJO FILHO, Luiz. Op. Cit. p.199.

O antigo prédio do extinto moinho Santo Antônio é arrendado, desde 1899, a Francisco Canepa para a instalação de uma fábrica de massas. O capital empregado era de 30:000\$000, e a força motriz, proveniente de uma máquina a vapor de 12 cavalos que produzia 500 quilos de massas por dia. Além de abastecer o município, exportava para Quaraí, Uruguaiana, Livramento, S. Francisco de Assis, Santa Maria e outros.<sup>106</sup> A marcenaria do Sr. Antonio S. Leães trabalhava na confecção de mobília, aberturas, alguns carros e tilburys. Araújo Filho descreve a oficina, em 1908: “O Sr. Leães ultimamente fez aquisição de um motor a vapor, da força de 03 cavalos, para dar movimento às diversas máquinas de serrar, furar, entalhar etc., que emprega em sua bem montada oficina, - a única do seu gênero que, atualmente, faz uso do vapor.”<sup>107</sup>

As informações acessíveis e os tipos de documentos de que se utiliza, permitem uma classificação residual das atividades econômicas urbanas contidas nos livros de cobrança de impostos. As atividades econômicas são classificadas, de um modo geral, em Setor Primário (produção de matéria prima e extrativismo), Setor Secundário (transformação da matéria-prima: artesãos, oficinas, manufaturas e indústria), Setor Terciário (Serviços: comércio etc.).<sup>108</sup>

De forma simplificada, as atividades econômicas poderiam apresentar-se em dois grandes grupos: Serviços e Oficinas. Em Serviços, estariam comércio, serviços, profissões. Em Oficinas, estariam dispostas as oficinas propriamente ditas, artesanatos e fábricas. Para melhor detalhar os empreendimentos, prefere-se uma estratificação mais ampliada. A classificação por tipo de atividade econômica fica dividida em cinco grupos: Comércio, Serviços, Ofícios, Profissões e Fábricas. Comércio é toda atividade de venda de algum objeto ou produto material (Armazém, farmácia, drogaria, açougue, botequim, Barraca de Frutos etc.); Serviços ou Prestação de serviços são aquelas atividades onde é vendido um “serviço” (Hotel, pensão, restaurante, barbearia, Clubes, Depósitos, Bancos, Cartórios etc.); Como

---

<sup>106</sup> Idem.

<sup>107</sup> Ibid. p.204.

<sup>108</sup> Claus Offe escreve que geralmente a literatura não define conceitualmente o “Setor de Serviços”. Chama-se “Serviços” tudo o que não for classificado nem como produção primária, nem de transformação. O autor diz que o Setor de Serviços é “uma produção parcial e certificação da forma.” Claus utiliza a definição conceitual de “Reprodução das estruturas formais” para o setor de Serviços, afirmando que este: “(...) compreende a manutenção das condições físicas da vida social, do sistema de normas culturais e legais, a transmissão e o desenvolvimento do acervo de conhecimento de uma sociedade, seus sistemas de informação e circulação.” Em fim, não será utilizada a conceituação de Claus porque as fontes não permitem explorar os aspectos internos e a divisão técnica das empresas relacionadas nas fontes. Utiliza-se da classificação “vulgar” e que ele chama de “Residual”. Ver: OFFE, Claus. **Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da Sociedade do Trabalho**. Tradução de Gustavo Beyer e Argit Marincic. Ri de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1991. Vol.II. p.15.

profissões são apresentadas as atividades profissionais (oficial de pedreiro, advogado, médico, pintor, dentista etc.). As oficinas são as atividades artesanais (sapateiros, alfaiates, marceneiros, ferreiros, entre outros.). Fábricas são aquelas atividades produtivas onde é empregada força motriz (máquinas), são pequenas manufaturas.

**Quadro 2.7**  
Número de Registros Classificados por atividades Econômicas Urbanas.

Ano	1901	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913
Comércio	66	118	126	118	118	123	120	136	130	151	149	192
Serviços Diversos	28	42	17	19	28	32	31	23	41	16	50	66
Ofícios	51	78	76	71	55	56	58	66	68	76	68	62
Profissões	26	37	44	20	15	16	15	25	23	18	23	12
Fábricas	02	04	04	03	03	04	05	04	04	07	04	06
Total de registros	173	279	267	231	219	231	229	255	266	268	294	338

Ano	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925
Comércio	213	178	149	143	158	176	180	177	184	145	140	115
Serviços Diversos	72	70	67	48	47	50	69	82	85	58	64	78
Ofícios	69	67	60	59	61	69	66	67	67	51	58	31
Profissões	17	11	21	21	32	27	26	18	29	28	21	25
Fábricas	05	04	04	03	05	07	08	09	13	05	06	04
Total de registros	376	330	301	274	303	329	349	353	378	287	289	253

Fonte: Intendência Municipal de Alegrete. Livros de Cobrança de Impostos Sobre Comércio, Indústria e Profissões (1901 – 1925).

Os números absolutos apresentam uma ideia quantificada das características da economia urbana no período da República Velha em Alegrete. Os registros mostram que os ofícios artesanais têm uma grande incidência entre 1903 e 1905, quando apresentam uma queda nos registros, recuperando um progresso no período entre 1909 e 1922 com certa estabilidade, especialmente durante e após a Primeira Guerra Mundial. No caso dos registros de fábricas, há uma estabilidade nas duas primeiras décadas, com uma notória elevação no período posterior à Guerra Mundial, com uma grande incidência no ano de 1922. A frequência média também permite um melhor entendimento da participação dos diferentes setores econômicos. O fim da Guerra Mundial proporciona um crescimento econômico para o município, tanto na economia geral, como na urbana. A tabela a seguir demonstra os setores econômicos urbanos em termos percentuais.

Tabela 2.3

Porcentagem dos registros de acordo com a atividade econômica urbana. (1901-1925).

Ano	1901	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913
Comércio	38%	42%	47%	51%	53%	53%	52%	53%	48%	56%	50%	56%
Serviços Diversos	16%	15%	06%	08%	12%	13%	13%	09%	15%	05%	17%	19%
Ofícios	29%	27%	28%	30%	25%	24%	25%	25%	25%	28%	23%	18%
Profissões	15%	13%	16%	08%	06%	06%	06%	09%	08%	06%	07%	03%
Fábricas	1%	01%	01%	01%	01%	01%	02%	01%	01%	02%	01%	01%
Total de registros	99%	98%	98%	98%	97%	97%	98%	97%	97%	97%	98%	97%

Ano	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925
Comércio	56%	53%	49%	52%	52%	53%	51%	50%	48%	50%	48%	45%
Serviços Diversos	19%	21%	22%	17%	15%	15%	19%	23%	22%	20%	22%	30%
Ofícios	18%	20%	19%	21%	20%	20%	18%	18%	17%	17%	20%	12%
Profissões	04%	03%	06%	07%	10%	08%	07%	05%	07%	09%	07%	09%
Fábricas	01%	01%	01%	01%	01%	02%	02%	02%	03%	01%	02%	01%
Total de registros	98%	98%	97%	98%	98%	98%	97%	98%	97%	97%	99%	97%

Fonte: Intendência Municipal de Alegrete. Livros de Registros de Cobrança de Impostos Sobre Comércio, Indústria e Profissões (1901-1925).

A maior participação do ramo de comércio na economia urbana local ocorre nos anos de 1911, 1913 e 1914. O ano dos Serviços é 1925, 1905 é o ano dos ofícios e 1904 é o das profissões. O ano das fábricas é 1922. Explorando os livros de impostos, é possível verificar dados sobre algumas fábricas, ano por ano.

Quadro 2.8.a

<b>Ano</b>	<b>Fábrica e Proprietário.</b>
1901	Fábrica de Madeiras de Francisco Pereira dos Santos; Fábrica de Sabão de Guilherme Fernandes.
1903	Fábrica de Fogos de Artificio de Boaventura Joaquim Barbosa; Fábrica de Fogos de Artificio de José Hipólito da Silva; Fábrica de Cerveja de Gustavo Guelzer; Fábrica de Sabão de João Bonvicini.
1904	Fábrica de Cerveja de Antonio Sarubi; Fábrica de Fogos de Artificio de Boaventura Joaquim Barbosa; Fábrica de Cerveja de Gustavo Guelzer; Fábrica de Sabão de João Bonvicini.
1905	Fábrica de Cerveja de Antonio Sarubi; Fábrica de Cerveja de Gustavo Guelzer; Fábrica de Fogos de Artificio de José Hipólito da Silva.
1906	Fábrica de Cerveja de Antonio Sarubi; Fábrica de Caixões Fúnebres de José Antonio da Silveira; Fábrica de Cerveja de Frederico Grosscopp Nogueira.
1907	Fábrica de Cerveja de Antonio Sarubi; Fábrica de Moer Café de Abrilino Moreira Cezar; Fábrica de Caixões Fúnebres de José Antonio da Silveira; Fábrica de Fogos de Artificio de José Hipólito da Silva.
1908	Fábrica de Caixões Fúnebres de José Antonio da Silveira; Fábrica de Doces de Pedro Koch; Fábrica de Fogos de Artificio de José Hipólito da Silva; Fábrica de Massas de Francisco Caneppa; Fábrica de Cerveja de Manoel Martins.
1909	Fábrica de Fogos de Artificio de Boaventura Joaquim Barbosa; Fábrica de Fogos de Artificio de José Hipólito da Silva; Fábrica de Massas de Francisco Caneppa; Fábrica de Sabão de João Orenço.
1910	Fábrica de Cerveja de Antonio Sarubi; Fábrica de Fogos de Artificio de Boaventura Joaquim Barbosa; Fábrica de Fogos de Artificio de José Hipólito da Silva; Fábrica de Massas de Francisco Caneppa.
1911	Fábrica de Cerveja de Antonio Sarubi; Fábrica de Moer Café de Alfredo Silva Leal; Fábrica de Fogos de Artificio de Boaventura Joaquim Barbosa; Fábrica de Fogos de Artificio de José Hipólito da Silva; Fábrica de Massas de Francisco Caneppa; Fábrica de Sabão de João Orenço; Fábrica de Beneficiar Café de Quirino Monges Doria.
1912	Fábrica de Gasosa de João Costa; Fábrica de Cerveja de Antonio Sarubi; Fábrica de Moer Café de Alfredo Silva Leal; Fábrica de Fogos de Artificio de Boaventura Joaquim Barbosa.
1913	Marcenaria a Vapor de Antonio Soares Leães; Fábrica de Moer Café de Alfredo Silva Leal; Fábrica de Cerveja de Antonio Sarubi; Fábrica de Fogos de Artificio de Boaventura Joaquim Barbosa; Fábrica de Massas de Francisco Caneppa; Fábrica de Malas de Francisco Caneppa.

Fonte: Elaboração própria a partir das informações dos Livros de Cobrança de impostos sobre Comércio, indústria e profissões da intendência Municipal de Alegrete.

Quadro 2.8b

1914	Fábrica de Gasosa de João Costa; Mercenaria a Vapor de Antonio Soares Leães; Fábrica de Fogos de Artificio de Boaventura Joaquim Barbosa; Fábrica de Massas de Francisco Caneppe; Fábrica de Malas de Francisco Caneppe.
1915	Fábrica de Gasosa de João Costa; Fábrica de Fogos de Artificio de Boaventura Joaquim Barbosa; Fábrica de Massas de Francisco Caneppe; Fábrica de Sabão de João Orenço, nos Subúrbios.
1916	Mercenaria a Vapor de Antonio Soares Leães; Fábrica de Fogos de Artificio de Boaventura Joaquim Barbosa; Fábrica de Café de Belmiro Antunes Maciel; Fábrica de Massas de Francisco Caneppe.
1917	Fábrica de Carros de José L. Figueroa; Fábrica de Fogos de Artificio de Boaventura Joaquim Barbosa; Fábrica de Massas de Francisco Caneppe.
1918	Fábrica de Carros de José L. Figueroa; Fábrica de Gasosa de Antonio Balamio; Fábrica de Fogos de Artificio de Boaventura Joaquim Barbosa; Fábrica de Café de Belmiro Antunes Maciel; Fábrica de Massas de Francisco Caneppe.
1919	Fábrica de Carros de José L. Figueroa; Fábrica de Mosaicos de Manoel Iglesias; Fábrica de Gelo de Américo Oliveira Santos; Fábrica de Fogos de Artificio de Boaventura Joaquim Barbosa; Fábrica de Sabão de Ricardo Fernandes Carus; Fábrica de Café de Belmiro Antunes Maciel; Fábrica de Massas de Francisco Caneppe.
1920	Fábrica de Carros de José L. Figueroa; Fábrica de Mosaicos de Manoel Iglesias; Fábrica de Gelo de Américo Oliveira Santos; Fábrica de Vinhos de Tácito de Sá e Silva; Fábrica de Fogos de Artificio de Boaventura Joaquim Barbosa; Fábrica de Sabão de Ricardo Fernandes Carus; Fábrica de Café de Belmiro Antunes Maciel; Fábrica de Massas de Francisco Caneppe.
1921	Fábrica de Mosaicos de Américo Oliveira Santos; Fábrica de Gasosa de Américo Oliveira Santos; Fábrica de Gelo de Américo Oliveira Santos; Fábrica de Vinhos de Tácito de Sá e Silva; Fábrica de Fogos de Artificio de Boaventura Joaquim Barbosa; Fábrica de Sabão de Ricardo Fernandes Carus; Fábrica de Café de Belmiro Antunes Maciel; Fábrica de Gasosa de Guilherme Utz; Fábrica de Sabão de José Manoel Moraes.
1922	Fábrica e Reforma de Carros de José Laudo Figueroa; Fábrica de Massas de Aldemar Alves Pereira; Fábrica de Moer Café de Aldemar Alves Pereira; Fábrica de Massas de José Moraes Coelho; Fábrica de Mosaico de Álvaro Ignácio de Medeiros; Fábrica de Fogos de Artificio de Boaventura Joaquim Barbosa; Fábrica de Sabão de Ricardo Fernandes Carus; Fábrica de Café de Belmiro Antunes Maciel; Oficina Ferraria a Vapor de Belmiro Antunes Maciel; Fábrica de Vinhos de Tácito de Sá e Silva; Fábrica de Gasosa de Guilherme Utz; Mercenaria a Vapor de Adolfo Fernandes Crespo; Fábrica de Sabão de José Manoel Moraes.
1923	Fábrica de Massas de Aldemar Alves Pereira; Fábrica de Moer Café de Aldemar Alves Pereira; Fábrica de Fogos de Artificio de Boaventura Joaquim Barbosa; Fábrica de Sabão de Ricardo Fernandes Carus; Fábrica de Torrar e Moer Café de Alberto Caferate.
1924	Fábrica de Massas de Aldemar Alves Pereira; Fábrica e Reforma de Carros de José Laudo Figueroa; Fábrica de Fogos de Artificio de Boaventura Joaquim Barbosa; Fábrica de Sabão de Ricardo Fernandes Carus; Fábrica de Torrar e Moer Café de Alberto Caferate; Fábrica de Sabão de José Schen.

Fonte: Elaboração própria a partir das informações dos Livros de Cobrança de impostos sobre Comércio, indústria e profissões da intendência Municipal de Alegrete.

No período, registram-se 15 tipos de fábricas, 06 de gêneros alimentícios. São 33 nomes, destes, 06 são italianos, 05 germânicos, 03 portugueses, 02 espanhóis e 01 uruguaio. Significa que 50% dos proprietários de fábricas são imigrantes. Destaque para Tácito de Sá e Silva, um dos fundadores do Partido Republicano em Alegrete; os Carus também são membros do Partido Republicano. Aldemar Alves Pereira, com duas fábricas, é filho do Coronel Vasco Alves Nunes Pereira (líder federalista em Alegrete) e neto de Vasco Alves Pereira (Barão de Sant'Ana do Livramento). Pertence a uma família de grandes pecuaristas na

cidade<sup>109</sup>. Os empresários “capitalistas” que possuíam maior número de fábricas, de acordo os registros, eram: Américo Oliveira dos Santos, com três fábricas (de moer café, de mosaico e de gelo); Francisco Canepa, com duas (de massas e de malas); Belmiro Antunes Maciel, com duas (de moer café e ferraria a vapor); Aldemar Alves Pereira, com duas (de moer café e de massas).

Como fica evidente nos números apresentados, o ano de 1922 é o que há um maior registro de atividades econômicas urbanas. Num primeiro momento, os números apresentados pela estatística Estadual, comparados com os números levantados nos registros da Intendência, não apresentam a mesma realidade. Porém, os registros da estatística eram gerais e não somente urbana, assim é possível aproximar-se do que realmente acontecia. Quem fazia a estatística era a Administração Municipal, a Intendência de Alegrete (segundo o Relatório de 1920) e passava as informações para o governo Estadual.<sup>110</sup>

Considerando que 1/3 (36%) da população era urbana, os números começam a fazer sentido; quer dizer, aproximam-se de uma realidade mais plausível. Os profissionais liberais totais da estatística, divididos por três, resultam em 34. É um número próximo a 29. Os trabalhadores na indústria, 2.031, divididos por três são 677, que, divididos por 80, resultam em 8,9 por empreendimento. Considerando que havia uma maior concentração de empreendimentos na cidade, 8,9 passam a ser um número plausível. Esta aproximação numérica vem para buscar uma maior confiabilidade na plausibilidade e congruência das informações dos livros de impostos.

Na força Pública, não havia mulheres, nem na Exploração Mineral. O número de mulheres era reduzido nos Transportes e no Comércio, melhorando um pouco a situação na

---

<sup>109</sup> República Federativa do Brasil. Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Especiais da Comarca de Alegrete. Oficial João Maurique. Livro C-12; Registro de óbito de Vasco Alves Nunes Pereira; número 388; p.194v e 195.

<sup>110</sup> Existe diferença nos números dos livros de cobrança de impostos sobre Indústria e profissões e os dados da Estatística referente ao ano de 1922. Como exemplo, tem-se o caso dos Profissionais liberais: nos livros de impostos existem 29, na estatística aparecem 283. É uma grande diferença, o que leva a crer que existem falhas nos livros de impostos, nos dados das estatísticas, ou nos dois. Como os livros de impostos apresentam uma regularidade nos registros, hipoteticamente estejam coerentes com a realidade tributada. Já os dados da Estatística, se comparados com as informações regionais, cruzando com outros dados demográficos, percebe-se também que se existirem erros, não sejam dos mais graves, apresentando uma realidade aproximada. Resta supor que nem tudo e todos eram tributados pela Intendência, e que havia profissionais e ou empreendimentos que não eram cadastrados e cobrados. A realidade era, possivelmente, mais diversa e em números superiores aos apresentados pelos livros de cobrança de impostos. É importante destacar que os números sobre comércio, indústria e profissões dos respectivos livros de cobrança de impostos são sobre a realidade urbana, e os dados da estatística são de todo o município.

Administração, nas Profissões Liberais e na Exploração do Solo. A categoria de serviço na qual as mulheres eram maioria absoluta, era “Diversos”.

Dos trabalhadores na indústria, o número de homens e mulheres era praticamente o mesmo. Somando oficinas e fábricas, havia 80 estabelecimentos. O resultado é uma média de 24 trabalhadores por empreendimento. Esta média é alta, considerando que, em outras cidades, as oficinas empregavam uma média de 5 trabalhadores, ou até menos. Será que não teriam sido cadastrados os empreendimentos pastoris como indústrias? No livro de cobrança de impostos, por outro lado, existe um número reduzido de oficinas e fábricas que eram as indústrias da época. No comércio, apresenta-se uma média de 3 trabalhadores por estabelecimento.

É elaborada uma média para o período de 1901 a 1925, possibilitando estabelecer generalizações:

**Tabela 2.4**  
Média Geral do Período.

Ano	Média total	Média percentual
Comércio	146	51%
Serviços/Diversos	49	17%
Ofícios	62	21%
Profissões	22	07%
Fábricas	05	01%
Total de registros	286	97%

Fonte: Intendência Municipal de Alegrete. Livros de Cobrança de Impostos sobre Comércio, Indústria e Profissões (1901-1925). Arquivo Histórico Municipal de Alegrete Miguel Jacques Trindade.

Os ofícios e fábricas apresentam um total de 24% das atividades econômicas, já o setor de serviços, de um modo geral, apresenta um total de 76% das atividades. Alegrete, no Período da República Velha (1889 – 1930), era uma cidade onde predominava o comércio, serviços e artesãos.

Um dos objetivos desta pesquisa é identificar e analisar a participação de imigrantes no mercado de trabalho e economia urbana de Alegrete no período em estudo. Para isso, procura-se identificar possíveis imigrantes e seus descendentes a partir dos nomes e sobrenomes. Procura-se identificar os nomes de possíveis italianos e alemães. A seguir, apresenta-se um quadro, onde os Possíveis Imigrantes Alemães e Italianos (PIAI) apresentam-se quantificados ano a ano.

## Quadro 2.9

## Número de Possíveis Imigrantes Alemães e Italianos (PIAI).

Ano	1901	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913	1914	1915
Nº PIAI	56	79	83	82	64	77	79	102	97	97	90	89	100	98
Total de registros	173	279	267	231	219	231	229	255	266	268	294	338	376	330

Ano	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928
Nº PIAI	100	93	96	99	88	91	94	88	91	97	29	44	48
Total de registros	301	274	308	329	349	353	378	287	289	253	183	259	249

Fonte: Intendência Municipal de Alegrete. Livros de Cobranças de Impostos Sobre Comércio, Indústria e Profissões (1901-1928).

Quantitativamente, o período de 1909 a 1919 é o que possui o maior número de registros de estabelecimentos comerciais, industriais e profissionais de possíveis imigrantes e/ou descendentes de alemães e italianos em Alegrete. Como os registros são projeções de um ano para o outro, o mais correto é afirmar que os anos entre 1908 e 1918 têm a maior presença de imigrantes participando de alguma atividade econômica urbana.

Tratando-se de proporcionalidade, em termos porcentuais, a presença imigrante varia 16% e 40 %. Há um período de ascensão dos registros no início do século XX, até, aproximadamente, 1909, ano em que ocorre a maior presença relativa (40%), estabilizando-se numa média de 35% no período que vai de 1909 a 1919, e decaindo nos anos subsequentes, com o registro de 16%, em 1926. É possível verificar que a primeira década do século XX é a que apresenta maior participação de nomes estrangeiros na economia urbana alegretense. O ano de 1909 é o ano em que aparece o maior número de registros, incidindo, inclusive, sobre a proporcionalidade (40%).

Por questões de tempo, procura-se analisar especificamente o ano de 1909. É possível observar em outras fontes e identificar, neste ano, a presença de imigrantes de outras nacionalidades. Abaixo, apresenta-se um Quadro onde é possível identificar as profissões e a participação dos possíveis imigrantes na economia urbana, no ano de 1909.<sup>111</sup>

<sup>111</sup> Fonte do Quadro 2.10: Intendência Municipal de Alegrete. Livro de Cobrança de Imposto Sobre Comércio Indústria e Profissões, nº 12, Ano 1909. Arquivo Histórico Municipal de Alegrete, Miguel Jacques Trindade. Alguns nomes foram confirmados enquanto imigrantes, ao serem cruzadas as informações com o Livro de “Termos de recusados cidadãos estrangeiros que não aceitaram naturalização brasileira”, (24-fev-1890/31-dez-1890). Câmara de Alegrete.

Quadro 2.10  
Número de Registros das profissões por nacionalidade (1909)

	Bras.	Ita.	Ala.	Franc.	Port.	Esp.	Arabe	Total
Comércio	55	18	07	03	03	08	01	94
Agrimensor	03	-	01	-	-	-	-	04
Sapataria	02	07	01	-	-	02	-	12
Dentista	01	-	-	-	-	-	-	01
Tipografia	-	-	-	-	-	01	-	01
Ferraria	03	04	02	-	-	-	-	09
Hotel	02	04	01	-	-	01	-	08
Baraca de Frutos	03	-	-	-	-	-	-	03
Pedreiro	01	06	01	-	-	-	-	08
Pedaria	03	01	-	01	-	02	-	07
Apoague	11	03	01	-	-	01	-	16
Carpintaria	03	-	02	-	-	-	-	06
Barbearia	04	04	-	-	-	-	-	08
Botequim	03	01	-	-	-	01	-	05
Armadoria Fardos	-	01	-	-	-	-	-	01
Candrio	01	-	-	-	-	-	-	01
Registro Hipotecário	01	-	-	-	-	-	-	01
Armadem Colonial	01	-	-	-	-	-	-	01
Mestre de Obras	-	03	-	-	-	-	-	03
Consórcio	01	-	-	-	-	-	-	01
Deposito de Madeiras	-	-	02	01	-	-	-	03
Funilheiro	01	03	-	-	-	-	-	04
Charqueador	06	-	-	-	-	-	-	06
Advogado	03	01	-	-	-	-	-	04
Médico	03	01	-	-	-	-	-	04
Marcenaria	02	01	01	-	-	-	-	04
Restaurante	01	-	-	-	-	-	-	01
Confeitaria	01	-	01	-	-	-	-	02
Registro Civil	01	-	-	-	-	-	-	01
Livraria	-	-	-	-	-	01	-	01
Oficina Encadernação	-	-	-	-	-	01	-	01
Farmácia	03	-	-	-	-	01	-	04
Cigarraria	01	-	-	-	-	-	-	01
Relojoeiro	-	-	02	-	-	-	-	02
Perfumaria	02	-	-	-	-	-	-	02
Alfaiataria	-	05	-	-	-	-	-	05
Dentista	01	-	-	-	-	-	-	01
Ourivesaria	01	-	02	-	-	-	-	03
Deposito de Cal	01	01	01	-	-	-	-	03
Agencia de Leilões	-	-	-	-	01	-	-	01
Fabrica de Fogos	01	-	-	-	01	-	-	02
Empresa de Telefones	-	-	-	-	-	01	-	01
Saleiro	01	-	-	-	-	-	-	01
Pintor	01	-	-	-	-	-	-	01
Tamanqueiro	01	-	-	-	-	-	-	01
Fabrica de Massas	-	01	-	-	-	-	-	01
Claria	04	-	-	-	-	-	-	04
Fotografo	-	01	-	-	-	-	-	01
Total	133	66	25	05	05	20	01	255

Fonte: Intendência Municipal de Alegrete. Livro de Cobrança de Imposto Sobre Comercio Industria e Profissões, nº 12, Ano 1909. Arquivo Histórico Municipal de Alegrete Miguel Jacques Trindade.

Somente pela grafia dos nomes são identificados 102 possíveis descendentes de italianos e alemães no ano de 1909. Utilizando uma lista de estrangeiros de 1890, é possível identificar alguns espanhóis e portugueses. Ampliando o número de possíveis imigrantes para italianos, alemães, franceses, portugueses, espanhóis e árabes, há aumento de 20 nomes nos registros. A porcentagem na participação passou de 40% para 47,89%. É possível que seja bem maior o número de imigrantes na cidade, visto que nem todos os espanhóis e portugueses estão na lista de 1890, assim como muitos, possivelmente, tenham chegado depois, e sabe-se da permanência de muitos argentinos e uruguaios na cidade, dada a proximidade com a fronteira.

Analisando o ano de 1909, é possível identificar que a maioria dos possíveis imigrantes com empresas cadastradas na cidade eram italianos; em segundo lugar, aparecem alemães; e, em terceiro, espanhóis. Os italianos eram maioria com sapatarias, ferrarias, hotéis; desempenhavam ofícios como pedreiros, mestre-de-obras e funileiros. Eram exclusivos nas alfaiatarias, na fábrica de massas, como armador fúnebre e fotógrafo. Os alemães eram maioria com Depósito de Madeiras e ourivesaria, exclusivos com relojoaria. Os espanhóis eram exclusivos com tipografia, livraria e empresa telefônica. De 20 atividades classificadas como oficinas, em 09 atividades a exclusividade fora de imigrantes; em 08, apareciam tanto imigrantes quanto nacionais, sendo que, destes 08. Em 05 casos, os imigrantes eram maioria e, em 03, os nacionais apareciam em vantagem. Os imigrantes destacavam-se entre os artesãos de Alegrete. No ramo do comércio, onde aparece o maior número de registros, os nacionais representam 58,51% dos registros. O segundo grupo no ramo do Comércio é composto pelos italianos.

Os registros confirmam o que Núncia Santoro de Constantino descreve sobre as “colônias urbanas.” Segundo a pesquisadora, é numeroso e variado o elemento italiano nas cidades, abrangendo todos os ramos de atividades econômicas: são médicos, professores de música, padres, alfaiates, pedreiros, padeiros, ourives, garçons, porteiros, fotógrafos, cozinheiros, tintureiros, vendedores ambulantes. Referindo-se ao Relatório do Agente Consular, Francesco de Velutiis (1908) transcreve: “(...) são poucos os imigrantes italianos que trabalham para patrões.” Estes imigrantes estabelecem oficinas e comércio próprio.<sup>112</sup>

---

<sup>112</sup> CONSTANTINO, Núncia Santoro. **O Italiano da Esquina: imigrantes na sociedade Porto-Alegrense**. Ed. EST, 1991.p.97.

### 3.3.2 Serviços e Obras Públicas

Ao escrever sobre a situação econômica e política dos artesãos, comerciantes e pequenos lojistas na Alemanha no Século XIX, Marx apresenta um quadro que pode servir de exemplo para pensar a situação de Alegrete no início do século XX. Para destacar a importância do “Poder Público Municipal” no mercado local das pequenas cidades, Marx diz que, em países monarquistas ou feudais, as tarifas da corte e da aristocracia tornavam-se essenciais à sua existência; a perda dessas tarifas poderia arruinar grande parte de sua economia. Acrescenta ele que, em cidades pequenas, uma guarnição militar, um governo municipal, um tribunal, com seus seguidores, geralmente constituem a base da prosperidade.<sup>113</sup> Pretende-se investigar a participação da Intendência como prestadora e consumidora de serviços, ou seja, averiguar o papel da Intendência em relação ao mercado de trabalho local. É importante destacar que se aborda o papel da municipalidade (executivo) em relação à prestação e consumo de serviços e mercadorias e não no sentido da legislar e regulamentar sobre os mesmos no mercado local (Câmara).

As fontes utilizadas para esta pesquisa são doze Relatórios da Intendência Municipal de Alegrete, do período de 1897 a 1930. De acordo com os Relatórios da Intendência, os serviços públicos são: Higiene Pública, Instrução Pública, Asseio Público, Iluminação Pública, Guarda Pública, Matadouro Público e Obras Públicas. Não fazem parte desta análise os empregados em repartições estaduais e federais, assim como outros serviços prestados pela iniciativa privada (educação, saúde etc.). A prestação de serviço público por parte da Intendência divide-se em serviços diretos e serviços indiretos (terceirizados). Os serviços diretos possuem um quadro de trabalhadores que compõem o “funcionalismo” municipal. Os trabalhadores da municipalidade trabalham em serviços externos (para o público: educação, segurança etc.) e internos (administração, finanças etc.). A análise das fontes possibilita apresentar a participação da Intendência em relação ao mercado local, como prestadora de serviços (serviços diretos e indiretos), como consumidora de produtos e serviços, relacionando a presença de possíveis imigrantes nestas relações da Intendência com o mercado de trabalho local.

A carência de operários para obras públicas e melhoramentos urbanos é destacada pelo intendente João Benício da Silva, em dois momentos, 1897 e 1919. O intendente, em

---

<sup>113</sup> MARX, Karl. **Sociologia**. Op.cit. p.106.

Relatório de 1897, escreve: “Tenho exigido dos proprietários o conserto de prédios, muros e calçadas, cujo péssimo estado dava (e dá ainda) ao nosso Alegrete o aspecto de uma cidade em ruínas.”<sup>114</sup> Porém, ele reclama da falta de mão-de-obra para execução dos trabalhos: “Atendendo, porém, à escassez de materiais e à falta de operários, resolvi, para facilitar o serviço, dividir a cidade em pequenas circunscrições e dar a elas prazos longos para efetuarem as obras em cada uma delas”.<sup>115</sup>

Novamente, João Benício escreve, em 1919, afirmando que, em relação às Obras Públicas, a cidade é prejudicada, tanto pela escassez de materiais, quanto de operários. Os motivos são de duas ordens: a *Gripe Espanhola* e a necessidade de utilizar a mão-de-obra saudável na colheita de arroz ou no Frigorífico em Rosário do Sul. Segundo Benício, o Banco Pelotense, para construir sua sede, tinha que empregar operários vindos de Porto Alegre.<sup>116</sup> Já em 1930, o intendente exclamava a grande quantidade de operários na cidade. Assim, escreve sobre os trabalhadores das obras de saneamento: “continuam mobilizados 700 obreiros, com uma frequência médica de 600.”<sup>117</sup> Antonio de Freitas Valle “moderniza” a estrutura organizacional da Intendência e amplia os serviços prestados pela mesma. As seções de serviço do município são:

“1ª – Secretaria do Município, com um secretário, um subsecretário, e um encarregado de compras, a qual incumbi toda a matéria referente à administração interna, relações externas, compra de material e fiscalização dos demais serviços públicos;

2ª – Secretaria da Fazenda, subdividida em três subseções – contadoria, tesouraria e lotadoria, com as obrigações seguintes:

Contadoria – todo o serviço de contabilidade do município, para cuja desobrigação possui um contador, chefe da secção, e os escriturários estritamente indispensáveis a esse fim;

Tesouraria – a cargo de um tesoureiro, destinada a receber os dinheiros provenientes das rendas municipais e efetuar o pagamento determinado pelo poder executivo; e

Lotadoria – aos cuidados de um lotador, - que promove o lançamento, nos livros regulamentares, da lotação dos impostos sujeitos à prévia escrituração; e

3ª Secretaria de Obras Públicas, com um secretário, um subsecretário e um escriturário – à qual competem todos os serviços de melhoramentos materiais, estética das construções, zelar pela conservação material das obras

<sup>114</sup> MUNICIPIO DE ALEGRETE. Relatório Apresentado ao Conselho Municipal de Alegrete, em 02 de outubro de 1897, pelo intendente João Benício da Silva. Typografia da Gazeta de Alegrete.p.14.

<sup>115</sup> Ibid. p.15.

<sup>116</sup> MUNICIPIO DE ALEGRETE. Relatório Apresentado pelo Intendente Municipal de Alegrete João Benicio da Silva ao Conselho Municipal, em sua primeira Sessão Ordinária a 20 de setembro de 1919. Alegrete, Livraria “O Coqueiro”. p.17.

<sup>117</sup> MUNICIPIO DE ALEGRETE. Relatório apresentado ao Conselho - Consultivo em sua sessão ordinária de 1931. Antonio Freitas Valle, prefeito. p.18.

de arte do município, e proceder, nos termos do código de edificações e reedificações, ao desenvolvimento do urbanismo.

Agregados à secretaria do município, há dois funcionários do quadro do pessoal auxiliar, que são o porteiro e o cartorário, aos quais é incumbido abrir e cerrar as portas do paço municipal, hastear a bandeira, nos dias de festa, zelar pelo asseio do edifício, distribuir a correspondência e atender ao expediente interno, observando as minúcias do serviço afeito ao mister do contínuo.

Mais tarde, em vista das imperiosas necessidades do serviço, resolvi criar os cargos de datilógrafa da Secretaria do Município e encarregado do depósito municipal.”<sup>118</sup>

Além dos serviços costumeiros de encargo da Intendência, Antônio de Freitas Valle amplia as atividades com a aquisição de oficinas. O intendente esclarece que

[...] funcionam três oficinas subordinadas à secretaria de obras, sob a direção de profissionais competentes e devidamente aparelhadas para os encargos que lhe são distribuídos.

Pela discriminação abaixo, tereis uma ideia das realizações já levadas a termo e das possibilidades futuras.

Carpintaria – A oficina de carpintaria funciona na vila operária, estando medianamente aparelhada, para executar reparações de emergência nos próprios municipais, já tendo prestado vários e importantes serviços à administração.

Ferraria – Esse departamento foi montado modestamente, funcionando em dependências da subintendência da cidade; compete-lhe a reparação do material empregado pela secretaria de obras para os serviços das ruas e estradas municipais.

Instalação Sanitária – A fim de ocorrer às necessidades de instalações e reparações, pois muitos prédios da zona urbana possuem serviços sanitários, mantém-se uma pequena oficina, convenientemente capacitada para esse mister. A oficina de reparações tem confeccionado sifões auto-regulados e receptores sinfonados de chumbo, para piso. Dispõe, atualmente, de todos os apetrechos necessários, como tarrachas com jogos de cassinetes, maçarico, torno, chumbo, anéis ou luvas, tes, cruzetas, canos, torneiras, receptores, sinfonados, para piso, sifões auto-regulados etc.<sup>119</sup>

É possível perceber que, durante as duas primeiras décadas do século XX, existia um reduzido número de operários na cidade, para satisfazer as necessidades da “Diretoria de Obras” e de alguns proprietários. No último período da República Velha, a situação se modifica. Se, em 1919, a Intendência reclamava da falta de operários, em 1930 apresentam-se várias centenas deles nas Obras de Saneamento. É possível especular que este rápido

<sup>118</sup> MUNICÍPIO E ALEGRETE. Relatório apresentado ao Conselho - Consultivo em sua sessão ordinária de 1931. Antonio Freitas Valle, prefeito. p.06.

<sup>119</sup> MUNICÍPIO DE ALEGRETE. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sua sessão ordinária em 20 de setembro de 1930. Antonio Freitas Valle, Intendente do Município, 1930. Porto Alegre, Livraria O Globo, 1930.p.21.

crescimento da oferta de mão-de-obra (em uma década) não deve ser resultado do crescimento natural (vegetativo) da população local, mas resultado de uma migração da mão-de-obra?

Como já exposto, a análise que se pretende fazer em relação à participação da municipalidade no mercado de trabalho local exclui as esferas estadual e federal. O quadro a seguir apresenta, como exemplo, o caso da Educação, sendo possível identificar escolas municipais, estaduais e a iniciativa privada.

**Quadro 2.11**  
Número de Escolas no município de Alegrete

Ano	Municipal	Estadual	Particular	Total
1907	14	06	04	24
1909	15	06	04	25
1912	15	08	05	28

Fonte: DORNELLES, Lauro de Sá. Relatório apresentado pelo Coronel Intendente ao Conselho Municipal em 1º de janeiro de 1913. Alegrete, Livraria "O Coqueiro", 1913.p.09.

Da mesma forma que na Educação, a Segurança proporcionava empregos na Guarda Municipal (polícia administrativa); a Brigada Militar e a Guarnição Federal possuíam seus contingentes. Então, o número de funcionários públicos na cidade deveria ser bem superior àqueles números demonstrados somente por meio dos Relatórios para o caso dos funcionários públicos municipais.

**Quadro 2.12**  
Número de funcionários públicos municipais

Ano	Total de funcionários municipais	Funcionário municipais urbanos
1908	-	38
1912	101	91
1915	138	88
1919	-	51
1920	-	65
1922	-	96
1932	-	84

Fonte: Relatórios da Intendência Municipal de Alegrete.

Aparece, então, uma média de 73 funcionários municipais no período de 1908 a 1932.

De acordo com os Relatórios, em 1912, existiam 25 trabalhadores na turma da Diretoria de Obras. Os Relatórios de 1912 e 1915 apresentam uma média elevada no número

de funcionários públicos, principalmente em relação à guarda municipal. É importante ressaltar que os efeitos da crise econômica da Primeira Guerra no município não são percebidos nos primeiros anos, refletindo, sim, no Relatório de 1919, com uma redução no número de funcionários. Na década de 20, o crescimento no número de funcionários municipais dá-se a partir de 1924, período de recuperação da economia do município e dos acordos políticos.

Fica claro que grande parte dos investimentos municipais era destinada à Segurança. Em 1897, são 28 guardas; em 1900, são 18; em 1915, aparecem 100 guardas (50 na cidade); em 1917, são 37 (24 na cidade); em 1920, 38 guardas urbanos; em 1922, existem 38 praças urbanas. Em 1926, Oswaldo Aranha diz que a polícia é a maior consumidora dos dinheiros públicos, ocupando 50% da receita.<sup>120</sup>

Os Relatórios dos anos de 1912, 1919 e 1932 apresentam números mais completos, além de definirem melhor os funcionários urbanos dos rurais. Por este motivo, apresenta-se uma tabela comparando o número total de funcionários públicos urbanos da municipalidade, com a presença de possíveis imigrantes. Cabe explicar que o ano de 1912, que apresenta um total de 101 funcionários municipais, diminui para 91 os funcionários urbanos. Destes 91 urbanos, diminui-se 25 da turma de trabalhadores da Diretoria de Obras, pois não são relacionados os nomes destes operários. Fica, portanto, o coeficiente de 66.

Tabela 2.5

Número aproximado de funcionários públicos Urbanos da Intendência Municipal e a presença de possíveis imigrantes.

Ano	Nº aproximado de funcionários.	Nº de possíveis imigrantes	% de Possíveis imigrantes
1912	66	08	12,125%
1919	51	06	11,76%
1932	84	20	23,80%
média	67	11,33	15,89%

Fonte: Relatórios da Intendência Municipal de Alegrete (de 1897 a 1932).

A presença de possíveis imigrantes ou descendentes no quadro dos funcionários públicos municipais não era significativa em termos de números totais; porém, em termos percentuais representa um índice superior à presença imigrante em relação à população total do município no período.

<sup>120</sup> MUNICIPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado pelo bacharel Oswaldo Aranha ao Conselho Municipal. Alegrete, Livraria “O Coqueiro”, 1926.p.09.

Os serviços terceirizados eram: a limpeza urbana, o Matadouro Municipal, a Iluminação Pública, o Tratamento de Água, a publicação do expediente da Intendência, a ponte Borges de Medeiros. Esporadicamente, aparecem serviços de calçamento e outras obras urbanas. Em 1900, dos três serviços terceirizados, todos eram contratados com imigrantes. Em 1908, são sete contratos – destes, quatro na cidade e todos os quatro com estrangeiros ou descendentes: Matadouro – João S. Funck; Luz Elétrica – Bromberg & Cia; Água Filtrada – Dornelles & Blessmann; Publicação Expediente – José Celestino Prunes. Em 1917 e 1919, aparece ainda Henrique Paillot para a Remoção do Lixo.

A compra de bens no mercado local e a utilização dos serviços de artesãos e profissionais pela Intendência são quantificadas em cada Relatório. Nas Tabelas a seguir, para representar a compra de bens no Comércio local, o registro está quantificado e representado pela letra C; para demonstrar a quantificação dos profissionais e serviços de artesãos que vendem seus serviços à Intendência (carpinteiros, ferreiros etc.), utiliza-se a letra A. Também se apresenta a proporção de possíveis imigrantes, entre estes empresários e profissionais.

**Quadro 2.13**

Consumo de bens e serviços por parte da Intendência no Relatório de 1900.

Tipo	Nº Total	Nº possíveis imigrantes	Nº de nacionais
C	01	01	00
A	05	03	02
<b>Total</b>	<b>06</b>	<b>04</b>	<b>02</b>

Fonte: MUNICIPIO DE ALEGRETE. Relatório do vice-intendente do município Frederico Ortiz apresentado ao Conselho Municipal de Alegrete, em sua sessão ordinária do anno de 1900 acompanhado do Relatório apresentado ao Intendente eleito Manoel de Freitas Valle Filho, 1º de janeiro de 1901. Typografia Gazeta de Alegrete.

No total de 06 registros que indicam relações econômicas entre a Intendência e o mercado local, 01 é de compra de bens no comércio e 05 são de serviços profissionais e de oficinas. A maioria dos casos é com imigrantes ou descendentes.

**Quadro 2.14**

Consumo de bens e serviços por parte da Intendência no Relatório de 1908.

Tipo	Nº Total	Nº possíveis imigrantes	Nº de nacionais
C	00	00	00
A	19	09	10
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>09</b>	<b>10</b>

Fonte: MUNICIPIO DE ALEGRETE. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Alegrete, em 20 de setembro de 1908, pelo Manoel de Freitas Valle Filho. Alegrete, Livraria e Bazar "O Coqueiro".

No período de 1900 a 1908, mais da metade dos serviços prestados à Intendência são realizados por imigrantes ou descendentes. Há somente utilização dos serviços de artesãos.

Quadro 2.15

Consumo de bens e serviços por parte da Intendência no Relatório de 1913.

Tipo	Nº Total	Nº possíveis imigrantes	Nº de nacionais
C	11	05	06
A	11	09	02
Não identificados	08	04	04
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>18</b>	<b>12</b>

Fonte: MUNICIPIO DE ALEGRETE. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Alegrete, em 1º de janeiro de 1913, pelo Cel. Intendente Dr. Lauro de Sá Dornelles. Alegrete, Livraria e Bazar "O Coqueiro".

Os registros da Tabela 17 são relativos ao período de 1909 a 1912. Apresenta 11 registros relacionados à compra de bens no comércio local, 11 serviços prestados por artesãos ou oficinas à Intendência e 08 registros que não esclareciam qual tipo de relação existia entre eles e a Intendência. Da mesma forma que o Relatório de 1908, neste, mais da metade das relações se dá com possíveis imigrantes.

Quadro 2.16

Consumo de bens e serviços por parte da Intendência no Relatório de 1916.

Tipo	Nº Total	Nº possíveis imigrantes	Nº de nacionais
C	09	02	07
A	15	06	09
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>08</b>	<b>16</b>

Fonte: MUNICIPIO DE ALEGRETE. Relatório do ano financeiro de 1915, apresentado pelo Vice-intendente em exercício Major Oscar do Prado Souza, ao Conselho Municipal de Alegrete, em 20 de setembro de 1916. Alegrete, Livraria e Bazar "O Coqueiro".

A Tabela 18 apresenta os registros do período de 1913 a 1915, mostrando uma redução no número de imigrantes ou descendentes com relações econômicas e profissionais com a Intendência Municipal.

Quadro 2.17

Consumo de bens e serviços por parte da  
Intendência no período de 1915 a 1916.

Tipo	Nº Total	Nº possíveis imigrantes	Nº de nacionais
C	25	08	17
A	30	17	13
<b>Total</b>	<b>55</b>	<b>25</b>	<b>30</b>

Fonte: MUNICIPIO DE ALEGRETE. Relatório dos anos financeiros de 1916 e 1917, apresentado pelo Intendente provisório Major Oscar do Prado Souza, ao Conselho Municipal de Alegrete, em 15 de dezembro de 1917, ao passar o mandato ao seu sucessor João Benício da Silva. Alegrete, Livraria e Bazar "O Coqueiro".

A Tabela 19 apresenta informações do período de 1915 e 1916. Novamente, apresenta-se uma elevação no número dos registros das relações comerciais e profissionais da Intendência com o mercado local. A presença de imigrantes é outra vez significativa, ficando um pouco abaixo da metade dos registros.

Quadro 2.18

Consumo de bens e serviços por parte da  
Intendência no Relatório de 1919.

Tipo	Nº Total	Nº possíveis imigrantes	Nº de nacionais
C	13	05	08
A	24	15	09
Nº identificado	04	-	-
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>20</b>	<b>17</b>

Fonte: MUNICIPIO DE ALEGRETE. Relatório dos anos financeiros de 1916 e 1917, apresentado pelo Intendente provisório Major Oscar do Prado Souza, ao Conselho Municipal de Alegrete, em 15 de dezembro de 1917, ao passar o mandato ao seu sucessor João Benício da Silva. Alegrete, Livraria e Bazar "O Coqueiro".

Os registros da Tabela 20 representam o período de 1917 a 1919. Ocorre uma redução no total de registros, comparando com a Tabela anterior. Em termos porcentuais, a presença de imigrantes continua próximo da metade dos registros.

Quadro 2.19

Consumo de bens e serviços por parte da  
Intendência no Relatório de 1921.

Tipo	Nº Total	Nº possíveis imigrantes	Nº de nacionais
C	19	07	12
A	08	06	02
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>13</b>	<b>14</b>

Fonte: MUNICIPIO DE ALEGRETE. Relatório apresentado pelo Intendente Municipal de Alegrete Dr. Francisco Carlos de Sá Dornelles ao Conselho Municipal em sua primeira sessão ordinária a 20 de setembro de 1921.

A Tabela 21 apresenta a quantificação dos registros no período entre 1920 e 1921, evidenciando a tendência de redução no número de registros que vêm dos períodos anteriores, tanto no número total, quanto em relação à presença de imigrantes.

O número total de registros é de 202, embora muitos nomes sejam repetidos em algumas administrações. Da mesma forma com os possíveis imigrantes, estes apresentam um total de 97. São 52% de nacionais e 48 % de possíveis imigrantes que possuem relações econômicas, comerciais ou profissionais com a Intendência Municipal no período da República Velha. Praticamente a metade das atividades econômicas que se relacionam com a Intendência é de possíveis imigrantes e/ou seus descendentes.

Dos 202 nomes que possuíam relações comerciais e profissionais com a Intendência, o número reduz-se a 153, devido ao fato de alguns nomes repetirem-se no decorrer dos anos. Das 153 pessoas que se relacionam economicamente com a Intendência, no período de 1900 a 1922, aparecem 67 de possíveis imigrantes ou seus descendentes. Identificam-se, pela grafia do nome, italianos, germânicos, franceses, espanhóis ou platinos, poloneses: Weignam Schmidt, Alfredo Mallmann, Stanislau Jellacich, Francisco Lourenço, Candido Mallmann, Paulo Spinardi, João Carletto, Miguel Siervo, Emilio Lara, João Agache, Nicolau Sarubi, Emiliano Lara, Vicente Faige, Tito Marengo, Ângelo Pita, Agostinho Caferatti, José Repetto, Natalino Scarrone, Irmãos Marona, Firmino Malmaceno, Augusto Augustini, João Batista Azzalini, Abrosio Miorim, Pedro Fernandes Fouchard, Alberto Caferati, João Malejano, Antonio Lara, João Demarch, Galdino Von Brocken, José Francisco Puente, Leonidio Arnoud, João Pedro Lara, Remo Galli, Nicola Marona, Ângelo Della Nora, João Carlos Schmitz, Margarida Cafferatti, Alcides Archivalet, João Balejo, João Puvam, Alfredo Laydner, Antonio Vicentainer, João Frutuoso, Antonio Botto, João Eliath, José Wamosy, Dr. João Ayard, Dr. Pedro Pitella, Eugenio Larré, Celso Von Brocken, Pedro Bataglia, Santiago Grillo, Carlos Cadiguni, Domingos Bataglia, Carlos Frazzia, Alcibíades Ortega, Carlos Caligane, Pedro Perez, João Perez, A. Schamberg, José Simeon e Salvador Bianchi. Registra-se, assim, um total aproximado de 43,79% de imigrantes nas relações econômicas da Intendência. Na sua maioria, artesãos e profissionais.

É possível averiguar a continuidade da presença de alguns profissionais durante o período de 1900 a 1922. Dos 153 nomes, 123 aparecem somente uma vez e 30 aparecem mais de uma vez; 20 aparecem duas vezes, 05 aparecem três vezes, 04 aparecem quatro vezes e 01 aparece cinco vezes. São eles: Francisco Lourenço, cinco vezes; José Repetto Morgavi, Pedro

F. Fouchard, Antonio Lora e Virgilio Machado dos Santos, quatro vezes; Francisco Pereira dos Santos, João Mertegano, José Francisco Puente e Antonio Soares Leães, três vezes.

Francisco Lourenço (Lorenzo) é a pessoa que mantém relação econômica e profissional com a Intendência por mais tempo. Lourenço era italiano e preside a Sociedade Italiana de Alegrete em 1896, 1899, 1901, 1906. Em 1909, é expulso da mesma.<sup>121</sup> José Repetto (Giuseppe Repetto Morgavi) também era italiano, era fundador desta Sociedade, exercendo a presidência ou ocupando várias vezes cargos na Diretoria. Aparece em vários Relatórios da Intendência como chefe da turma de trabalhadores da Secretaria de Obras.<sup>122</sup>

A seguir, apresenta-se um exemplo de situação onde a Intendência abastece-se de produtos, bens e serviços no mercado local e regional. Ao tratar da Guarda Municipal, Frederico Ortiz, em 1899, afirma ter feito pagamento a Francisco Lourenço por conserto nos calçados da guarda.<sup>123</sup> O intendente Antonio de Freitas Valle, em 1929, afirma que os uniformes da polícia administrativa (guarda municipal) eram confeccionados por importante estabelecimento industrial de Porto Alegre.<sup>124</sup>

A relação entre a economia urbana e a participação de imigrantes é analisada no sentido de quantificar a presença de possíveis imigrantes ou descendentes de italianos e alemães. Entre os 33 nomes que aparecem com fábricas na cidade durante o período, 50% dos registros são de imigrantes ou descendentes. Ocorre uma média de 35% de registros de comércio, indústria e profissões de imigrantes ou descendentes de italianos e alemães. A participação destes é significativa também no comércio e exercem exclusividade em algumas atividades, principalmente, nas oficinas.

A Intendência Municipal de Alegrete empregava uma média de 73 funcionários no período da República Velha, e mobilizava em torno de 153 pessoas com atividades econômicas, que eram fornecedores de bens e serviços à Intendência. No final do período em análise (1929), a Intendência adquire oficinas próprias e pode ter deixado de ocupar os serviços dos artesãos. Em compensação, as obras de Saneamento proporcionam a ampliação da oferta de emprego na cidade. Possivelmente a Intendência tenha sido a maior empregadora

---

<sup>121</sup> Secretaria da sociedade Italiana de Alegrete: Livro dos Sócios.

<sup>122</sup> Idem.

<sup>123</sup> MUNICÍPIO DE ALEGRETE. Relatório do Vice-Intendente do município Frederico Ortiz, apresentado ao Conselho Municipal de Alegrete, em sua sessão ordinária o anno de 1900, acompanhado do Relatório apresentado ao Intendente eleito Manoel de Freitas Valle Filho, 1º de janeiro de 1901. Typografia da Gazeta de Alegrete. Anexo 06.

<sup>124</sup> MUNICÍPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sua sessão ordinária em 20 de setembro de 1929. Antonio de Freitas Valle, Intendente do Município, 1929. Porto Alegre, Livraria O Globo, 1929.p.29.

no Município. A presença de imigrantes não era muito relevante no funcionalismo, mas destacava-se nos serviços terceirizados e era praticamente a metade do grupo que vendia e fornecia bens e serviços à Intendência.

Há uma significativa presença de imigrantes na economia das cidades, no período que compreende 1889 e 1930, tanto na Europa, quanto na América e no Brasil. Em Alegrete, este fenômeno também acontece. A presença de imigrantes em Alegrete estava acima da média geral do Brasil e do Rio Grande do Sul, porém estava abaixo dos índices de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. No próximo capítulo, analisar-se-á a questão do internacionalismo operário em Alegrete e a presença de imigrantes e estrangeiros no movimento operário local.

## **4 MOVIMENTO OPERÁRIO EM ALEGRETE: A PRESENÇA DE IMIGRANTES E DE ESTRANGEIROS (1897 – 1929)**

Este capítulo tem por objetivo compreender o movimento operário em Alegrete e analisar a presença de imigrantes e de estrangeiros em sua formação. Como se concebe o “movimento operário” como um “fazer-se” dos trabalhadores, portanto pertencente ao campo da cultura, o presente capítulo aborda o “internacionalismo operário” em Alegrete em dois momentos: na primeira seção, onde se busca demonstrar a ação planejada e consciente em construir o movimento operário local, através de militantes operários internacionalistas (identificando ideias e um programa estratégico); e uma subseção, onde, depois de conhecer as organizações operárias de Alegrete, procura-se identificar a presença de certos rituais que permitiam a circularidade de ideias e de militantes. Por último, procura-se identificar a presença e a participação de imigrantes e de estrangeiros no movimento operário alegretense.

O movimento operário alegretense é caracterizado por associações, jornais, conferências, meetings, comemorações e protestos no 1º de maio, etc. Atividade que era também importante no movimento operário era a Greve. Em Alegrete, no período em análise, só é encontrado um único registro de Greve, em 1914, por parte dos ferroviários e o motivo era a falta de pagamento.<sup>125</sup> O Capítulo fica assim organizado: 4. Movimento operário em Alegrete: a presença de imigrantes e de estrangeiros (1897 – 1929); 4.1 Os construtores do movimento operário alegretense; 4.2 O movimento operário; 4.2.1 Os trabalhadores no Comércio; 4.3 A circulação de ideias e de militantes; 4.3.1 A imprensa operária; 4.3.2 Os congressos e conferências; 4.3.3 O 1º de Maio; 4.4 A presença de imigrantes e de estrangeiros.

### **4.1 OS CONSTRUTORES DO MOVIMENTO OPERÁRIO ALEGRETENSE**

No primeiro capítulo deste estudo, fica evidente que a organização do movimento operário internacional passa também por um conjunto de ações estratégicas coordenadas a

---

<sup>125</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **As Greves no Rio Grande do Sul (1890-1919)**. In: DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sérgio (org.). RS: Economia e Política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.p.293.

partir de certas instâncias organizacionais: a Associação Internacional dos Trabalhadores (A.I.T), o Partido Social Democrata Alemão, o Partido Social Democrata Português e o Partido Social Democrata Italiano, entre outros. Também no Brasil e no Rio Grande do Sul, havia células ou núcleos destes partidos e organizações. Estas ações coordenadas aconteciam tanto através das ações “institucionais” do movimento operário (seus congressos), como através da atitude de militantes que peregrinavam pelas cidades semeando a organização, a luta dos trabalhadores e as primeiras associações operárias. Pretende-se demonstrar aqui que, em Alegrete, também havia esta ação coordenada internacionalmente no sentido de criar o movimento operário local. Demonstra-se, a seguir, a estratégia de organização do movimento operário alegretense como sendo também obra de ativos militantes socialistas internacionalistas que organizam um jornal operário, um núcleo do Partido Socialista e uma associação operária. Mais adiante, depois de descrever as organizações operárias em Alegrete no período, será demonstrada a participação do movimento operário local em Congressos Estaduais vinculados à “Internacional dos Trabalhadores”, e outros elementos que demonstram uma cultura operária internacionalista, a partir da circulação de ideias e de militantes.

Para demonstrar as ideias internacionalistas circulando e sendo produzidas a partir de militantes operários alegretenses, destaca-se um texto produzido sobre o “07 de setembro”, data da Independência do Brasil, momento este em que a nação e o nacionalismo estão pautados nos assuntos do cotidiano. A seguir, transcrevem-se trechos do texto “07 de setembro” publicado em 1899, em Alegrete, pela imprensa operária. Estes fragmentos demonstram o conteúdo da ideia internacionalista sendo difundido entre os operários alegretenses:

Se concordamos que os povos em sua vida econômica sejam independentes na ação que desenvolvem, segundo a climatologia do ponto em que habitam, não queremos com isto dizer que sejamos apologistas desse egoísta e especulativo sentimento de Pátria, calculadamente inculcado no espírito dos povos, pelos interessados em manter o domínio, com o enfraquecimento que produzem as lutas provocadas entre uns e outros e que vêm retardar a evolução natural da consciência do povo.<sup>126</sup>

Mais adiante, referindo-se aos conceitos de pátria e nação, continua: “A verdadeira fraternidade e igualdade, encarada sob o ponto de vista humano, exclui a concepção dessa

---

<sup>126</sup> SOCIAL. 7 de setembro. Alegrete, 10 de setembro de 1899.p.01.

entidade abstrata e não conhece esses limites entre povos, limites esses determinados pela exploração.”<sup>127</sup>

Serve também como argumento em defesa da tese do internacionalismo na prática militante dos operários alegretenses o Estatuto Social da Sociedade Mútua Proteção Operária: “Art.2º - Podem fazer parte desta associação somente os indivíduos que forem artistas ou operários, sem distinção de nacionalidades.”<sup>128</sup> Fica, assim, nítida a postura classista e internacionalista.

Como os líderes e os quadros intermediários do movimento operário pertenciam a determinadas correntes políticas, é importante elaborar uma síntese da questão política entre os operários. A historiografia operária destaca as correntes ideológicas a que pertenciam os militantes organizadores das primeiras entidades operárias e sindicais do Brasil. Adota-se uma ordem cronológica na exposição das evidências: primeiro, apresentam-se as evidências socialistas; em seguida, as “colaboracionistas”; e, em terceiro, os indícios anarquistas. Preferiu-se organizar a exposição nesta forma porque é a ordem de ocorrência “ditada” pelas evidências.

Cláudio Batalha escreve sobre as “Correntes ideológicas e estratégias sindicais”, dizendo que, de 1889 a 1930, prolifera no Brasil uma série de Partidos Socialistas, muitos com duração efêmera e de abrangência municipal. Professavam um socialismo eclético, marcado por um forte viés cientificista e positivista, característico da II Internacional, com uma proximidade simbólica à matriz de Karl Marx. A maioria destes partidos defendia um programa de reformas. Fora os Congressos Socialistas de 1892 e 1902, jamais alcançaram uma unidade duradoura e uma organização nacional única.<sup>129</sup> Batalha destaca que, a partir de 1890, já ocorriam manifestações da atividade política dos anarquistas no Brasil. Segundo ele, “o ideário comum dos anarquistas passava, entre outros aspectos, pelo antiestatismo, pelo federalismo, pela recusa da luta político-parlamentar, pelo anticlericalismo e pela rejeição de qualquer forma de opressão sobre o indivíduo.”<sup>130</sup> Segundo o autor, outras correntes ideológicas de menor expressão foram o positivismo e o cooperativismo.

O historiador Adhemar Lourenço da Silva Junior esclarece que a historiografia do movimento operário no Rio Grande do Sul reproduz a bipolaridade da “grande política” na “pequena política” operária. Segundo Adhemar, a “grande política” é a política institucional

<sup>127</sup> Idem.

<sup>128</sup> ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO OPERÁRIA MUTUA PROTEÇÃO, Alegrete, junho de 1897.

<sup>129</sup> BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000.p.22.

<sup>130</sup> Ibid. p.24.

dos partidos que disputam os cargos nas instâncias do poder do Estado. A “pequena política” operária é a política das associações e organizações dos trabalhadores.<sup>131</sup> Adhemar escreve que a bipolaridade da “grande política” era levada para a historiografia operária, considerando que havia somente socialistas e anarquistas no movimento operário rio-grandense. O pesquisador procura demonstrar que, no Rio Grande do Sul, não havia somente duas correntes ideológicas na “pequena política” operária, mas que existiam também os colaboracionistas (amarelos).<sup>132</sup>

Adhemar escreve que qualquer associação ou grupo de interesse tenderia a ser absorvido pelos Partidos da “grande política”, republicanos ou liberais. Segundo o pesquisador, na década de 1890 até, aproximadamente, 1905, ocorre uma hegemonia dos socialistas nas associações operárias. Neste período, havia uma confusão de ideias, socialistas e anarquistas apareciam juntos e, muitas vezes, confundiam ideologias políticas com as entidades operárias. A partir de 1905 e 1907, começa um progressivo aumento da influência anarquista nas associações. No período de 1908 a 1912, onde ocorre um progressivo alinhamento dos socialistas com a “grande política”, ocorre um aumento do papel e importância dos anarquistas nos sindicatos operários. De 1913 a 1917, ocorre a expansão do sindicalismo. De 1919 a 1925 há, segundo Adhemar, uma pulverização de várias correntes ideológicas.<sup>133</sup>

No final do século XIX, Eduardo Mallmann escreve no “Social”, em Alegrete, sobre o início do movimento operário nesta cidade: “O início, a arregimentação e a instalação da Sociedade Operária Mútua-Proteção constitui o prólogo da luta de classes iniciada em Alegrete, em 30 de maio em 1897 – por um grupo de jovens operários, todos inspirados socialistas.”<sup>134</sup>

O professor Olavo Cabral apresenta a gênese do Movimento Operário em Alegrete, mostrando que a “construção” da Classe Operária possui este aspecto de “fabricação”, tarefa esta levada a cabo por uma “minoría” militante e com firme definição de propósitos políticos e ideológicos. Cabral destaca que:

Antes de existir a “Mútua Proteção”, havia socialistas no Alegrete, antes de organizarem-na tinham seus iniciadores. O Social, criado por socialistas, na sua primeira fase, tinha como fim organizar trabalhadores e com tal idéia. Os

<sup>131</sup> SILVA Jr. Adhemar Lourenço da. **A bipolaridade política rio-grandense e o movimento operário (188? – 1925)**. In: Estudos Ibero-Americanos.PUCRS, V.XXII, n.2, dezembro de 1996.p.06.

<sup>132</sup> Ibid.p.07.

<sup>133</sup> SILVA Jr. Adhemar Lourenço da. **A bipolaridade política rio-grandense e o movimento operário (188? – 1925)**. In: Estudos Ibero-Americanos.PUCRS, V.XXII, n.2, dezembro de 1996.p.05-26.

<sup>134</sup> SOCIAL, **Pela Verdade**. Alegrete, 10 de setembro de 1899. Ano III, nº 18.p.01.

convites para as primeiras reuniões de operários, nesta cidade, foram encaminhadas por socialistas e seus signatários também tinham tal idéia.<sup>135</sup>

O texto acima demonstra que, em primeiro lugar, existe um grupo de militantes socialistas, que, em seguida, organizam um jornal e, num terceiro momento, a associação operária. Pelo que relata Olavo Cabral, o jornal Social também era um meio para arregimentação de operários para organizar a Sociedade Mútua Proteção Operária, que, por sua vez, tinha, por objetivo, tanto o auxílio- mútuo (econômico), quanto a execução de um projeto político socialista.

Olavo Cabral destaca que a Mútua Proteção não é composta única e exclusivamente de socialistas; porém, segundo o militante, os elementos mais “esclarecidos” dos membros o são, e faz ficar bem claro que, em Alegrete, há muitos convictos socialistas.<sup>136</sup>

Líderes do Socialismo no Rio Grande do Sul colaboravam com o Social e publicavam nas páginas do jornal alegretense. Na edição de 02 de Abril de 1899, Francisco Xavier da Costa publica um texto sobre a “Federação Operária”; na edição do dia 23 de abril de 1899, é publicado um texto de Guedes Coutinho: “Em primeiro que tudo, aceitai o abraço fraternal do leal camarada e as saudações que me autorizaram a enviar-vos em nome do Partido Socialista, tão pequeno, é grande na convicção dos que compõem.”<sup>137</sup> Antônio Guedes Coutinho (1868-1945), natural de Portugal, é um importante líder do movimento operário rio-grandense, militava na cidade de Rio Grande, na Sociedade União Operária de Rio Grande, e editava o jornal socialista “Echo Operário.”<sup>138</sup>

Em 05 de fevereiro de 1899, o Social apresenta um “Manifesto Socialista”, que, segundo as informações do periódico, é distribuído pelo Centro Socialista da Capital Federal (Rio de Janeiro) no dia 09 de janeiro de 1899. O Manifesto é lido na biblioteca da Sociedade Operária Mútua Proteção.<sup>139</sup>

Sobre a necessidade de a classe operária organizar-se em Partido próprio, Mallmann escreve:

Logo, tem ela incontestável direito de agir politicamente, visto que esta é a forma porque é organizada a governação social, e disseminados os operários por todos os partidos que exploram a posse do poder, estarão sempre no

<sup>135</sup> Ibid. p.03.

<sup>136</sup> SOCIAL, **Pela Verdade**. Alegrete, 10 de setembro de 1899. Ano III, nº 18.p.03.

<sup>137</sup> SOCIAL. Alegrete, 23 de abril de 1899. Ano III, nº 12.p.02.

<sup>138</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. **Um socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.p.124s.

<sup>139</sup> SOCIAL. Alegrete, 05 de fevereiro de 1899. Ano II, nº 01.p.03.

presente estado dependente e em completa hostilidade a seu próprio interesse.<sup>140</sup>

Além de defender um Partido Operário, Eduardo Mallmann ainda destaca a importância de uma teoria política para este partido: “Resta, pois, que o operariado opte pela teoria política que mais caráter esteja com suas aspirações (...)”.<sup>141</sup>

Para demonstrar como estava difundida a concepção socialista em Alegrete, cabe observar as colocações que seguem. Nos dias 01 e 02 de janeiro de 1898, em Porto Alegre, no Primeiro Congresso Operário Sul Rio-Grandense, é lido o seguinte telegrama procedente de Alegrete: “Viva o Socialismo Científico!” (seguindo-se 10 assinaturas).<sup>142</sup>

A “paixão” quase religiosa a uma filosofia política pode resultar no fato de as pessoas darem, aos próprios filhos, nomes relacionados às “crenças” dos pais. Em abril de 1898, é publicado no jornal “Echo Operário”, de Rio Grande, a seguinte notícia:

De Alegrete nos participam que dois companheiros acabam de dar a duas crianças os significativos nomes de Socialina e Socialino. É uma prova de que ali temos companheiros dedicados e que o socialismo principia a ser aceito na Campanha, o que nos anima a esperar em breve um futuro porvir neste Estado. Um abraço a esses companheiros que assim atestam o seu acrisolado afeto a nossa causa. Um dos pais é o dedicado amigo Olavo Cabral.<sup>143</sup>

Outro exemplo da amplitude da inserção das ideias socialistas é dado na notícia a seguir. A informação é publicada no jornal “Echo Operário”, em 20 de março de 1898, na cidade de Rio Grande, e comenta a difusão do socialismo entre algumas famílias alegretenses:

Vemos velhos honrados como o nosso, até venerável mesmo, presidente da Mútua Proteção, para garantirem solidariedade aos companheiros operários, rompem, por uma vez, todos os laços que os prendiam a velhos partidos políticos; vemos, no centro de famílias, senhoras, moças, rapazes, todos fanatizados pelo socialismo, como vereis pelo fato dos nomes dados, a duas crianças ainda há poucos dias: um menino Socialino e uma menina Socialina, esta última é filha de Aristides.<sup>144</sup>

A atividade política dos operários extrapolava os limites do município: em 25 de dezembro de 1898, um grupo de alegretenses vai à cidade vizinha de Quaraí, para fazer uma conferência socialista.<sup>145</sup>

<sup>140</sup> SOCIAL. Alegrete, 10 de setembro de 1899. Ano III, nº 18.p.02.

<sup>141</sup> Idem.

<sup>142</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS/Tchê!.1992.p.110.

<sup>143</sup> Ibid. p.124.

<sup>144</sup> JARDIM, Jorge Luiz Pastorisa.Op. cit.p.69.

<sup>145</sup> A FRONTEIRA. Quaraí, 25 de dezembro de 1898;Ano IV; Nº 310; p. 02. (CEPAL)

A instalação do partido Socialista em Alegrete é noticiada na imprensa rio-grandense. No 1º de maio de 1898, em Alegrete: “Na mesma cidade, foi instalado, nesse dia, o Partido Socialista, que publicou vibrante manifesto. O programa desse partido é uniforme ao do instalado no Rio Grande, na mesma data, e os desta Capital, que surgiu no ano passado.”<sup>146</sup> Devido à importância do documento, transcreve-se a seguir, o programa descrito no “Manifesto do Partido Socialista do Rio Grande do Sul – 1897”, e que, segundo as fontes, foi adotado pelo partido em Alegrete:

O partido socialista tratará, como as principais exigências da atualidade, de conseguir o seguinte:

I – Ampla liberdade de imprensa, de reunião e associação em qualquer época.

II – Concentração na assembléia dos representantes, unicamente, do direito de legislar; estabelecimento do referendun para a decretação de leis.

III – Ampliação do sistema eleitoral; reconhecimento do direito de voto e elegibilidade à mulher; severas medidas contra a fraudeção da vontade popular nas eleições.

IV – Reforma do atual sistema penitenciário; extinções das cadeias e, em vez destas, o estabelecimento de colônias penitenciárias, agrícolas e industriais.

V – Revisão e remodelação dos códigos.

VI – Instrução geral e profissional gratuita, bem como todos os utensílios necessários ao estudo, e, além disso, vestuário e alimentação, a expensas do Estado, para os filhos das classes pobres.

VII – Redução dos exércitos permanentes do Estado e da União.

VIII – Abolição de privilégios e monopólios a particulares; e, na concorrência pública para as obras do Estado, dada a igualdade de vantagens entre as propostas, preferência à que houver sido feita por qualquer associação de trabalhadores.

IX – Imposto gradual e progressivo sobre heranças e fortunas, estabelecimento de um limite em favor do Estado, que o aplicará unicamente no sustento e vestuário dos inválidos e indigentes.

X – Redução oficial do dia de trabalho a 8 horas; proibição do trabalho em oficinas aos menores de 14 anos; e, para os de 14 a 18 anos de idade, redução do labor a 5 horas; supressão do trabalho noturno em todos os ramos que isto seja possível.

XI – Estabelecimento, por meio de eleições, de tribunais de arbitragem compostos de proprietários e trabalhadores, a fim de resolver conflitos ou desacordos entre patrões e seus operários.

XII – Fiscalização de todas as oficinas por inspetores retribuídos pelo Estado, eleitos, a metade pelo menos, dentre o operariado e encarregados de examinar as condições higiênicas, a segurança das máquinas daquelas etc.

XIII - Construção de prédios, à custa do Estado, sob todas as regras de higiene, para moradia de proletários, mediante aluguel equitativo.

XIV – Assistência médica e gratuita, por meio de postos sanitários, onde continuamente, quer a noite, quer de dia, se encontrem médicos e

<sup>146</sup> GAZETINHA, 17 de maio de 1898. Ano 08, Nº 12; p.01.

medicamentos à disposição das classes pobres, sendo tais postos estabelecidos à razão de um para 500 habitantes.

XV – Abolição do pagamento dos registros de nascimento e óbitos e de sepultamento.

XVI – Supressão do anonimato nas sociedades ou companhias financeiras; severa regulamentação do jogo na bolsa.

XVII – Estabelecimento de colônias agrícolas e industriais em terrenos pertencentes ao Estado, onde o resultado do trabalho, pagos os necessários dispêndios, seja dividido unicamente entre os trabalhadores das mesmas, a juízo destes. Porto Alegre, 1º de maio de 1897. (...) <sup>147</sup>

Eduardo Mallman descreve a presença do Socialismo nos países europeus. Segundo ele, na França vai se impondo como meio de salvação às instituições republicanas, muitas municipalidades têm sua representação com maioria socialista. Um anarquista e um socialista fazem parte da recente organização do ministério francês. Fala de avanços na Bélgica, em Bruxelas, onde as municipalidades adotaram auxílio às classes operárias e aos idosos. Na Alemanha, a representação socialista aumentou consideravelmente. Em Berlim, os contrários ao socialismo eram vencidos em quase todas as eleições. Na Itália, terá princípio em breve uma revolução social. Assim como em Berlim (Alemanha), em Milão (Itália) não acontecem mais eleições municipais porque os socialistas ganham todas. Na Espanha, existe o Partido Socialista com força considerável e, em Portugal, a propaganda tem-se generalizado. Na Ásia, o Japão avança na arregimentação da classe operária. Mallmann termina escrevendo que o Socialismo está em marcha evolutiva e que o tempo é o seu maior propulsor. Sobre as ideias Socialistas em Alegrete, ele acrescenta: “Nesta parte do mundo, onde as ideias livres mais facilmente são plantadas, haja vistas o nosso Rio Grande, que há anos avança o que governo em parte alguma ousa tentar.”<sup>148</sup>

Quando o Promotor Público de Alegrete acusa os socialistas de enxerto na Sociedade Operária, o professor Olavo Cabral também faz a defesa da participação dos socialistas na Mútua Proteção, escrevendo assim:

Na história da Mútua Proteção, do que tenho documentos comprobatórios, foram socialistas os seus iniciadores; socialistas que necessitavam de um ponto de apoio às suas idéias. Embora pacientemente combinada a sua marcha, embora metodicamente encaminhado tudo, foram socialistas que criaram o social; este trazia como fito – organizar a Sociedade Operária e propagar o socialismo.<sup>149</sup>

<sup>147</sup> PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. **Antologia do movimento operário gaúcho (1870 – 1937)**. Porto Alegre: Ed. Universidade. UFRGS/Tchê!. 1992. p.89-95.

<sup>148</sup> SOCIAL, Alegrete, 10 e setembro de 1899; Ano III, nº 18. p.02.

<sup>149</sup> Idem.

No mesmo texto, Olavo Cabral ainda acrescenta que, se não fossem os socialistas e sua persistência, não teria existido a Mútua Proteção e ou já teria tido o seu fim devido aos constantes ataques que sofre dos patrões e do governo municipal.

No ano de 1903, após abordar o 1º de maio no Estado, a imprensa destaca: “De Alegrete recebemos o seguinte telegrama: ‘Alegrete 1º de maio – Independente – Porto Alegre. Centro Socialista organizado hoje aderiu Partido Socialista Brasileiro. – executiva’.”<sup>150</sup> Em 1º de maio de 1905 era criado o jornal “A Democracia”, pelo líder socialista Francisco Xavier da Costa. Era porta-voz da Comissão Provisória do Partido Operário Rio-Grandense.<sup>151</sup> O jornal socialista “A Democracia” também circulava em Alegrete no ano de 1905, o responsável pela distribuição do jornal era Francisco Zaccaro.<sup>152</sup> O mesmo Francisco Zaccaro que, em 1905, é o 1º Secretário da Sociedade Operária Mútua Proteção de Alegrete.<sup>153</sup>

Embora existam indícios da organização partidária dos socialistas em Alegrete, ainda não há registros que possibilitem afirmar a existência ou não vereadores eleitos pelo partido no período. Pedro de Souza Bisch, que era membro das organizações operárias e participava de conferências socialistas, é por várias vezes Conselheiro (vereador), porém, não é possível averiguar (ainda) se ele exercia a legislatura no mesmo momento em que participava das organizações operárias. Segundo a literatura, ele era vereador pelo Partido Libertador.<sup>154</sup>

É importante destacar a presença de José Fredolino Prunes, que era deputado estadual (ver capítulo 02) e que passa por algumas experiências no movimento operário em Quaraí. É presidente da Liga Operária de Quaraí, edita um jornal operário chamado “O Amador” e faz parte de um grupo de Teatro Amador da Liga Operária. Era filho de José Celestino Prunes, dono do jornal Gazeta de Alegrete. Existe um debate entre Eduardo Mallmann e Prunes, que é exposto pelo jornal operário “Social”, onde Mallmann diz que está sendo acusado de “Gasparista” por José Fredolino Prunes. Porém, Prunes se dizia socialista, e, segundo o mesmo, o lugar dos socialistas era no Partido Republicano Rio-grandense (PRR).<sup>155</sup> Em publicação especial do jornal Gazeta de Alegrete, em 1973, Mauricio Goldemberg acrescenta:

<sup>150</sup> O INDEPENDENTE. Porto Alegre, Domingo, 03 de maio de 1903. Ano III; Nº 145.p.02.AHPAMV

<sup>151</sup> MARÇAL, João Batista. **A Imprensa Operária do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, s/Ed.; 2004.p.101.

<sup>152</sup> A DEMOCRACIA. Porto Alegre, 17 de setembro de 1905; Ano I; nº 21; p.02. AHPAMV

<sup>153</sup> GOLDEMBERG, Maurício; **Alegrete de Ontem: Edição Comemorativa da Gazeta de Alegrete 111 Anos**; 1993; 2ª Edição.p.05.

<sup>154</sup> PERES, Emir Garaialde. **As Ruas do Alegrete – II**; EVANGRAF; Porto Alegre; 1991.p.58.

<sup>155</sup> CORRÊA, Anderson Romário Pereira. **José Fredolino Prunes (1873-1957): a incorporação do proletariado na sociedade**. In: Escritas íntimas, tempo e lugares de memória: a documentação pessoal como fonte para a história. Margareth M. Bakos (org). Porto Alegre: Palier, 2008.p.139.

De formação democrática, fazia, também, da sua pena e tribuna, pórticos de defesa dos mais humildes, verberando a exploração do indivíduo, sendo, por vezes, até avançado para a sua época através da pregação de um socialismo democrático.<sup>156</sup>

Seria possível que Fredolino Prunes trabalhasse através da imprensa e de sua atividade política (como parlamentar) no “meio” do movimento operário e dos trabalhadores alegretenses, no sentido de atrelar estes operários à política do PRR? Adiante, veremos o caso dos trabalhadores no comércio, sua luta pelo descanso semanal e a ação do Conselho municipal.

Não se encontra, durante a pesquisa, nenhuma “prova” que possibilite afirmar a existência de anarquistas no movimento operário alegretense; porém, existem alguns indícios que não descartam esta possibilidade. A imprensa local dava destaque a notícias em que apareciam os anarquistas sendo acusados de crimes; existe uma constante participação de associações operárias alegretenses nos Congressos operários de hegemonia anarquista. Aparecem algumas notícias da presença de anarquistas na cidade, entre outras pistas. Ao escrever sobre os motivos das fundações de núcleos dos Círculos Operários no Rio Grande do Sul (após 1930), Astor Diehl destaca: “Tomemos como significativos os casos de Bagé e Alegrete. Nesse sentido, recorre-se a duas outras questões: o tradicionalismo católico nestas áreas e os centros anarquistas aí existentes.”<sup>157</sup>

É possível identificar na imprensa propagandas com nítida intenção de difamar os anarquistas perante a opinião pública. Em 1907, aparece: “Em Barcelona, a polícia prendeu quinze anarquistas de nomeada os quais fazem parte do grupo ‘Verosistas’, que tanto tem alarmado a população.”<sup>158</sup> Mais tarde, em outra notícia, tem-se com o título “Ainda o caso do atentado contra Mussolini”:

Telegramas de Roma informam que a polícia italiana pôs ontem em liberdade trezentos presos, entre os quais se encontra o anarquista Enrico Malatesta, e prendeu mais de trezentas pessoas supostas implicadas no atentado contra o “Duce”. Já foram dadas buscas em quatrocentos e noventa estabelecimentos públicos.<sup>159</sup>

Há algumas informações que podem especular a presença de militantes operários anarquistas em Alegrete, ou ao menos, de simpatizantes. São três casos: a participação de militantes locais em congressos anarquistas; a visita à cidade de militantes anarquistas da

<sup>156</sup> GOLBEMBERG, Mauricio. Op. Cit. p.14.

<sup>157</sup> DIEHL, Astor Antônio. **Círculos Operários no Rio Grande do Sul**. POA; EDIPUCRS; 1990. p.79.

<sup>158</sup> GAZETA DE ALEGRETE. Domingo, 21 de julho de 1907. Ano XXV, Nº: 81. APERGS: Medições; Fundo Comarca de Alegrete/Sede. N:588; Maço: 23; Ano: 1907; Estante: 68. Autos: Américo Antonio de Souza, 2º vol.

<sup>159</sup> A NOTÍCIA. Alegrete, 4ª feira 29 de setembro de 1926; Nº 67; p. 01.

região e a circulação e visita à cidade de militantes e imprensa operária anarquista internacional.

Operários alegretenses participam como delegados da FORGS, na reunião de anarquistas que aconteceu em Pelotas, de 16 a 18 de janeiro de 1927, para preparar o IV Congresso da FORGS de 1928.<sup>160</sup> Aparece notícia da visita de militantes anarquistas de destaque regional e nacional na cidade de Alegrete. Estes militantes anarquistas são Reduzindo Colmeneiro e Cecílio dos Santos.<sup>161</sup> Circulou em Alegrete “A Dor Humana”, jornal operário de Uruguaiana e Passo de Los Libres, editado por anarquistas, incluindo a presença de um militante libertário espanhol.<sup>162</sup>

Todas as manifestações ideológicas presentes no movimento operário nacional e estadual evidenciam-se também no movimento operário em Alegrete no período da República Velha. A atuação que fica mais documentada é a dos Socialistas, talvez porque, naquele período, os militantes misturassem a atividade social com a “política partidária.” Já nas práticas anarquistas, era enfatizado o caráter apolítico das organizações operárias. Viu-se a ação de socialistas, de operários e militantes que poderiam ter trabalhado no sentido de atrelarem o movimento operário e os trabalhadores em geral à grande política, tanto do PRR, quanto da oposição liberal.

## 4.2 ASSOCIAÇÕES OPERÁRIAS

Tem-se por objetivo conhecer as organizações dos trabalhadores em Alegrete no período da República Velha, destacando suas entidades e composição das diretorias. Cláudio H. M. Batalha, que analisa as sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX, diz que as mesmas passaram por fases de evolução. Para Batalha, até 1888 predominavam sociedades mutualistas. Depois de 1888, despontam as sociedades de resistência, durando até 1919. O mesmo pesquisador acrescenta que não se trata de uma “evolução” linear, onde uma entidade com uma forma organizativa evoluiria para outra forma. As novas sociedades de resistência, que surgem com a República, não substituem as mutualistas. As mutualistas puras nunca desaparecem (no

<sup>160</sup> MARÇAL, João Batista. **A imprensa Operária do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2004.p.132. Marçal apresenta a cidade de Alegrete na reunião preparatória de 1927. Quem esclarece que, em 1927, foi reunião preparatória e, em 1928, o IV Congresso é Beatriz Ana Loner.

<sup>161</sup> A NOTÍCIA. Alegrete, 11 de setembro de 1926 – Nº 63; p. 02.

<sup>162</sup> MEU JORNAL. Alegrete, 14 de novembro de 1926; Nº 26; p. 03.

período da República Velha), da mesma forma que algumas sociedades de resistência adotam práticas assistenciais.<sup>163</sup> Adhemar Lourenço critica o modelo explicativo que aponta a “sucessão ‘mutual-sindicato-partido’, tomada como modelo da trajetória de constituição da consciência de classe.”<sup>164</sup> Adhemar destaca que, no Rio Grande do Sul, também são fundadas várias associações mutuais de socorro-mútuo no período da República Velha, e que estas mesmas não substituem as sociedades de resistência porque têm objetivos diferentes.<sup>165</sup> Havia organizações operárias que mesclavam objetivos de resistência com assistência (com mútuo-socorro). O mutualismo é um fenômeno organizacional que tem por objetivo prestar auxílio e socorro econômico “previdenciário” para pessoas que, por vários motivos, estejam impedidas de continuar exercendo suas atividades econômicas e profissionais. Estas organizações constituíam um “fundo” de socorro-mútuo. Alguns historiadores destacam que o mutualismo está na origem do movimento operário.

Cláudio Batalha escreve que havia três tipos básicos de sindicatos ou sociedades de resistência na República Velha: as associações pluriprofissionais, as sociedades por ofício, e, por último, os sindicatos de indústria ou ramo de atividade. Os sindicatos pluriprofissionais surgem em cidades e bairros com pouca ou nenhuma organização por ofício. Em cidades pequenas, afirma Batalha, as pluriprofissionais ganham uma sobrevida e se denominam união operária ou liga operária.<sup>166</sup>

As evidências mostram que, no período em estudo, já havia disseminada na sociedade uma “cultura” associativa, e as organizações dos trabalhadores eram de cunho pluriclassista, ou seja, não eram compostas por elementos de um único ramo profissional. A exceção, neste caso, são os trabalhadores no comércio, a primeira “categoria” a organizar sua entidade, embora associando conjuntamente patrões e empregados.

Existem diversas organizações e associações, durante o período da República Velha, em Alegrete. Para citar alguns exemplos desta “cultura associativa”, temos: Clube Triunfo da Razão (maçonaria), fundada em 1873; Clube Luz e Verdade (maçonaria), fundado em 1899; União Italiana, fundada em 15 de agosto de 1883; Beneficência Alegretense, fundada em 1898; Clube Beneficente de Senhoras (maçom), fundado em 1901; Associação Beneficente e Recreativa 1º de Julho, fundada em 1902 pelos oficiais inferiores do 30º Batalhão de

<sup>163</sup> BATALHA, Cláudio H. M. **Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro do Século XIX: Algumas Reflexões em Torno da Formação da Classe Operária**. Cad. AEL, v.6, n.10/11, 1999.p.46.

<sup>164</sup> SILVA JR, Adhemar Lourenço da. **Etnia e classe no mutualismo do Rio Grande do Sul (1854-1889)**. Estudos Ibero Americanos, v.25, n.2, 1999. Porto Alegre.p.149.

<sup>165</sup> Idem.

<sup>166</sup> BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.2000.p.16.

Infantaria;<sup>167</sup> Sociedade Musical Filhos da Euterpe.<sup>168</sup> Associação Agrícola do Plantio do Arroz, fundada em 1907;<sup>169</sup> Sociedade Amparo e Recreio dos Artistas (1898).<sup>170</sup> Sociedade Beneficente Libanesa, em 1918.<sup>171</sup>

Através dos vestígios e indícios encontrados em várias fontes, é possível identificar a presença de organizações operárias em Alegrete no período da República Velha. Os documentos apontam para a existência de organizações no período que vai de 1897 a 1929. Em junho de 1897, aparece a “Sociedade Operária Mútua Proteção.”<sup>172</sup> Em 1905, aparece como Mútua Proteção.<sup>173</sup> Em 1913, aparece a citação de uma União Operária em Alegrete.<sup>174</sup> Em 1915, apresenta-se como Centro Operário.<sup>175</sup> Em 25 de abril de 1925, é fundada a União Operária.<sup>176</sup> Em 1929, aparece novamente o nome do Centro Operário.<sup>177</sup>

Sobre a quantidade de sócios nestas entidades, somente em 1926 existe notícia de que o quadro social da União Operária era composto por 250 sócios.<sup>178</sup> Em outro momento, no mesmo ano, existe notícia de que a União Operária possui mais de 400 sócios.<sup>179</sup> Silvia Petersen apresenta uma relação de organizações operárias em 1913, descrevendo a quantidade de sócios das mesmas. Existiam associações em Porto Alegre com 1.400 sócios e outra, também em Porto Alegre, com 10 sócios. A média geral entre todas ficou em 164 por associação. A maioria das entidades da “amostra” era por ofícios ou ramos de atividades, mas aparece um Centro das Classes Laboriosas de Santa Maria, com 50 sócios, e o Centro dos Trabalhadores de Passo Fundo com 40 sócios.<sup>180</sup> É claro que são dez anos de diferença entre os dados da União Operária de Alegrete e os registros apontados com comparação, mas, se for

<sup>167</sup> O INDEPENDENTE. Porto Alegre, 01 de junho de 1902; nº 79.p.03.

<sup>168</sup> ARAUJO FILHO, Luiz. Op. Cit. p.177.

<sup>169</sup> Ibid. p.175.

<sup>170</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **“Que a União operária Seja Nossa pátria!”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. p.116.

<sup>171</sup> SILVA JR. Adhemar Lourenço da. **As Sociedades de Socorro Mútuos: estratégias privadas e públicas.** Porto Alegre, 2004. Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor junto ao Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Anexo 01 – 571.

<sup>172</sup> ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO OPERÁRIA MUTUA PROTEÇÃO, Alegrete, junho de 1897.

<sup>173</sup> GOLDEMBERG, Maurício. Op. Cit. p.13.

<sup>174</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **“Que a União Operária seja nossa Pátria!”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações.** Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.p.308.

<sup>175</sup> GOLDEMBERG, Maurício. Op. Cit. p.13.

<sup>176</sup> Idem.

<sup>177</sup> Idem.

<sup>178</sup> A NOTÍCIA. **União Operária.** Alegrete, 24 de julho de 1926 – nº 51; p. 02.

<sup>179</sup> A NOTÍCIA. **União Operária.** Alegrete, 25 de agosto de 1926 – nº 59; p. 02.

<sup>180</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **“Que a União Operária seja nossa Pátria!”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações.** Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.p.307.

levado em consideração o tipo de organização, é possível comparar as organizações de Santa Maria e de Passo Fundo e perceber que a União Operária possuía uma média entre 250 e 400 sócios, era um bom número de associados em relação ao que vinha acontecendo no Estado.

Para compreender a política operária em Alegrete, os Estatutos da Sociedade Operária Mútua Proteção fornecem importantíssimas informações:

- “Art.1º - A associação da classe Operária Mútua-Proteção é a reunião de artistas e operários que com os requisitos determinados nestes Estatutos forem inscritos sócios. § Único – O distrito social administrativo compreende todo o município de Alegrete.” No primeiro artigo fica evidente que havia duas “classificações” entre os trabalhadores, ou seja, existiam artistas e operários. De acordo com a literatura da época, artistas eram chamados aqueles profissionais técnicos e artesões, que possuíam oficinas ou qualificação profissional. Os operários eram os trabalhadores menos qualificados, geralmente empregados em serviços mais pesados e que exigiam menor qualificação. Outro detalhe interessante neste Estatuto é que ele define como “distrito social administrativo” todo o município de Alegrete, quer dizer, tanto trabalhadores da cidade quanto das zonas rurais poderiam ser membros da Associação;

- “Art.2º - Podem fazer parte desta associação somente os indivíduos que forem artistas ou operários, sem distinção de nacionalidades.” Neste artigo do Estatuto, a intenção aparente é de proibir a participação de patrões entre os associados, deixando nítida a postura internacionalista e classista;

- “Art.3º – É objeto desta associação proteger mutuamente seus associados e a classe operária em geral, fazendo valer seus direitos na sociedade pelos meios e modos prescritos nestes Estatutos. Difundir a instrução entre os mesmos pelo modo mais conveniente, e finalmente, socorrendo-os assim como aos colegas de classe, embora não filiados, que por circunstâncias estejam necessitados e sejam dignos de proteção.” A solidariedade entre os trabalhadores é incentivada, quando o Estatuto diz que independentemente de o trabalhador ser sócio ou não, a Associação pode prestar auxílio àquele que estiver necessitando. A cultura e a educação são definidas como “instrução”, esta é uma das principais metas da entidade;

- “Art.6º - Quando a assembleia geral tenha na forma do art. 20, resolvido intervir nos comícios políticos, todos os sócios têm o compromisso de esmerarem-se pelo triunfo do representante da classe, embora tenha sido vencido na votação.” Este artigo demonstra que um dos objetivos da Associação Operária é a participação política dos trabalhadores (política institucional).

- No Art.15, que trata dos “poderes” do presidente da associação, no § 1º diz: “Cada vez que o conselho tenha resolvido conceder a alguém os socorros de que trata o art.2º, o presidente poderá dispor até da quantia de cinqüenta mil réis, que os aplicará como melhor entender.” Este artigo aborda o “pecúlio”, a caixa de auxílio.

- “Art.20 – Quando, na forma do art. 6º, tenha se resolvido intervir nos comícios políticos, só pode ser candidato da classe e como tal obter votação, o operário que, em sessão prévia da assembleia geral para esse fim convocada, tenha reunido votação igual à metade e mais um dos sócios presentes.

§ 1º - Se na primeira votação nem um dos votados atingir esse número, o presidente, em seguida à apuração, fará proceder nova votação na qual só serão apurados os votos que obtiverem os dois mais votados na primeira, cujo número total de votos determinará a maioria absoluta.

§ 2º - Se convocada a assembleia para o fim determinado neste art., e ela resolver pela abstenção, os sócios têm a liberdade de intervirem como lhes aprouver, não o podendo fazer em nome da classe operária.” Aborda a construção do candidato da “classe operária”, é importante notar que, para eles, a “classe operária” é a congregada na Associação.

- “Art. 25. – A associação, enquanto não tiver prédio próprio, alugará um, com cômodos suficientes para nele instalar seu clube, e com oportuna urgência abrirá uma aula noturna de instrução primária e lições de desenho, assim como tratará de inaugurar uma biblioteca.” Demonstra mais uma vez, e de forma explícita, que um dos objetivos da Associação é com a questão educacional e cultural.

Resumindo, através do Estatuto, é possível saber que a Mútua Proteção Operária era uma associação de artistas e operários, que residiam em todo município de Alegrete, independente de sua nacionalidade. O critério que mais definia os sócios era o de “classe”, ou seja, somente operários e não patrões. É nítido o interesse tanto no socorro e auxílio econômico, como na participação política. Fica claro também o interesse pela educação dos trabalhadores. A Sociedade Operária Mútua Proteção era uma mutual classista e de resistência.

Não são encontrados “Estatutos” sobre a União Operária em 1925. Algumas notas na imprensa, porém, possibilitam acreditar que existia um pecúlio e oferecia auxílio mutual:

A primeira reunião da União foi na residência do sr. Pedro Cardoso, quando estabeleceu-se a jóia e mensalidade, respectivamente de 5 e 2 mil réis. No mesmo mês de maio de 1925, alugou-se o prédio nº 104 da Rua dos Andradas, de propriedade do Sr. Naum Adler, instalando-se a sede provisória. Mantinha a União uma caixa de socorro aos seus associados, com auxílio doença, funeral e de instrução.

Pelo que foi exposto acima, a União Operária era uma pluriclassista e mutual.

A partir de agora, aborda-se a composição das diretorias das associações operárias. A primeira diretoria da Associação Operária Mútua Proteção, em junho de 1897, é composta dos presentes nomes: “A comissão: Eduardo Mallmann; Clovis C. Cloceri; José Zimmermann; Felisbino Maciel; a 1ª Diretoria: Pedro Antero Krug, presidente; José Zimmermann, vice-presidente; Eduardo Mallmann, secretário; Felipe Krug, tesoureiro; Pedro de Souza Bisch, procurador.”<sup>181</sup>

Em fevereiro de 1899, assina como secretário da entidade o Sr. Zeferino R. Crysostomo.<sup>182</sup> Mais tarde, no mesmo ano, aparece Jorge Felipe Krug como presidente da Associação Operária Mútua Proteção.<sup>183</sup> Em 1899, aparecem também os nomes que compõem uma comissão para as atividades do 1º de maio daquele ano: Felipe Krug, Germano Bhongarhen, Pedro Bisch, João Krug, Afonso Mallmann, Zeferino Ribeiro, Alfredo Laydner, Germano Krug, Antonio Fernandes, Manoel Pessoa, Euclides Servalho e Olavo Cabral.<sup>184</sup>

Em 1905, a diretoria era composta pelos seguintes membros: “Presidente, Pedro Krug; vice, Pedro Bisch; 1º séc., Francisco Zaccaro; 2º séc. João Augusto Krug; tesoureiro, Joaquim da Silveira, e procurador, Arlindo da Fonseca.”<sup>185</sup> Também em 1905, quando da inauguração da ponte sobre o arroio Caverá, representam a Sociedade Operária Mútua Proteção Apolinário Escarrone, Francisco Zaccaro e Constantino Silva.<sup>186</sup>

Em 1915, o Centro Operário apresentava a seguinte diretoria: “presidente, Felisbino Maciel; vice, Rafael N. La Gambá; 1º séc., Dinarte de Souza; 2º séc., Júlio Rocha; tesoureiro, Pedro S. Bisch; Bibliotecário, Gil ° Ribeiro; 2º dito, Luiz Dias, Conselho Fiscal: José Costa, Jorge Krug e Olinta Bisch.”<sup>187</sup> O último nome pode ter sido um erro de grafia, pois, ao estudar os registros de impostos sobre Indústria e Profissões, encontra-se, por vários anos, a cobrança de imposto sobre uma sapataria, que era de propriedade de Olinto Bisch.

Durante um espaço de dez anos, entre 1915 e 1925, não se encontra vestígio algum sobre as organizações de trabalhadores em Alegrete. Para o ano de 1925, encontra-se a Ata de fundação da “União Operária”:

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de 1925, nesta cidade de Alegrete, Estado do R. G. do Sul, no recinto do Teatro Rio Branco, presente a

<sup>181</sup> ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO OPERÁRIA MUTUA PROTEÇÃO, Alegrete, junho de 1897.

<sup>182</sup> SOCIAL. Alegrete, 05 de fevereiro de 1899. Ano II; nº 01; p.03.

<sup>183</sup> Termo de Audiência. Alegrete, 16, de setembro de 1899. Processo Crime: 3337; 1º Cível e Crime Alegrete. Maço: 103; Estante: 69; Ano: 1899. Autor: A Justiça; Reo: Eduardo Mallmann. APERGS.

<sup>184</sup> SOCIAL. **Mútua Proteção**. Alegrete, 23 de abril de 1899; Ano II; nº 12;p.03.

<sup>185</sup> GOLDEMBERG, Maurício. Op. Cit. p.13.

<sup>186</sup> Ibid. p.05.

<sup>187</sup> Ibid. p.13.

comissão organizadora desta sociedade e os cidadãos no fim designados e sócios fundadores, na mesma ordem da palavra, o sócio Adélio de Castilhos explicando os fins da presente reunião que era o da fundação da União Operária, propôs que fosse aclamada a sua primeira Diretoria, lembrando para evitar dispersão de votos, os seguintes nomes: para presidente, Pedro Ramires, carpinteiro; para vice, Antônio Gomes, pedreiro; para secretário, Brasiliano Lara, tipógrafo; tesoureiro, João Barcellos, marceneiro; adjunto de tesoureiro, Rodolfo Anhaia, carreiro; para orador, Adélio Xavier Castilhos, tipógrafo. Para o Conselho Fiscal: Venâncio Pacheco, carpinteiro; Cyrane Anhaia, pedreiro; Manoel Emiliano, pedreiro; João Brum, pedreiro e Antonio Botto, ferreiro.

Submetida a votos foi essa diretoria aclamada por unanimidade e convidada a tomar acento na mesa, foi em seguida solenemente empossada. Por proposta do sócio-orador, foi ainda aclamado e aceito por unanimidade para essa sociedade, o título de “União Operária.”

Em nome do sr. Presidente e demais membros da Diretoria, o sócio-orador agradeceu a aclamação que vinha de ser feita e convidou todos presentes para a sessão que terá lugar a 1º de maio próximo neste mesmo recinto, para a eleição da primeira diretoria efetiva. Dada a palavra aos sócios que dela quisessem fazer uso reinou silêncio, sendo a ata aprovada. E, nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente mandou encerrar a presente ata que eu, secretário, lavei e subscrevo e assino, Brasiliano Lara, 1º secretário, seguem-se as assinaturas.<sup>188</sup>

No documento transcrito acima, percebe-se que a composição da diretoria era feita por diversos profissionais, reforçando o argumento de ser a associação uma pluriclassista. Neste documento que apresenta os nomes dos membros da diretoria e suas respectivas profissões, é possível perceber que existe uma “ruptura” entre aqueles primeiros trabalhadores que, desde 1897 até 1915, continuavam nas organizações operárias e outros nomes, que aparecem a partir de 1925. Fica nítido que os nomes de origem germânica, em 1925, não aparecem mais na diretoria da entidade operária, destacando-se alguns nomes de origem italiana e talvez espanhola. Abaixo se apresenta o retrato do militante operário Pedro Ramires.

---

<sup>188</sup> Idem.

Figura 05



Pedro Ramires

Fonte: "União Operária 1º de maio e seus presidentes (1925-1950)." Quadro Comemorativo dos vinte cinco anos da União Operária. Secretaria da União Operária 1º de Maio.

Em 1926, registros apontam que o presidente da União Operária era Pedro Ramires, o secretário interino era Adalberto do Patrocínio Ribeiro e o procurador João Paré.<sup>189</sup>

No dia 18 de dezembro é publicada a primeira convocação para Assembleia Geral da União Operária, para eleição da nova diretoria para os anos de 1927 a 1929. Já em outra publicação, a nota afirma que a nova gestão é para os anos de 1927 e 1928:

União Operária - Sessão de Assembléia Geral -2ª Convocação.  
De ordem do Senhor Presidente, convoco os Srs. Sócios para comparecerem à Sessão de Assembléia Geral de eleição da nova Diretoria que dirigirá os destinos desta "União" nos annos de 1927 – 1928, a realizar-se na manhã do dia 26, às 20 horas na sede social. Manoel C Portella. Secretário.<sup>190</sup>

Observa-se que, no período de 1925 a 1926, é eleito secretário da primeira diretoria o Sr. Brasiliano Lara; em 1926, aparece Adalberto do Patrocínio Ribeiro como secretário interino e assina a convocação para Assembléia o secretário Manoel C. Portela. Quais seriam os motivos das trocas de secretários? Seriam questões relacionadas à política (grande ou pequena política)?

<sup>189</sup> A NOTÍCIA. **União Operária**. Alegrete, 25 de agosto de 1926 – Nº 59; p. 02.

<sup>190</sup> Ibid. p.01.

Figura 06



### **Brasiliano Lara**

Fonte: "União Operária 1º de maio e seus presidentes (1925-1950)." Quadro Comemorativo dos vinte cinco anos da União Operária. Secretaria da União Operária 1º de Maio.

No dia 15 de janeiro é empossada a diretoria da União Operária para o ano de 1927. De acordo com a nota na imprensa, a nova diretoria fica assim constituída:

Presidente: Adolpho Ferreira Leite; Vice-presidente: Paschoal Mittidieri; 1º Secretário: Adalberto Patrocínio Ribeiro; 2º Secretário: Manoel C Portella; Thesoureiro: Julio Rocha (reeleito); Adjunto: Brasiliano Lara; Procurador: Euclides Braz; 1º Bibliothecário: Quintino R dos Santos; 2º João Batista Juliano.<sup>191</sup>

Ainda de acordo com a mesma fonte, a Comissão Fiscal era composta pelos "companheiros" Pedro Ramires, Salvador Bianchi e Ladislau dos Santos.

<sup>191</sup> MEU JORNAL. **União Operária**. Alegrete, 16 de janeiro de 1927; Nº 35; p. 03.

Figura 07

**Adolfo Ferreira Leite**

Fonte: "União Operária 1º de maio e seus presidentes (1925-1950)." Quadro Comemorativo dos vinte cinco anos da União Operária. Secretaria da União Operária 1º de Maio.

Adolfo Ferreira Leite é um "líder" operário que aparece pouco nos registros do Movimento operário em Alegrete. Em 1927, ano em que ele aparece como presidente da União Operária, é o último ano em que se encontram registros sobre ele na cidade. Abaixo, reproduz-se a fotografia do vice-presidente, Pasquale Mittidieri.

Figura 08

**Pasquale Mittidieri**

Fonte: "União Operária 1º de maio e seus presidentes (1925-1950)." Quadro Comemorativo dos vinte cinco anos da União Operária. Secretaria da União Operária 1º de Maio.

Em 1928, há uma completa mudança na direção da entidade, quer dizer, alguns militantes retornam para os postos “chave” da diretoria, e alguns da diretoria anterior não compõem a nova.

Alegrete, 14 de outubro de 1928. Ilmo. Snr. Diretor da “A Notícia”.

De ordem do Sr. Presidente, tenho a subida honra de levar ao vosso conhecimento que em sessão de Assembléia Geral, realizada no dia 30 do mês e setembro, foi empossada uma nova diretoria a qual regerá os destinos desta Sociedade até o fim do ano de 1928, provisoriamente, que ficou constituída dos seguintes senhores: Presidente, Pedro Ramires; Vice, Salvador Bianchi, 1º secretário, Quintino Santos; 2º Dito, Mario dos Santos, Tesoureiro, Julio Rocha, 1º Bibliotecário, Napoleão de Ávila; 2º dito, Ladislau dos Santos. Comissão Fiscal – Clementino R. Rosa, Manoel Emiliano e Reinaldo Marques. Aproveito o ensejo para em nome desta agremiação testemunhar os protestos de minha consideração. Quintino Santos. 1º Secretário<sup>192</sup>

Abaixo, apresenta-se o retrato do vice-presidente da União Operária no ano de 1928, Sr. Salvador Bianchi.

Figura 09



**Salvador Bianchi**

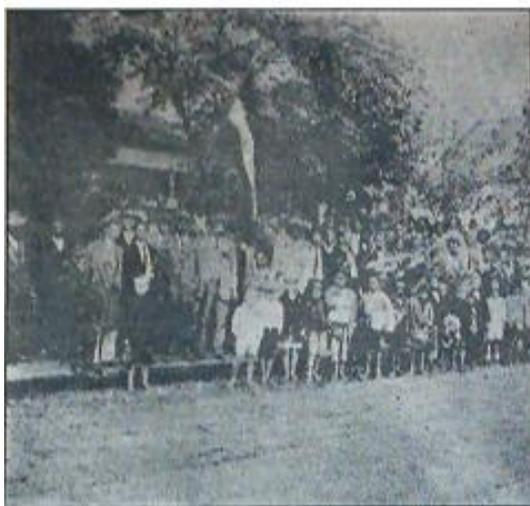
Fonte: “União Operária 1º de maio e seus presidentes (1925-1950).” Quadro Comemorativo dos vinte cinco anos da União Operária. Secretaria da União Operária 1º de Maio.

Em 1929, aparece a notícia da existência de outra entidade operária denominada Centro Operário, seu presidente é Júlio dos Santos.<sup>193</sup>

<sup>192</sup> A NOTÍCIA. **Sociedade União Operária**. Alegrete, Quarta-feira 24 de outubro de 1928; p. 01.

<sup>193</sup> GOLDEMBERG, Maurício. Op. Cit. p.13.

Figura 10



Fundação do Centro Operário Alegretense em 1929.  
 Fonte: GOLDEMBERG, Maurício. União operária 1º de maio:  
 raizar dos 70 anos. In: Alegrete de Ontem: Edição Comemorativa  
 do Jornal Gazeta de Alegrete 111; 1993, 2ª ed. p.13.

Retornando à associação União Operária, sobre ela, foi encontrado um único documento original datado de 1929, porém de grande valor. É o “Livro dos Sócios”, onde aparece a descrição de alguns associados da entidade<sup>194</sup>. A seguir, apresenta-se a descrição dos nomes dos sócios de acordo com a ordem dos próprios registros: Justo Silveira; João Barcelos; Manoel Emiliano; Salvador Barbosa; Otacílio Almeida; Miguel Gomes; João Paulo de Souza; Astério Pahim; Jacob Ornela; Olbino O Affonso; Serafim Bordernark; Olavo Rodrigues; Luiz Magno Scarrone; Amador Pahim; João Pedro Chaves; Romário Crispoin; Alfredo Bottaro; Nazareno Moraes; Demétrio Cassal; Ciro; Favorino Rodrigues Rosa;

<sup>194</sup> Livro dos Sócios da Sociedade União Operária de Alegrete. De acordo com o termo de abertura deste livro, em reunião da diretoria da S. U. Operária, realizado no dia 02 de outubro de 1928, deliberou-se que fosse aberto um novo livro que registrasse os sócios. Aparecem os registros dos sócios de 1929.

Durante ano de 2004, até o mês de agosto, o autor desta dissertação elaborou um levantamento documental da União Operária 1º de Maio de Alegrete. Na época, o presidente da entidade era o Sr. Emílio Thomas Moura Cruz. Foram encontrados, além de fotografias, cinco (05) livros atas: o livro com etiqueta nº 01, era um livro de protocolo, que pertenceu à Associação Alegretense e que, nos registros, passava-se a se chamar, em 1907, Associação Beneficente e Recreativa Alegretense; livro de atas com etiqueta nº 08, de 1940; livro com etiqueta de nº 13, de 1970; outro livro de etiqueta nº 14 de 1975. Existia, também, em 2004, um livro atas de 1969 (sem etiquetas) e dois livros de sócios: um já citado com datas de 1928/ 1929 e outro de 1940. Foram digitalizados estes livros Atas, e uma cópia foi entregue à diretoria da sociedade em agosto de 2004. Os administradores da União Operária dizem que os outros livros foram queimados no período da Ditadura Militar, restando somente estes dentro de uma lareira. A presença de um livro de protocolo de 1907, junto com os livros da União Operária, pressupõe uma continuidade, ou seja, foram passados de geração em geração uma continuidade administrativa. Por isso, é possível crer que a associação sofreu modificações no transcorrer do período. Outro aspecto interessante é que existe um livro com etiqueta de número 14, com registro de Atas do ano de 1975. Isso mostra que a possível queima dos livros ocorreu após 1975.

Reynado Marques; Mariano de Paula; Clotário Estulano dos Santos; Ulysses Carvalho; Mariano Pires da Rosa; Ladilan dos Santos; Máximo P. dos Santos; Antônio <sup>a</sup> Dornelles; Astremanio Falcão; Ataliba Nunes; Maurílio Correia; Brasiliano Lara; Antônio M. Telles; Arthur Silveira; João Lucrécio Favolla; Aristides Gomes de Castro; Isahias Menezes; José Gomes; Maurílio Gomes; Angelo Ferreira; Sérgio F. Texeira; Percival Laydner; Olintho Soares; Adolfo F. Crespo; Francisco Pesce; Gentil Ramires; Pércio A. Silva; João Mário dos Santos; Adalcino Nunes; Napoleão Ávila; Luiz Silva; Setembrino Moraes; Waldemar de Oliveira; João Ig. De Mello; Danton Boatini; João Tavares; Guilherme R. Lemos; Alberto L. dos Santos; Horácio M. dos Santos; Odotornil Ribas; Flaubiano Mendes; Clementino R. da Rosa; Severino Silva; Domingos Concórdia; Epaminondas Machado; João Pare; Jacinto Gonçalves; Napoleão B. Guerra; Appolinário F. Gomes; Homero A dos Santos; Abeibíades da S. Pires; Mariano Pinto de Oliveira; Antônio Chaves Vargas; Antônio Scarrone; Dorval Carvalho; Vences Medeiros ; Pedro do S. Martins; Mazaredo da Silva; Odilon Costa; Celço de Oliveira; Francisco Per. Borges; Salvador Bianchi; Norival Rodrigues; Augusto Rodrigues; Abeides Brum; Euclides Braz; Adão Brasileiro; Caetano Falcão; Elviro Carvalho; João A. Carvalho; Pedro Ramires; Pedro de Barros Leite; Fidéliz Ribas; João Pedro Silva; Quintino dos Santos; Guilherme Sejani; Justino Carpinteiro.<sup>195</sup>

Dos 98 nomes acima, é possível identificar as atividades profissionais de 30 trabalhadores sócios da União Operária. Justino Silveira era marceneiro, Manoel Emiliano era pedreiro, Salvador Barbosa era marceneiro, João Paulo de Souza era jornalista, Luiz Magno Scarrone era carpinteiro, Amador Paim era pedreiro, Alfredo Bottaro era mecânico, Mariano Pires da Rosa era jornalista, Ladislau dos Santos era tipógrafo, Astremânio Falcão era mecânico, Brasiliano Lara era tipógrafo, José Gomes era jornalista, Adolfo Fernandes Crespo era marceneiro, João Mario dos Santos era jornalista, Waldemar de Oliveira era carpinteiro, Alberto L. dos Santos era carpinteiro, Odotornil Ribas era carroceiro, João Pará era pedreiro e ourives, Apolinário F. Gomes era jornalista, Mariano Pinto de Oliveira era carpinteiro, Antônio Chaves Vargas era jornalista, Antônio Scarrone era ferreiro, Dorval Carvalho era contador, Mazaredo da Silva era jornalista, Salvador Bianchi era funileiro, Euclidez Braz era carpinteiro, Pedro Ramires era cobrador, Guilherme Sejani era pedreiro e Justino foi carpinteiro.<sup>196</sup>

<sup>195</sup> UNIÃO OPERÁRIA 1º DE MAIO: Livro dos Sócios de 1929. Secretaria da União Operária 1º de Maio. Alegrete, Rio Grande do Sul.

<sup>196</sup> UNIÃO OPERÁRIA 1º DE MAIO: Livro dos Sócios 1940. Secretaria da União Operária 1º de Maio. As informações foram retiradas de “fichas” cadastrais dos associados da União Operária 1º de Maio, elaboradas no

São 06 jornaleiros, 06 Carpinteiros, 05 pedreiros, 03 marceneiros, 02 mecânicos, 02 tipógrafos, 01 carroceiro, 01 ourives, 01 ferreiro, 01 contador, 01 funileiro, 01 cobrador. Considerando que carpinteiros, pedreiros, marceneiros, mecânicos, tipógrafos, ourives, ferreiro, contador, funileiro, cobrador eram profissionais especializados, tem-se, então, 23 profissões que exigem certo nível de qualificação. O cuidado com a representatividade destas informações deve estar no fato de possivelmente as pessoas declararem suas profissões quando estas são “qualificadas”, àqueles que não possuem profissão definida, podem muito bem não expô-las ou informá-las. No caso da “amostra”, que representa aproximadamente 30% dos nomes, os 23 profissionais “qualificados” representam 76% das profissões dos sócios com profissões identificadas. Os carpinteiros, marceneiros, mecânicos, tipógrafos, ourives, ferreiro e funileiro são considerados “artesãos” ou “artistas”. São 21 artesãos, que representam 70% da “amostra”. É uma característica do período, a marcante presença de artesãos no Movimento Operário.

#### **4.2.1 Os trabalhadores no comércio**

Provavelmente, a primeira categoria específica de trabalhadores a buscar sua organização em Alegrete tenha sido a dos trabalhadores no comércio. No período da República Velha (1889 – 1930), a conjuntura sociopolítica e cultural favorece a emergência de demandas sociais. É neste momento da história, inclusive em Alegrete, que outros protagonistas vêm à cena e passam a abrir espaço na História. O pesquisador João Batista Marçal diz que os comerciários são a primeira categoria de trabalhadores a se organizar no Brasil. Em 1837, fundam o primeiro jornal operário do país: “O Defensor dos Caixeiros”, em Salvador. Aqui, no sul, é também a primeira categoria a se organizar e, principalmente a primeira a começar a obter conquistas a partir de sua luta. Em Porto Alegre, o Clube Caixeiral surge em 1882. É criada a campanha pela “Lei do Fechamento de Portas”, que buscava o direito de descanso dominical. Em 1884, depois de muita luta, é aprovada, em Porto Alegre, uma lei municipal que determinava que as casas comerciais deveriam manter suas portas

---

ano de 1940. Estas fichas apresentam a profissão de muitos dos sócios cadastrados. Outras informações foram possíveis obter observando os Livros de Cobrança de Impostos Sobre Comércio, Indústria e Profissões, da Intendência Municipal de Alegrete (1901-1928).

fechadas aos domingos. É a primeira vitória da classe operária gaúcha, que ficou conhecida como “LEI ÁUREA DO BALCÃO”.<sup>197</sup>

A historiografia sobre o movimento operário não faz referência aos trabalhadores no comércio; segundo Paulo Duarte, são pouquíssimos os estudos que tratam do assunto. Paulo Duarte escreve: “Com referência à história operária, as controvérsias conceituais giram em torno da inclusão ou não dos empregados do comércio no conjunto da classe operária (...)”.<sup>198</sup> Para o autor, incluir ou não os caixeiros na história operária é uma questão de perspectiva de cada pesquisador. Ele comenta a afirmação de Cláudio Batalha, que afirma ser coerente incluir as sociedades de caixeiros entre as organizações operárias, pois a noção de movimento operário era muito abrangente no período de transição do século XIX para o século XX. Comenta, também, que Beatriz Ana Loner exclui os caixeiros e trabalhadores dos estudos sobre o movimento operário em Rio Grande e Pelotas, pois, segundo a pesquisadora, nem os caixeiros eram trabalhadores manuais produtores de mercadorias, nem eles mesmos viam-se como operários.<sup>199</sup> A concepção defendida por Paulo Duarte é de que:

Fatores que podem incluir os caixeiros, no conjunto dos trabalhadores manuais dependem muito de época para época. Dependem, por exemplo, de os agentes sociais sentirem-se pertencentes à classe. Dessa forma, a abordagem aqui feita, como núcleo de análise, parte da perspectiva que privilegia a ação dos sujeitos históricos na construção das representações coletivas que tinham, por interesse último, a valorização profissional e legitimação social dos empregados no comércio.<sup>200</sup>

Como se deve historicizar o movimento operário, e os membros da Mútua Proteção Operária de Alegrete reconheciam os trabalhadores no comércio como membros das classes exploradas, resolve-se escrever sobre estes trabalhadores.

O Clube Caixeiral de Alegrete é fundado no início (janeiro) de 1897: “Na cidade de Alegrete acaba de fundar-se sob os mais belos auspícios um club caixeiral.”<sup>201</sup> Também existia a Associação dos Empregados no Comércio, fundada no dia 28 de maio de 1905, sendo uma “evolução” do Club Caixeiral da cidade.<sup>202</sup> Na cidade de Quaraí, o alegretense José Fredolino Prunes noticia em seu jornal “O Farrapo”, que, em Alegrete, é fundado o Clube Caixeiral:

<sup>197</sup> MARÇAL, João Batista. **Comerciários fecham as portas para descansar: A luta dos comerciários brasileiros pelo descanso semanal**. Editora Fotoletras. Porto Alegre.p.25s

<sup>198</sup> DUARTE, Paulo César Borges. **Despachando no Balcão: Caixeiros de Pelotas e identidade social do empregados no comércio do Rio Grande do Sul (1879-1904)**. Dissertação. Porto Alegre: PUCRS, 2001..p.ix.

<sup>199</sup> Idem.

<sup>200</sup> Idem.

<sup>201</sup> O FARRAPO. **Club Caixeiral**. Quaraí, sexta-feira, 08 de janeiro de 1897; Ano 02; nº 10;p.01.

<sup>202</sup> ARAÚJO FILHO, Luiz. Op. Cit. p.174.

Club Caixeiral - Na cidade de Alegrete acaba de fundar-se sob os mais belos auspícios um club Caixeiral. Para esse fim reuniram-se os membros d'aquela classe, num dos salões do "Cassino Alegretense" e elegeram a seguinte diretoria: Presidente: Luiz Arancibio; Vice – presidente: João Tillet; Tesoureiro: José Leal; Primeiro Secretário: Osório Neves; Segundo Secretário: João Cancio de Souza; Orador: Fabriciano de Mattos. Avante!<sup>203</sup>

Nesta composição primeira da direção do Clube Caixeiral, pode-se identificar, por exemplo, João Tillet, que é "caixeiro", balconista da casa Freitas Valle, e tio de José Fredolino Prunes. Fredolino milita no movimento operário de Quarai.<sup>204</sup>

No ano de 1899, é publicada, no jornal Social, uma matéria criticando o Clube Caixeiral de Alegrete, pois, pelo fato de unir patrões e empregados, não traria benefícios aos trabalhadores<sup>205</sup>. No jornal Social, órgão da Sociedade Operária Mútua Proteção em Alegrete, encontra-se a seguinte matéria: "A classe caixeiral, uma das séries de ordem da grande classe explorada, não poderá, nunca, haver vantagens sólidas, dignas, de dar-se o nome de conquistas suas, sem serem essas vantagens arrancadas, em luta moral, contra o elemento, seu oposto em interesse, - os patrões."<sup>206</sup>

A matéria publicada acrescenta a busca por uma sociedade mais criteriosa, mais digna e severa. Aponta que, encarada a questão das classes sociais, para poder aliar meios de luta, os trabalhadores devem ser exclusivistas para comporem um corpo sólido. Do contrário, os efeitos da união entre patrões e empregados terão sempre efeitos aéreos e efêmeros. Destaca o autor do texto: "De interesses opostos – caixeiros e patrões - não poderão, jamais, conjuntamente, fazer um todo, composto de partículas livres, com bastante autonomia e ligados, homogenicamente, por interesses comuns."<sup>207</sup> Portanto, para os líderes do movimento operário em Alegrete, os trabalhadores no comércio eram considerados "operários", e não deveriam aceitar "patrões" em sua associação de classe. Esse discurso é feito por um artesão dono de uma marcenaria. Será que Mallmann não possuía empregados? A maioria dos membros da diretoria da Mútua Proteção eram donos de oficinas! Seriam eles artesãos proletarizados?!

Já em 1905, Luiz Araújo Filho escreve sobre a Associação dos Empregados no Comércio, assim se referindo: "Esta associação, fundada no dia 28 de maio de 1905, por

<sup>203</sup> O FARRAPO. Ano: 02; n: 10; Quarai; Sexta-feira; 08/01/1897.p.01

<sup>204</sup> PRUNES, José Fredolino. **Notas para a história da imprensa na Fronteira do Rio Grande do Sul**. In: MARÇAL, João Batista. "Gazeta de Alegrete", os Prunes e seus jornais. **Contribuição para a história da imprensa no RGS**. Porto Alegre. 2001.p.45. (Inédito: acervo particular de João Batista Marçal).

<sup>205</sup> SOCIAL. Alegrete, 02 de abril de 1899. nº 09.

<sup>206</sup> SOCIAL.Club Caixerai. Alegrete, 02 de abril de 1899; Ano II; nº09;p.03.

<sup>207</sup> Idem.

unânime resolução da assembléia geral dos sócios em atividade do antigo “Clube Caixeiral Alegretense”, é uma instituição beneficente, instrutiva e comercial”. Seus objetivos, de acordo com o autor, são: “Manter aulas de ensino comercial, que poderão ser frequentadas pelos sócios ou por seus filhos e tutelados menores de 18 anos; criar e manter uma biblioteca frequentável pelos sócios, conforme a condição supra”. E a finalidade que destacamos é a de proteção por perseguições que possam vir a sofrer os trabalhadores, com o seguinte texto: “Promover a colocação dos seus sócios, quando necessitarem, e protegê-los, pelos meios ao seu alcance, quando processados, presos ou injustamente perseguidos.”<sup>208</sup>

Pela composição da diretoria, percebe-se que, como o Clube Caixerai, a Associação dos Empregados no Comércio congregava ainda trabalhadores e proprietários, ou seja, patrões e empregados. O próprio presidente da Associação, irmão de Eduardo Mallmann, era um dos mais ricos comerciantes na cidade.<sup>209</sup> Araújo Filho destaca a diretoria eleita para o ano de 1908:

Presidente – Candido Malmann (re-eleito); Vice-presidente – Justo Leão; 1º Secretário – Carlos Manoel Schmitz (re-eleito); 2º Secretário – Gabriel Portella; Tesoureiro – José Maciel (re-eleito); Orador - João Benício da Silva; Bibliotecário – Polycarpo Rodrigues; Comissão Fiscal: Amadeu Bicca de Medeiros; Adolpho Scharnberg Filho; João Cassiano de Camargo.<sup>210</sup>

Algumas vantagens e conquistas começam a aparecer, muito provavelmente, devido à existência de uma organização dos trabalhadores no comércio. Assim, em 1906, registra-se a seguinte notícia publicada em um jornal de Quaraí: “Fechamento de Portas: Em Alegrete, foi publicada uma Lei Municipal, aumentando os impostos das casas de negócio que venderem aos Domingos e depois do meio-dia nos feriados.”<sup>211</sup>

---

<sup>208</sup> ARAÚJO FILHO, Luiz. Op. Cit. p.174s.

<sup>209</sup> Observar os registros de cobrança de impostos da Intendência de Alegrete.

<sup>210</sup> ARAÚJO FILHO, Luiz. Op. Cit. p.174s.

<sup>211</sup> O QUARAI. Ano:II; Quaraí; Quarta-feira; 224/11/1906. p.04.

Figura 11



Balconistas (Comerciários) da alfaiataria e loja de fazendas Casa Faraco, em março de 1926.  
 Fonte: A NOTICIA, Alegrete, 31 de março de 1926. Anno I, nº 24; p.01. (CEPAL).

Vitorino de Carvalho Portella<sup>212</sup> escreve que Candido Mallmann “foi o primeiro comerciante em Alegrete a cerrar a casa às 12 horas, reabrindo às 14 horas, sendo por isso contrariado por vários colegas”. Escreve ele sobre o Comerciante e empresário: “Com a idade apenas de 12 anos, Candido Mallmann ingressou no comércio, como simples caixeiro e, anos decorridos, estabeleceu-se com a loja de fazendas e miudezas denominada ‘O Trocadero’, à rua Gaspar Martins, onde hoje é estabelecida a pensão central.” Segundo o autor, politicamente, Candido Mallmann “pertenceu ao instinto Partido Federalista, ao qual prestou assinalados serviços”. Candido era irmão de Eduardo Mallmann (editor do jornal operário Social).

Figura 12



Balconistas (Comerciários) na Farmácia de Péricles da Silveira, em 1928.  
 Fonte: A NOTICIA, Alegrete, 06 de janeiro de 1928; Anno III, nº 01,p.06. (CEPAL)

Os trabalhadores no comércio são a mais antiga categoria profissional a organizar-se em Alegrete, a S. O. Mútua Proteção congregava várias categorias profissionais, a União Operária, da mesma forma. O Clube Caixeiral e a Associação dos Empregados no Comércio,

<sup>212</sup> PORTELLA, Vitorino de Carvalho. **Alegrete, Capital Farroupilha – Traços de Relances (1º Centenário 1857 – 1957)**. Livraria do Comércio, Alegrete:1957. p.73.

embora compondo suas associações junto com os patrões; é possível acreditar que tenham obtido alguma conquista, como se evidenciou a pressão por parte da Intendência no sentido de impor sanções aos empresários que quisessem abrir aos domingos. Fica claro, também, que o jornal Social, através de seus colunistas, considerava os trabalhadores no comércio, como trabalhadores explorados e pertencentes à classe operária.

Na composição da diretoria da Associação dos Empregados no Comércio de Alegrete, em 1908, é possível identificar alguns membros da “elite” econômica e política do município. No aspecto econômico, tem-se os nomes de Candido Mallmann e João Cassiano de Camargo. No aspecto político, aparece o nome de João Benicio da Silva (orador), que havia sido intendente do município, deputado estadual e um dos líderes do PRR na cidade.<sup>213</sup>

#### 4.3 A CIRCULAÇÃO DE IDEIAS E DE MILITANTES

Esta dissertação parte do princípio de que a organização dos trabalhadores, no final do século XIX e início do século XX, resulta, também, do internacionalismo operário. Este internacionalismo operário manifesta-se através da circularidade das ideias e de pessoas. A seguir, analisa-se a circularidade das ideias e a influência da ação estratégica de militantes internacionalistas na organização do movimento operário alegretense da República Velha: a imprensa, os congressos e conferências, campanha de solidariedade e o 1º de maio.

---

<sup>213</sup> Candido Mallmann foi presidente do Clube Cassino Alegretense por várias oportunidades, Presidente da Associação Comercial nas primeiras décadas do século XX, foi Provedor da Santa Casa de Caridade, um dos proprietários do Teatro 13 de Maio. Ver: GOLDEMBERG, Maurício. **1905: Fatos que foram notícia**. Alegrete de Ontem – Comemorativo dos 111 da Gazeta de Alegrete. p.08. Sobre a elite econômica, sabe-se que, em 1902, um dos critérios para a habilitação para votar era a constituição da “Comissão Qualificadora”. A Comissão Qualificadora era formada pelo Juiz de Direito, membros do Conselho Municipal e os maiores contribuintes do Cofre do Município, que eram escolhidos a partir daqueles que contribuíam mais com a municipalidade através de impostos: Indústria e Profissões, Predial e Pecuário. Os maiores contribuintes de impostos sobre Indústria e Profissões: João Joaquim da Silva, Rodolfo Cristiano Troptow, Fabriciano José de Almeida, Jacob Luiz Laydner Sobrinho, Leopoldo Gonçalves dos Santos, João Pedro de Medeiros, João Cassiano de Camargo, Feliciano Febrônio Rodrigues, Candido Mallmann, João Carlos Schmitt, Frankilin José de Souza, Soralino Araujo Pessoa, Alfredo Mallmann, João Caetano Guterres e Norberto Hipólito da Silva. Os maiores contribuintes sob imposto Predial: Ten.Cel. Patrício Ribeiro de Farias, Norberto Machado da Silveira, João Pedro de Medeiros, Jorge Felipe Krug, Elizeu José Moreira, Cel. Manoel de Freitas Valle Filho, Jacob Krug, Pedro Fernandes Ribeiro, Adolfo Teles de Souza, Jacob Luiz Laydner Sobrinho, Américo Antonio de Souza, Dr. José Maria Pereira da Cunha, Fidencio Teles de Souza e Constantino Pinho de Azevedo. Sob o imposto Pecuário: Constantino Pinho de Azevedo, Francisco Ferreira da Costa, Major Olivério Ortiz Teles, Major Justo Sá Brito, Hipólito Conceição da Silveira, Salathiel Machado da Silveira, Capitão Antonio de Oliveira Macedo, Joaquim S. da Silveira, Luiz Gonzaga Pinto, Cel. Bento Ferreira Bicca, José Milano, Clarimundo Dorneles da Cunha, Major Manoel Bicca de Freitas, Antonio Villela, Tenente Cel. Vidal Cambraia de Souza e Antônio José dos Campos. In: GOLDEMBERG, Maurício. **Op. Cit.** p.20.

### 4.3.1 A imprensa operária

A produção de jornais é uma das características marcantes dos militantes e do movimento operário em geral. Os militantes operários viam na imprensa um instrumento de “instrução” e esclarecimento dos trabalhadores, mas também servia para construir a identidade deste grupo, formando uma “comunidade de ideias”, formando uma classe. Pretende-se, nesta seção, conhecer um pouco da imprensa de Alegrete no período da República Velha. Busca-se identificar os jornais produzidos e circulados pelo e no “movimento operário” alegretense. Segundo Jorge Pastorisa Jardim, a imprensa é um dos aspectos que dinamiza e transforma a sociedade. Para Jorge Jardim, além da urbanização e da industrialização, a imprensa tem lugar de destaque no desenvolvimento do capitalismo; para ele: “A imprensa e o jornalismo se desenvolveram paralelamente ao capitalismo e a industrialização. A imprensa por si só já pode ser considerada uma forma de indústria, pois substitui o trabalho artesanal por um processo mecânico.”<sup>214</sup> Jorge Jardim escreve que os primeiros jornais operários e contestadores do sistema capitalista no Rio Grande do Sul foram “O Operário”, em Pelotas, e “L’Avvenire”, em Porto Alegre.<sup>215</sup> Durante o Primeiro Congresso Operário do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre - em 1898, circulavam no Estado dois jornais operários, o “ECHO Operário”, de Rio Grande, e “Social”, de Alegrete.<sup>216</sup> No primeiro capítulo é possível verificar que Alegrete estava entre as poucas cidades que possuíam imprensa operária no período da República Velha. Isso se explica, de acordo com os estudos de Jorge Jardim, porque a existência da imprensa operária está relacionada à urbanização, imigração e a existência do movimento operário. Portanto, a existência da imprensa operária, e do movimento operário, não é algo relacionado especificamente à industrialização, mas sim, à soma dos fatores mencionados acima. A seguir, escreve-se sobre a imprensa em Alegrete, a “guerra” e repressão contra os jornais, a circulação da imprensa operária na cidade (socialista e anarquista) e os jornais operários alegretenses: “Social” e “O Combate”.

Em Alegrete, no período da Primeira República (1889-1930), destacam-se alguns jornais, como por exemplo: “Gazeta de Alegrete”, fundado em 1882 por membros do Partido Conservador para promover a abolição da escravatura (seu fundador e proprietário era o

---

<sup>214</sup> JARDIM, Jorge Luiz Pastorisa. Op. Cit. p.23.

<sup>215</sup> Ibid. p.24.

<sup>216</sup> Ibid.p.31.

alegretense Luiz de Freitas Valle, que recebe o título de Barão do Ibirocaý). O jornal, com outra direção, alguns anos após a proclamação da República, passa para o lado do novo regime. Mantém sua existência de 1883 até 1893. No ano de 1893 para de circular, voltando quatro anos depois, em 1897, já definitivamente ao lado da política republicana; “O Til”, fundado em 1888, com existência até 1897, substitui o “Gazeta de Alegrete”, quando este fica fechado; “O Combate”, jornal do Partido Republicano dissidente, aparece em 1893, era seu redator o advogado Joaquim Napoleão E. de Arruda; “A Palavra”, órgão do Partido Republicano Liberal, também em 1893, era seu redator Francisco Prestes. É neste período, final do século XIX e início do século XX, que é publicado, em Alegrete, o jornal “Social” (1897-1899). Seu primeiro redator é Aristides Pereira da Silva, depois quando o jornal passa a ser órgão da Sociedade Operária Mútua Proteção, passa a ser seu redator o marceneiro Eduardo Mallmann. Existiram também jornais e revistas de caráter literário: “O Álbum” (de 1896 a 1897), “A Sensitiva” (1899 a 1900), “O Alegrete” (1901), e revista “Íris” (a partir de 1906).<sup>217</sup> Certamente, existiram outros jornais entre 1908 e 1930, como veremos adiante: “O Bandoleiro”, “A Notícia” (1926-1928), “Meu Jornal” (1926 e 1927) e “O Combate” (1927).<sup>218</sup>

Sabe-se que, no período da República Velha, mais especificamente no período de hegemonia do Partido Republicano Rio-grandense, não era permitida a manifestação pública da oposição. Por isso, é importante considerar a “permissão de escrever”. A seguir, verificam-se dois exemplos sobre como eram tratados os jornais de oposição na região de Alegrete. Fredolino Prunes conta que, em 1905, na vizinha cidade de Quaraí, por motivos de dissidência política entre os Flores da Cunha e Cunha Corrêa contra João Francisco Pereira de Souza (do Cati), tem de mudar-se de volta para Alegrete, sua terra natal. Seu material tipográfico é atacado por um bando armado, a mando de João Francisco, na região do Garupá, quando era enviado para Alegrete: “As caixas de tipos foram empasteladas e as máquinas danificadas.”<sup>219</sup>

Laci Osório, nascido em 1911, em “Questão de Vida”, escreve: “Meu pai, maragato de origem, lia o Bandoleiro de Júlio Ruas.”<sup>220</sup> Acrescenta ele, em outra passagem: “Notícias orais e escritas corriam em conversas de rua e locais de trabalho. Os jornais maragatos

<sup>217</sup> ARAÚJO FILHO, Luiz. Op. Cit. p.210.

<sup>218</sup> A NOTICIA e MEU JORNAL, são inclusive fontes desta pesquisa.

<sup>219</sup> PRUNES, José Fredolino. **Contribuição para a história da imprensa no RGS**. In: MARÇAL, João Batista. **“Gazeta de Alegrete”, Os Prunes e seus jornais**.p.55.

<sup>220</sup> OSÓRIO, Laci. **Questão de Vida: memória em tempo de poesia**. Porto Alegre, Ed. Movimento, 1979.p.12.

denunciavam farsas eleitorais do governo.”<sup>221</sup> A guerra pelas letras e palavras é demonstrada mais fielmente por Laci Osório, quando o escritor diz:

O jornal O Bandoleiro, de Alegrete, bem como os jornais de Arnaldo Melo, Fanfa Ribas, Clarimundo Flores, de outras cidades, saíram às ruas escorados nos fuzis maragatos.<sup>222</sup>

Percebe-se que existiam jornais que eram permitidos e outros que não o eram. Em alguns casos, acontecia até mesmo o empastelamento dos jornais, e seus redatores sofriam perseguições. Se até mesmo a imprensa dos partidos da elite opositora era perseguida, o que aconteceria com os jornais operários? Jorge Jardim escreve sobre a reação da classe dominante, patrões e governo contra a imprensa operária; cita o caso do jornal “Democracia Social”, de Pelotas (1893), e do “Social”, de Alegrete, que, em 1899, é processado (este assunto será retomado mais adiante).<sup>223</sup>

Existem indícios que apontam a circulação da imprensa operária internacional em Alegrete. No mês de abril de 1899, circulava em Alegrete o jornal “La Vanguardia”, órgão do Partido Socialista Operário de Buenos Aires. No mesmo mês, também aparece o “ECHO Operário”, órgão do valente Partido Socialista de Rio Grande.<sup>224</sup> Em setembro, circula pela cidade o jornal “A Voz do Proletário” e “O Taquariense”.<sup>225</sup> Em 1905, circula em Alegrete o jornal “A Democracia”, cujo redator era o socialista Francisco Xavier da Costa. Em Alegrete, o representante deste jornal era o 1º secretário da associação operária local, Sr. Francisco Zaccaro.<sup>226</sup>

Em setembro de 1926, estão em Alegrete os editores de jornais anarquistas Reduzindo Colmeneiro e Cecílio dos Santos.<sup>227</sup> O militante anarquista Cecílio dos Santos, em 1919, editava em Bagé o jornal “A Dor Humana” e, em 1928, “A Emancipação”. O jornal Emancipação era porta-voz do grupo anarquista dos Livre-Pensadores, dele faziam parte Cecílio dos Santos, Venâncio Pastorine, Sebastião Lamonthe e Francisco Fernandez. Reduzindo Colmeneiro editava em Bagé, em 1923, “A Voz Humana”, e em 1926, “A Tribuna Livre”.<sup>228</sup>

---

<sup>221</sup> Ibid. p.17.

<sup>222</sup> Ibid. p.19.

<sup>223</sup> JARDIM, Jorge Luiz Pastorisa. Op. Cit. p.224.

<sup>224</sup> SOCIAL, Alegrete, 02 de abril de 1899; Ano II, nº 09. p.04.

<sup>225</sup> SOCIAL. Alegrete, 03 de setembro de 1899, Ano III, nº 17.p.02.

<sup>226</sup> A DEMOCRACIA. Porto Alegre, 17 de setembro de 1905; Ano I; nº 21. p.02. AHPAMV

<sup>227</sup> A NOTICIA. Alegrete, 11 de setembro de 1926; nº 63; p.02.

<sup>228</sup> MARÇAL, João Batista. **A Imprensa Operária do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, s/Ed.; 2004. Anexos.p.282.

Circulava por Alegrete o jornal do Sindicato dos Ofícios Vários da cidade de Uruguaiana. A imprensa da cidade, assim, fez a divulgação:

Circulou, a 1º do corrente, “A dor Humana”, na vizinha cidade de Uruguaiana, órgão do Sindicato de Ofícios Vários, que tem como redatores os Srs. Francisco Irene e Garmana Vilhardo. Apresenta o novo órgão de publicidade variada matéria redatorial, sendo a sua quarta página, em Hespagnol, redatada pelo Sr. Juan Peres e também destinada a defender os interesses da classe operária da cidade fronteiriça. Gratos pela visita, formulamos votos de prosperidades ao nível colega.<sup>229</sup>

O Sr. Juan Peres (1899-1958), operário sapateiro espanhol, é reconhecido como importante militante anarquista no Rio de Janeiro. Quando exilado, atua na região da fronteira do Rio Grande do Sul, como se vê, em Uruguaiana e em Bagé.<sup>230</sup>

João Batista Marçal escreve sobre a imprensa operária no Rio Grande do Sul, e apresenta uma relação de jornais operários em dois livros: “Os Anarquistas no Rio Grande do Sul” e “A Imprensa Operária do Rio Grande do Sul.” Nas referidas obras, apresenta dois jornais operários em Alegrete no período da República Velha: o “Social” e “O Combate”.<sup>231</sup> Sobre o jornal “O Combate”, existem poucas evidências – além da referência feita por João Batista Marçal, somente duas notas na imprensa local. Como título “Mais um Jornal”, é publicada, em novembro de 1926, a notícia da organização de outro órgão de imprensa: “Cogita-se nesta cidade a organização de uma poderosa empresa para a publicação de um jornal político. A referida empresa já conta com inúmeras ações.”<sup>232</sup> Não se sabe se este jornal que está sendo anunciado é o jornal “O Combate”, porém, poucos meses depois, aparece outra notícia mais significativa: “Vieram à nossa redação, em visita de cortesia, os senhores Adalberto P. Ribeiro e Adolpho F Leite, da redação e gerência, respectivamente, do nosso colega local ‘O Combate’.”<sup>233</sup> A notícia não informa se o jornal é órgão da União Operária de Alegrete, porém sabe-se que, neste mesmo momento em que é publicado o jornal, Adolpho Ferreira Leite é presidente e Adalberto do Patrocínio Ribeiro é secretário da União Operária (1927). O jornal literário “Meu Jornal”, também fez elogios ao jornal “O Combate”: “O nosso conceituado colega local, “O Combate” transladou para as suas colunas, precedendo de

<sup>229</sup> MEU JORNAL. **Pela Imprensa**. Alegrete, 14 de novembro de 1926; nº 26; p.03.

<sup>230</sup> LIBERA...AMORE MIO. Informativo do Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres – CELIPE/RJ. Ano 05; nº 53; out/1995. Ver também: MARÇAL, João Batista. **A Imprensa Operária do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, s/Ed.; 2004.p.75 e 242

<sup>231</sup> MARÇAL, João Batista. **A Imprensa Operária do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, s/Ed.; 2004. Anexos. p.282s.

<sup>232</sup> MEU JORNAL. **Mais um jornal**. Alegrete, 14 de novembro de 1926; nº 26; p.03.

<sup>233</sup> MEU JORNAL. **Visita**. Alegrete, 30 de Janeiro de 1927; nº 37; p.01

elogiosas referências, a brilhante saudação Rio Grande, da lavra do nosso talentoso colaborador X e nesta folha publicada em sua edição de 23 de janeiro próximo passado.”<sup>234</sup>

Segundo Olavo Cabral, em 12 de maio de 1897, surge em Alegrete, o Social, fundado por ele e por Aristides Pereira da Silva. Cabral diz que, no início, era apenas um folheto, e com a adesão de Eduardo Mallmann ao Socialismo, que passa a colaborar com o jornal e com a Sociedade Mútua Proteção, o órgão toma novo impulso a partir de 1898.<sup>235</sup>

Este jornal, o Social, é processado pelo Promotor Público de Alegrete, Adélio Nogueira, em 1899. Enquanto corria o processo judicial, os socialistas apresentavam suas ideias e críticas pelo “Social”. O Promotor Adélio Nunes Nogueira e o jornalista Celestino Prunes apresentavam suas acusações contra os socialistas pelas páginas do jornal “Gazeta de Alegrete.” A matéria publicada pelo “Social”, em fevereiro de 1899, leva a entender que o jornal havia passado por um período inativo. Destaca-se uma apresentação que enfatiza a retomada das edições:

O Social. Ao reaparecer esta folha em oficina própria – embora ela com seu anterior programa tenha já traçado sua norma de conduta, - cumpri-nos o dever de esclarecer alguns pontos, tais como: Qual a causa? O que pretendemos? Quais os meios que empregaremos para levar a efeito este intento?<sup>236</sup>

Depois de escrever que o operário é o único fator e elemento de vida para a sustentação dos povos, é a vítima dos erros produzidos pelas classes improdutivas que se apossaram da direção social, faz sérias críticas ao Código Penal da República, que, segundo Mallmann, tolhe o direito dos trabalhadores, transformando-o em escravos dos capitalistas. Acrescenta Eduardo Mallmann: “É, portanto, dever de cada um operário unir-se, agremiando-se aos companheiros de classe, para assim constituir força capaz de oferecer resistência a essa absorção sempre crescente.”<sup>237</sup>

Em uma frase, Eduardo Mallmann resume os objetivos do Social: “Instruir aos companheiros, esclarecendo os deveres e direitos que lhes correspondem, é o nosso principal objetivo: nisso, empregaremos todo o nosso franco esforço, convencidos de que é esse o ponto de partida para o direito de autonomia do povo.”<sup>238</sup>

É importante reparar alguns equívocos cometidos por Luiz Araújo Filho, e que são reproduzidos por todos os pesquisadores que usam sua obra como referência para citar a

<sup>234</sup> MEU JORNAL. **Transcrição**. Alegrete, 06 de fevereiro de 1927; nº 38. p.03.

<sup>235</sup> JARDIM, Jorge Luiz Pastorisa. Op. Cit. p.69.

<sup>236</sup> SOCIAL. “**O Social**”. Alegrete, 05 de fevereiro de 1899; Ano II; nº 01; p.01.

<sup>237</sup> Idem.

<sup>238</sup> Idem.

imprensa operária em Alegrete. Em primeiro lugar, consultando vários exemplares do jornal alegretense, é possível verificar que o nome correto é “SOCIAL” e não “O Social”. Em segundo lugar, as oficinas da gráfica e sede da Sociedade Operária Mútua Proteção eram na Rua Barão do Serro Largo, n.º 10, e não número 100. Vários pesquisadores e pesquisadoras reproduzem estes mesmos erros, mesmo aqueles que citam a consulta a um exemplar do jornal que existe em Rio Grande (edição de 23 de abril de 1899). Também cabe afirmar que o jornal existe de maio de 1897 ao final do ano de 1899 – portanto, aproximadamente dois anos e meio. Parece haver um período em que cessou e retomou as publicações. Outra questão, é que, pelos documentos citados, o jornal foi organizado pelo socialista Olavo Cabral e por Aristides Pereira da Silva, e não era um jornal “burguês” como afirma João Batista Marçal. Em 1901, Aristides Pereira da Silva aparece em Uruguaiana com o jornal “A Notícia”.<sup>239</sup> No outro ano, entre 1902 e 1903, Aristides já está em Porto Alegre com o periódico operário “Aurora”.<sup>240</sup>

É possível identificar três “momentos” do jornal: uma primeira fase, na qual era propriedade de Aristides e Cabral; outra fase, em que pertence à Cooperativa Tipográfica Social; e um outro momento, em que é comprado por Eduardo Mallmann. Eduardo Mallmann era proprietário do jornal Social desde 30 de agosto de 1899, ele compra as ações da Cooperativa Tipográfica Social.<sup>241</sup> Publicavam textos de militantes socialistas, textos de outros jornais, **noticiários do movimento operário e socialista internacional** (grifo meu), difundiam a imprensa operária e socialista.

Dentro do Processo contra Eduardo Mallmann, encontram-se cinco exemplares do jornal Social, que são as seguintes edições: 05 de fevereiro de 1899, Ano II, nº 01; 02 de abril de 1899, Ano II, nº 09; 23 de abril de 1899, Ano II, nº 12; 03 de setembro de 1899, Ano III, nº 17 e 10 de setembro de 1899, Ano III, nº 18.<sup>242</sup>

<sup>239</sup> VILLELA, Urbano Lago. *Uruguaiana – Atalaia da Pátria: o meio, o homem e a história*. 1971; Ed. La Salle. p.209.

<sup>240</sup> MARÇAL, João Batista. *A Imprensa Operária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, s/Ed.; 2004.p.100.

<sup>241</sup> APERGS.Fundo: comarca de Alegrete/Sede; Sub-fundo: Primeiro Cível e Crime; Série: Processo Crime e outros; Data limite: 1899 – 1899; numeração: 3335 – 3541; Prédio/ Estante: 2/145; N: 3537; M: 103; E: 69. fl.02.

<sup>242</sup> APERGS. Fundo: comarca de Alegrete/Sede; Sub-fundo: Primeiro Cível e Crime; Série: Processo Crime e outros; Data limite: 1899 – 1899; numeração: 3335 – 3541; Prédio/ Estante: 2/145; N: 3537; M: 103; E: 69.

Figura 13



Fonte: APERGS. Fundo: comarca de Alegrete/Sede; Sub-fundo: Primeiro Cível e Crime; Série: Processo Crime e outros; Data limite: 1899 – 1899; numeração: 3335 – 3541; Prédio/ Estante: 2/145; N: 3537; M: 103; E: 69.

O jornal “Social” tinha 04 páginas, media 33X45. São seus editores: Aristides Pereira da Silva e Olavo Cabral em 1897; Olavo e Eduardo Mallmann em 1898; e Eduardo Mallmann em 1899. No jornal, vinha estampado “Aparece aos Domingos”, e, analisando as edições encontradas, é possível dizer que o jornal pretendia-se semanal. No período de 02 de fevereiro a 23 de abril, mantém uma periodicidade semanal, foram 12 edições em três meses. No período de 23 de abril a 03 de setembro, são quatro meses e quatro edições. Entre 03 de setembro e 10 de setembro, são sete dias, retomando a periodicidade semanal. Está dentro da média dos jornais operários. O Social possuía quatro páginas, não trazia ilustrações, apresentava textos organizados em quatro colunas. Geralmente, apresentava um grande texto na primeira página, que podia passar para a segunda, ou então, dois textos na primeira; na segunda página, também trazia dois, três ou quatro textos; na terceira página, além de textos, apresentava noticiários; e a quarta página era dedicada a anúncios de propaganda. O jornal era financiado por assinaturas e por anúncios de propaganda. Anunciava a imprensa operária e o movimento operário no mundo, publicava textos de Francisco Xavier da Costa e Antonio Guedes Coutinho, como outros. Possuía uma seção permanente denominada “Pelo Município”, onde apresentava críticas à administração municipal e outras questões

relacionadas à cidade de Alegrete. Outra seção era o noticiário, onde apresentava notícias da Mútua Proteção; também havia “Em Campo”, “Cartas” e “Tribuna Livre”. Trazia, como lema, em seu cabeçalho: “Defensor da Classe Trabalhadora.”

O jornal tem vida agitada: Eduardo Mallmann é jurado de morte, o Jornal ameaçado de empastelamento. Mallmann é processado, preso (liberado) e levado a julgamento. O Julgamento é tumultuado, acontecendo arbitrariedades e assassinatos. Abaixo, reproduz-se a acusação feita pelo promotor Adélio Nunes Nogueira ao Juiz distrital:

Cidadão Juiz Distrital

O promotor público interino da Comarca, em virtude do que preceitua o art. 3 do cód. Proc. Denuncia-nos o cidadão Eduardo Mallmann, brasileiro, residente nesta cidade e gerente do semanário “Social” por se achar incluso no crime capitulado no art.316 do Cód. Pen., como se vê da exposição seguinte, e por verificar-se contra ele a hipótese do art. 22§1º do Cód. Civil.

O cidadão Eduardo Mallmann, tendo fundado nesta cidade o semanário “Social”, que por seu antigo programa, parecia destinado a advogar a nobre causa do proletariado, causa porque se bate o partido republicano sociocrata que dirige este Estado, segundo as aspirações de Benjamim Constant, o Fundador da República Brasileira, apesar de sua incompetência para realizar semelhante programa, não deveria ser hostilizado por quem tem o duplo dever de patrocinar o mesmo ideal. Entretanto, desde o seu primeiro número, este semanário que, contra o disposto no Estatuto Fundamental, nem tem redator responsável, começando a desviar-se para o terreno de intrigas e calúnias, a custa da credulidade do trabalhador desprovido contra as ciladas de politiquistas vulgaríssimos. De fato, no 1º nº do “Social” é a policia judiciária acusada de ter abafado um processo para salvar um protegido criminoso, e daí em diante o “Social” tem se tomado o ridículo quase constante de revoltantes afirmações caluniosas contra as autoridades locais.

E agora no 09 de dois deste mês, que junto remeto, no artigo de fundo “Pelo Município”, encontra sua segunda coluna o seguinte período – “o menosprezo, o desleixo em tudo quanto não for aumentar impostos e absorver clandestinamente o que é tirado do povo. Sob aquele título, e que deixa de ser aplicado ao bem público, é o que vemos”. – isto diz o Social neste artigo em que compara a atual administração com a de 1883-1887 e depois do período “que contraste com o modo porque são essas cousas hoje tratadas!”

O governo Municipal de Alegrete é, pois, aí caluniosamente acusado de desvio oculto e contrário à lei de rendas municipais – e, portanto, em falta de redator responsável do “Social” apresento queixa contra seu gerente incurso na pena do art.316 do Cód. Pen. No grau que o processe evidenciar, e assim. Rol das testemunhas: Alfredo de Freitas (empregado correio na cidade), João Veloso Souto, Cassiano Pacheco de Assis, Pedro Antero Krug. Alegrete, 05 de abril de 1899.

Carlos Nunes Nogueira, Promotor Público interino.<sup>243</sup>

<sup>243</sup> APERGS. Fundo: Comarca de Alegrete/Sede; Sub-fundo: Primeiro Cível e Crime; Série: Processo Crime e outros; Data limite: 1899 – 1899; Numeração: 3335 – 3541; Prédio/ Estante: 2/145; N: 3537; M: 103; E: 69. Acusação.fl.02.

Francisco Xavier da Costa denunciava na imprensa operária Rio-grandense: “Consta inclusive que Mallmann foi ameaçado de morte pela oligarquia local (...)”. Além do ataque ao militante operário e socialista, a tipografia também era ameaçada de destruição por seus opositores.<sup>244</sup>

Segundo Jorge Jardim, o jornal “Echo Operário” publica que “Mallmann chegou a ser preso e pagou uma fiança para responder o processo em liberdade, a sua saída da prisão mereceu uma manifestação de seus companheiros de luta em Alegrete.”<sup>245</sup>

O julgamento de Eduardo Mallmann acontece no dia 10 de outubro de 1899, sendo seu advogado de defesa, o alegretense João de Barros Cassal. Ocorre um conflito em pleno Júri.<sup>246</sup> De acordo com Victorino de Carvalho Portella, referindo –se ao ano de 1899:

Registra-se a 10 de novembro, grave conflito por ocasião do Júri do cidadão Eduardo Mallmann, do qual resultou a morte dos irmãos Delíbio e Dinarte de Barros e do notário Herminio Ferreira Lopes e vários feridos, inclusive Conceição Coronel, que comandava um forte contingente do 2º Corpo Provisório do Caty, cuja força estava postada em frente ao edifício da então Intendência Municipal, hoje Prefeitura.<sup>247</sup>

Não se encontra referência à existência do “Social” após o julgamento. É possível que, após o outubro de 1899, ele tenha acabado.

Como se observa no início deste capítulo, no jornal “Social” eram publicados textos de militantes que eram líderes do movimento operário estadual, também apareciam notícias do “movimento operário internacional”, anunciava-se a existência na cidade de exemplares e vendiam-se assinaturas de jornais operários de Rio Grande (Echo Operário) e Buenos Aires (La Vanguardia).

### 4.3.2 Os congressos e conferências

Outros espaços privilegiados para analisar a circulação de ideias e militantes são os Congressos e Conferências. Nesta seção, analisa-se a presença de operários alegretenses em Congressos e Conferências, assim como a presença de militantes de outras cidades fazendo conferências em Alegrete. Os congressos operários tinham por finalidade definir políticas e

<sup>244</sup> JARDIM, Jorge Luiz Pastorisa. Op. Cit.p.224.

<sup>245</sup> Idem.

<sup>246</sup> ARAÚJO FILHO, Luiz. Op. Cit.p.240.

<sup>247</sup> PORTELLA, Victorino de Carvalho. Op. Cit. .p.11.

estratégias de ação conjunta do movimento operário. Procura-se observar a participação dos delegados alegretenses e analisar em que medida as políticas definidas pelos congressos eram implementadas pelas organizações operárias em Alegrete. O Primeiro Congresso Operário Sul Rio-Grandense ocorre em Porto Alegre em 01 e 02 de janeiro de 1898. Há o congresso de fundação da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS) em 04 de outubro de 1906. Em 1913, ocorre o II Congresso Operário Brasileiro no Rio de Janeiro, onde a FORGS participa com delegação. De 21 a 25 de março de 1920, reúne-se em Porto Alegre o II Congresso Operário do Rio Grande do Sul. Nos últimos dias de setembro de 1925, acontece o III Congresso Operário do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Nos dias 16, 17 e 18 de janeiro de 1927, convocada pelos anarquistas, acontece em Pelotas uma reunião preparatória para organizar o IV Congresso Operário de janeiro de 1928, também na cidade de Pelotas. Há representação de Alegrete nos congressos de 1898, no relatório de 1913 à Confederação Operária Brasileira (COB) é citada como organização solidária à FORGS a União Operária de Alegrete, está presente em 1925 e em 1927 na reunião preparatória do IV Congresso da FORGS. Alegrete se fez representar na maioria dos Congressos Operários do período.

Silvia Petersen destaca que, no final do século XIX, havia várias associações mutualistas de trabalhadores, além de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, nas cidades da região de Fronteira: Bagé, Uruguaiana, São Gabriel, Alegrete, Santa Vitória e São Borja.<sup>248</sup> Em Quaraí, também havia a União Operária Beneficente, fundada em 1896.<sup>249</sup> Da Campanha sudoeste, somente de Alegrete comparece a Sociedade Mútua Proteção, através do delegado Eduardo Mallmann.

O militante alegretense Eduardo Mallmann é o presidente do Primeiro Congresso Operário do Rio Grande do Sul. A imprensa da época publica a direção do Congresso:

Compuseram a mesa os srs. Eduardo Mallmann, como presidente do Congresso e a comissão central, composta dos srs. F.X. da Costa, Otavio de Oliveira, Wilhelm Koch e José Ferla, entre os quais tomaram assento os Srs. Antonio Guedes Coutinho, representante da União Operária e do Echo Operário de Rio Grande e João Thomaz Mignone, representante da Liga Operária de Pelotas (...).<sup>250</sup>

<sup>248</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **“Que a União Operária seja nossa Pátria!”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações.** Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.p.36.

<sup>249</sup> CORRÊA, Anderson Romário Pereira. **José Fredolino Prunes (1873-1957): “A incorporação do proletariado na sociedade.”** In: Escritas íntimas, tempo e lugares de memória: A documentação pessoal como fonte para a história. Org. Margaret M. Bakos. Porto Alegre: Palier:2008.p.138.

<sup>250</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **“Que a União Operária seja nossa Pátria!”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações.** Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.p.115.

Eduardo Mallmann começa os trabalhos: no primeiro dia, orienta-se pelas seguintes questões: O que é o operário, qual sua posição no Rio Grande do Sul e o que lhe cumpre fazer como classe produtora?; no segundo dia: Qual deve ser o modo de agir do proletariado, no Estado? Eduardo Mallmann participa das discussões. No outro dia, há um resumo das resoluções do Congresso: 1) criação de ligas Operárias Internacionais de resistência em todo Estado e Confederadas entre si; 2) criação de Câmaras de trabalho nas sedes sociais para colocação de companheiros desocupados, as quais servirão também de árbitros em conflitos entre operários e patrões; 3) instituição de bibliotecas em cada sede social e fundação de um jornal socialista; 4) organização de um Comitê central para dirigir a correspondência; 5) convocação de um Congresso Operário anualmente; 6) criação de Escolas e cooperativas nas sedes sociais; 7) uma comissão para uniformizar os estatutos das entidades associadas; 8) a boicotagem como prática política; 9) a convocação de um Congresso operário de todos os Estados nacionais; 10) fundação de uma cooperativa de produção; 11) fundação de um Partido Socialista Brasileiro.<sup>251</sup>

A Sociedade Operária Mútua Proteção de Alegrete manifesta-se de acordo com as resoluções um, dois e três. As indicações quatro e cinco são unanimemente aprovadas. É proposto que o próximo Congresso ocorra em Pelotas. Eduardo Mallmann coloca-se contra a proposta, alegando que havia dificuldades de associações da campanha se deslocarem até Pelotas e, também, porque Porto Alegre necessitava mais de propaganda. Havia uma proposta defendendo que o próximo congresso se realizasse no 1º de maio que se aproximava. Eduardo Mallmann novamente é contrário, pelos mesmos motivos anteriores, ou seja, segundo ele, há pouco tempo para comunicar as associações do interior e da campanha. Não há acordo nas questões das datas. No ponto seis, a criação de escolas é aprovada por unanimidade. A criação de cooperativas é combatida. Mallmann diz que era “infeso a cooperativas porque, sendo a classe pobre, teria que ir buscar elementos de vida nas classes que cumpria combater mesmo porque achava inviável a sua realização.” Sobre o ponto sete, Mallmann também defende posição contrária. Sobre a boicotagem, item oito, é levado à votação e aprovado por unanimidade. A proposta nove cai por inoportuna, a proposta de número dez fica inutilizada em vista das deliberações anteriores e a última, de número onze, é substituída pela proposta de

---

<sup>251</sup> Ibid. p.104 – 108.

o Congresso declarar-se francamente socialista e que determinasse a publicação de um jornal das associações operárias confederadas. Estas propostas são aprovadas.<sup>252</sup>

O presidente do Congresso anuncia a eleição da comissão central da Confederação Operária Sul Rio-grandense: Francisco Xavier da Costa, Willian Koch, Pedro Tácito Pires, José Ferla e Octaviano de Oliveira.<sup>253</sup>

Depois do Congresso, seguiam-se as discussões por correspondência e através da imprensa sobre a Confederação Operária, e, neste caso, referindo-se à necessidade de criar uma comissão central, uma direção. Exclama Francisco Xavier da Costa: “Não compreendo, nem me é possível compreender, Federação Operária perfeita e proveitosa sem um conselho, comissão ou diretoria federal em Porto Alegre, ou Pelotas, no Rio Grande ou em Alegrete, ou em outra localidade onde haja movimento obreiro (...).”<sup>254</sup> O trecho transcrito é mais uma evidência da importância da participação dos operários alegretenses no cenário operário rio-grandense.

Após o Congresso, pela noite, há uma Conferência dos congressistas. Vários militantes expõem suas ideias. Eduardo Mallmann, que também compõe a mesa da Conferência, continua com suas colaborações:

O Sr. Mallmann é favorável à evolução política e não ao extremismo das revoluções. Considera que o operário necessita de três coisas essenciais: Instrução, Justiça e Medicina. (...) O Sr. Mallmann encerra os trabalhos reforçando que a luta nas urnas é uma necessidade.<sup>255</sup>

Das deliberações do Congresso de 1898, a Sociedade Mútua Proteção de Alegrete investe mais no jornal Social, cria uma cooperativa tipográfica, cria uma Escola na sede da sociedade (que era estatutário) e define-se francamente socialista. É possível considerar que suas atitudes políticas correspondiam às diretrizes políticas do Primeiro Congresso Operário Sul Rio-grandense.

Em 1913, de 8 a 13 de setembro, ocorre no Rio de Janeiro o 2º Congresso Operário organizado pela Confederação Operária Brasileira (COB). De acordo com o relatório da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), entre as localidades onde existiam associações operárias, registram-se cidades como Santana do Livramento, São Gabriel,

<sup>252</sup> PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. **Antologia do Movimento Operário Gaúcho (1870- 1937)**. Porto Alegre: Ed. Universidade. UFRGS/Tchê!, 1992. p.104 – 108.

<sup>253</sup> Ibid. p.108.

<sup>254</sup> SOCIAL. **A Federação Operária no Rio Grande do Sul**. Alegrete, 02 de Abril de 1899. Ano II, nº 09. p.01.

<sup>255</sup> PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. **“Que a União Operária seja nossa Pátria!”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações**. Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. p.116.

Uruguaiana, Quaraí, São Borja e São Vicente. Entre as organizações que a Federação Operária mantém relações de solidariedade, inclui-se a União Operária de Alegrete.<sup>256</sup>

O II Congresso Operário do Rio Grande do Sul é realizado em Porto Alegre nos dias 21, 23, 24 e 25 de março de 1920. Da campanha, comparecem ao Congresso associações de Bagé e de Livramento. Não se encontra referência alguma sobre a participação de associações alegretenses neste Congresso.<sup>257</sup>

Nos últimos dias de setembro de 1925, ocorre, em Porto Alegre, o III Congresso Operário do Rio Grande do Sul. Neste congresso, além das associações de cidades como Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Santa Maria, estavam presentes associações de Bagé e a União Operária de Alegrete.<sup>258</sup> As definições tomadas neste Congresso são: 1) edição do jornal “O Sindicalista”; 2) organização de Comitês Pró-presos Sociais em todas as localidades do Estado; 3) início da campanha contra o reacionarismo internacional; 4) boicote ao comércio marítimo brasileiro até a libertação dos presos sociais; 5) campanha pelas 44 horas de trabalho semanal; 6) dedicar especial atenção na organização das mulheres operárias e 7) organizar os trabalhadores rurais.<sup>259</sup>

Das deliberações do congresso, é possível verificar que a União Operária de Alegrete cumpre pelo menos uma: a solidariedade contra o reacionarismo internacional: “À Federação Operária, com sede em Porto Alegre, foi enviado um telegrama a propósito do comício de protesto, a realizar-se ali, contra a execução dos operários Sacco e Vanzetti, condenados pela justiça dos Estados Unidos da América do Norte.”<sup>260</sup>

Cabe destacar aqui que, em Pelotas, no ano de 1927, acontece uma reunião preparatória convocada pela FORGS, para discutirem e organizarem a “linha” política do próximo Congresso que se realiza em 1928, também na cidade de Pelotas. Beatriz Loner assim se refere a este fato:

O 4º Congresso ocorreu em Pelotas, em 2 e 3 de janeiro de 1928, e foi precedido de uma reunião preparatória um ano antes, em janeiro de 1927, apenas de delegados de grupos libertários, com o objetivo de discutir a reorganização de atividades e orientação ideológica, nesse particular,

<sup>256</sup> PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. “Que a União Operária seja nossa Pátria!”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.p.308.

<sup>257</sup> PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *Antologia do Movimento Operário Gaúcho (1870 - 1937)*. Porto Alegre: Ed. Universidade. UFRGS/Tchê!,1992. p.225s.

<sup>258</sup> Ibid. p.275.

<sup>259</sup> Ibid. p.280-286.

<sup>260</sup> MEU JORNAL. *União Operária*. Alegrete, 25 de julho de 1926; nº 10. p.02.

referendando-se a posição do 3º Congresso, de adesão a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT).<sup>261</sup>

Para essa reunião preparatória que acontece em Pelotas, nos dias 16, 17 e 18 de janeiro de 1927, várias associações operárias do Rio Grande do Sul enviaram delegados. Eram 18 delegados das mais diversas cidades do Estado, da Campanha sudoeste, estavam presentes associações de Bagé, Uruguaiana e Alegrete. Era um encontro convocado e dirigido por anarquistas, onde, segundo Marçal, praticamente só é abordado um tema: “Como enfrentar o trabalho maléfico dos bolcheviques?”<sup>262</sup> Em setembro de 1926, líderes anarquistas da região passam em Alegrete fazendo propaganda política. Não é possível afirmar se há uma ligação entre os fatos, mas coincidentemente os operários de Alegrete editam, na mesma época, e após o congresso, o jornal “O Combate”. Seria possível afirmar que o movimento operário alegretense estava de acordo com a política do movimento operário do Rio Grande do Sul do período, ou seja, de combate aos bolcheviques? Este ano de 1927, é o ano de ruptura na direção da União Operária, ou seja, entre 1925 e 1928, é o único ano em que não há continuidade administrativa.

Outra atividade muito utilizada para instrução e propaganda das ideias dos operários eram as conferências. Talvez tão importantes quanto os jornais, principalmente, se for considerado o fato de que grande parte da população no período era analfabeta. Como já visto, no encerramento do 1º Congresso Operário Sul Rio-grandense, há uma conferência da qual participa o delegado da Sociedade Operária Mútua Proteção de Alegrete, o militante Eduardo Mallmann. Jorge Jardim Pastoriza escreve sobre a importância das conferências, que segundo ele:

A palavra oral também se constituiu num extraordinário instrumento de comunicação e propagador de ideias. Basta ver os inúmeros convites ou notícias de Conferências promovidas pelas organizações operárias que aparecem nas páginas dos jornais, algumas delas são inclusive transcritas nos jornais operários.<sup>263</sup>

Nas escritas sobre os Congressos, demonstra-se que o delegado alegretense Eduardo Mallmann fala na conferência que se realiza no final do I Congresso Operário do Rio Grande do Sul. Ao escrever sobre as atividades levadas a efeito pela Mútua Proteção, o historiador Luiz Araújo Filho escreve que “(...) mensalmente, em sessão de propaganda, algum sócio

<sup>261</sup> LONER, Beatriz Ana. Classe Operária: **Mobilização e organização em Pelotas: 1888 – 1937**. Vol.1. Tese. Porto Alegre: UFRGS, 1999.p.223.

<sup>262</sup> MARÇAL, João Batista. **A Imprensa Operária do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2004.p.132.

<sup>263</sup> JARDIM, Jorge Luiz Pastoriza. Op. Cit. p.28.

ocupava a tribuna das conferências, no salão do club (...).”<sup>264</sup> Da primeira entidade, S.O. Mútua Proteção, não existem mais informações sobre as conferências, porém da União Operária é possível encontrar mais registros. Nessa mesma época, militantes alegretenses vão até a vizinha cidade de Quaraí para realizar uma conferência de propaganda das ideias socialistas, no dia 25 de dezembro de 1898:

Conferência Socialista - Uma comissão de honrados operários dirigiu-nos um convite para uma conferência hoje às 8 horas da noite na casa do nosso amigo Sr. Domingos Siqueira. A conferência será feita por uma comissão de operários, membros da sociedade “Mútua Proteção Alegretense”. Um companheiro nosso representará A Fronteira na citada reunião.<sup>265</sup>

Em outra publicação, o jornal “A Fronteira”, que era órgão do Partido Republicano Rio-grandense em Quaraí, apresenta um relatório da reunião dos socialistas alegretenses em Quaraí. A matéria, intitulada “Conferência Socialista”, dizia que, das oito da noite até as onze e trinta minutos desenvolveu-se o encontro: “A comissão era composta pelos representantes da Sociedade Mútua Proteção de Alegrete, cidadão Eduardo Mallmann, Olavo Cabral, Pedro de Souza Bisch e Alcides do Nascimento.”<sup>266</sup>

Do conteúdo do discurso de Eduardo Mallmann, destaca-se o que apresenta a nota:

Às nove horas da noite, aberta a sessão, tomou a palavra o cidadão Eduardo Mallmann, que, em vibrante e persuasivo discurso, referiu a diversos ramos concernentes a agremiações coletivistas, fazendo ver a extrema necessidade que há de as classes operárias se confederarem para que, com maior soma de forças diretas, agirem em prol de seus direitos sociais.<sup>267</sup>

É possível observar, nos registros, que o período de julho a setembro de 1926 é bem movimentado no sentido de palestras e conferências na União Operária. Existem registros contínuos das atividades da União Operária, no período de 1926 a 1928. Porém, o ano de 1926 é aquele em que mais é noticiada a organização de conferências na Escola da sociedade. Abaixo se apresenta um quadro que demonstra as datas, palestrantes e temas desenvolvidos no período:

<sup>264</sup> ARAÚJO FILHO, Luiz. Op. Cit. p.176.

<sup>265</sup> A FRONTEIRA. Quaraí, 25 de dezembro de 1898; Ano IV; Nº 310. p. 02.

<sup>266</sup> A FRONTEIRA. Quaraí, 29 de dezembro de 1898, Nº 311; p. 02

<sup>267</sup> Idem.

Quadro 3.01

Data	Conferência	Tema
11/07/1926	João Tácito de Sá e Silva	O que é o operário?
Julho/1926	Carlos Varella	O que nos reserva o futuro.
19/07/1926	Tito Marengo	Cooperativa Cine Teatro Colysseo
22/07/1926	Tito Marengo	Cooperativa Cine Teatro Colysseo
25/07/1926	Aristides V. Portinho	O proletariado.
01/08/1926	Nestor Pedrosa ou Azenor Pedrosa da Silva	As Classes proletárias
08/08/1926	Afonso Teixeira Neto	O caráter
Domingo/agosto/1926	G. Marques	Regeneração
13/08/1926	Manoel de Carvalho Portella	O operário e a arte.
Setembro/1926	Luiz Neves	Literária
05/9/1926	João Ignácio de Mello	Assuntos de interesse à classe
Terça/setembro/1926	Reduzindo Colmeneiro	O Direito a vida
19/09/1926	João de Deus Barros Peres	Como vencer? Quais os meios?

Fontes: Jornais A NOTICIA e MEU JORNAL (Várias edições) CEPAL.

Resulta, assim, no fato de que, das treze conferências, seis eram relativas às questões da “classe operária.” De julho a setembro de 1926, são realizadas várias conferências. O “Meu Jornal” considera, em sua edição do dia 01 de agosto, que a conferência daquele dia seria a quarta levada a efeito pela União Operária. Nesse sentido, são desconsideradas como conferência as falas do Sr. Tito Marengo sobre o “Colysseo”. Assim, ficam então onze conferências em três meses, o que aponta para uma média de 3,6 - quase uma por semana. Destas onze conferências, seis abordam temas voltados à “classe operária” ou ao “proletariado”; ou seja, a maioria apresentava a nítida intenção de discutir a identidade de classe. Geralmente as conferências aconteciam aos domingos.

Eram doze nomes de pessoas a apresentarem “falas” aos operários. Dos doze nomes, é possível identificar sete, que são: Tito Marengo, Aristides Portinho, Afonso Teixeira Neto, Manoel de Carvalho Portella, João Tácito de Sá e Silva, Reduzindo Colmeneiro e João de Deus Barros Peres.

O Dr. Tito Marengo era um médico italiano, que, durante a Primeira Guerra Mundial, defendia as teses germanófilas. Inclusive, é expulso da União Italiana por ser considerado inimigo de sua pátria.<sup>268</sup> Aristides Portinho fazia parte da empresa jornalística “Meu Jornal”.<sup>269</sup>

<sup>268</sup> IHGRGS - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul / Fundo Documental Borges de Medeiros. Nº Doc. 0116 (Correspondência). Data: 28/11/1917. Município: Alegrete, RS. Remetente: José Fredolino Prunes. 02 folhas.

<sup>269</sup> MEU JORNAL. **União Operária**. Alegrete, 01 de agosto de 1926; nº 11. p. 01

O Sr. Afonso Teixeira Neto, em junho de 1927, é nomeado escriturário do município.<sup>270</sup> Manoel de Carvalho Portella era um gráfico, gerente das oficinas do jornal A Notícia, de propriedade do senhor João de Deus Barros Peres.<sup>271</sup> Seria possível que Manoel de Carvalho Portella pudesse seguir as orientações políticas do diretor do jornal onde trabalhava? Sendo assim, tanto ele quanto o próprio João de Deus Barros Peres eram maragatos. João de Deus Barros Peres, natural de Livramento, onde nasce a 10 de janeiro de 1894, é oficial ajudante de ordens de Honório Lemes. É jornalista e vereador por três legislaturas. Pertence ao Partido Libertador e falece em 25 de novembro de 1967.<sup>272</sup> Reduzindo Colmeneiro era jornalista e militante operário anarquista e morador na cidade de Bagé, onde editava o jornal “A Tribuna Livre”.<sup>273</sup> João Tácito de Sá e Silva fazia parte da empresa “Meu Jornal”, folha esta que procurava não tomar partido pelas facções políticas locais, defendendo a “arte, a cultura e a literatura”.<sup>274</sup> É interessante tentar analisar a reação da “plateia” em relação às conferências, e, se não for possível, ao menos o comentário dos editores dos jornais que divulgam a notícia. Como a maioria das conferências tem por tema “o proletariado”, é interessante iniciar a análise por estas palestras.

As conferências e palestras não aconteciam por acaso, eram planejadas com antecedência, o que não significa poder afirmar se havia interesses em certos palestrantes e temas específicos, assim como na orientação política e ideológica dos mesmos. Desta forma, pode ser notado o nítido planejamento dos trabalhos, a partir da notícia a seguir:

A novel Sociedade “União Operária”, dirigida pelo seu esforçado Presidente Sr. Pedro Ramirez, vai iniciar, em sua sede social, à rua Dr. Quintana, esquina da rua 20 de setembro, uma série de palestras literárias e instrutivas. Para esse fim, foram convidados diversos intelectuais aqui residentes, que dissertarão sobre vários assuntos de interesses social.<sup>275</sup>

A notícia acima informa que as conferências seriam realizadas na sede social a rua Dr. Quintana, esquina com a Rua 20 de Setembro. Porém, várias outras notícias informam

---

<sup>270</sup> INTENDENCIA MUNICIPAL DE ALEGRETE. Livro de Atos (12/dez/1924 a 11/ago/1926). Ato nº 350 de 03 de junho de 1927.

<sup>271</sup> A NOTICIA. **União Operária**. Alegrete, 18 de agosto de 1926. nº 57; p.02. O jornal A Notícia era uma “folha independente” e seu diretor proprietário era João de Deus Barros Peres.

<sup>272</sup> PERES. Emir Garaialde. **As Ruas de Alegrete – II**. Porto Alegre: EVANGRAF, 1991. (páginas sem numeração)

<sup>273</sup> RODRIGUES, Edgar. **A Nova Aurora Libertária**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992. p.51. A NOTICIA. **União Operária**. Alegrete, 11 de setembro de 1926. nº 63. p.02.

<sup>274</sup> MEU JORNAL. Alegrete, 12 de setembro de 1926. nº 17. p.03.

<sup>275</sup> MEU JORNAL. **União Operária**. Alegrete, 11 de julho de 1926. nº 08. p.01.

que as conferências aconteciam na rua “Ypiranga”, antiga sede da sociedade Italiana, local onde funcionava a Escola Operária.<sup>276</sup>

Na mesma matéria, a imprensa destaca que a União Operária, desde sua fundação, em 1925, até julho de 1926, vem conquistando simpatia e admiração pela orientação que vem seguindo, e afirma que a entidade passa por uma brilhante fase. No dia 11 de setembro de 1926, o jornalista da empresa “Meu Jornal”, João Tácito de Sá e Silva é quem abre a série de conferências com o tema “O Que é o operário?”.<sup>277</sup>

No dia 25 de julho de 1926, perante um regular número de pessoas, o jornalista Aristides Portinho, que também trabalha para a empresa “Meu Jornal”, faz uma conferência intitulada “O proletário”. O palestrante é muito aplaudido e abraçado ao terminar a longa palestra.<sup>278</sup> Para o dia 01 de agosto, domingo, às 10 horas, estava programada a quarta conferência, em que o Sr. Agenor Pedrosa da Silveira iria expor o tema “As Classes proletárias”. As expectativas eram de que houvesse boa presença de pessoas: “Como sempre, enorme e atenciosa assistência há de comparecer a interessante conferência de hoje.”<sup>279</sup>

A conferência divulgada transcorreu conforme o planejado. Outro órgão de imprensa publicou a seguinte nota sobre a atividade cultural da União Operária:

Com boa assistência, realizou-se domingo p. passado, em sua sede sita a rua Ypiranga, a conferência literária instrutiva, feita pelo jovem Nestor Pedrosa; o conferencista, que dissertou sob o tema “As classes proletárias”, foi muito feliz, sendo, ao terminar a sua oração, muito abraçado e felicitado pelos presentes.<sup>280</sup>

É importante destacar a significativa presença de Reduzindo Colmeneiro e Cecílio dos Santos em Alegrete. Os dois militantes operários eram conhecidas “lideranças” do anarquismo rio-grandense na época. Atuavam na região fronteira, mais precisamente na cidade de Bagé, e estavam presentes em quase todos os congressos operários no Rio Grande do Sul, assim como suas atividades políticas abrangiam a esfera nacional do movimento operário. A sociedade União Operária confecciona convites impressos para o “Comício público em prol dos interesses da classe operária”.<sup>281</sup> O fato de serem produzidos e distribuídos convites é um indicativo de que o “comício” era “desejado”, que existiam expectativas boas em relação a ele, e a União Operária colabora para que haja assistência.

<sup>276</sup> MEU JORNAL. **União Operária**. Alegrete, 11 de julho de 1926. n° 08. p.02.

<sup>277</sup> Ibid. p.01.

<sup>278</sup> Idem.

<sup>279</sup> Idem.

<sup>280</sup> A NOTICIA. **União Operária**. Alegrete, 04 de agosto de 1926. n° 53. p. 01.

<sup>281</sup> A NOTICIA. **União Operária**. Alegrete, 11 de setembro de 1926. n° 63. p. 02.

Resumindo: aparentemente existia simpatia em relação aos militantes, pois, se fossem contrários, fariam “pouco caso” e nem divulgariam a atividade a partir da produção de convites.

O Comício não se realiza, em virtude do mau tempo, mas, em seu lugar, é promovida uma conferência na Escola da União Operária, sob o tema “O Direito à vida.”. O orador Reduzindo Colmeneiro fala pelo espaço de uma hora, e é muito aplaudido. As palavras de Colmeneiro empolgam o operariado alegretense, o que fica evidente quando, após o final da conferência, um operário denuncia a exploração e a dominação: “Dada a palavra pelo presidente da União, Sr. Pedro Ramires, a quem dela quisesse fazer uso, tomou-a o Sr. Manoel José Machado, que atacou com veemência a iníqua exploração dos patrões quer sobre o horário, quer sobre o salário.”<sup>282</sup>

O diferencial deste evento foi que se evidencia a participação de alguém da plateia, ou pelo menos é destacada esta participação pela imprensa que faz a cobertura do evento. É a única vez em que é possível identificar um “tom” classista e combativo. A participação dos militantes operários de Bagé não estava inserida na possível programação das conferências, era, isto sim, um comício, que, por motivo de mau tempo, acabou gerando uma conferência.

Talvez as mais significativas informações recolhidas das palestras e conferências realizadas pela União Operária tenham sido as promovidas pelo Dr. Tito Marengo. A dissertação de Tito Marengo, apresentada em Assembléia Geral da União Operária no dia 19 de julho de 1926, era no sentido de apresentar aos operários o projeto de uma cooperativa de artes e diversões. Abaixo, apresentam-se as deliberações da Assembléia da União Operária relativa a este assunto, que são publicadas para o conhecimento do público:

A Sociedade “União Operária”, depois de ouvidas as explicações do autor do projeto – O Colloseo – Cine – Teatro Circo, Sr. Dr. Tito Marengo, convidado expressamente a tomar parte na reunião do dia 11 do corrente, votou o seguinte:

#### Ordem do Dia

A Assembléia Geral da Sociedade “União Operária”, em legítima representação de todos os seus associados, que cifram em 250, pertencentes a todas as classes de trabalhadores:

Considerando que a sociedade do projetado – “COLOSSEO” Cine – Teatro Circo em formação, pelo seu programa de modelo popular e cooperativo – é dizer, de geral e muita cooparticipação de todos acionistas, é o primeiro deste gênero que surge neste Estado e talvez no inteiro Continente;

Considerando que a forma cooperativa, baseado no humanitário lema: “um por todos e todos por um” é a única que permite a cada sócio de ser, ao mesmo tempo, cliente usufrutuário e co-interessado dirigente;

<sup>282</sup> A NOTICIA. **União Operária**. Alegrete, 11 de setembro de 1926. nº 63. p. 02.

Considerando que, por este sistema, o público se emancipa das famigeradas empresas individuais, cujo hábito de insaciável avidez e petulante egoísmo e considerada rapacidade, é por demais notório a todos os públicos do novo e velho mundo;

Considerando que, pelo fato de ser este o primeiro modelo de sociedade cooperativa aplicado aos públicos espetáculos, constitui em honroso título de progresso moral, material e econômico, para o povo de nossa região;

Considerando que, dada as suas vastas proporções, o projeto responde a todas as exigências da crescente população, eliminando, desde já, todas futuras concorrências de caráter monopolizador, esta assembleia resolve unanimemente:

1º - Auxiliar, por todos os meios a seu alcance, a rápida e eficiente realização do dito benéfico projeto, que considera um novo e poderoso elemento de harmonia, comodidade e economia social;

2º - Nomear no meio da sociedade uma comissão de propaganda e auxílio para a definitiva atuação do plano construtivo;

3º - Dar ampla publicidade a esta resolução, para que chegue ao conhecimento de todo o povo do município. (47-1-1)<sup>283</sup>

Do exposto acima, o mais significativo, como já dito, é a defesa do cooperativismo. Também é importante observar que a notícia deixa claro que era por votação a definição da posição da associação. Se há votação, é porque não há unanimidade, e, desta forma, havia contrários. A defesa do cooperativismo demonstra uma linha política adotada pela maioria dos operários presentes na assembleia. A defesa do cooperativismo fica expressa no trecho: “Considerando que a forma cooperativa, baseada no humanitário lema: ‘um por todos e todos por um’ é a única que permite, a cada sócio, ser, ao mesmo tempo, cliente usufrutuário e co-interessado dirigente.”

Ao comentar a conferência do Sr. G. Marques, que desenvolve o tema “Regeneração”, que, embora afirme ter sido bastante aplaudido, o militante João Paré considera que os operários têm faltado às atividades promovidas pela Associação. Assim expõe o noticiário:

Ao deixar a tribuna aquele Sr., o Sr. Presidente deu a palavra a quem dela quisesse fazer uso; então assumiu a mesma João Pare, que convidou a seus companheiros a se unirem-se, pois a sociedade conta com mais de 400 sócios, tem o desconforto de ver a pouca influência de seus consócios e companheiros, que deixam de cumprir o seu dever com a falta assídua que vem cometendo para com a sociedade, deixando-se assim levar-se pela preguiça ou pela falta de nítida compreensão de seus deveres.<sup>284</sup>

A ideia que se tem, a partir do exposto, é que, quando começam os temas relacionados a aspectos morais e éticos, a participação dos associados diminui. Isto é, quando os temas eram relacionados a discussões políticas e econômicas a presença era boa; mas,

<sup>283</sup> A NOTICIA. **União Operária**. Alegrete, 24 de julho de 1926. nº 51. p.02.

<sup>284</sup> A NOTICIA. **União Operária**. Alegrete, 25 de agosto de 1926; nº 59; p.02.

quando aparecem os temas “moralizantes”, há uma queda na participação dos operários nas conferências. Na mesma nota onde João Paré cobra a participação dos associados, Manoel de Carvalho Portella elogia os esforços do presidente Pedro Ramirez, do 1º Secretario Adalberto do Patrocínio Ribeiro e do procurador João Paré. Já na próxima conferência, que tem por título “O que nos reserva o futuro?”, desenvolvida por Carlos Varella, há uma “numerosa assistência.”<sup>285</sup>

### 4.3.3 O 1º de maio

O 1º de Maio, além de poder apresentar-se como um momento de protesto, é uma data que faz parte da construção da identidade de classe dos trabalhadores, que procuram constituir seus próprios “rituais” e tradições. Este texto tem a intenção de identificar a realização de um dos aspectos da cultura operária em Alegrete, no período da República Velha: as manifestações operárias no “Dia do Trabalhador”. Qual a origem do 1º de maio e seu significado? Que tipo de atividades eram proporcionadas pelos operários no dia do trabalhador? De acordo com Silvia Petersen, a comemoração do 1º de maio “sempre rendeu frutos para a pesquisa histórica”, e que, geralmente, “revela tendências, destaca militantes ou indica eventos significativos do movimento operário”.<sup>286</sup>

Segundo Silvia Petersen, em 1891, aparecem as primeiras notícias do 1º de maio no Brasil. Em 1893, evidenciam-se algumas manifestações em cidades do Rio Grande do Sul.<sup>287</sup> Apresentam-se alguns exemplos de comemorações do 1º de maio, para estabelecer algumas comparações, assumindo os riscos das generalizações. Ao tratar da comemoração do 1º de maio de 1905, em Porto Alegre, Petersen descreve que no evento ocorre utilização de banda de música, bandeiras desfraldadas, festa campestre, conferências, baile, ato político deliberativo.<sup>288</sup> Edgar Rodrigues publica o texto: “O 1º de maio na História do proletariado paulista”, texto este encontrado pelo autor no jornal A plebe, 1º de maio de 1918. Segundo o

<sup>285</sup> MEU JORNAL. **União Operária**. Alegrete, 25 de julho de 1926; nº 10; p.02.

<sup>286</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **“Que a União operária Seja Nossa pátria!” História das Lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações**. Porto Alegre; Editora Universidade; 2001.p.163s.

<sup>287</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **Origens do 1º de maio no Brasil. Textos para Discussão/1**. Porto Alegre. Ed. Universidade, 1981.ps.30 e 52.

<sup>288</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **“Que a União operária Seja Nossa pátria!” História das Lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações**. Porto Alegre; Editora Universidade; 2001.p.163.

texto, a primeira comemoração de destaque do 1º de maio em São Paulo ocorre em 1898. Ocorre passeata pelas ruas do centro da cidade com bandeiras vermelho e pretas dos anarquistas e banda de música. No ano seguinte, a comemoração é feita com comícios e passeatas. O mesmo ocorrendo em 1901. Nos anos de 1902 e 1903, não há paralisação do trabalho, mas há conferências e comícios. Em 1904, diz o texto, é melhor o nível das manifestações operárias. Em 1905, pelo dia, há comícios e à noite um baile. Em 1906, são feitos comícios em praça pública e em salões. Em 1908, é promovido um comício e à noite um festival com a representação de peças de caráter social. Destaca-se no texto reproduzido por Edgar Rodrigues que: “No ano de 1911 é que foi legalizada a data de 1º de Maio, passando a figurar na folhinha como feriado nacional.” Faltam exemplos nos quais as comemorações degeneravam em conflitos com as forças repressivas dos patrões e do governo. Em 1906, um congresso já alertava que o 1º de maio era um dia de luta e de luto, não de festas. Seria um dia em que os trabalhadores internacionalmente lembrariam aqueles operários que morreram lutando pelos direitos adquiridos e pelos que ainda faltavam adquirir.<sup>289</sup>

A primeira evidência da comemoração do 1º de maio, em Alegrete, aparece em 1898. Segundo Eduardo Mallmann: “Os alegretenses, que, em todos os cometimentos tendentes a reivindicar os direitos do povo, jamais foram os últimos nos pronunciamentos, não podiam e nem deveriam ficar estáticos ante a onda evolutiva que se aproxima.”<sup>290</sup>

Em 1º de maio de 1898, a imprensa alegretense, no jornal *Gazeta de Alegrete*, apresenta a seguinte nota: “Festa dos Operários!” Diz a matéria: “Realiza-se hoje a festa de inauguração dos Salões da Sociedade “Mútua-Proteção”.”<sup>291</sup> Na mesma edição, o jornal apresenta um texto de Eduardo Mallmann, intitulado “1º de maio”:

Dia consagrado à união e festividade dos trabalhadores de todas as classes do mundo civilizado. Festas que não traduzem a satisfação e a alegria, mas que sintetizam um solene protesto contra a falta de igualdade e o exclusivismo em que são mantidas as classes produtoras, pelos que diretamente influem, exploram e gozam na governação social.<sup>292</sup>

Em 1898, a imprensa estadual, depois de noticiar as festividades do “1º de maio” em várias cidades do Rio Grande do Sul, como em Rio Grande, Pelotas, Bagé, Uruguaiana, Santa Vitória do Palmar, São Leopoldo, acrescenta: “No Alegrete, a Sociedade Operária Mútua

<sup>289</sup> RODRIGUES, Edgar. *A nova Aurora Libertária (1945-1948)*. Rio de Janeiro. Achiamé.

<sup>290</sup> GAZETA DE ALEGRETE. *Festa dos Operários*. 1º de maio de 1898; nº 61.

<sup>291</sup> Idem.

<sup>292</sup> Idem.

Proteção comemorou com Salvas e Retretas, à alvorada, ao meio-dia e à noite, Sessão Solene e grande passeata pelas ruas.”<sup>293</sup>

No dia 16 de abril de 1899, ocorre uma Assembleia Geral dos associados da Mútua-Proteção. Um assunto debatido e deliberado é sobre a organização de uma comissão para os “festejos” do 1º de maio. A Comissão encarregada dos festejos do 1º de maio fica assim constituída: Felipe Krug, Germano Bhongarhen, Pedro Bisch, João Krug, Afonso Mallmann, Zeferino Ribeiro, Alfredo Laydner, Germano Krug, Antonio Fernandes, Manoel Pessoa, Euclides Servalho e Olavo Cabral.<sup>294</sup>

Documento interessante que aborda fatos relacionados ao 1º de maio em Alegrete, é um “auto de corpo e delito”. O Promotor Público da Comarca apresenta denúncia contra Joaquim Moreira da Rocha, brasileiro naturalizado, seleiro, domiciliado na cidade de Alegrete. Segundo o Promotor, na noite de 1º para 02 de maio, Joaquim Moreira da Rocha, que vinha da festa da Sociedade Operária Mútua Proteção, completamente alcoolizado, achava-se na rua à frente de uma casa, “em calorosa disputa com uma amasia”, tendo se chegado a eles, Galdino Batista de Oliveira e João Marciso. Passando por lá, cerca de 11 horas da noite, o alferes Conceição Coronel, com uma ordenança que o acompanhava no serviço de manutenção da ordem, dá ordem de prisão aos quatro indivíduos que perturbavam o sossego público. A “amasia” de Rocha era Júlia Barbosa de Oliveira que, junto com João Marciso, acaba fugindo, Galdino é preso e Joaquim Moreira da Rocha enfrenta a guarda com pequeno facão. Conceição Coronel acaba ferindo Joaquim.<sup>295</sup>

Joaquim diz, no depoimento, que possui quarenta e sete anos de idade, é solteiro, natural de Portugal, seleiro e residente na cidade de Alegrete há dez anos. Segundo Joaquim, vinha sendo seguido pela rua por Conceição Coronel, desde a festa do 1º de maio da Sociedade Operária, quando Conceição Coronel o chama de “Gringo”, ao que Joaquim responde “ser muito mais brasileiro do que ele”.<sup>296</sup>

Existe um indício que aponta para uma possível comemoração do 1º de maio, no ano de 1903, como enviado em telegrama para o jornal Independente. O telegrama de Alegrete afirma que o Centro Socialista adere ao Partido Socialista Brasileiro.<sup>297</sup>

<sup>293</sup> GAZETINHA. **O 1º de maio fora da capital**. Porto Alegre, 17 de maio de 1898. Ano 08. nº 12. p.01. AHPAMV

<sup>294</sup> SOCIAL. **Mútua Proteção**. Alegrete, 23 de abril de 1899; Ano II; nº 12. p.03.

<sup>295</sup> Processo Crime 3536. Réu: Joaquim Moreira da Rocha. Fundo Comarca de Alegrete/Sede.1º Cível e Crime.Processo Crime e outras.Maço: 103; Caixa: 79. APERGS.

<sup>296</sup> Processo Crime 3536. Réu: Joaquim Moreira da Rocha. Fundo Comarca de Alegrete/Sede.1º Cível e Crime.Processo Crime e outras.Maço: 103; Caixa: 79. APERGS.

<sup>297</sup> O INDEPENDENTE. Porto Alegre, Domingo, 03 de maio de 1903. Ano III, nº 145. p.02.

“A Sociedade União Operária – Mútuo Socorro, como quase todos os anos, festejou o dia de 1º de maio com músicas, foguetes, passeatas pelas ruas da cidade e realizando um esplêndido ‘pic-nic’.”, registrava a “Gazeta de Alegrete”, em sua edição de 3 de maio de 1905, irmanando-se às festividades da data máxima do trabalho, (...)”.<sup>298</sup> Nota-se, no trecho “como quase todos os anos”, que esta afirmação de 1905 dá a ideia de um “costume”, de algo que se repete há anos. No mesmo sentido, existe também a referência ao movimento operário alegretense, feita por Luiz Araújo Filho, em que diz: “A sua festa de consagração do trabalho, a 1º de maio, fazia-se com todo o esplendor”.<sup>299</sup>

Em 25 de abril de 1925, um grupo de alegretenses funda a União Operária. Sobre o 1º de maio, mais especificamente, destaca-se o trecho a seguir: “Cinco dias após, no mesmo Teatro Rio Branco, então instalado onde hoje se eleva o magnífico edifício do Foro, foi empossada em festividade, a nova diretoria, mantida a mesma aclamada em ata anterior. Nessa oportunidade, 1º de maio, o Sr. Jan Von Seffelen, significando o acontecimento, planta na Avenida Freitas Valle, uma magnífica árvore.”<sup>300</sup>

Em 1927, observa-se a notícia publicada na imprensa local: “1º de Maio. Passa, hoje, festivamente, a data consagrada ao trabalho. A ‘União Operária’ desta cidade organizou brilhante programa de festejos, delle constando um churrasco a gaúcho, pela manhã, uma sessão solene e uma passeata à noite pelas ruas da cidade.”<sup>301</sup> Percebe-se que, na programação, estavam contemplados “atos festivos”, alimentação e confraternização, uma parte “formativa e teórica” e um protesto público. Uma semana depois, lê-se na imprensa como era comemorado o 1º de maio na cidade. Fala das “festividades” na sua sede e do pic-nic no Passo Novo, como se apresenta a seguir no texto com o seguinte título: “Como foi comemorado o dia 1º de maio pela ‘União Operária’ desta cidade”:

A esforçada “União Operária” desta cidade, que tanto vem se dedicando aos veros interesses de seus associados, proporcionando-lhes assistência moral, física e intelectual, comemorou, brilhantemente, a passagem da data consagrada ao trabalho universal. E fê-lo entre verdadeiras manifestações de cordialidade, reunindo quase a unanimidade da classe operária dessa cidade.

Desde cedo, às 6 horas da manhã de 1º de maio, chegavam à sede, à rua Dr. Quintana, esquina da rua 20 de setembro, sócios e convidados para o grande Pic-nic organizado. Às 8 horas, mais ou menos, grande número de pessoas presentes, procedidas de banda de música “União Operária”, seguiram em demanda do local escolhido, no Passo Novo. Ali chegados teve

<sup>298</sup> GOLDEMBERG, Maurício. Op. Cit. p.13.

<sup>299</sup> ARAÚJO FILHO, Luiz. Op. Cit..

<sup>300</sup> GOLDEMBERG, Maurício. Op. Cit. 13.

<sup>301</sup> MEU JORNAL, 1º de maio; Anno I, Alegrete, 01 de maio de 1927; Nº 50. p. 03;

início a primeira parte do programa de festejos, organizados pela diretoria. Servido a todos presentes um esplendido churrasco, regado a vinho e cerveja, falou, brilhantemente, o orador oficial da União Operária, seguindo-se com a palavra outros oradores, que foram, como o primeiro, muito aplaudidos pelos presentes.

E na melhor e mais franca camaradagem terminou, às horas tardias, a linda festa campestre que deu início ao bem organizado programa de festejos.

À noite, na sede social, organizou-se uma concorrida Sessão Solene que constituiu inegável demonstração de entusiasmo pelos interesses da classe. Fizeram uso da palavra diversos oradores concitando o operariado local a trabalhar pelo desenvolvimento da sociedade “União Operária”, que tantos serviços relevantes vêm prestando aos seus associados desde os primeiros dias de sua organização. Pelas 23 horas, mais ou menos, o Presidente, encerrando a sessão, agradeceu o comparecimento de todos presentes, bem como à solidariedade de seus consócios.<sup>302</sup>

Acrescenta a notícia que: “(...) nesse mesmo dia, à tarde, encontraram-se as aguerridas equipes do ‘Operário Foot Ball Club’ e ‘Motoristas’”.<sup>303</sup>

Das características das comemorações do 1º e maio em Alegrete, com o que se fazia no Brasil (São Paulo) e Rio Grande do Sul (Porto Alegre), podemos notar tendências gerais em suas programações: músicas (bandas), foguetes, passeatas pelas ruas, piqueniques, conferências e discursos. Nota-se a especificidade do almoço festivo em Alegrete, com “churrasco”, vinho e cerveja, assim como a presença do futebol. Do “ritual”, o elemento mais significativo, como afirma Hobsbawm, é a passeata.

#### 4.4 A PRESENÇA DE IMIGRANTES E DE ESTRANGEIROS

O objetivo principal desta seção é a resolução da problemática inicial da pesquisa, ou seja, responder em que medida a presença de imigrantes e estrangeiros é significativa na construção do movimento operário alegretense no período da República Velha? Como já exposto na introdução, entende-se o movimento operário como um conjunto de ações que tem por objetivo garantir a conquista de uma melhor qualidade de vida para os trabalhadores, trata principalmente de questões relacionadas a contradições entre “capital e trabalho” (salário, horas de trabalho, ritmo de produção, disciplina no trabalho, higiene no ambiente de trabalho

<sup>302</sup> MEU JORNAL, **Como foi comemorado o dia 1º de maio pela “União Operária” desta cidade**. Anno I, Alegrete, 08 de maio de 1927; Nº 51; p.01.

<sup>303</sup> Idem.

e saúde do trabalhador, descanso, formação e educação, etc.). O movimento operário pode se manifestar de diversas formas, mas prioriza-se, nesta dissertação, analisar as associações operárias, seus jornais, conferências, congressos, o 1º de maio, etc. Para analisar a significância de imigrantes e estrangeiros no movimento operário local, será considerado o aspecto numérico (quantitativo), o papel social/função (posição ocupada perante o grupo - qualitativo), a continuidade e a permanência no grupo. Aproveita-se este momento para conhecer as características profissionais e ocupacionais dos membros das diretorias do movimento operário local. Apesar de comparar as informações com o “mercado de trabalho” e com dados sobre a “base” do movimento, o foco da pesquisa é a “direção” do movimento. O foco é a “direção”, melhor dizendo, os nomes que compõem a diretoria das associações, devido à disponibilidade de informações (fontes). Inicia-se apresentando um modelo comparativo sobre as características ocupacionais e profissionais dos primeiros militantes de organizações do movimento operário internacional; depois, apresentam-se os dados em relação à presença de imigrantes no movimento operário e, por fim, discute-se o movimento operário em Alegrete e a presença de imigrantes e estrangeiros. Para analisar a presença de imigrantes e estrangeiros no movimento operário alegretense, faz-se uma exposição do assunto a partir de dois critérios: “objetivo” e “subjetivo”. Destaca-se o critério subjetivo, pois este tem respaldo no referencial teórico deste estudo. Segue-se o seguinte roteiro: seleciona-se os patronímicos de origem imigrantes e identifica-se a naturalidade dos mesmos; analisa-se a presença imigrante no movimento a partir dos patronímicos e, por último, amplia-se a “amostra” usando outros critérios para identificar uma “cultura” imigrante ou alguma relação com o fenômeno migratório (identificando patronímicos de imigrantes, a presença de estrangeiros ou de naturais de outras localidades e a relação de parentesco com imigrantes - como os casamentos).

Eric Hobsbawm escreve que, a partir de 1815, o movimento trabalhista não é apenas um movimento de trabalhadores fabris e industriais, ou nem mesmo limitado a trabalhadores assalariados. Seria, segundo ele, uma frente comum das forças que representavam o trabalhador pobre, principalmente urbano. Segundo o autor em discussão, esse movimento operário inicial “(...) era formado por artífices qualificados, artesãos independentes, os empregados domésticos de pouca importância.”<sup>304</sup> Os primeiros sindicatos eram quase invariavelmente de impressores, chapeleiros, alfaiates etc. Fenômeno parecido acontece no Brasil e em cidades como Porto Alegre, onde a maioria dos militantes operários são artistas

---

<sup>304</sup> HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções: Europa 1789 -1848**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, PeT. 1979. p.234

(artesãos) ou operários qualificados. Em Alegrete, os ofícios e fábricas apresentam um total de 24% das atividades econômicas urbanas. O setor de serviços, exclusivamente, representa um total de 76% das atividades. Alegrete, no Período da República Velha (1889 – 1930), era uma cidade onde predominava o comércio, serviços e artesãos.

De acordo com Guedes Coutinho, em Rio Grande, em 1897, aproximadamente 75% da mão-de-obra era de origem imigrante. Em Porto Alegre, em 1920, perto de 17% dos operários são de origem imigrante, enquanto que São Paulo possui 49%. Talvez os números de Rio Grande e Pelotas sejam menores para o mesmo período. Em Alegrete, a presença imigrante nos ramos do comércio, serviços e profissões (oficinas e fábricas) variam entre 16% e 40%. Em 1909, ocorre uma maior presença (40%), a média fica em 35% no período que vai de 1909 a 1919. Nos anos que seguem 1919, ocorre um decréscimo das incidências, a participação de possíveis imigrantes correspondia a 16% em 1926. Entre os 33 nomes que aparecem como proprietários de fábricas na cidade, 50% são imigrantes ou descendentes.

Nos anos de 1906 e 1907, em Porto Alegre, nas associações relacionadas, aproximadamente 65% e 64% dos nomes dos membros das diretorias possuíam patronímicos estrangeiros. Muitos dos “militantes” estão presentes em várias organizações ao mesmo tempo e participam durante um período prolongado. Em Pelotas, a presença de patronímicos estrangeiros no movimento operário não era muito significativa. Somente no caso do sindicato dos pintores, havia um maior número de membros com sobrenomes que indicam uma possível relação com a imigração. Em outras categorias, era possível a presença de portugueses, principalmente, entre os gráficos e os motoristas. Na greve de 1917, das 21 comissões de categorias para negociar com os patrões, em 10 aparecem patronímicos estrangeiros. Nas 10 comissões em que há patronímicos de imigrantes, o número varia entre 30 e 60%. Na comissão central, para negociar a Greve, de 06 nomes, 02 são de possíveis imigrantes (30%). No caso de Rio Grande, acontece o oposto de Pelotas. Em todos os momentos, é possível identificar a presença de sobrenomes de imigrantes na direção do movimento operário, com especial destaque para os espanhóis. Em Alegrete, como já demonstrado em seção anterior, na lista de 98 sócios da União Operária, do ano de 1929, é possível verificar as profissões de alguns membros da “base” do movimento operário alegretense. Sabe-se que 70% das profissões declaradas são de artesãos ou artistas. Dos 98 sócios, 16 podem ser imigrantes ou descendentes, representando 16,3% do total de membros da entidade. É importante notar que, em 1929, a participação dos imigrantes na economia urbana (em termos quantitativos) já estava em declínio.

A seguir, apresenta-se um quadro com o nome de 70 dirigentes do movimento operário alegretense entre 1897 e 1929. A partir do quadro abaixo (onde os patronímicos de imigrantes estão em negrito), é possível analisar as profissões, a origem étnica e os militantes que permanecem por um período maior de tempo nas diretorias das associações operárias:



Sobre as características profissionais dos membros da “direção” do movimento operário alegretense, do total de 70 (setenta) nomes levantados, são identificadas as profissões de 47 pessoas (67%). Entre as profissões identificadas, existem 36 artistas (artesãos), 04 comerciantes, 02 professores, 01 funcionário público, 01 carreiro, 01 pedreiro e acrescenta-se à lista 01 advogado e 01 pecuarista (discute-se presença do advogado e do pecuarista mais adiante). Entre aqueles em que a identificação da profissão é possível, 70% dos membros da direção do movimento operário alegretense eram artistas (artesãos).<sup>305</sup> Esta participação está acima da expectativa, se comparados com os números da presença destes profissionais no mercado de trabalho local. É importante escrever que os 70% de artistas na “direção” correspondem aos mesmos 70% de artistas na “base” do movimento operário em 1929, e, neste caso, acontece uma equivalência. Genericamente, pode-se dizer que o movimento operário alegretense tem uma marcante e importante presença de artesãos (profissionais qualificados e/ou donos de pequenas oficinas).

Existem duas formas de trabalhar com a questão imigrante: uma “objetiva”, onde se procura identificar indivíduos que são naturais de outras localidades ou países, e a forma “subjetiva”, onde existe uma construção de identidade (não necessariamente étnica, que, no caso em estudo, pode ser a “operária internacional”). A seguir, expõem-se os resultados da pesquisa seguindo os dois critérios:

Após relacionar os nomes característicos de imigrantes alemães e italianos nas diretorias das associações que compunham o movimento operário alegretense, procura-se identificar as respectivas “naturalidades”. Dos 24 nomes (com patronímicos imigrantes), encontram-se registros de 16. Desses 16 nomes, somente 03 eram naturais de outros países: Germano Bohngaheren era natural da Alemanha, Rafael La Gamba e Paschoal Mitidieri que eram naturais da Itália.<sup>306</sup>

Os outros 13 nomes dos quais é possível encontrar registros apontam para o fato de serem filhos e netos de imigrantes. Assim como eram descendentes de casais imigrantes, havia filhos de casamentos mistos, onde um dos pais era imigrante e outro “nativo” da

---

<sup>305</sup> Das contradições entre as relações de produção e as construções de identidade (cultura) originou-se o movimento operário. Optou-se por priorizar a concepção de que o “movimento operário” é mais uma questão de identidade (cultura) do que resultado das “relações de produção”. Assim, resolveu-se deixar inclusos os nomes do advogado (que foi intendente e deputado estadual e federal) e do pecuarista (estancieiro), pois esta situação possibilita discutir os problemas teóricos e conceituais, a própria compreensão que estes operários possuíam sobre quem poderia fazer parte do movimento operário e quem não poderia, além de poder desvelar aspectos políticos relacionados ao movimento operário alegretense.

<sup>306</sup> Ver em **Anexo I** (p.199) a naturalidade e as relações de parentesco entre os membros do movimento operário alegretense a partir de registros de nascimento e casamentos do Cartório de Registros Cíveis de Pessoas Naturais e Especiais de Alegrete e da Igreja de Nossa Senhora da Conceição Aparecida de Alegrete.

localidade. A composição das diretorias do movimento operário em Alegrete era formada mais por descendentes de imigrantes do que de imigrantes propriamente ditos.

A utilização dos patronímicos de origem imigrante faz parte do método indiciário e que considera aspectos subjetivos e culturais na construção das identidades de imigrantes e seus descendentes. Em relação aos sobrenomes característicos dos membros da “direção” do movimento operário alegretense, são identificados 15 sobrenomes de origem alemã (21,4%) e 09 sobrenomes de origem italiana (12,8%). No total, 34,2% dos nomes que compõem as diretorias do movimento operário possuem patronímicos característicos de imigrantes. Se, na economia urbana, a presença de patronímicos imigrantes (alemães e italianos) apresenta números variáveis entre 16 e 40%, existindo uma média de 35% no período, pode se dizer que a presença de patronímicos de imigrantes na direção do movimento corresponde à participação destes na economia e mercado de trabalho local. Se forem comparados os números da presença de patronímicos de origem imigrante da direção com a “base” do movimento, chega-se à conclusão de que os imigrantes e seus descendentes estavam mais presentes na “direção” (34%) do que na “base” (16%). Os números apresentados, no caso de Alegrete, em relação à presença de patronímicos imigrantes no movimento operário, são inferiores aos de cidades como São Paulo e Porto Alegre. Porém os números locais são parecidos e aproximados aos casos de Pelotas e de Rio Grande.

Concebe-se que o universo cultural imigrante pode ser acessado também a partir de relações familiares e de parentesco. Dessa forma, relaciona-se com a imigração não somente a descendência (e seus patronímicos), mas também as relações de parentesco (como os casamentos). Assim, os números são alterados, dos 70 nomes encontrados e que ocupam as diretorias do movimento operário em Alegrete, destacam-se, a seguir, 36 nomes que possuem alguma relação com o fenômeno migratório (patronímicos estrangeiros, naturalidade de outras localidades ou casamento com pessoa imigrante ou descendente): Adolfo Ferreira Leite, Afonso Mallmann, Alfredo Laydner, Antonio Botto, Antonio Fernandes, Apolinário Escarrone, Brasiliano Lara, Eduardo Mallmann, Francisco Zaccaro, Germano Bhongarhen, Germano Krug, Gilberto Ouriques Ribeiro, Jorge Felipe Krug, José Costa, José Zimmermann, João Augusto Krug, João Barcellos, João Batista Juliano, João Brum, Julio dos Santos Rocha, Manoel Carvalho Portella, Manoel Emiliano, Olinto Bisch, Olavo Cabral, Paschoal Mitidieri, Pedro Antero Krug, Pedro de Souza Bisch, Pedro Ramires, Rafael N. La Gamba, Salvador Bianchi, Luiz Arancibio, João Tillet, Candido Mallmann, Carlos Manoel Schmitz, Gabriel Portela, Adolfo Schamberg Filho. Dessa forma, é possível dizer que 51,4% dos membros da

“direção” do movimento operário alegretense possuem alguma relação com o fenômeno migratório.<sup>307</sup>

Analisando os nomes dos membros das diretorias das organizações operárias, é possível identificar duas fases, uma primeira, que se inicia em 1897 e vai até 1915, quando acontece uma mudança nos nomes que compõem as diretorias. A partir de 1915, existe uma “renovação” dos membros das diretorias, outros nomes aparecem. Um único nome está presente em 1915 (com a primeira geração) e passa a estar presente na segunda fase, a partir de 1915 a 1929, é Júlio dos Santos Rocha. Os nomes dos membros da direção do movimento operário que mais aparecem, entre 1897 e 1915, são Jorge Felipe Krug, Felisbino Maciel e Pedro de Souza Bisch. Entre 1915 e 1929, aparecem com mais frequência Julio dos Santos Rocha, Pedro Ramires, Ladislau dos Santos, Quintino R. dos Santos e Salvador Bianchi.

É possível identificar membros de uma mesma família nas diretorias do movimento operário local: São quatro da família Krug (Germano, Jorge Fellipe, João Augusto e Pedro Antero), são 03 Mallmann (Afonso, Candido e Eduardo) e 02 Bisch (Pedro e Olinto). Estes nomes estão presentes de 1897 a 1915, demonstrando a forte presença destas famílias de origem germânica (alemã) na formação do movimento operário alegretense. Os Krug, Mallmann e Bisch são nascidos em Alegrete, filhos de imigrantes. No caso dos Mallmann e Bisch – os pais são imigrantes e as mães naturais do Rio Grande do Sul.

No período em análise, os presidentes das entidades do movimento operário local eram: Pedro Krug (1897 e 1905), Jorge Felipe Krug (1899), Felisbino Maciel (1915), Pedro Ramires (1925 – 1926 e 1928), Adolfo Ferreira Leite (1927) e Salvador Bianchi (1929), são seis nomes que se repetem em algumas oportunidades. A maioria possui alguma relação com a mobilidade (migração), seja pelo sobrenome característico, ou por ser natural de outra cidade.

---

<sup>307</sup> Adolfo Ferreira Leite era natural de Uruguaiana, casou em Alegrete em 26 de junho de 1920. Sua esposa era natural de Pelotas. Os sogros de Adolfo Ferreira Leite eram de Pelotas e de Bagé. (Cartório dos Registros Cíveis da Comarca de Alegrete. Casamentos, L.05, fl.106.) Gilberto Ouriques Ribeiro é natural da República Oriental do Uruguai e casou em 30 de julho de 1919, com Carmem Abarno, filha do italiano Nicolau Abarno. (Cartório dos Registros Cíveis da Comarca de Alegrete. Casamentos, L.05, fl.33v.). José Costa casou em 11 de junho de 1919, com Isabel Santos Rocha, o sogro de José Costa, Jerônimo dos Santos Rocha é natural de Portugal e sua esposa Maria Antonia dos Santos Rocha é de Taquari. (Cartório dos Registros Cíveis da Comarca de Alegrete. Casamentos, L.05, fl.16v.) Julio dos Santos Rocha é “natural deste Estado” e casado com Otilia Diniz em 11 de setembro de 1920. O sogro de Julio, o pai de Otilia, é o português Francisco Diniz. (Cartório dos Registros Cíveis da Comarca de Alegrete. Casamentos, L.05, fl.120.) A seguir, destacam-se os nomes que podem ser de descendentes de imigrantes portugueses: Manoel Carvalho Portella, Olavo Cabral e Gabriel Portella. Nomes que podem ser de descendentes de espanhóis: Antonio Fernandes, João Barcellos, Manoel Emiliano, Pedro Ramires e Luiz Arancibio. Os outros sobrenomes são característicos entre os italianos e alemães.

Sobre os estrangeiros no movimento operário alegretense, sabendo-se que estrangeiro é aquele que passa pela localidade e não cria raízes no lugar (que mesmo estando perto está distante), e imigrante é aquele que está “integrado” (na introdução, foi esta a definição conceitual). A grande maioria dos membros das diretorias das associações operárias que possuem patronímicos de origem estrangeira, pode ser enquadrada na categoria de imigrantes (se fossem naturais de outras nações ou cultivassem características étnicas), é só observar os casos exemplares dos Krug, Mallmann, Bisch, Escarrone, entre outros. Quanto a alguns nomes, não é possível encontrar vestígios, levando a supor que estavam de passagem por Alegrete, podendo ser classificados como estrangeiros; são os exemplos de Olavo Cabral e José Zimmermann.<sup>308</sup> É de notar, também, que, da mesma forma que os estrangeiros, aqueles militantes “peregrinos” têm papel fundamental na circulação das ideias, nos protestos e na organização do movimento operário internacional. Como já observado em outra seção, muitos militantes “peregrinos” passam por Alegrete, principalmente, nos últimos anos da década de 1920.

No final do século XIX, um grupo de militantes socialistas organiza e cria a primeira associação operária de Alegrete. O modelo político-ideológico executado por esses trabalhadores possuía um “centro” internacional, presente nos partidos sociais democratas da época.

Durante todo o período em análise, é possível identificar indícios de elementos que configuravam a construção de uma comunidade internacionalista operária em Alegrete: o vínculo programático e orgânico com organizações internacionalistas (o Partido Social-Democrata da Alemanha, Itália e Portugal – e a Associação Internacional Trabalhadores); a circulação de órgãos da imprensa operária internacional em Alegrete, a presença e participação nos congressos, as conferências e o 1º de maio (Dia Internacional dos Trabalhadores). Entre 1897 e 1929, a presença de patronímicos imigrantes e estrangeiros nas diretorias do movimento operário alegretense girava em torno dos 34 e 50%.

---

<sup>308</sup> Para identificar a permanência e ou passagem destes nomes que compunham as diretorias do movimento operário alegretense, fez-se uma busca incansável em vários documentos: Livros e cobrança de impostos sobre indústria e profissões, Livros de cobrança de imposto predial e residencial, Registros de nascimentos, casamentos e óbitos do Cartório de Alegrete, Batizados, casamentos e óbitos da Capela de Nossa Senhora Aparecida de Alegrete, no Cartório de registro de imóveis de Alegrete, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul: inventários e Processos- Crime de Alegrete. Sobre José Zimmermann, ele estava na cidade de Santana do Livramento em 1896, fazendo parte de um Clube Monarquista, e, em 1908, ele está em Quaraí. Ver: A Gazetinha. Ano VI, 10/05/1896.p.01. Autos da Fazenda do Estado. Réu: José Zimmermann. Nº 218, M:07, E: 156, A:1908. Quaraí, Civil e Crime. APERGS.

Nos primeiros anos de formação do movimento operário, estavam presentes na cidade alguns estrangeiros; além dos nomes dos membros da direção da Sociedade Mútua Proteção Operária, é de destaque o fato de ter acontecido uma perseguição a um operário português após as atividades alusivas ao 1º de maio. É possível identificar duas fases no movimento operário: uma que vai de 1897 a 1915, e outra que vai de 1915 a 1929. Na primeira fase, fica nítida a presença e a hegemonia política dos socialistas (social-democracia), correspondendo ao mesmo período em que aparece a presença significativa de descendentes de alemães na direção do movimento operário. Na primeira fase, identifica-se a presença de grupos familiares na direção do movimento e a continuidade de alguns membros. Na segunda fase, de 1915 em diante, aparece uma maior quantidade de nomes de origem italiana e a presença significativa de possíveis imigrantes ou descendentes de portugueses e espanhóis. É um período no qual aparece o registro da circulação de militantes “estrangeiros” pela cidade, a ligação com os congressos e militantes anarquistas de Pelotas, Bagé e Uruguaiana. São encontrados os nomes de seis presidentes das organizações operárias; destes seis nomes, somente de um não é possível comprovar a relação com o fenômeno da migração (descendência, naturalidade de outra localidade ou parentesco).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar a presença de imigrantes na formação do movimento operário alegretense. Para alcançar tal objetivo procura-se compreender a relação entre imigração e movimento operário. Procura-se conhecer tais fenômenos em diferentes espaços no mesmo período, e a partir da comparação estabelecer generalidades e especificidades.

A partir da segunda metade do século XIX, o capitalismo torna-se um fenômeno mundial por causa da integração tanto econômico quanto de novas tecnologias de comunicação e transporte. Amplia-se a circulação de mercadorias, pessoas e ideias. Isso ocasiona uma maior interligação entre as nações. Na Inglaterra, que é conhecida como o “berço da industrialização” e do movimento operário, acontece uma grande mobilidade entre os trabalhadores, tanto interna (dentro do país), quanto externa (entrada e saída do país). Muitos saíam e muitos chegavam à Inglaterra. Nos motins e sublevações em cidades de médio porte, sempre quando aconteciam estes movimentos, é identificada a presença de pessoas “estranhas” às localidades. Essa mobilidade dos trabalhadores na Europa proporciona a organização da Associação Internacional dos Trabalhadores (A.I.T.), em 1864, que se torna um centro propagador da organização operária em vários países.

No México, não havia um movimento migratório tão expressivo quanto nos outros países da América Latina analisados. Porém, por menor que tenha sido a imigração européia para o México, ainda assim é de grande importância a presença de uma minoria de imigrantes envolvida na organização dos trabalhadores. De um modo geral, a ideologia dos militantes imigrantes potencializa a cultura de resistência das comunidades nativas. Na Argentina, em 1890, aproximadamente 50% da população era de origem imigrante. Junto com essa grande massa de imigrantes, vem, em 1871, um grande número de militantes internacionalistas. No final do século XIX, predominavam as ideias socialistas, período em que se destacavam os grupos étnicos germânicos no movimento. A partir do século XX, predominam as ideias anarquistas, com forte participação de italianos e, em seguida, por espanhóis. Na Argentina, há forte perseguição aos militantes operários imigrantes. No Uruguai, a partir da segunda metade do século XIX, aproximadamente 40% da população era composta por imigrantes. Em 1872, funcionava em Montevideu a seção uruguaia da A.I.T. O movimento operário uruguaio tinha importante participação de franceses, italianos e espanhóis.

No Brasil, durante a República Velha (1889-1930), a média da presença de imigrantes em relação à população total do país era de 5% (1920). Existiam locais e regiões em que havia concentração de imigrantes, como o caso de São Paulo e Rio de Janeiro, ou ainda em “Colônias”, onde a presença poderia chegar a 100% da população, assim como havia locais em que a presença de imigrantes era reduzida, chegando até mesmo a não aparecer nas estatísticas. Neste período em estudo, há o maior número de registro de entrada de imigrantes no país (77% do total). Entre 1890 e 1900, aproximadamente 60% dos imigrantes do Brasil encontravam-se em São Paulo. Nesta cidade, em 1901, cerca de 90% dos operários eram imigrantes e em 1920, 52% dos operários eram imigrantes. No Rio de Janeiro, em 1920, aproximadamente 40% dos operários eram de origem imigrante. Em São Paulo, a maioria dos imigrantes era de origem italiana e no Rio de Janeiro, era de origem portuguesa. É possível identificar a presença significativa de imigrantes em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pará e Rio Grande do Sul.

Sobre a organização do movimento operário no Brasil, sabe-se que no Rio de Janeiro, em 1871, existe um vínculo muito estreito entre alguns imigrantes que participam das lutas operárias locais, com seus companheiros em Portugal integrantes da I Internacional. Em 1893 e 1896, aparecem relatórios dos militantes operários socialistas, enviados à II Internacional. No período em estudo, chegam ao Brasil muitos militantes operários internacionalistas. O papel dos imigrantes militantes era de tamanha importância que dá motivo para uma legislação sobre o assunto; são criadas leis de expulsão de imigrantes militantes operários, tanto no Brasil, quanto nos países platinos. Existia, inclusive, uma ação coordenada entre os países platinos (Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai) no sentido de perseguir e expulsar militantes operários internacionalistas, os “indesejáveis”. É importante destacar que as zonas de fronteira do Brasil com o Uruguai e com a Argentina eram portas de entrada de militantes desterrados e perseguidos na Região do Prata. Na região de fronteira com o Uruguai e a Argentina, havia uma grande circulação de imigrantes militantes.

Sobre a mobilidade da força de trabalho no Rio Grande do Sul, a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, destaca-se neste estudo a imigração para áreas urbanas, feita em sua maioria por imigrantes comerciantes, artesãos e trabalhadores técnicos e especializados. A pesquisa demonstra a presença de imigrantes em centros urbanos como as cidades de Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, e os núcleos urbanos na zona de fronteira, região privilegiada pela imigração espontânea a partir de 1850 até as primeiras décadas após 1900. No Rio Grande do Sul, em 1900, aproximadamente 11% da população era imigrante.

Em 1910, os imigrantes representam aproximadamente 10% da população. Em 1920, a média de imigrantes diminuiu, são aproximadamente 6,91% da população do Estado. Aqui, deve ser tomado o mesmo cuidado que o alertado sobre o caso do Brasil, ou seja, em algumas localidades do Rio Grande do Sul, esses índices podem ser mais elevados e, em outros, menores.

É possível identificar o “internacionalismo operário” na formação do movimento operário do Rio Grande do Sul, mais especificamente em cidades como Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Alegrete. Esse internacionalismo difunde-se por meio de organizações Internacionalistas, da solidariedade internacional, do culto do 1º de maio (Dia Internacional dos Trabalhadores) e da circulação de ideias e de militantes. Em 1892, na cidade de Porto Alegre, é fundada a “Allgemeiner Arbeiter Verein”, vinculada ao projeto da A.I.T e do Partido Social Democrata Alemão. Também em Porto Alegre, no ano de 1895, funda-se a “Liga Operária Internacional”, que vai durar boa parte do período da República Velha, embora trocando de nome para “União Operária Internacional”. Em Rio Grande, também existia uma união Operária Internacional e, em Pelotas, uma “Liga Internacional Beneficente”. O programa do Partido Social Democrata alemão serve de modelo para os partidos Socialista e Operário de Porto Alegre, em 1897 e 1905. No Congresso Operário de 1920, é aprovada uma moção de saudação ao operariado revolucionário da Rússia, Alemanha, Itália, Argentina e outros países. No Congresso Operário de 1925, depois dos informes do Congresso internacional de Amsterdã, reitera-se a adesão da FORGS à A.I.T (Internacional Anarquista). Além dos exemplos já citados acima, há outros momentos de solidariedade internacional, como na greve geral de 1906, quando os operários de Porto Alegre enviam telegramas às organizações operárias de Berlim, Londres, Paris e Buenos Aires. O 1º de maio está presente na cultura do movimento operário do Rio Grande do Sul, pois tanto em Porto Alegre, quanto em Pelotas e Rio Grande, acontecem várias comemorações do 1º de maio durante o período estudado.

A difusão das organizações operárias se dá também devido à circularidade de ideias. Entre 1892 e 1923, é encontrada quase uma centena de jornais operários no Rio Grande do Sul. A maioria desses jornais, quase 70%, encontrava-se em seis cidades. Destas, aparecem com destaque as cidades da campanha e da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul. Isso é explicado pelo fato de ser nessas cidades que ocorre a urbanização do Estado naquele período. Nessas cidades ocorre a imigração espontânea pela fronteira, do final do século XIX e início do século XX, e é também por aí que circulam os imigrantes “indesejáveis”. A imprensa

oficial tenta demonstrar que as greves são organizadas por estrangeiros desordeiros. No início do século XX, a imprensa oficial tenta identificar os socialistas com o grupo étnico de alemães, e os anarquistas, aos italianos e polacos.

É possível identificar a circulação de militantes europeus, assim como de países “do Prata” no território brasileiro. No curso da investigação, observa-se que os militantes mudavam de cidade e de estado no território brasileiro. Havia militantes que circulavam entre São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Alegrete e cidades da fronteira sudoeste.

Desde o início, aparecem pessoas com patronímicos estrangeiros como fundadores das primeiras entidades operárias no Rio Grande do Sul. Isso aconteceu com a “Allgemeiner Arbeiter Verein” (1892 – Porto Alegre) e com a “Liga Operária Internacional” (1895 – Porto Alegre). Entre os patronímicos que estão presentes nas primeiras organizações operárias, no final do século XIX, destacam-se os patronímicos de origem étnica germânica. Entre os membros socialistas, também a presença da etnia germânica é de destaque (isso não significa que somente germânicos eram membros das associações operárias ou das organizações socialistas, já que existiam representações das mais diversas etnias e nacionalidades). Em Porto Alegre, por volta de 1907, cerca de 60% dos membros das diretorias das associações operárias analisadas possuíam patronímicos imigrantes. Um detalhe muito importante: os membros das diretorias das associações operárias se repetem. Uma mesma pessoa está presente em várias organizações ao mesmo tempo e permanece compondo essas associações por um bom período de tempo.

Em Pelotas ao se quantificar os dados analisados, embora com todo o risco que se corre, pode-se dizer que a presença de patronímicos estrangeiros girava em torno dos 30 e 60% em alguns momentos. Em Rio Grande, a presença de sobrenomes estrangeiros no movimento operário é significativa e notada em todas as décadas com especial destaque para os espanhóis.

A formação da cidade de Alegrete faz parte de um processo mais amplo de urbanização que envolveu a campanha sudoeste do Rio Grande do Sul. Destaca-se a mobilidade populacional em direção à fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul no momento de “origem” da cidade de Alegrete. Percebe-se que, no período de formação e constituição da cidade de Alegrete, não existiam somente elementos ligados à economia pecuária tradicional, mas existiam outros setores econômicos que começavam a se desenvolver, como é o caso do comércio. Este processo de formação de um mercado local vai dinamizar a economia urbana, diversificando profissões e grupos sociais. Evidencia-se que as questões relacionadas à urbanização em Alegrete passam pela formação de um mercado local, resultado dos

excedentes da pecuária e das atividades comerciais. Esse mercado de troca exige um mercado de trabalho. Na transição do Império para a República, Alegrete, como outras cidades da Campanha Sudoeste, está entre as pioneiras na urbanização do Rio Grande do Sul, como também é pioneira quanto à presença de imigrantes e quando à formação de um mercado de trabalho livre. Esse contexto era favorável à implantação da República e, posteriormente, à organização dos trabalhadores.

Alegrete era uma das principais cidades da região da campanha sudoeste do Estado e do Rio Grande do Sul. Politicamente, há três fases nítidas na administração da cidade: um período de agitação Federalista; um período de continuidade e “tranquilidade” do PRR; e um último período de agitação Libertadora. Embora os Republicanos sempre tenham vencido eleições, era um dos municípios onde havia forte oposição ao PRR. Durante a pesquisa, é possível observar que, por volta de 1897, quando havia instabilidade política, evidenciavam-se as atividades mais contundentes do movimento operário local. Outra grande quantidade de documentos sobre o movimento operário alegretense “aparece” justamente no período que vem logo após as instabilidades de 1923 e 1924. Depois de 1924, acontece a pacificação e unificação política, a unificação dos Republicanos com os Libertadores. É outro momento em que aparecem na imprensa várias notas sobre o movimento operário.

A cidade era uma das que mais se desenvolvia no período, com a população urbana ocupando 27 e 36% da população do município. A porcentagem de imigrantes varia entre 6 e 7,8%. Em 1920, a porcentagem de imigrantes em relação à população geral apresentava número superior à média do Estado. Alegrete estava dentro dos padrões de urbanização, imigração e “industrialização” para o período.

Entre 1914 e 1922, há uma elevação nos empreendimentos econômicos urbanos. O maior número de registros acontece em 1922. O número de ofícios conserva-se praticamente estável entre 1909 e 1922, já o número de fábricas aumenta após 1918. São identificados 15 tipos de fábricas, sendo que, destas, seis eram de alimentos. As manufaturas e fábricas produziam para o mercado regional, enquanto as oficinas produziam para o mercado local. O setor de comércio e serviços representava 76% das atividades urbanas, as oficinas e manufaturas 24%. De acordo com a evolução dos registros, ano a ano, por rua, é possível identificar uma expansão entre 1909 e 1914 para áreas suburbanas. Esta expansão para áreas suburbanas mantém-se estável de 1914 a 1930. Se o comércio era a atividade que mais aparecia nos registros, os comerciários deveriam ser a categoria com o maior contingente de trabalhadores. No período, há a ampliação dos empreendimentos econômicos urbanos (1914 – 1922), é justamente o período em que inexistem

evidências sobre organizações operárias em Alegrete. Mais um argumento que reforça a ideia da importância dos elementos políticos e culturais nas manifestações do movimento operário alegretense.

A relação entre a economia urbana e a participação de imigrantes é analisada no sentido de quantificar a presença de possíveis imigrantes ou descendentes de italianos e alemães. Em relação às fábricas na cidade de Alegrete, sabe-se que 50% destas pertenciam a pessoas com patronímicos imigrantes. A presença de possíveis imigrantes (alemães e italianos) nas oficinas e profissões atinge uma média de 35% dos registros. A participação destes era significativa também no comércio, e exerciam exclusividade em algumas atividades, principalmente nas oficinas. Se a presença de imigrantes correspondia a 7% da população, não seria equivocado esperar que, nas “estratificações” sociais, como no setor de oficinas e profissões, eles aparecessem com 7%. Não é isso que acontece, existia muito mais probabilidade de um imigrante aparecer com oficina e como profissional especializado do que o nacional. Para cada nacional correspondia 0,64% das ocupações em oficinas e profissões, já para os imigrantes, para cada um, correspondia 5,8%. As pessoas com patronímicos de imigrantes possuíam cinco vezes mais probabilidades de exercerem atividades no setor de artesãos e profissionais.

A Intendência Municipal de Alegrete empregava uma média de 73 funcionários no período da República Velha, e mobilizava em torno de 153 pessoas com atividades econômicas (que forneciam bens e serviços à Intendência). No final do período em análise (1929), a Intendência adquire oficinas próprias e pode ter deixado de ocupar os serviços dos artesãos. Em compensação, as obras de saneamento proporcionam a ampliação da oferta de emprego na cidade. Como a cidade possuía principalmente pequenas lojas e oficinas, que empregavam pouca mão-de-obra, possivelmente a Intendência tenha sido a maior empregadora no Município. A presença de imigrantes não era muito relevante entre o funcionalismo, mas destacava-se nos serviços terceirizados e era praticamente a metade do grupo que vendia e fornecia bens e serviços à Intendência. Após a Primeira Guerra Mundial, a partir de 1922, começa a aparecer um número significativo de manufaturas (indústrias). Destaca-se o papel do governo municipal empreitando obras públicas e ampliando o quadro de funcionários. Isso vai refletir no movimento operário, pois, a partir de 1925, começam a aparecer outros profissionais no movimento operário, ligados ao funcionalismo público municipal.

Identificam-se os elementos constitutivos da “identidade internacionalista operária”, tanto em nível global, quanto em nível local. No final do século XIX, um grupo de militantes socialistas, com forte presença de elementos com patronímicos de origem alemã ou germânica,

organiza a primeira associação operária de Alegrete. Durante todo o período em análise, é possível identificar elementos que configuram a construção de uma comunidade internacionalista operária no município: o vínculo programático e orgânico com organizações internacionalistas (o Partido Social-Democrata da Alemanha, Itália e Portugal – e a Associação Internacional Trabalhadores); a circulação de órgãos da imprensa operária internacional em Alegrete, a presença e participação nos congressos, as conferências e o 1º de maio (Dia Internacional dos Trabalhadores).

Nos primeiros anos de formação do movimento operário, estavam presentes na cidade alguns imigrantes. Além dos patronímicos estrangeiros dos membros da direção da Sociedade Mútua Proteção Operária, é importante destacar a perseguição a um operário português após as atividades alusivas ao 1º de maio. É possível identificar duas fases no movimento operário: uma que vai de 1897 a 1915, e outra que vai de 1915 a 1929. Na primeira fase, fica nítida a presença e a hegemonia política dos socialistas, a presença de elementos com patronímicos de origem germânica nas diretorias das associações operárias. A presença de grupos familiares nas diretorias das associações operárias e a continuidade de algumas destas pessoas. Na segunda fase, de 1915 em diante, aparece uma maior quantidade de nomes de origem italiana e a presença significativa de possíveis imigrantes ou descendentes de portugueses e espanhóis. É um período em que aparece o registro da circulação de militantes “estrangeiros” pela cidade, a ligação com os congressos e militantes anarquistas de Pelotas, Bagé e Uruguaiiana. São encontrados os nomes de seis presidentes das organizações operárias de Alegrete na época em análise; destes seis nomes, somente um não é possível comprovar que tenha mantido ligação com o fenômeno da Imigração. É possível afirmar, então, que os presidentes das sociedades operárias em Alegrete, no período da República Velha, eram em sua “grande” maioria de sobrenomes e patronímicos imigrantes (imigrantes ou descendentes).

Enfim, o presente trabalho apresenta uma linha interpretativa para a formação do movimento operário internacional a partir da ação dos militantes e sua articulação política internacional. Ampliando as fontes e as metodologias, seria possível analisar com critérios mais eficientes a questão da participação de imigrantes e estrangeiros no movimento operário internacional, o que fugiria das condições deste trabalho e nem seria obra para um pesquisador. No início desta dissertação, na introdução e no Primeiro Capítulo são expostas as idéias de Hobsbawm, onde o historiador afirma que a economia e a cultura local caracterizam determinados movimentos operários, que o movimento operário constitui-se de experiências próprias e particulares e que existem movimentos operários construídos a partir

da mistura étnica de vários grupos imigrantes e nativos. A seguir apresentam-se generalidades e particularidades extraídas a partir do exposto e analisado de forma superficial nesta dissertação.

**Generalidades:** A organização do movimento operário internacional se expressa, também, a partir de pequenos grupos e militantes “internacionalistas”, identificados por vezes com correntes político-ideológicas (socialistas e anarquistas). Agiam em redes de relacionamentos e promoviam congressos, conferências, imprensa operária e uma série de “rituais” como o 1º de maio. Essas experiências disseminavam um discurso articulado e modelos organizacionais. Por outro lado, afirma-se que existem indícios consistentes da presença significativa de imigrantes e estrangeiros na formação do movimento operário devido à presença significativa de patronímicos estrangeiros na composição das diretorias das associações operárias. Existia uma articulação internacional de repressão aos militantes operários internacionalistas. É possível perceber a existência de grupos de militantes que estão presentes nas diretorias de várias associações ao mesmo tempo. Também existem grupos de operários que estão presentes nas associações por um período maior de tempo.

**Particularidades:** é significativa a presença de artesãos no movimento operário, principalmente, na “diretoria” das associações. As evidências do movimento operário alegretense surgem em momentos onde há uma instabilidade na grande política local e Estadual. Na formação do movimento operário de Alegrete, encontra-se um número significativo de descendentes de imigrantes. A maioria dos elementos com patronímicos estrangeiros era, na verdade, natural da localidade. O movimento operário de Alegrete formase da combinação étnica e cultural de “nativos” e descendentes de imigrantes e estrangeiros. Se for ampliado o critério de análise, considerando “mistura étnica” além dos elementos como patronímicos e estrangeiro, somando a estes os casamentos e parentescos com imigrantes, pode-se dizer que as diretorias das associações operárias de Alegrete possuíam quase a metade de membros relacionados a processos migratórios. No final do século XIX, no início do movimento operário alegretense, aparece um grupo que já possuía uma trajetória política em outros partidos. É nítida a presença recorrente de membros de uma mesma família, no caso, três famílias. A direção do movimento operário era composta significativamente por artesãos, aparecem alguns nomes que faziam parte da “elite” da cidade em determinado momento. Pelos números auferidos, é possível afirmar que havia cinco vezes mais chances de uma pessoa com patronímico imigrante ser membro da direção do movimento operário alegretense do que uma pessoa com patronímico não estrangeiro. Se for considerado o

critério ampliado, somando membros das diretorias que possuem patronímicos estrangeiros com aqueles que são aparentados com imigrantes, as probabilidades para os que possuem patronímicos estrangeiros ou são aparentados com imigrantes aumentam, chegando a ter sete vezes mais chances de fazerem parte das diretorias das associações. Como presidentes das associações, os membros com patronímicos imigrantes correspondem à maioria daqueles que “dirigiram” as associações do movimento operário. Os operários com patronímicos imigrantes possuíam quase dez vezes mais chances de serem presidentes das associações operárias do que os que possuíam sobrenome nacional. Seja pela presença numérica, seja pelas posições ocupadas e pela atividade política exercida, é possível dizer que os operários filhos de casamentos mistos (mistura étnica) têm papel importante na formação do movimento operário alegretense, identificando-se com a cultura e identidade internacionalista operária. Os descendentes de imigrantes elaboram a tradução da cultura internacionalista operária e criam o movimento operário alegretense.

Investigar o movimento operário em Alegrete e a presença de imigrantes possibilita conhecer um pouco da História Contemporânea, da História do Brasil, da História Regional, com destaque àquela de Alegrete. Neste município, durante a República Velha, não existiam somente “chimangos e maragatos”, existiam também socialistas e anarquistas. As comemorações e protestos do 1º de maio talvez sejam uma das tradições mais antigas da cidade. Se a grande política era feita por coronéis e doutores, a pequena política operária era feita por trabalhadores que possuíam projetos sociais. Demonstra-se, também, a diversidade étnica e cultural na História da Campanha Sudoeste do Rio Grande do Sul e, particularmente, de Alegrete.

Ficam para o futuro estudos sobre as mobilizações dos operários, sobre a resistência dos artesãos que não eram os mais pobres, porém identificavam-se como operários e socialistas. Desejar-se-á saber como lutavam e qual a relação entre a política operária e a política partidária do município, analisando em profundidade a questão dos grupos familiares envolvidos no movimento operário e as trajetórias individuais dos militantes.

## REFERÊNCIAS

### 1 LIVROS:

ANTUNES, Maria Ignácia de Souza. **Raízes Sócio Econômicas de Alegrete**. Porto Alegre: EVANGRAF, 1995.

ARAÚJO FILHO, Luiz. **O Município de Alegrete**. Alegrete: O Coqueiro, 1908.

BAGUET. A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

BAKOS, Margaret Marchiori. **RS: Escravidão & Abolição**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

BAKUNIN, Michael Alexandrovich. **Textos Anarquistas/ Michael Alexandrovich Bakunin**. Seleção e notas Daniel Guerin. Porto Alegre, L&PM, 1999.

BARBOSA, Eni. **O processo legislativo e a escravidão negra na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, CORAG, 1987.

BARROS, José D'Assunção. **História comparada – um novo modo de ver e fazer a história**. Revista de história comparada. Vol. I, nº 01, jun/2007.p.12.

BATALHA, Cláudio. **O Movimento Operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.2000.

BESSELAAR, José Van Den. **Introdução aos estudos históricos**. 5ª Ed. São Paulo: EPU,1979.

BILHÃO, Isabel. **Rivalidades e solidariedades no movimento operário**. Porto Alegre 1906-1911. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

BORGES, Stella. **Italianos: Porto Alegre e trabalho**. Porto Alegre: Ed. EST, 1993.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo. Ed. UNESP, 2002.

\_\_\_\_\_. **O quê é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.

CARONE, Edgar. **A República Velha: Instituições e Classes Sociais**. São Paulo; Difusão Européia do Livro; 1970.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.

COLVERO, Ronaldo. **Negócios na Madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2004.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **O Italiano da Esquina: imigrantes na sociedade Porto-Alegrense**. Porto Alegre: Ed. EST, 1991.

COSTA, Alfredo R. da. **Obra histórica, descritiva e ilustrada. Rio Grande do Sul (Completo estudo sobre o Estado)** Volume II. 1922. Porto Alegre: Livraria O Globo.

CUNHA, Ernesto Antonio L. **O Rio Grande do Sul: Contribuição para o estudo de suas condições econômicas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil, 1880 a 1930**. São Paulo: Atual, 1991.

DIEHL, Astor Antônio. **Círculos Operários no Rio Grande do Sul**. POA: EDIPUCRS, 1990.

\_\_\_\_\_. **Do Método Histórico**. 2ª ed. Passo fundo: UPF, 2001.

DREYS, Nicolau. **Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul**. 4.ed.Porto Alegre:Nova Dimensão/EDIPUCRS, 1990.

FAGUNDES, Antonio Augusto. **O Combate da Ponte do Ibirapuitã (Revolução de 1923)**. Porto Alegre; Martins Livreiro,1982.

FAUSTO, Boris. **Trabalho Urbano e Conflito Social (1890 – 1920)**. São Paulo, SP, 4ª Ed; DIFEL, 1986.

FLACHSLAND, Cecília. **Pierre Bourdieu y el Capital Simbólico**. Madri, Campo de Ideas SL, 2003.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **RS: economia & conflitos políticos na Republica Velha**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.

FREITAS, Antonio Saint Pastous de. **Páginas da Vida**. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1972.

GALLO, Sílvio. **Anarquismo: uma introdução filosófica e política**. Rio de Janeiro, Achiamé, 2000.

GERTZ, René. **Memórias de um imigrante anarquista: Friedrich Kniestedt**. Porto Alegre: EST, 1989.

GOLDEMBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GOLIN, Tau. **A Fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

HALL, Michael M. **A Classe Operária no Brasil (1889 – 1930)**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1979.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções: Europa 1789 -1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **A Era do Capital: 1848 – 1875**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **Os Trabalhadores: Estudos sobre a história do operariado**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. **A invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2000.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. **Lutas Sociais na América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

LEWKOWICZS, Ida. **Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

MARÇAL, João Batista. **Comerciários Fecham as portas para descansar: A luta dos comerciários brasileiros pelo descanso semanal**. Editora Foletras. Porto Alegre.

\_\_\_\_\_, João Batista. **A Imprensa Operária do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, s/Ed.; 2004.

MARX, Karl. **Karl Marx: Sociologia**. Organizador Octavio Ianni. São Paulo: Ática, 1979.

MECHOSO, Juan C. **Acción directa anarquista: Uma historia de FAU**. Montevideo (R.O.U): Editorial Recortes, s.d.

MEDEIROS, Laudelino. **As Cidades no Rio Grande do Sul**. In: Rio Grande do Sul: Terra e Povo. S.d, S.e.

MONGELOS, Pedro. **Legislativo Municipal Alegretense – perfil histórico**. Alegrete: Câmara Municipal de Alegrete, Editora Capela Queimada LTDA, 1984.

MONTI, Verônica A. Martini. **O abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul – 1884**. Porto Alegre, Martins Livreiro Livr. Ed. 1985.

OFFE, Claus. **Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “Sociedade do Trabalho”**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. Vol.II.

OSÓRIO, Laci. **Questão de Vida: memória em tempo de poesia**. Porto Alegre, Ed.Movimento, 1979.

PERES, Emir Garaialde. **As Ruas do Alegrete – II**. PORTO Alegre: EVANGRAF, 1991.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra J. **Os industriais da República**. Porto Alegre: IEL, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS: FAPERGS.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. **Origens do 1º de maio no Brasil**. Textos para discussão/1. Porto Alegre. Ed. Universidade, 1981.

\_\_\_\_\_. **Antologia do Movimento Operário Gaúcho (1870 – 1937)**. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS/Tchê! 1992.

\_\_\_\_\_. **“Que a união Operária seja a nossa pátria!”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações**. Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

PORTELLA, Vitorino de Carvalho. **Alegrete, Capital Farroupilha – Traços de Relances (1º Centenário 1857 – 1957)**. Alegrete: Livraria do Comércio, 1957.

RODRIGUES, Edgar. **A nova Aurora Libertária (1945-19A 48)**. Rio de Janeiro; Achiamé.

ROJAS, Gonzalo Adrian. **Os Socialistas na Argentina (1880 – 1980): Um século de ação política**. Tese. São Paulo: USP, 2006.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SCHAFFER, Neiva Otero. **Urbanização na fronteira (a expansão de Sant’Ana do Livramento)**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de Sant’Ana do Livramento, 1993.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Um socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

SEGATTO, José Antônio. **A formação da classe operária no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

SILVEIRA, Hermetério José Velloso da. **As Missões Orientais e seus antigos domínios**. Porto Alegre, 2ª ed. Companhia União de Seguros Gerais, 1979.

THOMPSON, E.P. **Miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

\_\_\_\_\_. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. V I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Vol. II: A Maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRINDADE, Hélio. **Poder Legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul: 1891 – 1937**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

TRINDADE, Miguel Jacques. **Alegrete: do século XVII ao século XX**. Vol.I. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1985.

VILLELA, Urbano Lago. **Uruguaiana – Atalaia da Pátria: o meio, o homem e a história**: Ed. La Salle, 1971.

## **2 TESES E DISSERTAÇÕES:**

AMORIM, Ailana Cristina de. **Relações intra-classe: solidariedade e conflito na formação da classe operária no Rio Grande do Sul**. Dissertação: UFRGS, Porto Alegre, 2006.

BARTZ, Frederico Duarte. **O Horizonte Vermelho: O impacto da revolução russa no movimento operário do Rio Grande do Sul, 1917 – 1920**. Dissertação. Porto Alegre: UFRGS, Maio de 2008.

BILHÃO, Isabel. **Identidade e Trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896 – 1920)**. Tese. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

CÁNOVAS, Marília Dalva Klaumann. **Imigrantes espanhóis na paulicéia: trabalho e sociabilidade urbana, 1890 – 1922**. Tese. São Paulo: USP, 2007.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **O Italiano da Esquina: Meridionais na sociedade Porto –Alegrense e Permanência de Identidade entre Moranenses**. Tese. São Paulo: USP, 1990.

DOESWIJK, Andreas L. **Entre Camaleões e cristalizados: os anarco-bolcheviques Rioplatenses, 1917 – 1930**. Tese. Campinas S.P: UNICAMP, 1998.

DUARTE, Paulo César Borges. **Despachando no Balcão: Caixeiros de Pelotas e identidade social do empregados no comércio do Rio Grande do Sul (1879-1904)**. Dissertação. Porto Alegre: PUCRS, 2001.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825 – 1865)**. Tese. Rio de Janeiro, R.J: UFRJ, março de 2007.

FONTES, Edilza Joana de Oliveira. **Preferem-se portugueses (as): trabalho, cultura e movimento social Belém do Pará (1885 – 1914)**. Tese. Campinas, S.P: UNICAMP, 2002.

HARDMAN, Francisco Foot. **A estratégia do desterro (situação operária e contradições da política cultural anarquista/Brasil, 1889 – 1922)**. Tese. São Paulo: UNICAMP, Março de 1980.

JARDIM, Jorge Luiz Pastorisa. **Comunicação e militância: A imprensa operária do Rio Grande do Sul (1892-1923)**. Dissertação. Porto Alegre: PUCRS, 1990.

LONER, Beatriz Ana. **Classe Operária: Mobilização e organização em Pelotas: 1888 – 1937**. Vol.1. Tese. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

MELO, Hildete Pereira de, João Lizardo de Araújo, Teresa Cristina de Novaes Marques. **Raça e Nacionalidade no mercado de trabalho carioca: O caso da cervejaria Brahma**. RBE, Rio de Janeiro, Julho/ Setembro de 2003.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Mobilização Operária na República Excludente: Um estudo comparativo da relação entre Estado e movimento operário nos casos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul nas duas primeiras décadas do século XX**. Dissertação. Porto Alegre: UFRGS, outubro de 2003.

OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. **Entre o Prata e o Mato Grosso: uma viagem pelo mundo do trabalho marítimo de 1910 a 1930 (Buenos Aires, Montevideu, Assunção e Corumbá)**. Tese. Campinas, SP: UNICAMP, 2006.

PANIAGUA, Edson Romário Monteiro. **Fronteiras, violência e criminalidade na região platina: o caso do município de Alegrete**. Dissertação. São Leopoldo, R.S: UNISINOS, 2003.

QUEIRÓS, César Augusto B. **O Governo do partido Republicano Rio-Grandense e a Questão Social (1895 – 1919)**. Dissertação. Porto Alegre: UFRGS.

RIBEIRO JUNIOR, Florisvaldo Paulo. **O mundo do trabalho na ordem republicana: a invenção do trabalhador nacional. Minas Gerais, 1888 – 1928.** Tese. Brasília: UNB, agosto de 2008.

SCHMIDT, Benito Bisso. **O Patriarca e o Tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187? – 1934) e Carlos Cavaco (1878 – 1961).** Tese. Campinas, S.P, 2002.

SILVA JR. Adhemar Lourenço. **Povo! Trabalhadores! Tumultos e Movimento Operário (Estudo centrado em Porto Alegre, 1917).** Dissertação. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

\_\_\_\_\_. **As Sociedades de Socorros Mútuos: estratégias privadas e públicas. (Estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854 – 1940).** Tese. Porto Alegre: PUCRS, 2004.

### 3 CAPÍTULOS E ARTIGOS EM LIVROS E REVISTAS:

BARROSO, Vera Lúcia Maciel. **Povoamento e urbanização do Rio Grande do Sul: A fronteira como trajetória.** In: Urbanismo no Rio Grande do Sul. Org. Gunter Weimer. Porto Alegre: Ed. Universidade. UFRGS/Prefeitura Municipal e Porto Alegre, 1992.

BATALHA, Cláudio. **Vida Associativa: Por uma Nova Abordagem da História Institucional nos Estudos do Movimento Operário.** Anos 90. Porto Alegre: UFRGS, dez 1997. N.º8.

\_\_\_\_\_. Claudio H. M. **Movimento operário: Qual história?** In: Trabalho, ;cultura e Cidadania: um balanço da história social brasileira. São Paulo: Scritta, 1997.

\_\_\_\_\_. **Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro do Século XIX: Algumas Reflexões em Torno da Formação da Classe Operária.** Cad. AEL, v.6, n.10/11, 1999.

\_\_\_\_\_. **Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): atitudes ou legitimidades?** Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH, v.12, n.23/24.p.122-123.

\_\_\_\_\_. **Formação da Classe operária e projetos de identidade coletiva.** In: O Tempo do Liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930/ Org.Jorge Ferreira e Lucilio de Almeida Neves Delgado – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil Republicano:V.1).

BILHÃO, Isabel. **De estigma a emblema: considerações em torno da importância do trabalho na construção da identidade operária (Porto Alegre – 1896 a 1920)**. Ciências & Letras. Porto Alegre, n.41, jan/jun 2007.

BIONDI, Luigi. **Anarquistas italianos em São Paulo. O grupo do jornal anarquista ‘La Battaglia’ e sua visão da sociedade brasileira: o embate entre imaginários libertários e etnocêntricos**. CAD. AEL, n. 8/9, 1998.

BORGES, Stella. **Imigração Italiana em Região de Fronteira: Dom Pedrito e Santa Vitória do Palmar**. In: Etnias & Carisma: poliantéia em homenagem a Rovílio Costa/ Organizado por Antônio Suliani – Porto Alegre: EDPUCRS, 2001.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Italianidade(s): Imigrante no Brasil Meridional**. In: Raízes Italianas do Rio Grande do Sul – 1875 – 1997. Org.: Florence Carboni e Mario Maestri. Passo Fundo: UPF. 2000.

CORRÊA, Anderson Romário Pereira. **José Fredolino Prunes (1873-1957): a incorporação do proletariado na sociedade**. In: Escritas íntimas, tempo e lugares de memória: a documentação pessoal como fonte para a história. Margareth M. Bakos (org). Porto Alegre: Palier, 2008.

CUEVA, Agustín. **La concepción marxista de las classes sociales**. Debate e Crítica, São Paulo, n.03, julho de 1974.p.103.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Imigração italiana na fronteira rio-grandense**. Boletim da Biblioteca Pública do Estado, Porto Alegre, n.1, v.2, 1975.

FRANCO, Sérgio da Costa. **O Partido Federalista**. In: República Velha (1889-1930). Coordenação Geral Tau Golin, Nelson Boeira. Passo Fundo, Méritos, 2007. V.3, t.1.

GIRON, Loraine Slomp. **A imigração italiana no Rio Grande do Sul: fatores determinantes**. In: RS: imigração & colonização. Org. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. 2ª Ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1996.

HEUGUEROT, Cristina. **Uruguay: identidad y nación en construcción**. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v.XXXIII, n.2.

HOSPITAL, Maria Silvia e Núncia Santoro de Constantino. **Construção da identidade e associações italianas: La Plata e Porto Alegre (1880 – 1920)**. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v.XXV, n.2.

LONER, Beatriz Ana. **Operários e participação no início da República: o caso de Pelotas e Rio Grande**. In: Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. XXII, n.2, dezembro 1996.

LUZURIAGA, Juan Carlos. **El asociacionismo Vasco em Uruguay: Del mutualismo AL nacionalismo (1850 – 1940)**. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. XXVII, n.1.

MOURE, Telmo. **A Inserção da Economia Imigrante na Economia Gaúcha**. In: RS: imigração & colonização. Org. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. 2ª Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cruzando fronteiras: os estudos de imigração**. In: A História e seus territórios: Conferências do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH. Organizadores Flávio M. Heinz; Marluza Marques Harres. São Leopoldo: Oikos, 2008.

PARIS, Robert. **Biografia e “perfil” do movimento operário**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/Ed. UNIJUÍ, vol.17, nº 33, 1997.p.21-22.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. **Cruzando Fronteiras: As pesquisas regionais e a história operária brasileira**. In: Trabalho, Cultura e Cidadania: um balanço da história social brasileira. Org. Ângela Maria Carneiro Araújo. São Paulo: Scritta, 1997.

\_\_\_\_\_ e Benito Bisso Schmidt. **O movimento operário no Rio Grande do Sul: militantes, instituições e lutas**. In: Capítulos de história do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

SILVA JR. Adhemar Lourenço. **A bipolaridade política rio-grandense e o movimento operário (188?-1925)**. In: e Estudos Ibero Americanos, PUCRS, v. XXII, n.02;1996.

\_\_\_\_\_. **Etnia e classe no mutualismo do Rio Grande do Sul (1854-1889)**. Estudos Ibero Americanos, v.25, n.2, 1999. Porto Alegre.

#### 4 DOCUMENTOS ELETRÔNICOS:

BRANDÃO, Zaia e Helena Altmann. **Algumas hipóteses sobre a transformação do habitus**. [http://WWW.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG\\_0599.EXE/5915.PDF?NrOcoSis=16344&CdLinPrg=pt.p.05](http://WWW.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG_0599.EXE/5915.PDF?NrOcoSis=16344&CdLinPrg=pt.p.05). Acessado em 20 de novembro de 2008. 16:40.

CEOL, Natalia; Madoz, Nidia; Dotti, Juan; Labrador, Ignacio; Giandinotto, Rodrigo; Chorszeski, Marisa y Schneider, Alejandra (trabajo realizado cuando eran alumnos del 3º año del Profesorado de Historia, año 2000). **Inmigración y movimientos obreros en América Latina (1850-1930)**. In: Espacio 127, nº 7. Disponível em: <http://www.instituto127.com.ar/Espacio127/07/n7nota01.htm>. Acessado em 15 de março de 2009. 17:00.

## **5 PERIÓDICOS:**

A DEMOCRACIA. Porto Alegre, 17 de setembro de 1905; Ano I; nº 21. (AHPAMV)

A FRONTEIRA. Quaraí, 25 de dezembro de 1898; Ano IV; Nº 310.(CEPAL)

A FRONTEIRA. Quaraí, 29 de dezembro de 1898, Nº 311.

A NOTÍCIA. Alegrete, 24 de julho de 1926 – nº 51. (CEPAL)

A NOTÍCIA. Alegrete, 04 de agosto de 1926 – nº 53.

A NOTÍCIA. Alegrete, 07 de agosto de 1926; nº 54.

A NOTÍCIA. Alegrete, 18 de agosto de 1926. nº 57.

A NOTÍCIA. Alegrete, 25 de agosto de 1926 – nº 59.

A NOTÍCIA. Alegrete, 11 de setembro de 1926 – Nº 63.

A NOTÍCIA. Alegrete, 29 de setembro de 1926; Nº 67.

A NOTÍCIA. Alegrete, 24 de outubro de 1928.

GAZETA DE ALEGRETE. 1º de maio de 1898; nº 61. (APERGS)

GAZETA DE ALEGRETE. Domingo, 21 de julho de 1907. Ano XXV, Nº: 81. (APERGS)

GAZETINHA. Porto Alegre, 17 de maio de 1898. Ano 08, nº 12. (AHPAMV)

MEU JORNAL. Alegrete, 11 de julho de 1926.; nº08. (CEPAL)

MEU JORNAL. Alegrete, 25 de julho de 1926; nº 10.

MEU JORNAL. Alegrete, 01 de agosto de 1926; nº 11.

MEU JORNAL. Alegrete, 13 de agosto de 1926; nº 13.

MEU JORNAL. Alegrete, 12 de setembro de 1926. nº 17.

MEU JORNAL. Alegrete, 14 de novembro de 1926; nº 26.

MEU JORNAL. Alegrete, 16 de janeiro de 1927; Nº 35.

MEU JORNAL. Alegrete, 30 de Janeiro de 1927; nº 37.

MEU JORNAL. Alegrete, 06 de fevereiro de 1927; nº 38.

MEU JORNAL. Alegrete, 01 de maio de 1927; Nº 50.

MEU JORNAL. Alegrete, 08 de maio de 1927; Ano I, Nº 51.

O FARRAPO. Quaraí, 08 de janeiro de 1897; Ano 02; nº 10. (MCSHJC)

O INDEPENDENTE. Porto Alegre, 03 de maio de 1903. Ano III; Nº 145. (AHPAMV)

O INDEPENDENTE. Porto Alegre, 01 de junho de 1902; nº 79.

SOCIAL. Alegrete, 05 de fevereiro de 1899. Ano II, nº 01. (APERGS)

SOCIAL, Alegrete, 02 de abril de 1899; Ano II, nº 09.

SOCIAL. Alegrete, 23 de abril de 1899. Ano III, nº 12.

SOCIAL. Alegrete, 03 de setembro de 1899, Ano III, nº 17.

SOCIAL. Alegrete, 10 de setembro de 1899. Ano III, nº 18.

O QUARAI. Quaraí, 24 de novembro de 1906. Ano II. (APERGS)

LIBERA...AMORE MIO. Informativo do Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres – CELIPE/RJ.

REVISTA MÁSCARA, Número Comemorativo do centenário de independência do Brasil. Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Livraria O Globo, 1922. (MCSHJC)

REVISTA SOLIDARIEDAD. Año 02; N° 04; Mayo 1988. (R.O.Uruguay).

## **6 OUTROS DOCUMENTOS:**

AHRGS. Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público do Estado. Documentos da Escravidão. Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade. Porto Alegre, Arquivo Público, 2006.

APERGS; Fundo: comarca de Alegrete/Sede; Sub-fundo: Primeiro Cível e Crime; Série: Processo Crime e outros; Data limite: 1899 – 1899; numeração: 3335 – 3541; Prédio/ Estante: 2/145; N: 3537; M: 103; E: 69. fl.02.

APERGS; Fundo: comarca de Alegrete/Sede; Sub-fundo: Primeiro Cível e Crime; Série: Processo Crime e outros; Data limite: 1899 – 1899; numeração: 3335 – 3541; Prédio/ Estante: 2/145; N: 3537; M: 103; E: 69.

APERGS; Fundo: Comarca de Alegrete/Sede; Sub-fundo: Primeiro Cível e Crime; Série: Processo Crime e outros; Data limite: 1899 – 1899; Numeração: 3335 – 3541; Prédio/ Estante: 2/145; N: 3537; M: 103; E: 69. Acusação.fl.02.

APERGS: Medições; Fundo Comarca de Alegrete/Sede. N:588; Maço: 23; Ano: 1907; Estante: 68. Autos: Américo Antônio de Souza, 2º vol.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRETE, 2º Livro de Actos da Câmara Municipal de Alegrete de 07 de Junho de 1859 a 22 de Outubro de 1863. (Transcrição – CEPAL).

CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRETE, Livro de Classificação de Escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação. (Transcrição CEPAL)

CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRETE. Relatório Apresentado a Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul; Alegrete; Typ. Gazeta;1885. (CEPAL)

CAPELA CURADA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO APARECIDA DE ALEGRETE. Batismos. Livros 02 e 04. (CEPAL)

CARTÓRIO DE REGISTROS CIVIS DE PESSOAS NATURAIS E ESPECIAIS DE ALEGRETE. Livros de Registros de Nascimentos: Livro 01, Livro 02, Livro 03; Casamentos: Livro 05, Livro b-06 . (Transcrição CEPAL).

CENSOS DO RIO GRANDE DO SUL (183 – 1950): De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. FEE, Porto Alegre, 1981. (AHRGS)

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICIPIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. (AHRGS)

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO OPERÁRIA MUTUA PROTEÇÃO, Alegrete, junho de 1897. (APERGS)

IHGRGS / Fundo Documental Borges de Medeiros. Nº Doc. 0116 (Correspondência). Data: 28/11/1917. Município: Alegrete, RS. Remetente: José Fredolino Prunes. 02 folhas.

INTENDENCIA MUNICIPAL DE ALEGRETE. Livro de Atos (12/dez/1924 à 11/ago/1926). Ato nº 350 de 03 de junho de 1927. (Transcrição CEPAL)

MARÇAL, João Batista. **“Gazeta de Alegrete”, os Prunes e seus jornais. Contribuição para a história da imprensa no RGS. Porto Alegre. 2001.** (Inédito, acervo de João Batista Marçal).

MUNICÍPIO DE ALEGRETE. Relatório Apresentado ao Conselho Municipal de Alegrete, em 02 de outubro de 1897, pelo intendente João Benício da Silva. Typografia da Gazeta de Alegrete. (CEPAL)

MUNICÍPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado ao Conselho - Consultivo em sua sessão ordinária de 1931. Antonio Freitas Valle, prefeito. (CEPAL)

MUNICÍPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sua sessão ordinária em 20 de setembro de 1929. Antonio Freitas Valle, Intendente do Município, 1929. (CEPAL)

MUNICÍPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sua sessão ordinária em 20 de setembro de 1930. Antonio Freitas Valle, Intendente do Município, 1930. Porto Alegre, Livraria O Globo, 1930. (CEPAL)

MUNICÍPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado pelo bacharel Oswaldo Aranha ao Conselho Municipal. Alegrete, Livraria "O Coqueiro", 1926. (CEPAL)

SECRETARIA DA SOCIEDADE ITALIANA DE ALEGRETE: Livro dos Sócios.

MUNICÍPIO DE ALEGRETE. Relatório do Vice-Intendente do município Frederico Ortiz, apresentado ao Conselho Municipal de Alegrete, em sua sessão ordinária o ano de 1900 acompanhado do Relatório apresentado ao Intendente eleito Manoel de Freitas Valle Filho, 1º de janeiro de 1901. Tipografia da Gazeta de Alegrete. Anexo 06. (CEPAL)

Processo Crime 3536. Réu: Joaquim Moreira da Rocha. Fundo Comarca de Alegrete/Sede. 1º Cível e Crime. Processo Crime e outras. Maço: 103; Caixa: 79. (APERGS)

RELATÓRIO ESTATÍSTICO DA FAZENDA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1887 – 1992). (AHRGS)

Termo de Audiência. Alegrete, 16, de setembro de 1899. Processo Crime: 3337; 1º Cível e Crime Alegrete. Maço: 103; Estante: 69; Ano: 1899. Autor: A Justiça; Réu: Eduardo Mallmann. (APERGS).

UNIÃO OPERÁRIA 1º DE MAIO: Livro dos Sócios de 1929. Secretaria da União Operária 1º de Maio. Alegrete, Rio Grande do Sul.

UNIÃO OPERÁRIA 1º DE MAIO: Livro dos Sócios 1940. Secretaria da União Operária 1º de Maio. As informações foram retiradas de “fichas” cadastrais dos associados da União Operária 1º de Maio, elaboradas no ano de 1940.

## ANEXO

João Brum, nascido em 08 de fevereiro de 1889, filho de Antônio Brum – natural da Itália e de Laura Augusta da Silva – filha de Venância Rosa (Parda Liberta). (Cartório de Registros Cíveis de Alegrete. Nascimento nº 1077. Transcrição CEPAL).

Adolfo Rodolfo Schamberg nasceu em 15 de dezembro de 1885, filho de Adolfo Schamberg (natural da Alemanha) e de Adelaide Schmitt. Os avós maternos de Adolfo Filho eram Cristiano e Cristinana Schmitt. (Cartório de Registros Cíveis de Alegrete. Nascimento. Livro 02. nº 948. Transcrição CEPAL).

Pedro de Souza Bisch nasceu a 08 de setembro de 1880, filho de João Bisch e Carlota de Souza. Seus avós paternos eram Pedro Bisch (natural da Alemanha) e Luisa da Conceição (de cor indígena). Seus avós maternos eram Pedro de Souza (natural do Pará) e Belizaria Souza (natural de Rio Pardo). (Cartório de Registros Cíveis de Alegrete. Nascimento. Livro 01. nº 446. Transcrição CEPAL/ No livro 02 de batizados da Capela Curada de Nossa Senhora da Conceição Aparecida de Alegrete, na folha 304 v; existe o registro do batismo em 25.11.1838, de uma menina com o nome de Carolina. O pai é Pedro Bisch natural da Alemanha e a mãe é Luiza da Conceição Guarani, natural do povo de São Borja.)

Alfredo Laydner nasceu em 21 de março de 1879, filho de Jacob Luiz Laydner Sobrinho e de Ana Maria Laydner. Seus avós paternos eram João Carlos Laydner e Ana Laydner (naturais da Alemanha) e avós maternos eram Frederico Laidmaier e Maria Isabel Laidmaier (naturais da Alemanha). (Cartório de Registros Cíveis de Alegrete. Nascimento. Livro 01. nº 257. Transcrição CEPAL)

João Tillet foi tio de Fredolino Prunes. A mãe de Fredolino é Tillet. (Capela Curada de Nossa Senhora da Conceição Aparecida de Alegrete. Batismos. L.04; fl.160v. 09.12.1851). Menina Amélia, filha de Luiz Augusto Conrado Tillet, natural da Alemanha, e de Antônia dos Santos, natural desta Província. Existe o registro de nascimento de um menino, em 1879, onde os pais são Celestino Prunes e Malvina Tillet. Os avós paternos são Ramão Prunes e Lucia Prunes (espanhóis) e os avós maternos são Luis Augusto Tillet (natural da Alemanha) e Maria Antonia dos Santos.

Germano Krug nasceu em 08 de março de 1879, seu pai era Jorge Fellipe Krug e sua mãe Maria Eliza. Os seus avós paternos eram Jorge José Krug e Ana Maria Kurg (natural da Alemanha) e os avós maternos eram Henrique Schamberg e Maria Schamberg (naturais da

Alemanha). (Cartório de Registros Cíveis de Alegrete. Nascimentos. Livro 01. Nº 256. Transcrição CEPAL).

Jorge Felliipe Krug é filho de Jorge José Krug e Ana Maria Krug (ambos da Alemanha), casado com Maria Catharina, filha de Henrique Schamberg e Maria Schamberg (naturais da Alemanha). (Cartório de Registros Cíveis de Alegrete, Nascimentos. Livro 01. Nº 387. Transcrição CEPAL).

Em 12 de outubro de 1882, Pedro Antero Krug (solteiro e proprietário<sup>1</sup>) registra o nascimento de seu filho Pedro. A mãe do menino é Leocádia Francisca Alves. Os avós paternos da criança são Jorge José Krug e Ana Maria Krug (naturais da Alemanha), os avós maternos são ignorados. (Cartório de Registros Cíveis de Alegrete. Nascimentos. Livro 01. Nº 677. Transcrição CEPAL).

Germano Bohngaheren era natural da Alemanha e foi casado com Maria Amália Schmidt. (Cartório de Registros Cíveis de Alegrete. Nascimentos. Livro 02. Nº 890. Transcrição CEPAL).

Salvador Bianchi nasceu em Alegrete a 28 de outubro de 1887. Seus pais eram Nicolau Bianchi (natural da Itália) e Maria José Bianchi (natural desta Província). (Cartório de Registros Cíveis de Alegrete. Nascimentos. Nº 1025. Transcrição CEPAL).

Eduardo Mallmann era “amancebado” com Candelária Aguirre, era filho de João Nicolau Mallmann (natural da Alemanha) e de Florinda Cândida Mallmann (natural desta Província). Os “sogros” de Eduardo Mallmann eram argentinos. (Cartório de Registros Cíveis de Alegrete. Nascimentos. Livro 02. Nº 1058. Transcrição CEPAL).

Candido Mallmann, casado com Malvina Schmitt, era filho de João Nicolau Mallmann (natural da Alemanha) e de Florinda Cândida Rodrigues de Almeida. Os sogros de Candido Mallmann eram Cristiano Schmitt e Cristiana Schmitt (ambos naturais da Alemanha). (Cartório de Registros Cíveis de Alegrete. Livro 02. Nascimentos. Nº 1608. Transcrição CEPAL).

Apolinário Escarrone era casado com Maria Luiza Escarrone. Os pais de Apolinário eram Bernardo Escarroni (natural da Itália) e Maria Zeferina (natural desta Província). Os sogros de Apolinário eram Guilherme Funck e Maria Rita Funck. (Cartório de Registros Cíveis de Alegrete. Livro 03. Nascimentos. Nº 1847. Transcrição CEPAL).

Em 04 de março de 1916, Rafael La Gambá, com 27 anos, casou com Maria Ângela Grillo, de 17 anos. Os dois eram naturais da Itália. (Cartório de Registros Cíveis de Alegrete. Casamentos. Livro 05. Nº 276. Transcrição CEPAL).

Em 04 de julho de 1924, Carlos Manoel Schmitt, com 38 anos, casou com Eulina Rodrigues. Os dois naturais deste Estado. (Cartório de Registros Civis de Alegrete. Casamentos. Nº 768. Transcrição CEPAL).

Paschoal Mitidieri casou em 30 de abril de 1925, com Ana Clara Machado. Ele tinha 27 anos e ela 25. Paschoal era natural da Itália. (Cartório de Registros Civis de Alegrete. Casamentos. Livro 06. Nº 829. Transcrição CEPAL).

Pedro Ramires casou pela primeira vez em 02 de março de 1922, com Elvira de Souza Nunes (ambos naturais deste Estado). Ele filho de Martin Ramires e de Felicidade Gutterres. (Registro de Casamento nº 19, fl.198v; livro B-06. Cartório de Registro Civil de pessoas naturais e especiais de Alegrete).

Brasiliano Lara casou em 17 de setembro de 1921, com Leopoldina Bardenaker (naturais deste Estado). Ele filho de Marcolino Lara e Etelvina Lara, ela filha de Eduardo Berdenarker e Reinilda Bardenaker (naturais da Suíça). (Registro de Casamento nº 55; fl. 175v; livro B-06; Cartório de Registro Civil de pessoas naturais e especiais de Alegrete).